



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

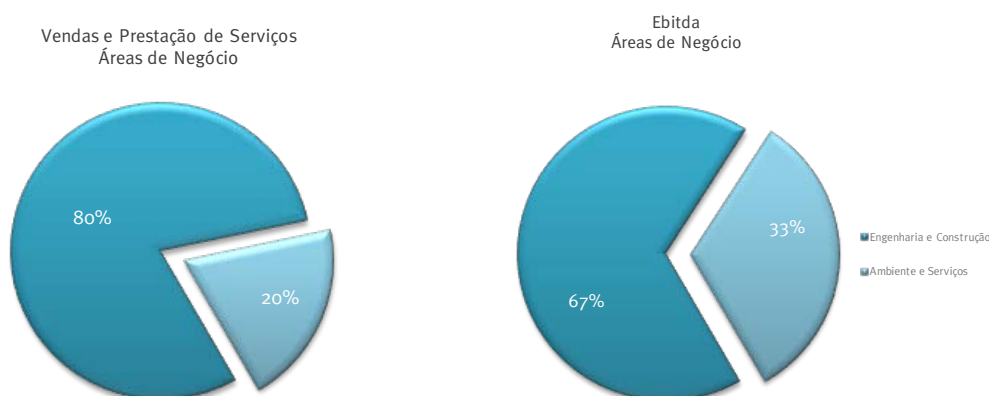
2011

GRUPO MOTA-ENGIL
Um Mundo de Inspiração



Destaques

- Volume de negócios cresce 8,6%, atingindo 2,2 mil milhões de euros
- Margens EBITDA e EBIT de 13,6% e 7,8%
- Resultado líquido GRUPO ajustado atingiu 52 milhões de euros
- Carteira de encomendas de 3,8 mil milhões de euros
- Endividamento líquido corporativo de 883 milhões de euros



	2011	% VPS	Δ	2010	% VPS	4T11	% VPS	Δ	4T10	% VPS
milhares euros										
Vendas e Prestações de Serviços	2.176.072		8,6%	2.004.551		619.620		14,4%	541.639	
EBITDA	295.957	13,6%	24,7%	237.294	11,8%	96.534	15,6%	44,3%	66.890	12,3%
EBIT	169.384	7,8%	28,6%	131.746	6,6%	46.843	7,6%	64,7%	28.448	5,3%
Resultados financeiros	(79.714)	(3,7%)	(56,5%)	(50.928)	(2,5%)	(13.696)	(2,2%)	(421,5%)	(2.626)	(0,5%)
Ganhos/perdas em empresas associadas	630	0,0%	(91,6%)	7.506	0,4%	(2.669)	(0,4%)	(151,6%)	5.174	1,0%
Resultados antes de impostos	90.300	4,1%	2,2%	88.325	4,4%	30.479	4,9%	(1,7%)	30.996	5,7%
Resultado líquido consolidado	71.078	3,3%	2,5%	69.357	3,5%	24.974	4,0%	(19,1%)	30.879	5,7%
Atribuível:										
a interesses que não controlam	37.646	1,7%	16,2%	32.406	1,6%	13.494	2,2%	(45,3%)	24.670	4,6%
ao Grupo	33.432	1,5%	(9,5%)	36.951	1,8%	11.479	1,9%	84,9%	6.209	1,1%
Martifer / outros não recorrentes (*)	(18.600)			(3.191)		(5.557)			(3.214)	
Resultado Líquido Grupo Ajustado (**)	52.032	2,4%	29,6%	40.142	2,0%	17.036	2,7%	80,8%	9.422	1,7%

Ebitda = Resultado operacional + amortizações + provisões e perdas de imparidade

Endividamento líquido = Endividamento – caixa e seus equivalentes

(*) "outros não recorrentes" (2010) Inclui efeitos da reclassificação de ganhos anteriormente reconhecidos em outro rendimento integral, pela redução de interesses em entidades conjuntamente controladas, na sequência do processo de concentração das participações nas concessões rodoviárias na ASCENDI GROUP

(**) Resultado Líquido do Grupo ajustado dos ganhos/perdas da Martifer e de outros efeitos não recorrentes

Índice

Destaques	3
Principais acontecimentos	5
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	6
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	7
Relatório de Gestão Consolidado	9
Enquadramento macro-económico	10
Análise económico-financeira	14
Áreas de negócio	19
Engenharia & Construção	19
Ambiente & Serviços	26
ASCENDI GROUP	31
MOTA-ENGIL na bolsa	34
Gestão de risco	36
Gestão do capital humano do GRUPO	40
Actividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração	41
Proposta de aplicação de resultados	41
Perspectivas para 2012	42
Factos relevantes após o termo do exercício	43
Nota final	44
Informação Financeira Consolidada	47
Demonstração dos Resultados Consolidados Separada	49
Demonstração do Rendimento Consolidado Integral	50
Demonstração da Posição Financeira Consolidada	51
Demonstração Consolidada das Alterações nos Capitais Próprios	52
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	54
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	55
Relatório sobre as Práticas de Governo Societário	129
Anexos	183
Declaração nos termos do artigo 245.º do CVM	183
Artigo 324.º do CSC	186
Artigo 447.º do CSC	186
Artigo 448.º do CSC	190
Decreto-Lei n.º 411/91	190
Artigo 66.º nº 5 alínea g) do CSC	190
Participações Qualificadas	191
Relatórios de Fiscalização	193
Certificação Legal das Contas	195
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	197
Relatório de Auditoria	199

Principais acontecimentos

Março de 2011

- › Adjudicação de obras na Polónia no valor de 158 milhões de euros
- › Adjudicação de obras no Peru no valor de 60 milhões de euros

Abril de 2011

- › Adjudicação de obras em Angola no valor de 100 milhões de euros

Agosto de 2011

- › Adjudicação de obras no Peru no valor de 125 milhões de euros

Setembro de 2011

- › Adjudicação de obras na Polónia no valor de 127 milhões de euros

Fevereiro de 2012

- › Adjudicação de obras no Malawi no valor de 540 milhões de euros
- › Adjudicação de obras em Angola no valor de 360 milhões de euros

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Exmos. Senhores Accionistas

O ano de 2011 foi talvez em toda a minha carreira profissional o mais complicado de sempre, o que me fez muitas vezes reflectir quão difícil terá sido no passado ultrapassar crises, que são parte da história e cultura deste GRUPO.

Mas se reconheço que foi muito difícil, não posso deixar de estar extremamente orgulhoso com aquilo que foi possível realizar em 2011 e nos primeiros meses de 2012, reforçando claramente a nossa exposição internacional com novos clientes e novos mercados que reforcem a minha convicção de que estamos no caminho certo para sairmos reforçados no final da crise.

Os nossos quadros têm, hoje, uma convicção ainda mais forte de que é na Área Internacional e na Diversificação que o futuro assenta e, por isso existe cada vez mais a disponibilidade de muitos principais quadros do Grupo em desenvolverem a sua actividade fora de Portugal, sacrificando o conforto de estarem junto das famílias.

Mas este Grupo quer continuar a ser Português e se o modelo de gestão é alterado tendo como critério fundamental as “Regiões” onde actuamos, continuará a MOTA-ENGIL, SGPS, SA a ter a sua sede em Portugal, pagando aqui os seus impostos e distribuindo os dividendos aos seus accionistas em Portugal.

Os Portugueses têm de assumir a sua qualidade, com a confiança de que somos capazes (em todas as partes do Mundo) de ter empresas eficazes e eficientes. As autoridades nacionais têm de estar atentas e que as apoiem e motivem na sua internacionalização em todos os sectores da economia. O sector da construção Português merece esse apoio pois será talvez dos sectores com mais capacidade de ombrear com a concorrência internacional.

Mas não chega Portugal, é necessário que a Europa repense a sua estrutura, a dimensão do Projecto Europeu não pode viver na indecisão e na mesquinhez, foi com coesão e solidariedade que a Europa renasceu das cinzas após as Guerras Mundiais e que cresceu para uma Europa a 27 após a queda do Muro de Berlim.

Senhores Accionistas,

Estamos certos de que com a coesão das “Pessoas” com o lema “Um só GRUPO, um só Projecto, uma só Estratégia”, a MOTA-ENGIL vai consolidar-se e fortalecer sob lideranças fortes não só ao nível da Comissão Executiva, mas também em cada Região e Mercado.

Vamos em frente!

António Mota
Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Exmos. Senhores Accionistas,

Nesta fase de balanço do ano de 2011, regista-se acima de tudo o aprofundamento do cenário de contracção económica sentido nos últimos anos em Portugal mas também na Europa.

Não somos imunes ao contexto, longe disso. Também na MOTA-ENGIL sentimos dificuldades, quer seja pela queda dos níveis do Investimento público e privado e mesmo do consumo no mercado nacional e europeu, quer seja pela retracção muito significativa do mercado de crédito a nível nacional e internacional.

Para o GRUPO MOTA-ENGIL, o ano fica marcado pela resiliência traduzida nos resultados alcançados a todos os níveis, os quais reflectem o somatório da estratégia seguida e da atitude de elevado profissionalismo e determinação dos cerca de vinte mil colaboradores que fazem parte do GRUPO MOTA-ENGIL que nesta ocasião quero uma vez mais reconhecer e agradecer.

Temos conseguido, de forma ousada mas consciente, com uma estratégia selectiva de investimento e promovendo o crescimento orgânico, cumprir com o desígnio do Plano Estratégico que passa por aprofundar a actividade internacional, diversificando e criando valor através das sinergias a promover em cada mercado.

Como resultado, em 2011, o GRUPO MOTA-ENGIL apresenta um crescimento internacional que representa um aumento de 43% em termos absolutos desde a implementação do seu Plano Estratégico, facto que nos permite confirmar a bondade da estratégia em vigor que continuará a ser a de promover o reforço desta actuação para os próximos anos pelo crescimento da carteira a nível internacional que representa mais de 2,5 mil milhões de Euros (cerca de 70% do total), garantindo assim, de forma continuada, a sustentabilidade global que hoje, com orgulho, temos.

Vivemos um período muito difícil mas não nos resignamos, procurando a cada momento posicionarmos o GRUPO para cada novo ciclo, numa permanente evolução alinhada com os objectivos dos accionistas e com a estratégia de execução imprimida por cada um dos responsáveis do GRUPO e articulada com a liderança do GRUPO.

Com esse intuito, estamos neste momento a aprofundar o modelo organizacional do Grupo numa lógica de dotar a estrutura de capacidade de resposta operacional e financeira para desenvolver um novo ciclo, cada vez mais, baseado numa maior afirmação da MOTA-ENGIL a nível internacional num rumo estratégico que é incontornável para a sustentabilidade do GRUPO.

Temos uma estratégia sólida e temos uma atitude de grande empenho. Isso permite-nos ser a cada momento e em cada mercado mais competitivos e assim sair mais fortes deste ciclo difícil em que se encontra o Mundo. Por último, uma palavra de agradecimento aos Senhores Accionistas que mesmo em tempos conturbados, de incerteza e dificuldade, continuam a imprimir a confiança e solidariedade que resulta como um factor acrescido de motivação e estabilidade sempre importante para o funcionamento das organizações.

Jorge Coelho
Presidente da Comissão Executiva





RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADAS
2011

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. Enquadramento macro-económico

Economia Internacional

A economia mundial continua a recuperar da recessão provocada pela crise financeira em 2009. Esta recuperação está contudo a ocorrer a diferentes velocidades, com destaque para os países emergentes que continuam a ser o verdadeiro dinamizador do crescimento global. De acordo com as previsões mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2011, o crescimento do produto das economias emergentes foi de 6,2%, onde para além da China e da Índia, se destaca o crescimento da América Latina e da África Subsaariana com 4,6% e 4,9% respectivamente. As economias desenvolvidas, mais focadas em questões orçamentais e financeiras, não ultrapassaram o 1,6% de crescimento médio.

Após uma contracção de 0,6% em 2009, o produto mundial aumentou 5,2% em 2010 e 3,8% em 2011, e para 2012, as projecções do FMI apontam para um crescimento na ordem dos 3,3%. Esta tendência de abrandamento da economia mundial foi particularmente acentuada nos últimos trimestres de 2011 em resultado do fraco crescimento da Europa e da desaceleração das economias emergentes. A crise da dívida soberana da zona Euro e as consequentes políticas de austeridade e limitações no acesso ao crédito condicionaram o crescimento Europeu que, naturalmente, se repercutiu nas restantes economias mundiais. Os sinais de sobreaquecimento das economias emergentes conduziram os respectivos governos a adoptar políticas macroeconómicas restritivas para limitar o crescimento do crédito, controlar inflação e evitar aumentos súbitos e acentuados nas taxas de câmbio, o que provocou um abrandamento do crescimento para valores, ainda assim, bastante significativos.

Durante 2011 subsistiram as incertezas quanto à solidez do sistema financeiro Europeu e as dúvidas quanto à capacidade da zona Euro para resolver a sua crise de dívida soberana. Após o resgate da Troika (União Europeia, Banco Central Europeu e FMI) à Grécia e Irlanda em 2010, em 2011 Portugal, pressionado pelo aumento do prémio de risco soberano e pelas insustentáveis restrições no acesso ao financiamento externo, viu-se também obrigado a recorrer ao programa de auxílio financeiro.

Esta turbulência financeira, inicialmente circunscrita apenas aos países da periferia Europeia, difundiu-se pela zona Euro contagiando algumas das maiores economias europeias. Diversos países europeus viram a sua notação financeira ser cortada em alguns níveis e o preço das respectivas obrigações do tesouro subiram para, em alguns casos, níveis quase proibitivos. Os governos europeus, determinados em restaurar a confiança dos mercados financeiros, adoptaram uma política de consolidação orçamental agressiva condicionando o crescimento económico da região. Com efeito, apesar da zona Euro ter alcançado uma taxa de crescimento de 1,6% em 2011, o último trimestre do ano foi já de contracção e para o ano de 2012, de acordo com as projecções do FMI, a zona Euro deverá ter uma recessão ligeira de 0,5%.

As medidas de correcção orçamental adoptadas permitiram a redução do défice público dos governos europeus, em 2011, em cerca de 2 pontos percentuais, situando-se em 4,7% do PIB da União Europeia e em 4,1% do PIB da zona Euro. Para 2012 a Comissão Europeia prevê que os défices públicos atinjam os 3,9% na UE e os 3,4% na zona Euro e que a dívida pública se estabilize nos 85% do PIB da UE e nos 90% do produto da zona Euro.

Estas medidas acalmaram os mercados nos últimos meses de 2011. Os indicadores financeiros mais recentes apontam para uma redução gradual dos custos de financiamento e sugerem uma menor aversão dos investidores ao risco. Não obstante estes sinais de melhoria, o sistema financeiro europeu permanece instável. As taxas de juro das obrigações do tesouro mantêm-se demasiado elevadas em alguns países da zona Euro e assiste-se a uma diminuição do financiamento ao sector privado.

A actividade económica dos Estados Unidos acelerou no quarto trimestre de 2011, evidenciando forte resistência ao abrandamento do crescimento mundial, com o indicador de produção industrial a acelerar, o desemprego a diminuir e com o mercado imobiliário a mostrar sinais de recuperação após a crise de 2009. De acordo com as previsões do FMI, a economia dos Estados Unidos deverá crescer 1,8% em 2012, em linha com o crescimento de 2011.

A desaceleração da economia dos países emergentes, em 2011, foi claramente inferior ao abrandamento registado na economia global, em resultado da cada vez mais forte procura interna dos países emergentes da

Ásia e da América Latina. Para 2012 as previsões do FMI apontam para um crescimento médio da economia dos países emergentes e em fase de desenvolvimento de 5,4%, o que, apesar do abrandamento face ao ano anterior, representa um crescimento considerável e uma menor dependência da procura das economias mais desenvolvidas.

A generalidade dos preços das *commodities* diminuiu em 2011 como consequência do enfraquecimento da procura global. Os preços do petróleo, no entanto, registaram aumentos significativos nos últimos meses do ano, a reflectir as tensões geopolíticas do Irão. A valorização anual do preço do barril de crude foi de 8%, fixando-se em 99 dólares e a expectativa do FMI é de que o preço se mantenha próximo deste valor em 2012. O preço das restantes *commodities*, influenciado pelo aumento da oferta e pelo abrandamento da procura global, deverá diminuir cerca de 14% em 2012, de acordo com as projecções do FMI. Com efeito, é esperada uma diminuição generalizada do crescimento dos preços em 2012 quer nos países desenvolvidos quer nos países emergentes, onde a inflação deverá ser de 6,3%.

Em suma, espera-se que a economia mundial continue a recuperar da recessão de 2009, embora mais moderadamente que nos anos anteriores. Os mercados emergentes deverão atingir taxas de crescimento apreciáveis, a reflectir uma maior procura interna, enquanto que as economias mais avançadas deverão atingir taxas de crescimento reduzidas. Os mercados financeiros continuam frágeis e as tensões políticas e a instabilidade no mercado de dívida soberana deverão constituir um forte constrangimento ao crescimento económico.

Economia Portuguesa

Ao longo de 2011, a pressão dos mercados financeiros sobre Portugal intensificou-se substancialmente, obrigando o governo a recorrer ao programa de auxílio financeiro da Troika. Este programa impôs uma política de consolidação orçamental exigente que condicionou o desempenho económico do país. O défice das contas públicas terá ficado nos 4% e a economia terá contraído 1,5% em 2011. Por outro lado, o prémio de risco soberano continua a ser penalizado pelos investidores internacionais exigindo uma *yield* para a dívida com maturidade de 10 anos superior a 12%. Os bancos portugueses continuam com dificuldades no acesso ao financiamento nos mercados internacionais, o que consequentemente se traduz numa limitação ao financiamento do sector privado da economia. Pela positiva destacou-se o comportamento do sector exportador que, de acordo com as previsões do governo português e da comissão europeia, deverá continuar ter um crescimento expressivo em 2012 e 2013.

O ano de 2012 será marcado por novos esforços de consolidação orçamental e pela crescente desalavancagem do sector empresarial e dos particulares. Os custos de financiamento da economia deverão aumentar e, consequentemente, o investimento público e privado tenderão a diminuir para valores mínimos históricos. Apesar do desempenho esperado para o comércio externo, o Produto Interno Bruto deverá recuar cerca de 3%, de acordo com as previsões da União Europeia.

Economia Polaca

Ao contrário da tendência de fraco crescimento da Europa, em particular na zona Euro, a Polónia mostrou-se resiliente e, de acordo com as previsões da Comissão Europeia, terá obtido um crescimento económico de cerca de 4% em 2011. Não obstante o crescimento observado, o país ainda enfrenta grandes desafios e a consolidação orçamental torna-se fundamental para reduzir o défice público que aumentou fortemente após a crise financeira internacional de 2009. Em 2011, de acordo com a Comissão Europeia, o défice das contas públicas terá caído para 5,6% do PIB, o que representa uma redução significativa face aos 7,9% registados em 2010. A dívida pública deverá aumentar dos 54,9% do PIB em 2010 para os 56,7% em 2011, a reflectir, essencialmente, o impacto da desvalorização da moeda polaca no endividamento contraído em moedas externas.

O sistema financeiro não foi significativamente afectado pela crise da dívida soberana em virtude da solidez do sistema bancário nacional e pelo facto do endividamento público ser inferior à generalidade do endividamento público dos países europeus. A Polónia, apesar da crise dos seus principais parceiros comerciais, dispõe de um mercado interno de grandes dimensões que, conjugado com a desvalorização monetária do Zloti, permitiu que a economia não se ressentisse da diminuição do comércio internacional. Os fundos comunitários, por seu lado,

continuaram a dar um impulso relevante ao investimento, em particular em grandes projectos de infra-estruturas de que o país ainda é deficitário.

As medidas de austeridade implementadas em 2011 projectam o défice público para cerca de 4% do PIB em 2012 e para 2,5% em 2013, de acordo com as projecções da Comissão Europeia. Esta política de austeridade terá repercussões no crescimento económico que será de 2,5% em 2012 e de 2,8% em 2013. Apesar deste abrandamento, o comportamento da economia Polaca será claramente superior ao registado na generalidade dos países europeus.

Economia Angolana

A economia Angolana, largamente dependente do sector petrolífero, foi fortemente atingida pelo colapso dos preços do petróleo e da procura, em 2009. Após vários anos de taxas de crescimento de dois dígitos, o crescimento real do PIB foi de 3,4% em 2010 e, de acordo as previsões do FMI, terá sido de 3,7% em 2011. Este abrandamento foi influenciado pelos atrasos nos pagamentos ao sector privado que condicionou o funcionamento do sector bancário e o investimento.

A inflação continua a constituir um dos maiores desafios da política económica angolana. A grande dependência de bens importados e a instabilidade no mercado cambial são as principais razões apontadas para a inflação de 15% em 2011. Para 2012, um dos principais objectivos do governo Angolano é o controlo de inflação, que é expectável que diminua para 11,2%, de acordo com as projecções do FMI. A execução orçamental de 2011 deverá alcançar um *superavit* de 8,5% do PIB (6,8% em 2010 e défice de -4,9% em 2009), bem como uma ligeira redução do défice orçamental com exclusão das receitas do petróleo.

Em 2012, o principal mercado externo do GRUPO MOTA-ENGIL, deverá voltar a registar taxas de crescimento de dois dígitos. As projecções do FMI apontam para um crescimento de 12,8% em 2012 justificado pela evolução favorável dos preços das *commodities*, pelo desempenho positivo das economias emergentes da América Latina e Ásia (mercados responsáveis por cerca de 40% das exportações de petróleo angolano), pelo arranque da exploração comercial do gás natural e pelo crescimento da actividade dos sectores não petrolíferos. A consistência do crescimento nos sectores não petrolíferos reveste-se de especial significado numa perspectiva de desenvolvimento da economia angolana no longo prazo, reduzindo a dependência em relação à produção de petróleo e outros hidrocarbonetos.

Economia Moçambicana

Moçambique tem registado um forte crescimento económico ao longo de quase duas décadas, beneficiando de avultados investimentos estrangeiros, em particular no sector dos recursos minerais, e do forte apoio das organizações internacionais para o desenvolvimento. Em 2011 a economia continuou a exhibir um bom desempenho, crescendo, de acordo com as estimativas do FMI, cerca de 7,2%.

O país tem resistido aos choques adversos dos últimos anos relativamente bem. O crescimento económico continua a ser um dos mais altos da região, reflectindo as políticas económicas expansionistas do governo para fazer face à crise internacional. A elevada inflação registada em anos anteriores tomou o sentido descendente, recuando para cerca de 8% em 2011 e, de acordo com as projecções do FMI, deverá recuar para 5,6% em 2012.

O ambicioso programa de obras públicas em curso, assente na construção de corredores de desenvolvimento entre o interior e o litoral do país, deverá fomentar a realização de grandes investimentos no sector da mineração, assim como o desenvolvimento do sector agrícola moçambicano, o que, associado à recente descoberta de grandes recursos de gás natural, faz prever um forte crescimento económico do país nos próximos anos.

As previsões do FMI apontam para um crescimento de 7,5% da economia moçambicana em 2012, alicerçado por um crescimento significativo do investimento directo do estrangeiro, essencialmente nos sectores da mineração e do gás natural, pelo aumento das exportações agrícolas e pela realização de grandes obras públicas no país.

Economia Peruana

A economia peruana cresceu sustentadamente na última década, com elevadas taxas de crescimento e com uma inflação reduzida. Nem mesmo durante a crise financeira de 2009, em que a economia global contraiu, o Peru entrou em recessão. Em 2011, as previsões do FMI apontam para uma ligeira desaceleração do crescimento da economia para 6,2%, a reflectir o enfraquecimento da procura mundial e a instabilidade dos mercados financeiros.

A estabilidade cambial tem sido uma prioridade da política monetária do Peru com a sua moeda a observar uma variação anual positiva de 4,5% face ao dólar, assumindo-se como a moeda mais estável da América Latina. O sector exportador continua a apresentar um desempenho robusto, com as exportações a crescerem cerca de 36% em 2011. A principal actividade económica do país continua a ser a exploração de minérios como a prata, zinco, estanho e cobre, pelo que o preço das *commodities* continua a ser um factor chave para o desempenho da balança comercial e crescimento económico.

Não obstante os efeitos da crise da dívida soberana na Europa e do abrandamento do crescimento económico mundial em 2012, as projecções do FMI apontam para um crescimento económico forte, na casa dos 5,6%, claramente superior às projecções de crescimento do conjunto dos países da América Latina (4%).

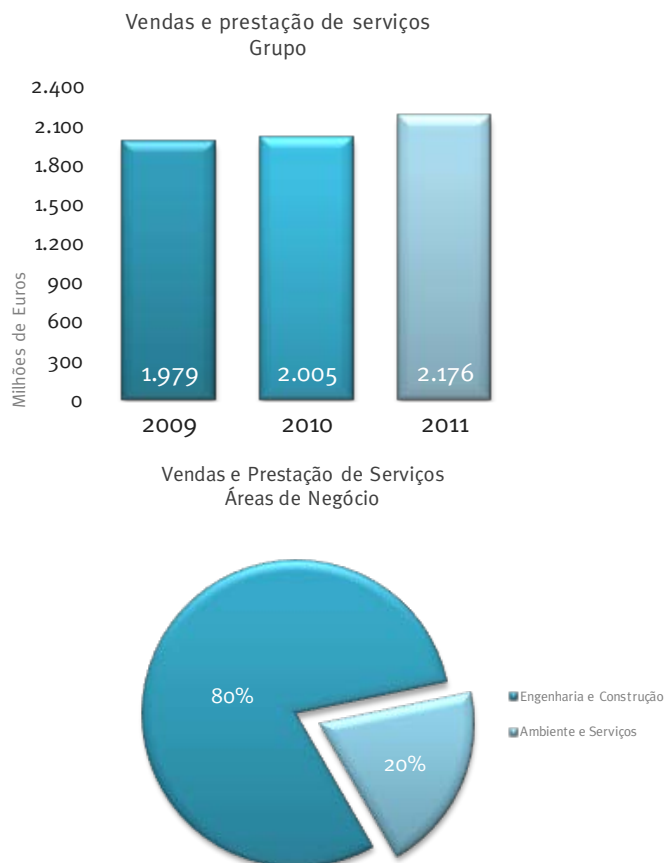
Economia Mexicana

O abrandamento da economia mundial em 2011, em particular nos Estados Unidos, condicionou o desempenho da economia mexicana. Ainda assim, de acordo com as previsões do FMI, a economia mexicana obteve um crescimento económico de 4,1% com uma inflação e custos de financiamento a níveis historicamente baixos.

As políticas macroeconómicas orientadas para a estabilidade e o sólido sistema bancário mexicano são apontados como factores decisivos num contexto de alguma incerteza dos mercados internacionais. O crescimento esperado para os Estados Unidos (mercado de destino de cerca de 80% das exportações mexicanas) suporta as perspectivas económicas positivas para os próximos anos. Por outro lado, a ligeira recessão esperada para a zona Euro em 2012 não terá consequências dramáticas para o México na medida em que as exportações para a Europa são reduzidas e os bancos europeus actuam no México com um elevado grau de independência. O petróleo, que representa cerca de 30% das exportações do país, deverá manter os elevados preços registados no final de 2011, fomentando o crescimento económico do país e o respectivo equilíbrio orçamental.

Apesar de algumas incertezas decorrentes do abrandamento da economia mundial e da crise na zona Euro, os sinais positivos da economia Mexicana permitem projectar um crescimento económico de 3,5% para 2012 e 2013, de acordo com as projecções do FMI.

2. Análise económico-financeira

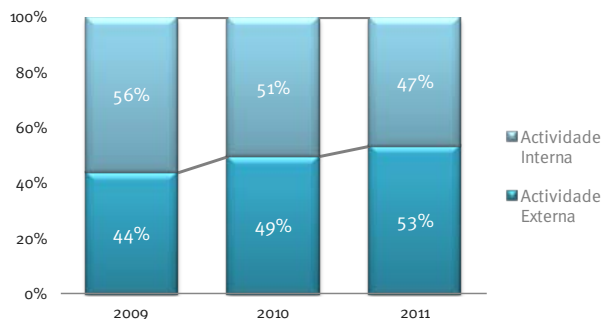


2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15).

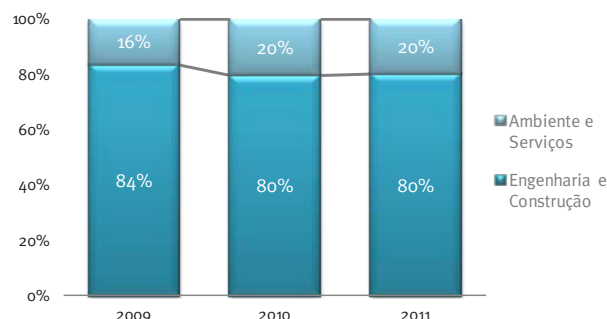
O GRUPO MOTA-ENGIL atingiu, em 2011, um resultado líquido consolidado de 71,1 milhões de euros (2010: 69,4 milhões de euros), dos quais 33,4 milhões de euros atribuíveis ao GRUPO (2010: 37 milhões de euros). O resultado líquido atribuível ao GRUPO, ajustado dos resultados da MARTIFER, ascendeu a 52 milhões de euros (2010: 40,1 milhões de euros, incluindo também outros efeitos não recorrentes).

O volume de negócios em 2011 teve um crescimento de 8,6%, tendo atingido o montante de 2.176 milhões de euros (2010: 2.005 milhões de euros). A evolução positiva ocorrida nas duas áreas de negócio (Engenharia & Construção: 9,2%; Ambiente & Serviços: 6,2%) contribuiu para a boa performance ao nível do GRUPO.

Peso no Volume Negócios
GRUPO



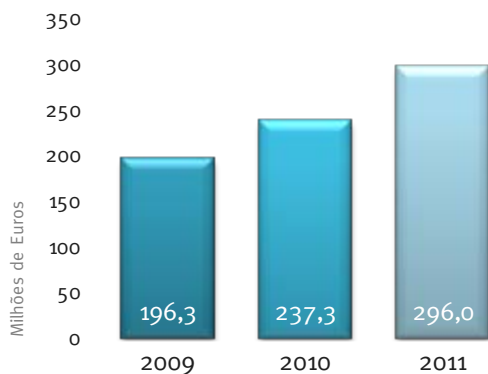
Peso no Volume Negócios
GRUPO



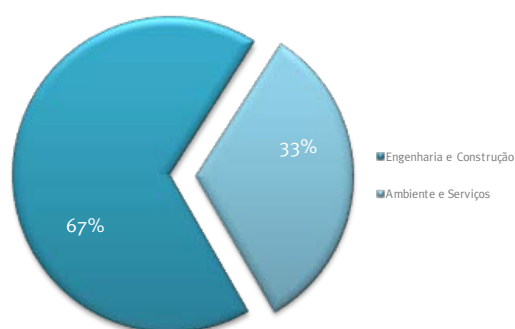
Como consequência e sucesso da estratégia de internacionalização que o GRUPO tem vindo a seguir nos últimos anos, com particular destaque a partir do ano de 2008, ano em que foi definido o plano estratégico a cinco anos “AMBIÇÃO 2013”, a expressão da actividade externa tem aumentado, tendo atingido um peso relativo de 53% em 2011. A tendência futura será para este peso relativo continuar a aumentar, sendo que se prevê que em 2012 seja atingido um peso relativo próximo de 60%, suportado pela actual carteira de encomendas com grande enfoque na actividade externa (cerca de 68%). Em termos de áreas de negócio, o *mix* de volume de negócios manteve-se estável face a 2010 (Engenharia & Construção: 80%; Ambiente & Serviços: 20%).

O volume de negócios do GRUPO teve a seguinte distribuição antes de eliminações de intragrupo: Engenharia & Construção 1.747 milhões de euros (2010: 1.599 milhões de euros) e Ambiente & Serviços 436 milhões de euros (2010: 410 milhões de euros).

Ebitda
Grupo

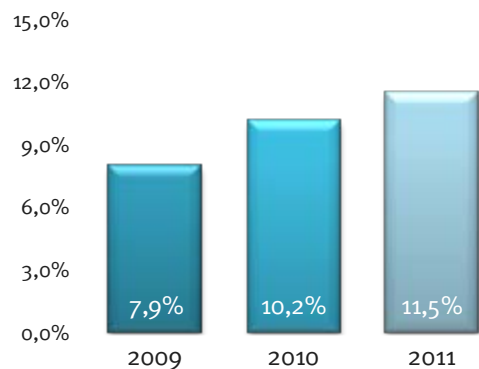
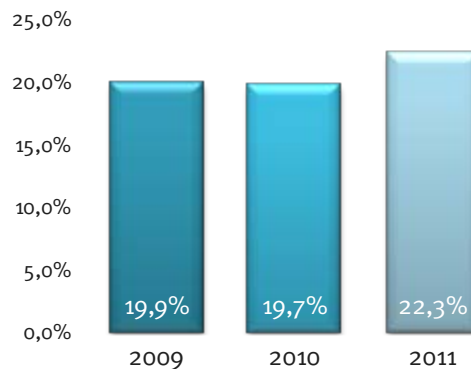


Ebitda
Áreas de Negócio

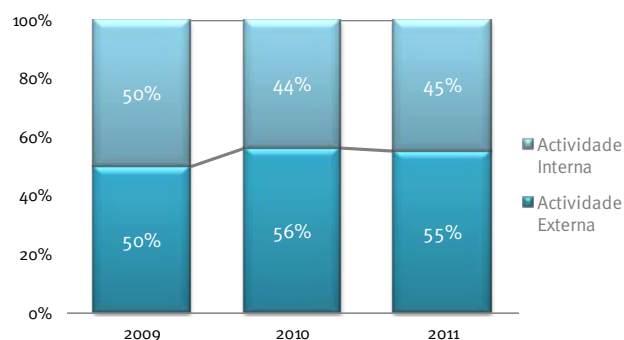
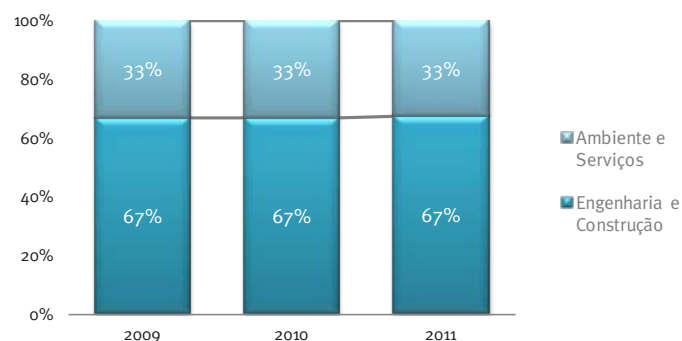


2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15).

As áreas de Engenharia & Construção e Ambiente & Serviços registaram melhorias nas suas margens EBITDA em 2011 (Engenharia & Construção: 11,5% em 2011, que compara com 10,2% em 2010; Ambiente & Serviços: 22,3%, que compara com 19,7% em 2010), que, aliadas aos crescimentos dos volumes de negócio das duas áreas, permitiram a obtenção de uma excelente performance operacional em termos consolidados, tendo o EBITDA do GRUPO apresentado um crescimento de 24,7% (296 milhões de euros em 2011, que compara com 237,3 milhões de euros em 2010).

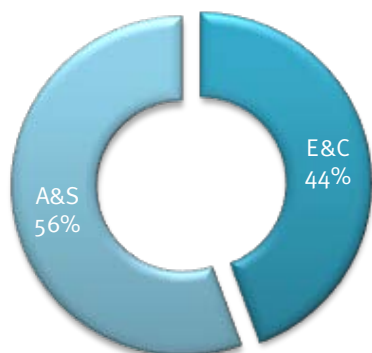
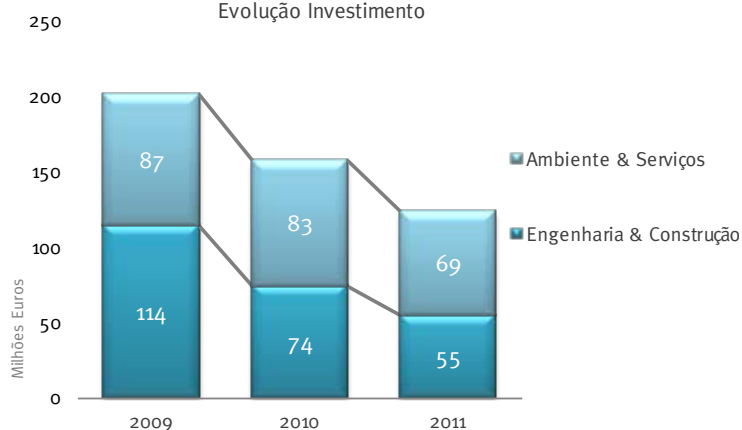
mg EBITDA
Engenharia & Construçãomg EBITDA
Ambiente & Serviços

As margens operacionais têm melhorado nos últimos anos, sendo de destacar a área de Engenharia & Construção, em grande medida em resultado do esforço contínuo que tem sido feito nos últimos anos em termos de racionalização e optimização de recursos nas suas actividades produtivas.

Peso EBITDA
GRUPOPeso EBITDA
GRUPO

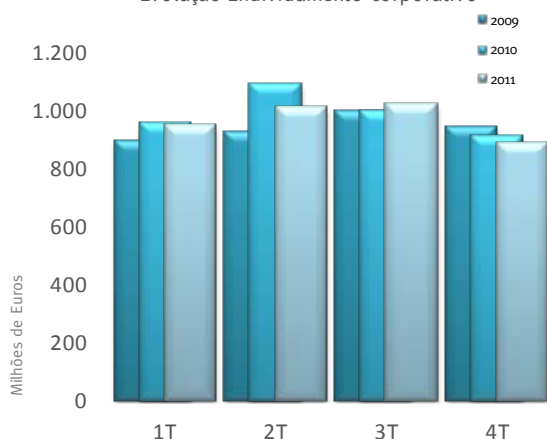
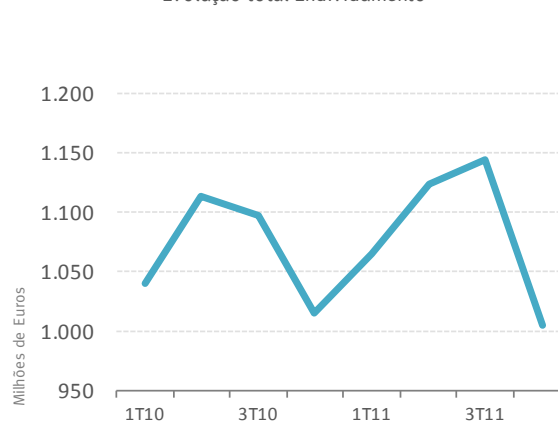
Em 2011, a actividade externa representou 55% do EBITDA total do GRUPO, sendo que, apesar do aumento ocorrido entre 2009 e 2010, se manteve estável em 2011 face a 2010. Em termos de áreas de negócio, o *mix* de EBITDA mantém-se estável desde 2009 (Engenharia & Construção: 67%; Ambiente & Serviços: 33%).

No capítulo 3 do presente relatório detalha-se a análise dos resultados e da actividade desenvolvida por cada uma das áreas do GRUPO em 2011.

Investimento 2011

Evolução Investimento


Em 2011, o investimento líquido consolidado atingiu 125 milhões de euros, com destaque para o investimento na área de Ambiente & Serviços, que totalizou 69 milhões de euros (inclui, maioritariamente, investimento de manutenção e expansão nas concessões de abastecimento de água e saneamento, nomeadamente na INDAQUA MATOSINHOS, VILA DO CONDE E FEIRA). A área de Engenharia & Construção totalizou cerca de 55 milhões de euros, com destaque para a Europa Central e Peru, com 23 milhões de euros e 10 milhões de euros, respectivamente.

O investimento de manutenção totalizou 48 milhões de euros, dos quais cerca de 11 milhões de euros no quarto trimestre, em linha com os valores dos períodos anteriores. O investimento de expansão ascendeu a aproximadamente 76 milhões de euros.

Evolução Endividamento corporativo

Evolução total Endividamento


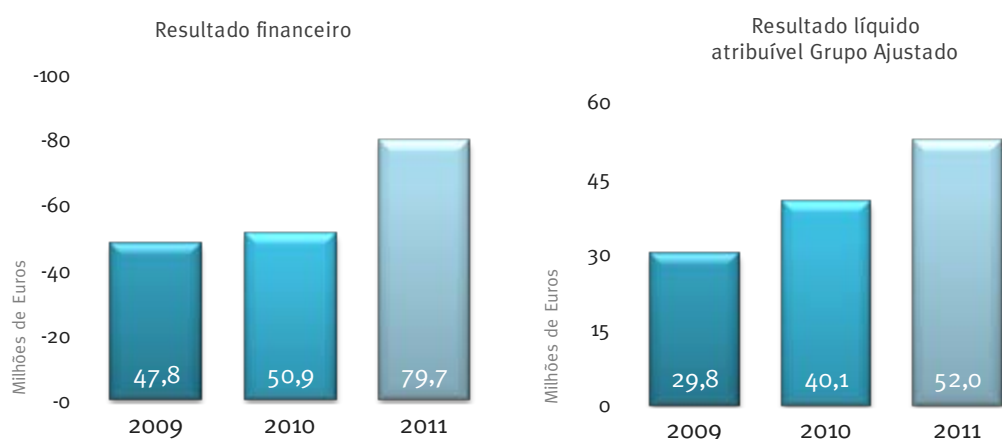
2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15).

Em 2011, e apesar de um volume moderado de investimento, o nível de endividamento líquido total reduziu ligeiramente face ao apresentado em 2011 (2011: 1.005 milhões de euros; 2010: 1.015 milhões de Euros). Ainda assim, deverá ser destacada a tendência descendente da dívida ao longo dos anos de 2010 e 2011.

O endividamento corporativo (com recurso) ascendeu a 883 milhões de euros (2010: 907 milhões de euros). Deste montante, cerca de 566 milhões de euros encontravam-se alocados à actividade operacional do GRUPO, correspondendo o restante valor (222 milhões de euros) a investimento em associadas, que não contribuem para

o EBITDA, e a activos não estratégicos. Por área de negócio, 280 milhões de euros estavam alocados à área de Engenharia & Construção e o montante de 350 milhões de euros à área de Ambiente & Serviços. Deve ser realçada a diminuição ocorrida no endividamento corporativo durante o ano de 2011, no montante de 23,6 milhões de euros.

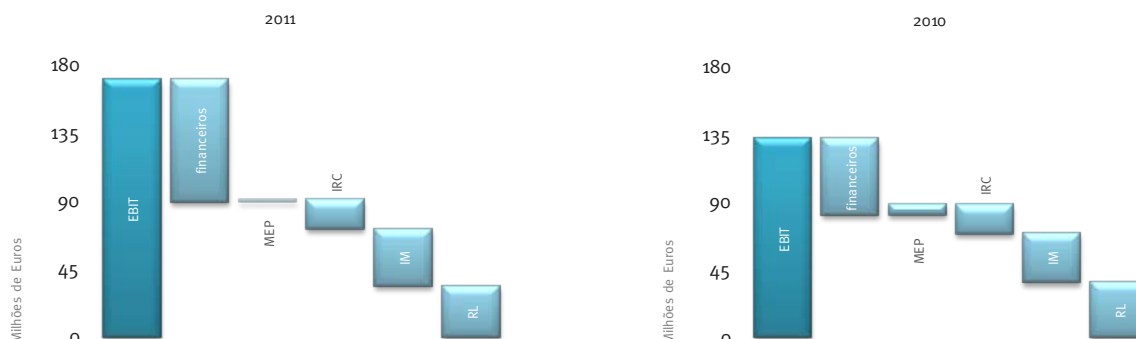
Adicionalmente, o endividamento do GRUPO inclui ainda a dívida sem recurso (contratualizada no âmbito de negócios em *project finance* e, portanto, não exigível ao accionista) com origem na consolidação das empresas concessionárias de água e saneamento básico, e ainda as portuárias. Em Dezembro de 2011, o montante do endividamento líquido sem recurso era de cerca de 121 milhões de euros (2010: 108 milhões de euros).



2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15); Resultado Líquido atribuível ao Grupo ajustado: não inclui ganhos/perdas da Martifer e outros efeitos não recorrentes

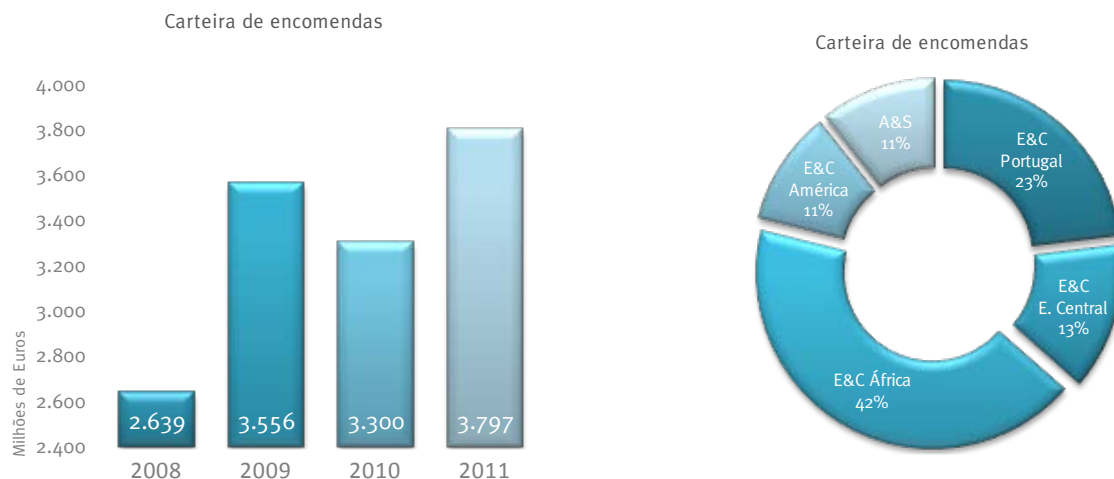
Os resultados financeiros contribuíram para o resultado líquido do GRUPO no montante negativo de 79,7 milhões de euros (2010: negativo em 50,9 milhões de euros), o que representa um aumento de cerca de 56,5%, face a 2010, dos encargos financeiros líquidos. Esta performance resultou do aumento de 22,8 milhões de euros nos juros líquidos suportados, fruto principalmente da grande pressão exercida sobre as instituições financeiras, no sentido do reforço dos seus rácios de capital, com o consequente aumento dos *spreads*.

Fruto desta performance operacional e financeira, o resultado antes de impostos ascendeu a 90,3 milhões de euros (2010: 88,3 milhões de euros) e o resultado líquido a 71,1 milhões de euros, sendo a parcela de 33,4 milhões de euros atribuível ao GRUPO. O resultado líquido atribuível ao GRUPO, ajustado dos resultados da Martifer, ascendeu a 52 milhões de euros (2010: 40,1 milhões de euros, incluindo também outros efeitos não recorrentes).



Em 2011, a rubrica de ganhos e perdas em empresas associadas (MEP no gráfico) contribuiu positivamente para o resultado com 0,6 milhões de euros (2010: 7,5 milhões de euros). O valor de 2011 é composto, essencialmente, por dois efeitos de sinal contrário: pela parte do GRUPO nos resultados do GRUPO MARTIFER, no montante negativo de 18,6 milhões de euros (2010: negativo em 20,6 milhões de euros), e pela parte do GRUPO nos resultados do GRUPO ASCENDI, no montante positivo de 19,9 milhões de euros. Em 2010, a rubrica incluía,

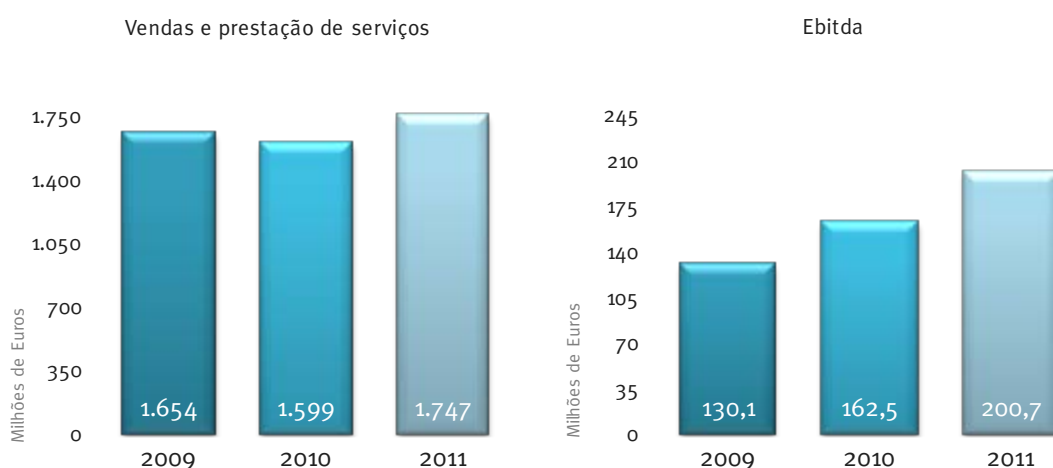
também, o efeito positivo de 17,4 milhões de euros relativo à reclassificação de ganhos anteriormente reconhecidos em outro rendimento integral, pela redução de interesses em entidades conjuntamente controladas, na sequência do processo de dispersão de capital da ASCENDI GROUP.



A carteira de encomendas, no final de Dezembro de 2011, ascendia a cerca de 3,8 mil milhões de euros, dos quais 3,4 mil milhões de euros relativos à área de negócio Engenharia & Construção. Em 2011, o GRUPO reforçou a sua carteira nos mercados de África, América Latina e Europa Central. Na análise agregada de todos os mercados externos, a carteira de encomendas atingia, em Dezembro de 2011, cerca de 2,6 mil milhões de euros (2010: 1,7 mil milhões de euros), representando mais de 68% da carteira total do GRUPO. Como habitualmente, a carteira da área de Ambiente & Serviços contempla apenas os contratos de prestação de serviços nos segmentos de resíduos e multi-serviços. O GRUPO não considera na carteira de encomendas as receitas previsíveis decorrentes dos contratos de concessão de água e saneamento (agora com mais peso no volume de negócios consolidado) e da exploração de portos marítimos.

3. Áreas de negócio

Engenharia & Construção

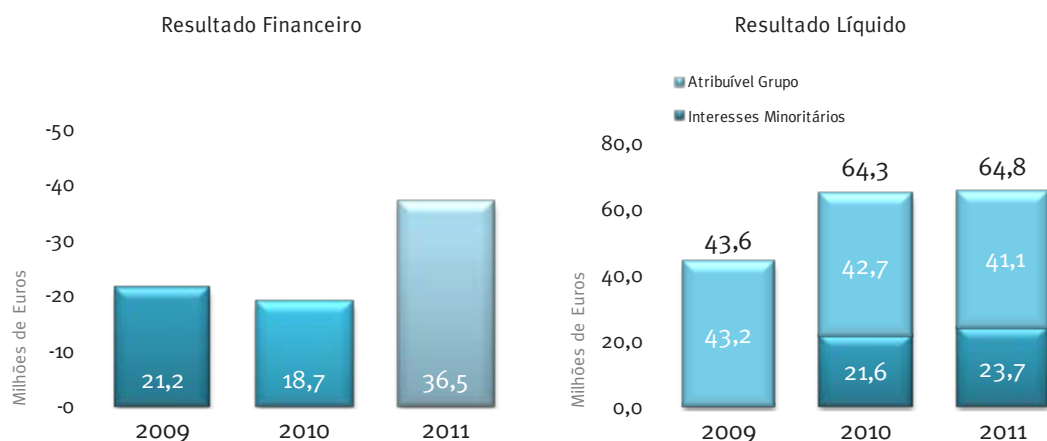


2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15).

O volume de negócios do GRUPO MOTA-ENGIL na área da Engenharia & Construção atingiu, em 2011, o montante de 1,747 milhões de euros (2010: 1,599 milhões de euros), traduzindo-se num aumento de 9,2% face a 2010.

Esta evolução resultou, essencialmente, da conjugação dos seguintes factores: do comportamento favorável dos segmentos da Europa Central e América (com aumentos no volume de negócios de 142 milhões de euros e 65 milhões de euros, respectivamente), que contribuíram, no seu conjunto, para um acréscimo de cerca de 13% no volume de negócios da área; e do comportamento desfavorável dos segmentos de Portugal e África (com diminuições de 4,6 milhões de euros e 51 milhões de euros, respectivamente, nos volumes de negócio), que contribuíram para um decréscimo de cerca de 4% no volume de negócios da área da Engenharia & Construção.

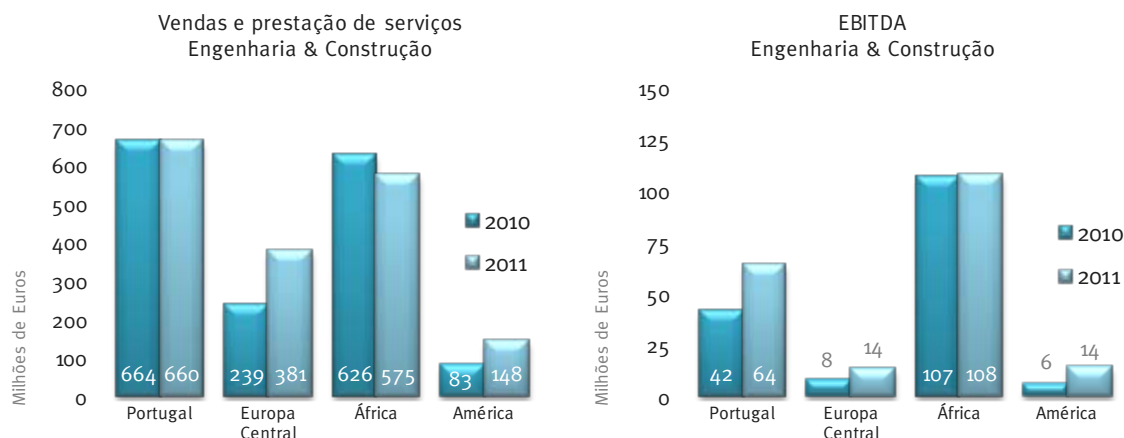
Ao nível da rentabilidade operacional da área de negócio, há a registar um crescimento da margem EBITDA face a 2010 (11,5% em 2011, contra 10,2% em 2010) e um crescimento do valor do EBITDA de cerca de 24% (200,7 milhões de euros em 2011, que compara com 162,5 milhões de euros em 2010).



2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15).

Os resultados financeiros da área de negócios contribuíram para o resultado líquido do GRUPO no montante negativo de 36,5 milhões de euros (2010: negativo em 18,7 milhões de euros), o que representa um aumento de cerca de 94,8% face a 2010.

Em consequência destas performances operacional e financeira, o resultado antes de impostos ascendeu a 82,1 milhões de euros (2010: 74 milhões euros) e o resultado líquido total de 2011, no montante de 64,8 milhões (do qual 41,1 milhões de euros relativos ao resultado atribuível ao GRUPO), manteve-se sensivelmente o mesmo face a 2010 (64,3 milhões de euros).



2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15).

No segmento Portugal, apesar da manutenção do nível de actividade em 2011, foi possível aumentar a margem EBITDA para 9,8% (2010: 6,4%), permitindo obter um crescimento em termos de EBITDA no montante de 22 milhões de euros.

A actividade na Europa Central teve um crescimento excepcional em 2011 (59%), tendo o volume de negócios naquele mercado ascendido, em 2011, a 381 milhões de euros (2010: 239 milhões de euros). A sua carteira de encomendas no final de 2011 (508 milhões de euros) permite antecipar para 2012 também um bom desempenho a este nível. A ligeira melhoria das margens operacionais (2011: 3,7%; 2010: 3,3%), aliada ao aumento do volume de negócios, permitiu quase que duplicar o EBITDA do mercado (2011: 14 milhões de euros; 2010: 7,8 milhões de euros).

O segmento de África registou um volume de negócios de 575 milhões de euros (2010: 626 milhões de euros). A redução registada devem-se à evolução no mercado de Angola, no qual não foi ainda possível a recuperação dos níveis de produção esperados; mantém, no entanto, uma excelente carteira de encomendas (735 milhões de euros), permitindo antecipar a recuperação dos atrasos nas obras em curso. Em contrapartida, o crescimento da contribuição dos outros mercados em África (principalmente em Moçambique) continua a confirmar mais um ano com excelente performance nesta geografia. Adicionalmente, o novo *mix* permitiu registar uma margem EBITDA perto dos 19%.

De igual forma, na América, registou-se uma acentuada melhoria das margens (margem EBITDA de 9,8% em 2011, que compara com 7% em 2010), acompanhada de grande crescimento do volume de actividade, a um ritmo que se espera poder ser ainda mais forte no próximo ano, em face do nível de carteira de encomendas, tanto no Peru como no México.

As *guidelines* do PLANO AMBIÇÃO 2013 do GRUPO, de diversificar a actividade e o risco, estão a ser seguidas com sucesso, sendo de destacar o seguinte na área da Engenharia & Construção: a conclusão da implementação da MOTA-ENGIL ANGOLA; forte carteira de encomendas em África (1.611 milhões de euros); a consolidação da MOTA-ENGIL CENTRAL EUROPE com resultados históricos; a diversificação da actividade no Peru e também a abordagem aos mercados do Brasil e Colômbia.

Portugal

O segmento de negócios Portugal inclui também a actividade residual da área de Engenharia & Construção em Espanha e na Irlanda.

O sector da Construção Civil e Obras Públicas encontra-se em crise profunda há alguns anos em Portugal, com fraca procura, excesso de capacidade instalada e esmagamento das margens praticadas. Influenciado por um enquadramento económico desfavorável, fruto da crise da dívida soberana e do exigente plano de austeridade implementado pelo governo português, o sector voltou a registar, durante o ano de 2011, uma quebra acentuada na sua actividade.

O ano de 2011 apresentou o pior registo de que há memória, com as mais recentes estimativas a apontarem para uma quebra de produção de cerca de 9,4% (contração de 6,5% em 2009), fruto de reduções de actividade de 17% na habitação, de 8,5% nos edifícios não residenciais e de 5% na engenharia civil.

Ao contrário de anos anteriores, em que o investimento público foi usado como um dos principais instrumentos de dinamização da economia nacional, desde 2010 que se assiste a uma tendência de utilização deste instrumento em sentido contrário, para consolidação das contas públicas. Em 2011 observou-se uma forte redução do investimento público com o montante global dos concursos abertos a diminuir 29,7%, o que corresponde a uma contração de 1,2 mil milhões de euros, face aos 4,3 mil milhões de euros postos a concurso em 2010.

Os bancos portugueses continuam com grandes dificuldades no acesso ao financiamento, o que, consequentemente, se traduz em fortes constrangimentos no financiamento da economia e numa diminuição do investimento privado. As empresas de Engenharia & Construção confrontam-se, em simultâneo, com uma forte pressão de desalavancagem e com um aumento significativo dos custos de financiamento. Por outro lado, o mercado habitacional, o mais penalizado pela crise financeira, sofre de uma diminuição sem precedentes dos novos créditos à habitação.

Apesar desta crise prolongada, sistémica e profunda, o GRUPO perspectiva o ano de 2012 com um optimismo moderado. A reorganização interna do segmento, que dotou as respectivas empresas de uma maior eficiência operacional, económica, financeira e de gestão, permite encarar a actual conjuntura económica e financeira com a certeza que o segmento Portugal sairá fortalecido após a recuperação do sector.

Em 2011, o volume de negócios do segmento em Portugal (excluindo Espanha e Irlanda) ascendeu a 648 milhões de euros, valor ainda assim ligeiramente superior ao observado em 2010 (641 milhões de euros), a reflectir a boa carteira de encomendas angariada em anos anteriores. A par desta manutenção do nível de actividade, a rentabilidade operacional manteve uma performance bastante positiva, fruto quer da qualidade de carteira que tem vindo a ser angariada, quer na área rodoviária quer na construção civil, quer das políticas de racionalização de recursos que tem vindo a ser efectuada. Na sequência das dificuldades sentidas no mercado interno, aliadas ao dinamismo do processo de internacionalização da actividade da construção, o mercado doméstico viu mais uma vez reduzir o seu peso no total do volume de negócios da área: em 2011 o mercado português representou apenas 37% da actividade de construção do GRUPO (2010: 40%).

Verificou-se também uma alteração da tipologia das empreitadas, com crescimento das obras rodoviárias e concentração da produção em empreitadas de maior dimensão e menor número de estaleiros, comparativamente a anos anteriores. Para além da construção das obras do Douro Interior e do Pinhal Interior destacam-se, pela sua importância, as seguintes empreitadas:

- Remodelação e Ampliação do Mercado do Bom Sucesso no Porto;
- Centro Comercial Fórum Sintra;
- Fábrica de Baterias da Nissan;
- Barragem de Foz Tua;
- Hospitais de Loures e da Ilha Terceira;
- Empreendimento da Central Hidroelétrica Venda Nova III;
- Novo Museu dos Coches.

Foram ainda executadas diversas infra-estruturas hidráulicas, realizadas para a EDIA, bem como várias empreitadas de Remodelação de Escolas para a Parque Escolar, que se evidenciaram no panorama geral, devido ao cumprimento de objectivos de prazos e qualidade.

No sector imobiliário, destaque para o arrendamento do Edifício Báltico localizado no Parque das Nações, em Lisboa. Este empreendimento, com cerca de 15.000 m² de área locável, totalmente adaptado às necessidades do arrendatário, foi ocupado na sua totalidade, tendo sido assinado um contrato de arrendamento por 15 anos.

Europa Central

A área da Engenharia & Construção, embora presente em cinco países da Europa Central (Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria e Roménia), concentra fundamentalmente a sua actividade na Polónia.

O sector da construção na Polónia tem assistido a um rápido crescimento desde 2007/2008, essencialmente devido ao Campeonato Europeu de Futebol (Euro 2012), ao investimento público em infra-estruturas apoiadas por fundos comunitários e ao crescimento do mercado imobiliário. Não obstante, o ano de 2011 revelou um abrandamento do investimento público nas infra-estruturas rodoviárias, com particular incidência nas auto-estradas principais e nos projectos relacionados com o Euro 2012. Este abrandamento, anunciado nos últimos meses de 2010, foi confirmado pela revisão do Programa Nacional de Construção Rodoviária, que adiou vários projectos.

Apesar da tendência recente de diminuição dos novos contratos de construção de auto-estradas e vias rápidas, espera-se que se mantenham os fortes investimentos na reconstrução, renovação e modernização das estradas regionais e municipais. Adicionalmente, as autoridades polacas encontram-se a estudar a realização de concursos para obras rodoviárias sob a modalidade de PPP, que incluem também serviços de manutenção e reconstrução/modernização.

A melhoria sustentada do sector da construção residencial e comercial amplia o leque de oportunidades para

expandir e consolidar a actividade da MOTA-ENGIL CENTRAL EUROPE. São ainda esperados investimentos significativos em projectos relacionados com a energia e infra-estruturas ambientais, justificando o objectivo de diversificação definido para este segmento.

Neste contexto, a MOTA-ENGIL CENTRAL EUROPE manteve uma forte carteira de encomendas em 2011, tendo angariado dois novos grandes contratos, relativos a dois troços da Via Rápida S8. Em paralelo, e no seguimento de uma estratégia de expansão geográfica e de diversificação, a empresa tem vindo a consolidar a sua presença em várias regiões da Polónia e desenvolvido actividade em novos segmentos, nomeadamente em obras de construção civil e ambientais.

Desta forma, a MOTA-ENGIL CENTRAL EUROPE conta com uma carteira sólida que compreende grandes contratos rodoviários e vários contratos de média dimensão em diferentes segmentos e regiões do país, num montante superior a 500 milhões de euros. Em 2011, o volume de negócios da Polónia ascendeu a 362 milhões de euros, o que representa um crescimento expressivo de 89% face aos 191 milhões alcançados em 2010. Com efeito, o peso da Polónia na actividade da área de Engenharia & Construção passou de 12% em 2010 para 21% em 2011.

Para o excelente desempenho de 2011 destaca-se o contributo das seguintes empreitadas na Polónia:

- Via Rápida S7 troço Skarzysko Kamienna – Występa;
- Ponte sobre o Rio Vistula em Sandomierz;
- Via Rápida S8 Jezewo – Białystok;
- Via Rápida S8 Wrocław – Oleśnica;
- Desvio de Przemyśl;
- Desvio de Dobczyce;
- Via Rápida S3 Międzyrzec – Świebodzin;
- Via Rápida S3 Międzyrzec – Świebodzin.

No âmbito do plano estratégico estabelecido em 2010, a actividade desenvolvida pela área imobiliária durante 2011 teve como objectivo principal a criação de uma carteira de projectos residenciais junto dos principais centros de actuação da MOTA-ENGIL CENTRAL EUROPE, sendo de destacar os seguintes:

- Projecto Kilinskiego, Lodz – foram desenvolvidos os planos arquitectónicos e obras conceptuais, de modo a obter a licença de construção;
- Projecto Dmowskiego, Wrocław – O projecto foi alterado para "residencial" em 2011 tendo os trabalhos de concepção já começado, de forma a obter a licença de construção;
- Projecto Wilanow, Varsóvia – o único projecto de habitação residencial desenvolvido durante o ano 2011 na Polónia;
- Projecto Mierova, Bratislava – a construção terminou e a licença de ocupação para o projecto multifuncional foi recebida em Agosto. Mais de 50% dos 184 apartamentos foram alienados durante o ano;
- Projecto Devonska, Praga – este complexo residencial multifamiliar, com 145 apartamentos, começou a ser construído e tem conclusão prevista para início de 2013;
- Projecto Steinerova, Praga – a construção terminou e a licença de ocupação para o projecto multifuncional foi recebida em Dezembro. Cerca de 35% dos 49 apartamentos foram pré-vendidos durante o ano;
- Projecto Jeremiasova, Praga – foram desenvolvidos os planos arquitectónicos e obras conceptuais, de modo a obter a licença de construção.

África

A área da Engenharia & Construção está presente nos seguintes países de África: Angola, Moçambique, Malawi, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, que no seu conjunto representam um peso de 33% da actividade da área de negócio.

O mercado africano é um mercado natural para o GRUPO MOTA-ENGIL, presente no continente há várias décadas,

em particular em Angola, onde se encontra há mais de 65 anos. A actividade em Angola, Moçambique e Malawi é bastante representativa, sendo uma das maiores empresas do sector em cada um dos mercados o que, por conseguinte, coloca o GRUPO numa excelente posição para beneficiar do enorme potencial de crescimento destes mercados.

A África Subariana, impulsionada pela exploração das suas riquezas naturais e beneficiando dos elevados preços das *commodities*, tem obtido um forte crescimento económico nos últimos anos. Este crescimento, tem permitido que os respectivos governos adoptem políticas de investimento em novas infra-estruturas, factor essencial para o fomento do investimento privado e para o desenvolvimento de outros sectores de actividade, como a agricultura, indústria, comércio ou turismo.

Ao contrário da situação financeira da Europa, nestes mercados verifica-se a existência de financiamento disponível, o que está a alavancar o crescimento e a suportar a realização de avultados investimentos públicos e privados, nomeadamente no sector da mineração. Os avultados investimentos privados conjugados com os ambiciosos programas de obras públicas desenhados para fazer face à elevada carência de infra-estruturas, constituem um enorme potencial de crescimento para a actividade de Engenharia & Construção.

A empresa brasileira Vale, a segunda maior mineira do mundo e a maior empresa privada da América Latina, acordou com os governos do Malawi e de Moçambique a construção do Corredor Ferroviário de Nacala, que liga as minas de carvão de Moatize e o porto de Nacala. A construção dos 145,11 km de linha férrea no Malawi foi adjudicada à MOTA-ENGIL por um montante superior a 700 milhões de dólares. Com efeito, a carteira do Malawi ascende a 662 milhões de euros, suportada essencialmente por clientes privados do sector da extracção de minérios.

Moçambique tem beneficiado de avultados investimentos estrangeiros nos últimos anos e de um forte apoio das organizações para o desenvolvimento, o que tem impulsionado a construção de infra-estruturas no país. Com efeito, este mercado tem assumido uma cada vez maior importância para a MOTA-ENGIL, que em 2011 aumentou 86% o volume de negócios. O ano ficou marcado pela conclusão da Vila dos Jogos Pan-Africanos em Maputo. A obra, que decorreu num período recorde de 10 meses, visou na construção de infra-estruturas básicas como estradas, 848 apartamentos, um reservatório elevado, parque de cerimónias e piscina olímpica.

Em Angola, principal mercado externo do GRUPO MOTA-ENGIL, o ano de 2011 foi o primeiro ano de actividade da MOTA-ENGIL ANGOLA, sociedade que resulta de uma parceria entre o GRUPO, com 51% do capital, e um consórcio angolano liderado pela petrolífera Sonangol, com 49% do capital. Com efeito, o ano de arranque da empresa foi um ano de estruturação da nova empresa, marcado pela transferência dos activos e das participações financeiras para a MOTA-ENGIL ANGOLA.

A actividade do GRUPO em Angola, fruto do atraso no arranque por parte dos promotores, observou uma contracção de 14% em 2011. Esta redução foi, no entanto, compensada por um aumento da margem EBITDA, fruto de medidas de eficiência e redução de custos. Por outro lado, a carteira de encomendas observou um crescimento expressivo, aumentando cerca de 291 milhões de euros face a 2010, a reflectir a adjudicação de importantes obras públicas e privadas, tais como:

- Projecto de construção da barragem do Calueque, para o Ministério da Energia e Águas, em Angola, com a duração de 25 meses e um montante de 164 milhões de dólares;
- Projecto Expansão Sonangol (Postos de Abastecimento) em Angola, com a duração de 12 meses e um montante global de 107 milhões de dólares;
- Projecto IMOLAP – Lotes 1 e 3, fase de construção de projecto imobiliário em Angola, com a duração de 24 meses e um montante global de 99 milhões de dólares;
- Projecto Cidade Financeira – Acabamentos – 3ª Fase, para a Finicapital, em Angola, com a duração de 18 meses e um montante global de 73 milhões de dólares.

O volume de negócios do segmento África registou, em 2011, uma diminuição de 8% para 575 milhões de euros (2010: 626 milhões de euros), a reflectir o atraso no arranque de algumas obras em Angola. Não obstante, a rentabilidade operacional do segmento foi extremamente positiva, passando 17,1% em 2010 para 18,8% em 2011, o que representa um crescimento da rentabilidade operacional em termos absolutos para 107,9 milhões de euros. Destaque ainda para a carteira de encomendas deste segmento que apresenta os maiores valores de sempre, atingindo cerca de 1.611 milhões de euros em 2011 (2010: 920 milhões), o que suporta as excelentes

perspectivas de crescimento do GRUPO neste mercado.

América

A área da Engenharia & Construção está presente nos seguintes países da América: México, Peru e Colômbia que, no seu conjunto, representam um peso de 8% da actividade da área de negócio.

O ano de 2011 foi excelente para a actividade da MOTA-ENGIL no Peru, sendo que a estabilidade dos mercados e o forte crescimento económico do país permitiram ao GRUPO continuar a desenvolver a estratégia de crescimento e diversificação da empresa. A actividade, anteriormente mais focalizada em trabalhos de movimentação de terras para o sector mineiro, tem-se diversificado progressivamente para outros sectores, tais como a construção de estradas e a realização de contratos plurianuais de conservação e manutenção de infra-estruturas. Esta aposta na diversificação da actividade tem contribuído decisivamente para excelente desempenho da actividade no país que, em 2011, atingiu um volume de negócios de 114 milhões de euros (2010: 46 milhões).

A carteira de encomendas também tem crescido significativamente, sustentando as fortes expectativas do GRUPO para este mercado. Em 2011 a carteira ascendeu a 344 milhões de euros, o que representa um crescimento de 74% face à carteira de 2010, destacando-se as seguintes adjudicações:

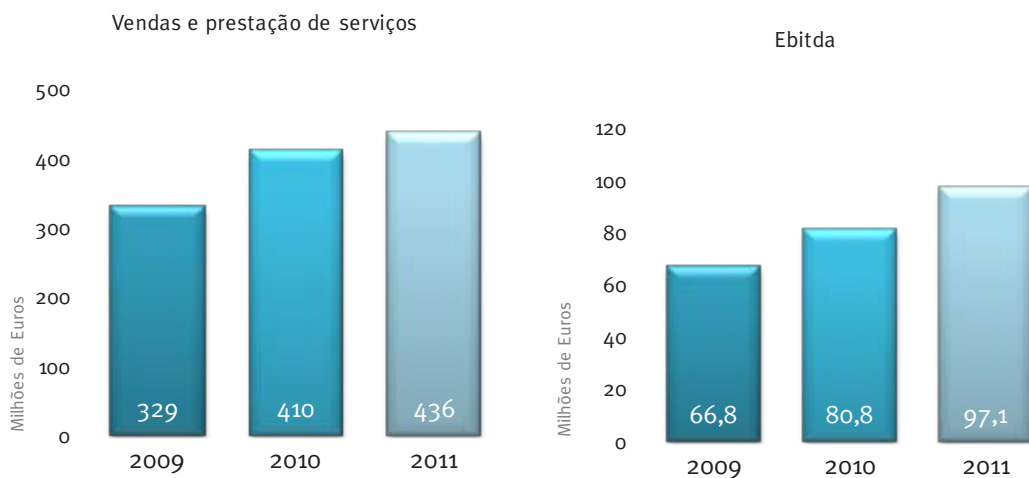
- Construção de uma bacia de Lixivação e processamento de ouro na região de La Libertad no montante de 83 milhões de dólares;
- Construção e recuperação de estradas de acesso a uma mina na região de Cusco, no montante global de 494 milhões de nuevos soles (aproximadamente 125 milhões de euros).

No México, continua a construção da auto-estrada "Perote-Banderilla y Libramiento de Xalapa". Em 2011 foi assinado um aditamento ao contrato da concessão que reforça o investimento e prevê a ampliação da auto-estrada para um perfil A4. A construção será realizada pelos Grupos MOTA-ENGIL e Isolux Corsán através de um veículo próprio detido a 50% por cada um deles. O valor do novo contrato de construção é de cerca de 75 milhões de euros.

O GRUPO tem ainda como objectivo estratégico alargar a sua presença no segmento de negócio América, nomeadamente no Brasil e na Colômbia. Ambos os mercados apresentam boas taxas de crescimento económico e fortes planos de investimento em infra-estruturas públicas, o que os torna prioritários no projecto expansão internacional da área de negócio Engenharia & Construção. Através da sua sucursal na Colômbia, o GRUPO encontra-se activamente a participar nos concursos públicos enquanto que no Brasil o GRUPO conta investir na tomada de uma posição maioritária numa sociedade a operar no mercado brasileiro.

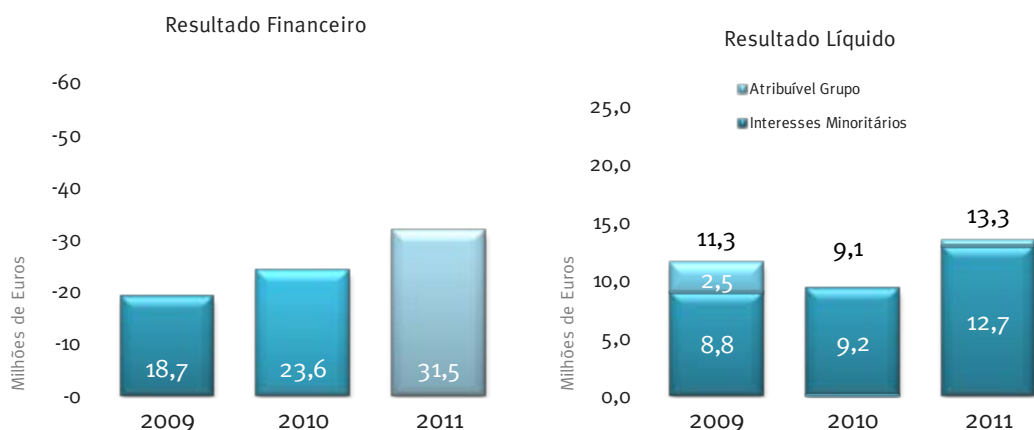
O segmento de negócio da América registou, em 2011, um aumento do volume de negócios de 78% para os 148 milhões de euros (2010: 83 milhões de euros). Ao nível da rentabilidade operacional, o desempenho em 2011 foi também positivo, com o EBITDA de 14,5 milhões de euros, que compara com 5,8 milhões de euros obtidos em 2010.

Ambiente & Serviços



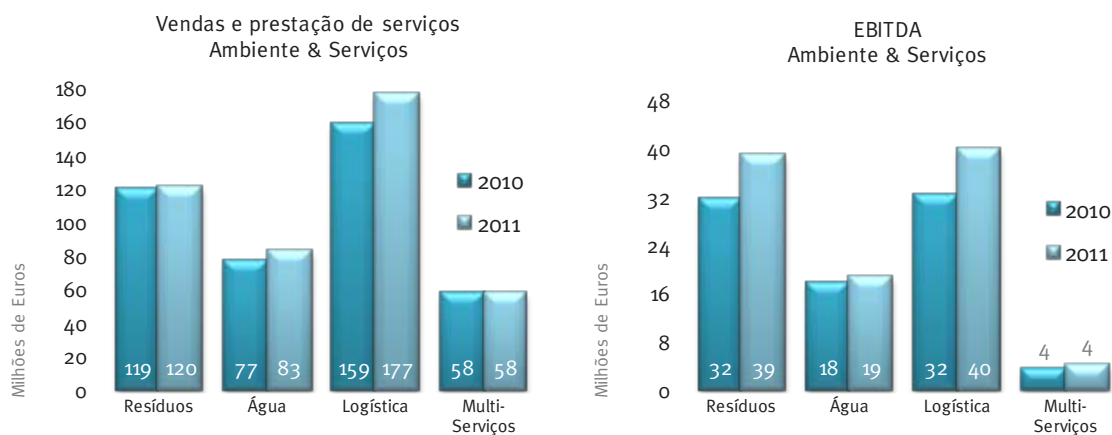
2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15).

A actividade da área de Ambiente & Serviços registou uma boa performance em 2011, quer em termos de volume de negócios, quer em termos de rentabilidade operacional. O volume de negócios em 2011 ascendeu a 436 milhões de euros (2010: 410 milhões de euros), representando um crescimento de cerca de 6%. Este crescimento, aliado ao crescimento das margens EBITDA (2011: 22,3%; 2010: 19,7%), provocaram melhorias relevantes ao nível do desempenho operacional, tendo o EBITDA crescido cerca de 20% (2011: 97,1 milhões de euros; 2010: 80,8 milhões de euros).



2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15).

Os resultados financeiros da área de negócios contribuíram para o resultado líquido do GRUPO no montante negativo de 31,5 milhões de euros (2010: negativo em 23,6 milhões de euros), o que representa um desvio de cerca de 33,8% face a 2010. Fruto desta performance operacional e financeira, o resultado antes de impostos ascendeu a 23 milhões de euros (2010: 21,6 milhões de euros) e o resultado líquido total a 13,3 milhões de euros (2010: 9,1 milhões de euros), do qual o montante de 12,7 milhões de euros é relativo a interesses que não controlam.



2009: Dados pro-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15).

O segmento da Logística continua a representar a maior fatia da actividade da área de negócios, representando cerca de 41% do seu volume de negócios. A seguir aparece o segmento de resíduos com um peso relativo de 28%. Estes dois segmentos representam cerca de 68% do total da área Ambiente & Serviços em termos de volume de negócios (2010: 67%) e 81% em termos de rentabilidade operacional medida pelo EBITDA (2010: 75%).

Resíduos

Em 2011, a actividade de Resíduos atingiu um crescimento residual de 6%, tendo o seu volume de negócios passado de 119,2 milhões de euros, em 2010, para os 120,5 milhões de euros, em 2011. Em termos de EBITDA, assistiu-se a uma melhoria das margens (32,3% em 2011, face a 26,6% em 2010), o que contribuiu para o aumento do nível de EBITDA em cerca de 22,5% em relação ao ano passado (2011: 38,9 milhões de euros; 2010: 31,7 milhões de euros).

O segmento de negócio dos Resíduos apresenta-se consolidado no SUBGRUPO SUMA, integrando mais de três dezenas de empresas, que complementam as suas actividades numa aliança estratégica cujo objectivo é oferecer múltiplas soluções no âmbito do ciclo de vida dos Resíduos. A SUMA detém um perfil único no mercado nacional, com mais de 15 anos de liderança na sua área de actuação e competências reconhecidas no domínio da Gestão Integrada de Resíduos. A aposta na diversificação de serviços e especialização em actividades com maior potencial de desenvolvimento, nomeadamente no mercado dos resíduos industriais e do tratamento, permitem uma maior abrangência ao nível da oferta de serviços. A opção de internacionalização neste segmento de negócio evidencia a ambição de crescimento e permite o desenvolvimento da organização, com perspectivas mais ambiciosas e simultaneamente sustentáveis.

O sector dos Resíduos em Portugal não é alheio à crise global, cujos efeitos nas actividades relacionadas com a área vêm acentuar as dificuldades de crescimento e investimento que perduram há largos anos. Todas as iniciativas de desenvolvimento estratégico nesta área não têm produzido os efeitos desejáveis no crescimento da actividade e no expectável incentivo à iniciativa privada, não promovendo a aproximação da realidade nacional aos valores de referência da União Europeia. Apesar dos desenvolvimentos ao nível da inovação e implementação das melhores práticas e do esforço demonstrado pelos privados no sector dos Resíduos, ainda será longo o percurso do progresso em Portugal, apresentando-se a internacionalização como um caminho alternativo para as empresas empreendedoras.

A SUMA, estruturada nos valores do serviço ao ambiente e na contribuição para o bem-estar das populações, assume-se como *player* de referência no mercado de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana. O resultado económico da sua actividade é o que mais contribui para os resultados deste segmento, acrescentando também a maior fatia em termos de volume de negócios. Importa destacar o crescimento no mercado dos resíduos industriais, com os relevantes contributos das empresas CORREIA & CORREIA, ENVIROIL e TRIU. O ambicioso projecto de internacionalização no segmento dos Resíduos ganha cada vez maior relevo, registando-se

um aumento no volume de negócios essencialmente por via da empresa VISTA WASTE, que presta serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana em Angola. Em conjunto com a EKOSRODOWISKO na Polónia, que presta serviços de recolha e limpeza urbana, limpeza de neve, limpeza de interiores e manutenção de espaços verdes, o peso relativo do volume de negócios realizado no exterior atinge já cerca de 25% do volume de negócios total. Com o alargamento da implantação geográfica aos mercados da Europa Central e África, a SUMA procura aplicar o *know-how* adquirido na prestação de serviços de excelência às populações nacionais, com o objectivo de evidenciar a sua qualidade e vê-la reconhecida além-fronteiras. A liderança do mercado nacional privatizado no segmento dos resíduos sólidos urbanos está consolidada há mais de uma década, apresentando-se a SUMA no final do ano 2011 com uma quota de mercado de 53%, que corresponde a uma população servida de 2,2 milhões de habitantes. Relativamente ao segmento da gestão e tratamento de resíduos sólidos urbanos, a SUMA presta serviços à população de 36 concelhos em Portugal, servindo mais de 600 mil habitantes, no Continente e nos Açores. No estrangeiro, com contratos efectivos durante o ano 2011, a população abrangida ascende a 485 mil habitantes em 11 municípios da Polónia e 900 mil habitantes em 3 municípios de Angola.

Os meios humanos, factor chave do sucesso neste negócio, ascendem a 3.099 trabalhadores, dentro e fora de Portugal. Através de uma política de inovação organizacional e da definição de estratégias de motivação, pretende-se o aumento da produtividade e o comprometimento com a cultura do GRUPO. O investimento nos meios logísticos que se adequam às necessidades dos serviços passa por uma análise cuidada das questões de qualidade, eficiência e segurança, permitindo apetrechar a empresa com os recursos que garantam o melhor desempenho, quer a nível produtivo quer a nível ambiental. O parque de equipamentos ultrapassa já 1.130 viaturas, entre pesadas e ligeiras, complementadas com mais de 2.400 equipamentos ligeiros de produção. A contentorização distribuída ascende a 73.000 contentores, número demonstrativo da dimensão deste GRUPO.

O sucesso deste projecto é corroborado com a distinção por via de diversas certificações e acreditações em sistemas integrados de gestão implantados em empresas do GRUPO. As políticas de inovação, espírito de iniciativa e mudança, dinamismo e desenvolvimento, resultam da procura incessante da eficiência e excelência nas actividades desenvolvidas. Da avaliação dos indicadores de referência resulta uma constatação de crescimento e continuidade, que permite encarar o futuro com optimismo e com o empenho necessário à prossecução dos objectivos traçados e assentes na consolidação sustentada da liderança em Portugal e crescimento sustentável para mercados internacionais.

No final do ano de 2011, por opção estratégica e no âmbito de uma conjugação de interesses entre o GRUPO MOTA-ENGIL e o Grupo Leão, a SUMA alienou a totalidade da sua participação na Geo Vision por troca de um aumento da participação na concessão rodoviária, no Brasil, Concessionária Rodovias do Tietê (CRT), de 40% para 50%. Em 31 de Dezembro de 2011, a operação ainda estava pendente de autorização dos financiadores e do concedente.

Água

O segmento de negócio da Água inclui as concessões de abastecimento de água e saneamento dos concelhos de Fafe, Santo Tirso, Trofa, Santa Maria da Feira, Matosinhos e Vila do Conde, controladas pelas participadas do SUB GRUPO INDAQUA, tendo as três primeiras somente o serviço de abastecimento de água. Inclui também uma parceria público-privada (PPP) com o Município de São João da Madeira para a gestão do serviço público municipal de abastecimento de água e recolha de águas residuais e pluviais no concelho de São João da Madeira.

Estas concessões têm prazos que variam entre os 25 e os 50 anos e a PPP tem uma vida ilimitada, envolvendo a gestão de cerca de 210.000 clientes e de 4.400 km de redes de abastecimento de água e saneamento.

No mercado internacional, a INDAQUA controla, desde 2009, a VISTA WATER, sociedade que actua no mercado angolano, tendo em 2011 em execução o contrato de assessoria técnica ao programa “Água para Todos” para o Ministério da Energia e Águas. Durante o ano foram-lhe adjudicados o contrato relativo aos serviços de assessoria na criação e *start-up* das Águas de Saurimo e Dundo e o contrato de formação na operação e manutenção de infra-estruturas de saneamento básico, programa patrocinado pela União Europeia.

Ainda no mercado internacional e no 2º semestre de 2011, foi adjudicado a um consórcio que integra a INDAQUA, o *upgrade*, operação e manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Macau, actividades que se

iniciaram em Outubro de 2011.

A INDAQUA é o maior operador privado português no que diz respeito ao universo das concessões municipais de água. No serviço de saneamento, tendo em conta que nas concessões de Fafe e Santo Tirso/Trofa esse serviço não é prestado, a INDAQUA detém a segunda posição do mercado.

A evolução do mercado nacional em 2011 foi desfavorável aos interesses de crescimento da INDAQUA, porquanto o lançamento de concursos tem sido escasso e sucessivamente adiado. Não obstante este facto, o número total de clientes da INDAQUA em Dezembro de 2011 ultrapassava já os 210 mil, o que representa um aumento de cerca de 3,9%, face a 2010, e o volume de água facturado foi da ordem dos 23 milhões de metros cúbicos, evidenciando uma diminuição das captações de água. O total de utentes de saneamento em Dezembro de 2011 ascendia a cerca de 142 mil, o que consubstancia um aumento de cerca de 3,8%, face a 2010 e o volume facturado foi de cerca de 15,2 milhões de metros cúbicos.

O investimento do segmento em Portugal ascendeu a 42 milhões de euros, sendo que os maiores investimentos foram em infra-estruturas, pela execução de diversas obras conforme definido nos planos de investimento das sociedades concessionárias.

No mercado nacional, e face à debilidade financeira do Estado, a INDAQUA perspectiva que a partir de 2012 sejam lançados alguns concursos para concessões municipais ou participação em empresas municipais, tendo como objectivo participar em todos eles, caso os mesmos se venham a revelar sustentáveis do ponto de vista económico-financeiro.

Para 2012, no mercado internacional, a INDAQUA perspectiva estar presente em concursos públicos no Peru na área da operação e manutenção de infra-estruturas de saneamento básico, bem como continuará a procura de novos mercados geográficos onde possa rentabilizar as competências adquiridas ao longo dos anos no mercado nacional.

Logística

O segmento da Logística compreende toda a actividade do GRUPO no sector logístico (operação de terminais rodo-ferroviários, de logística integrada e de transporte ferroviário de mercadorias) e portuário (operação de terminais marítimos).

A TERTIR, sociedade do GRUPO que agrega as empresas de logística, ocupa uma posição de liderança e de referência na operação de terminais portuários (Lisboa, Leixões, Setúbal e Aveiro). Consolidando o seu *know-how* em concessões de infra-estruturas públicas, fornece ainda actividades integradas de estiva, transporte rodoviário e ferroviário, instalações logísticas e intermodais, distribuição, transitários e outros serviços relacionados, destacando-se como primeiro operador privado português a entrar no sector do transporte ferroviário de mercadorias e como co-promotor da maior plataforma logística do país, localizada no Poceirão, que irá servir Lisboa e os portos de Lisboa, Setúbal e Sines.

A nível internacional, o GRUPO está presente em diversos países, com destaque para a concessão de 30 anos do Porto de Paita, situado no norte do Peru, adjudicada em 2009 ao consórcio controlado pelo GRUPO (TERMINALES PORTUARIOS EUROANDINOS) e para a concessão por 35 anos do terminal de contentores do Ferrol, na Galiza, adjudicada em Julho de 2011 ao Terminal de Contentores de Ferrol, sociedade detida a 100% pela TCL (Terminal de Contentores de Leixões). Presença internacional crescente tem tido também a TRANSITEX, transitário de cargas que articula os movimentos dos contentores porta-a-porta, presente em países como Espanha, Moçambique, México, Brasil, Colômbia e Peru.

Fruto da reorganização societária iniciada em anos anteriores e concluída em 2011, o segmento da Logística apresenta-se hoje com uma estrutura societária mais eficiente e simplificada. As diversas operações de fusão e de permuta de partes de capital permitiram a concentração da actividade de algumas empresas numa só e colocaram todas as sociedades do segmento sob domínio da TERTIR.

Num contexto de fraca actividade económica em Portugal, o sector exportador destacou-se pela positiva em 2011, com um crescimento anual de cerca de 15%. Os terminais portuários beneficiaram do bom desempenho do

comércio externo nacional, movimentando cerca de 796 mil contentores que comparam com os 716 mil movimentados em 2010. Para 2012 e 2013, as perspectivas do governo português e da Comissão Europeia apontam para um crescimento continuado das exportações o que abre excelentes perspectivas para o reforço da aposta nos vários negócios ligados à cadeia de valor da logística.

No que respeita ao transporte ferroviário, e após ter sido atribuída à TAKARGO RAIL, em 2006, a licença de operador de transporte de mercadorias em caminho-de-ferro, a mesma consolidou a sua operação como uma referência ibérica no transporte ferroviário de mercadorias.

Na sequência da revogação por parte da Assembleia da República do decreto-lei que prevê a prorrogação até 2042 da concessão do terminal de Alcântara, o tribunal arbitral considerou que a referida revogação não tem legalidade jurídica.

Ao longo do ano, este segmento continuou a representar a maior fatia da actividade da área de negócio. Com um aumento de actividade de 10,9% face a 2010, o segmento foi responsável por 177 milhões de euros de volume de negócios (2010: 159 milhões de euros). Em termos de EBITDA, assistiu-se a uma melhoria das margens (22,5% em 2011, face a 20,3% em 2010), razão pela qual o EBITDA cresceu cerca de 23% em relação ao ano passado, tendo atingido o montante de 39,7 milhões de euros (2010: 32,3 milhões de euros). Este comportamento reflecte o crescimento verificado nas exportações nacionais em 2011, com impacto directo nas actividades portuárias e de transportes rodo-ferroviários.

Multi-Serviços

O GRUPO MOTA-ENGIL agrega um conjunto de empresas vocacionadas para a prestação de serviços em que a subcontratação se afigura como uma alternativa interessante para os seus clientes, que assim poderão libertar-se de funções que não constituem o seu *core business*.

Entre o conjunto de empresas que integram esta área, é de referir a actuação nos segmentos da manutenção industrial e de edifícios através da MANVIA. Esta empresa actua também na reabilitação de condutas através da MANVIA CONDUTAS. Em 2011, registou-se um assinalável crescimento das actividades da MANVIA, tendo o seu volume de negócios ultrapassado os 19 milhões de euros, com um crescimento assinalável também da sua rentabilidade e da carteira de encomendas. A carteira de encomendas aumentou cerca de 20%, atingindo os 74 milhões de euros. Do ponto de vista operacional, destaca-se a continuidade da execução bastante satisfatória do contrato de manutenção do Metro do Porto para a empresa concessionária Prometro, SA.

Outra área de intervenção é a arquitectura paisagística e concepção, construção e manutenção de espaços verdes e campos de golfe, através da VIBEIRAS e ÁREAGOLFE, respectivamente. A VIBEIRAS tem também presença no mercado internacional, nomeadamente em Angola através da VBT, em Moçambique, através da VIBEIRAS Moçambique e em Marrocos através de uma sucursal.

A VIBEIRAS, apesar das dificuldades do mercado nacional, conseguiu também crescer em volume de negócios alcançando os 23,4 milhões de euros. Além disso, conseguiu assegurar uma carteira de encomendas bastante interessante para o ano de 2012. Em termos de perspectivas futuras para o desenvolvimento das actividades de espaços verdes, destaca-se a VBT que fechou o ano com um resultado no *break-even* mas com uma carteira de encomendas muito promissora para as actividades da empresa em 2012.

De referir também a presença no mercado de concessões de parques de estacionamento através das empresas EMSA e PARQUEGIL, com espaços de estacionamento concessionados em várias cidades portuguesas.

Por último, salientam-se ainda a LOKEMARK, empresa especializada no *outsourcing* dos serviços de *billing* e *finishing* de correios e marketing directo, e a VORTAL, empresa pioneira especializada no desenvolvimento e gestão de plataformas de transacções electrónicas.

Globalmente, em 2011, as actividades do segmento Multi-Serviços atingiram um volume de negócios de 58,5 milhões de euros, que representa um crescimento de 1,6% relativamente ao ano de 2010 e o EBITDA registou um valor de 4,3 milhões de euros, que corresponde igualmente a um crescimento de aproximadamente 7% relativamente ao registado em 2010.

Ascendi Group

A ASCENDI GROUP é o resultado da parceria celebrada entre o GRUPO MOTA-ENGIL e o Grupo Banco Espírito Santo no final de 2006 para área das concessões de transportes.

O processo de concentração de participações iniciou-se em 2010, através de uma operação de aumento de capital da ASCENDI GROUP integralmente subscrito pela ESConcessões e da entrada em espécie das participações sociais por esta detidas nas concessões Norte, Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, e Grande Porto. Em 2011 deu-se continuidade ao processo de transferência de participações, tendo sido concretizada a aquisição da participação na Vialitoral e da CRT – Concessionária Rodovias do Tietê (Brasil).

Ainda no âmbito do processo de reorganização societária que tem estado a decorrer ao nível da ASCENDI GROUP, foi constituída em Portugal a ASCENDI IGI - INOVAÇÃO E GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURAS, SA, empresa totalmente detida pela ASCENDI O&M e que foi incorporada a ASCENDI CONCESSÕES DE TRANSPORTES, SGPS na ASCENDI GROUP através de uma operação de fusão por incorporação.

Evolução do portefólio de concessões e da carteira de activos

A ASCENDI GROUP ainda não concretizou todas as transferências de activos, uma vez que as autorizações necessárias passam por um processo burocrático complexo. A transferência das restantes participações deverá ser concretizada no decorrer de 2012, dentro do cronograma previsto. O quadro abaixo traduz o portefólio actual e futuro (quando forem concluídas as transferências):

Concessionária	Participação Actual ⁽¹⁾	Participação Prevista ⁽¹⁾	km	Termo	Investimento (M€)
Portugal					
LUSOPONTE – CONCESSIONÁRIA PARA A TRAVESSIA DO TEJO	38,02%	38,02%	19,5	2030	897
ASCENDI – AUTO-ESTRADAS DO NORTE	74,87%	74,87%	175,0	2029	1.272
Scutvias – Auto-Estradas da Beira Interior	-	22,23%	178,0	2029	812
ASCENDI – AUTO-ESTRADAS DA COSTA DE PRATA	80,20%	80,20%	109,6	2030	499
ASCENDI – AUTO-ESTRADAS DAS BEIRAS LITORAL E ALTA	80,20%	80,20%	172,5	2031	1.130
ASCENDI – AUTO-ESTRADAS DO GRANDE PORTO	80,20%	80,20%	55,5	2032	841
Vialitoral – Concessões Rodoviárias da Madeira	4,75%	4,75%	44,2	2025	390
ASCENDI – AUTO-ESTRADAS DA GRANDE LISBOA	-	80,20%	91,1	2036	290
ASCENDI – ESTRADAS DO DOURO INTERIOR	8,85%	80,75%	242,3	2038	931
ASCENDI – ESTRADAS DO PINHAL INTERIOR	8,09%	79,99%	520,3	2040	1.429
Total Portugal			1.608,0		8.491
Espanha					
Auvisa – Autovía de Los Viñedos	-	50,00%	75,0	2033	210
Autopista Madrid – Toledo	-	15,00%	81,0	2040	600
Total Espanha			156,0		810
América Latina					
México – Concesionaria Autopista Perote – Xalapa	30,00%	50,00%	60,0	2038	389
Brasil – Concessionária Rodovias do Tietê	40,00%	50,00%	415,0	2039	470
Total América Latina			475,0		859
África					
Moçambique – Nova Ponte de Tete	40,00%	40,00%	701,0	2039	151
Total África			701,0		151
Concessões Ferroviárias					
MTS – Metro, Transportes do Sul	18,09 %	24,89%	20,0	2032	338
TOTAL			3.046,0		10.854

(1) Participações detidas (ou a deter) directamente pela ASCENDI GROUP, SGPS, SA, ou por qualquer outra empresa pertencente ao seu perímetro de consolidação

Reforço das participações em Portugal

No âmbito do processo de reorganização das participações e dando sequência à estratégia de reforço da presença em Portugal, em 14 de Abril de 2011, a ASCENDI GROUP reforçou a sua carteira de activos passando a deter 4,75% da sociedade Vialitoral – Concessões Rodoviárias da Madeira. Esta sociedade tem sede no Funchal e foi constituída em 24 de Agosto de 1999, tendo como objecto social exclusivo a exploração e manutenção do troço rodoviário da ER 101, compreendido entre Ribeira Brava e Caniçal na ilha da Madeira, em regime de concessão de serviço público, de exclusividade e de portagem sem cobrança aos utilizadores (“SCUT”).

Cobrança Electrónica de Portagens (ASCENDI O&M)

A ASCENDI O&M foi a empresa veículo que em 2009 investiu no novo sistema de cobrança electrónica genericamente conhecido como *Multi-Lane Free-Flow* (MLFF) para permitir a cobrança dos utilizadores nas antigas concessões SCUT da Costa de Prata e do Grande Porto. O sistema entrou em operação plena em Outubro de 2010 e o ano de 2011 foi um ano de consolidação das operações, de estabilização da plataforma informática e de aperfeiçoamento da troca de informação com a Estradas de Portugal, S.A. e os restantes parceiros de negócio. O sucesso destes projectos foi reconhecido nacional e internacionalmente através da atribuição de dois prémios, nomeadamente o prémio IDC – *CIO Awards 2011* – como um dos 10 melhores projectos tecnológicos de 2011 desenvolvidos em Portugal e o *SAP Quality Awards 2011 – Gold Award*, considerado o melhor projecto ibérico de implementação de solução tecnológica para novos negócios. Durante o ano de 2011, foram colocados em operação os sistemas de cobrança de portagens electrónicas das concessões das Beiras Litoral e Alta, do Interior Norte, onde a ASCENDI opera o sistema de cobrança e, ainda, na subconcessão do Pinhal Interior. Com as novas aberturas, a ASCENDI O&M passou a gerir um total de 104 pontos de cobrança, que representam o processamento de perto de 1 milhão de transacções por dia.

ASCENDI IGI – INOVAÇÃO E GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

Esta sociedade foi constituída em Novembro de 2011 sendo integralmente detida pela Ascendi O&M. Tem por objecto social a investigação, desenvolvimento, comercialização de produtos e prestação de serviços relativos a gestão, operação, manutenção, exploração e assistência técnica de infra-estruturas e operação de portagens, e, bem assim, a prestação de serviços de apoio na gestão e transferência de riscos.

ASCENDI DOURO INTERIOR

Na Subconcessão do Douro Interior, a actividade prosseguiu como programado, com a conclusão de uma parcela já muito significativa da obra prevista e sucessiva entrada em serviço de diversos lanços ao longo do ano. Trata-se de uma obra de grande significado loco-regional, constituída essencialmente por um perfil de estrada no Itinerário Principal 2 (IP2), entre Macedo de Cavaleiros e Celorico da Beira, e no Itinerário Complementar 5 (IC5), entre Murça e Miranda do Douro. Tem, no seu extremo Sul, na ligação à A25 em Celorico, cerca de 20 Km com perfil de auto-estrada com duas faixas de rodagem em cada sentido. Dos 242 Km previstos construir em toda a subconcessão, entraram ao serviço em 2011 23 Km em Julho, 57 Km em Setembro e 54 Km em Novembro o que, juntamente com os 46 Km anteriormente em serviço, perfaz um total de 180 km em operação.

Estão ainda em curso obras em dois lanços do IC5, nomeadamente Nozelos – Mogadouro, de 46 Km e Carlão – Pombal, de 16 Km. Este último é de especial complexidade técnica já que inclui uma obra de arte muito significativa – a Ponte sobre o Rio Tua – cujo tabuleiro foi concluído com sucesso já em Janeiro de 2012.

ASCENDI PINHAL INTERIOR

Na Subconcessão do Pinhal Interior a actividade prosseguiu como programado, seja com obras de beneficiação na rede concessionada de estradas Nacionais e Regionais, seja, principalmente, com um significativo desenvolvimento das obras nos Lanços a construir de raiz. A subconcessão abrange um total de 520 Km, subdivididos em 30 lanços. Essencialmente compreende um eixo Norte-Sul com perfil de auto-estrada – o IC3, um outro eixo Leste-Oeste (o IC8) que cruza o primeiro e que tem um perfil de via rápida e, finalmente, um conjunto de estradas nacionais e regionais na região do Pinhal Interior.

A construção nova está essencialmente ao longo do IC3, na extremidade Nascente do IC8, entre Proença-a-Nova

e Perdígão e, ainda, na Nacional 238, entre Cernache do Bonjardim e Oleiros. No final de 2011 estavam em construção cerca de 124 Km.

Brasil - CONCESSÃO RODOVIAS DO TIETÊ (CRT)

No seu terceiro ano de operação, a CRT teve como foco principal o investimento constante na malha viária concessionada, para além do aperfeiçoamento do seu modelo de gestão, visando a excelência na prestação de serviços e operando vias seguras e inteligentes, geridas por uma equipa capacitada e motivada. De entre os principais investimentos destacam-se o início das obras no Contorno de Piracicaba, que contribuirá para o desenvolvimento do município, através do escoamento do tráfego e da produção industrial, para além de ter sido ponto chave para a instalação da fábrica da Hyundai na cidade. Iniciou-se também a duplicação de 59 km da SP-308 e 31 km da SP-101, importantes vias de acesso do interior para a cidade de São Paulo, além da substituição do pavimento de mais de 400 km de vias. No âmbito interno, finalizou-se a construção da nova sede administrativa, possibilitando melhores condições de trabalho a toda a equipa, para além da implantação de um novo modelo de gestão (BPM) que tem por objectivo a construção de um ambiente diferenciado com base nas melhores práticas de gestão, governo corporativo, gestão de projectos e gestão por processos de negócio.

No final do ano de 2011, por opção estratégica e no âmbito de uma conjugação de interesses entre o GRUPO MOTA-ENGIL e o Grupo Leão, a SUMA alienou a totalidade da sua participação na Geo Vision por troca de um aumento da participação na concessão rodoviária, no Brasil, Concessionária Rodovias do Tietê (CRT), de 40% para 50%. Em 31 de Dezembro de 2011, a operação ainda estava pendente de autorização dos financiadores e do concedente.

México - CONCESSIONARIA AUTOPISTA PEROTE-XALAPA

No México, conclui-se, em Julho de 2011, o processo de negociação com o concedente para a ampliação do perfil de 2x1 para 2x2, tendo-se simultaneamente alargado o prazo de concessão de 30 para 45 anos. Para tal, foi fechado com o Fonadin um crédito subordinado, num montante superior a 2,8 mil milhões de pesos mexicanos. Esta alteração vai aumentar o nível de serviço da concessão e permitirá que todo o eixo de ligação entre o porto de Veracruz e a Cidade do México (via Xalapa) se realize no perfil de 2x2 vias, aumentando o potencial de tráfego desta concessão.

Moçambique – ESTRADAS DO ZAMBEZE

O ano 2011 caracterizou-se pelo início da construção da Nova Ponte de Tete, com implementação das fundações da ponte e viadutos de acesso. O financiamento destas actividades foi efectuado por recurso à Linha de Crédito Concessional (primeiro desembolso em Março de 2011), por um aumento do capital da sociedade no montante de 1,2 milhões de euros e ainda pela transferência, a partir de Maio de 2011, das receitas do concedente provenientes da cobrança de taxas de fronteira na zona de influência da concessão (fronteiras com o Malawi, Zâmbia e Zimbabwe). Em Outubro de 2011, foi formalmente iniciado o processo de assistência e vigilância rodoviária nos 700 quilómetros de estradas na província de Tete.

Novos projectos

De forma a assegurar a continuidade da expansão da actividade da ASCENDI, para criar valor para os seus accionistas e reforçar a sua presença nas economias mundiais, para além da aposta nos mercados actuais (América Latina e África), a ASCENDI decidiu investir nos mercados emergentes asiáticos, nomeadamente na Índia. Assim, em consórcio com a Essar Projects Limited, participou em 3 pré-qualificações: Six Lining of Agra-Etawah Bypass Section, Six Lining of Chandikhole-Paradeep Section e Six Lining of Gundugolanu to Rajahmundry Section. A ASCENDI foi uma das empresas seleccionadas para o projecto Six Lining of Agra-Etawah Bypass Section e tem a expectativa de ser pré-qualificada para os dois restantes projectos.

4. MOTA-ENGIL na bolsa

A crise financeira no espaço do euro que já havia marcado o ano de 2010, agravou-se de forma notória, exigindo que a União Europeia e o FMI concedessem apoios financeiros à Grécia, Irlanda e Portugal. Neste contexto, os mercados obrigacionistas grego e português evoluíram de forma muito negativa, apesar do esforço do Banco Central Europeu para conter a subida de taxas, que se materializou na compra massiva de títulos de dívida pública desses países. O contágio a outros mercados europeus, designadamente o espanhol e o italiano, uma realidade que marcou o 1º semestre do ano, acabou por se dissipar no último trimestre do ano. Simultaneamente, avolumaram-se riscos de instabilidade no Médio Oriente, primeiro com as revoltas populares no norte de África e depois com a crescente tensão entre os Estados Unidos da América e a Síria e o Irão. Durante o ano, foram igualmente significativas as revisões em baixa do crescimento económico das principais economias mundiais, com especial destaque para as da zona Euro.

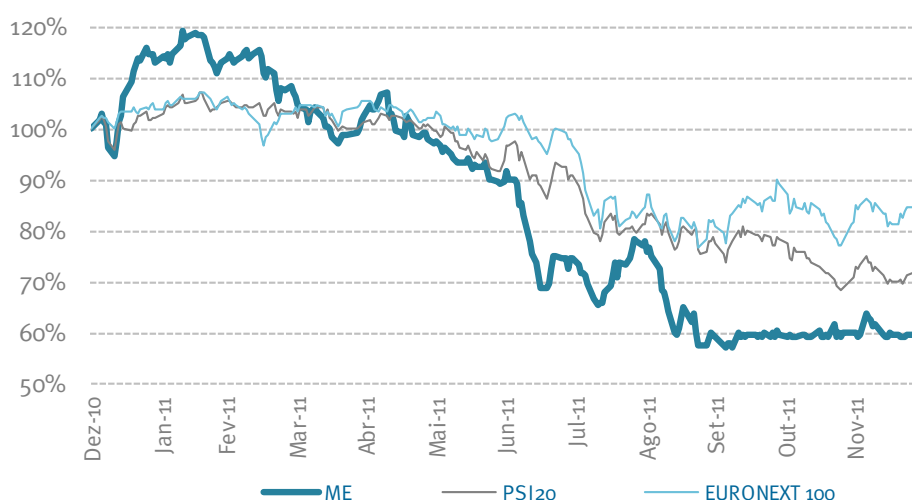
Neste contexto extremamente desfavorável em que os investidores mostraram pouco interesse por ações de países da “periferia da Europa” e se revelaram particularmente avessos a investir em empresas do sector de construção e obras públicas, as ações da MOTA-ENGIL registaram um comportamento anual negativo de 41% face ao ano anterior, ano em que já haviam registado uma queda de 56%.

O comportamento anual do título pode ser analisado como se segue:

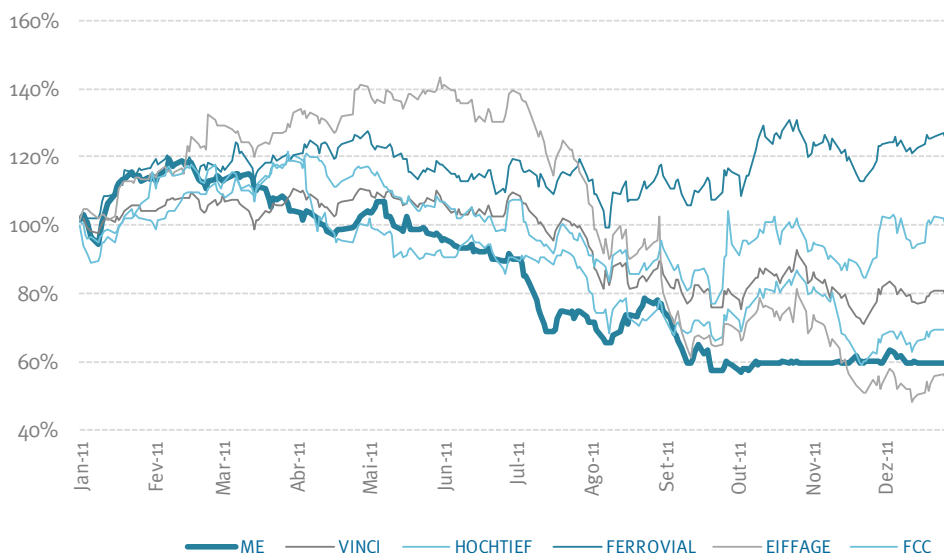
	1º semestre 2011	2º semestre 2011	Performance total 2011	1º semestre 2010	2º semestre 2010	Performance total 2010
Acção Mota-Engil	-59%	19%	-41%	-46%	-10%	-56%
PSI-20	-128%	100%	-28%	-17%	6%	-10%
EURONEXT 100	-114%	100%	-14%	-9%	10%	1%

A evolução da “performance” da cotação pode ser analisada nos gráficos seguintes:

Evolução da performance do título 2011



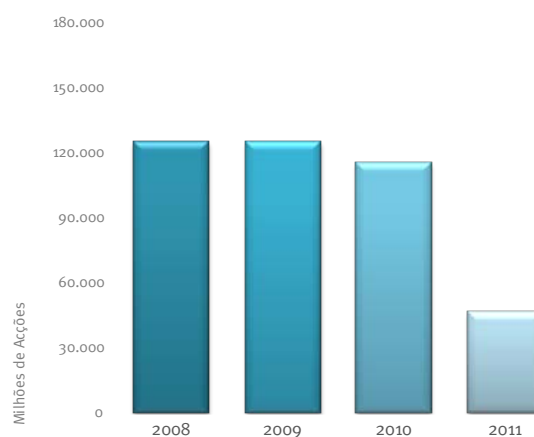
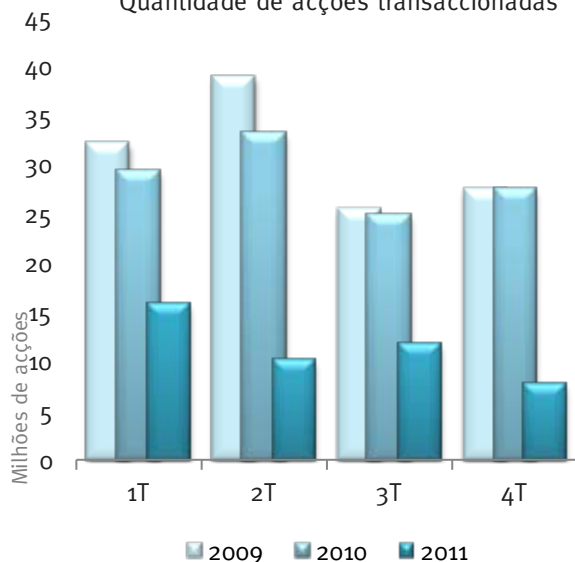
Evolução da performance do título 2011



O valor intrínseco do título, de acordo com a avaliação dos oito analistas financeiros que o acompanham, mantém uma margem significativa para se valorizar. Os *price targets* para a MOTA-ENGIL situam-se entre € 1,25 e € 3,30 (a última cotação do título em 31 de Dezembro de 2011 foi de € 1,035).

No que respeita ao volume, foram transaccionadas em 2011 46 milhões de acções, menos 60% do que no ano anterior. A evolução da liquidez pode ser analisada nos gráficos seguintes:

Quantidade de acções transaccionadas



A empresa distribuiu um dividendo ilíquido de 11 centavos por acção, que foi pago no primeiro semestre do ano e que corresponde a um *dividend yield* de 7,4% para a cotação média do título durante o ano.

O Conselho de Administração apresenta neste relatório uma proposta de aplicação de resultados, na qual consta o pagamento de um dividendo de 11 centavos por acção.

5. Gestão de risco

A Gestão de Risco tem como objectivo central a criação de valor, através de processos de gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem atingir o GRUPO e as suas participadas, estando subjacente uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo.

A exposição ao risco por parte de qualquer participada do GRUPO MOTA-ENGIL deverá estar sempre subordinada à sua estratégia e ser limitada e acessória à actividade de cada empresa, para que se prossigam e atinjam os objectivos traçados nas diversas áreas de negócio.

O processo de Gestão de Risco é da responsabilidade de cada uma das administrações das áreas de negócio do GRUPO, concretizando-se genericamente num conjunto sequencial de etapas ou fases que se repetem ciclicamente e que a seguir se apresentam:

- Identificação do risco: determinação dos riscos a que a organização está exposta e do nível de tolerância de exposição a esses riscos;
- Mensuração do risco: quantificação das exposições ao risco e produção de relatórios de base à tomada de decisão;
- Controlo e gestão do risco: definição de acções a empreender para fazer face ao risco;
- Implementação das medidas de gestão de risco definidas;
- Monitorização: avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégias.

O GRUPO MOTA-ENGIL dispõe de diversas comissões, que se constituem como órgãos de natureza consultiva, cuja missão consiste no acompanhamento de temas de primeira importância para o seu desenvolvimento sustentado, provendo uma visão independente e objectiva que suporte o processo de tomada de decisão do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

A Comissão de Auditoria e Risco tem como principal função apreciar políticas de investimento e risco de negócios e projectos do GRUPO, examinar e emitir pareceres sobre projectos de investimento ou desinvestimento, emitir pareceres sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio e monitorar operações financeiras e societárias relevantes.

Assim, os principais riscos a que o GRUPO está sujeito e que em seguida se abordam são acompanhados pelos reportes internos daquela comissão, em conjugação com os relatórios ou comunicações emitidos pelos titulares das funções corporativas com destaque para a Direcção Jurídica, a Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativa, a Direcção de Finanças Corporativas e a Direcção Corporativa de Recursos Humanos.

A Comissão de Auditoria e Risco, com a missão de apoiar a gestão do GRUPO MOTA-ENGIL no reforço dos meios e métodos de actuação ao nível do controlo interno e de antecipação do risco de negócio, deu continuidade ao novo ciclo de actividade, iniciado em 2008, através do Gabinete de Auditoria e Risco, cuja estrutura de recursos está especificamente alocada às seguintes funções:

- Identificação e avaliação de riscos, sugerindo o estabelecimento de níveis aceitáveis de risco em função dos objectivos de gestão definidos;
- Emissão de pareceres sobre alterações do grau de risco existente nos negócios do GRUPO MOTA-ENGIL;
- Minimização de ineficiências operacionais e perdas, reforçando a capacidade do GRUPO MOTA-ENGIL na identificação de eventos potencialmente danosos, na avaliação de riscos e na proposição de respostas, reduzindo, desta forma, custos ou perdas imprevistas;

- Identificação de riscos transversais dentro do GRUPO, auditando a implementação de políticas corporativas e de boas práticas do GRUPO MOTA-ENGIL;
- Emissão de pareceres prévios sobre riscos inerentes às aquisições ou alienações definidas pelo GRUPO MOTA-ENGIL;
- Auditoria da conformidade no desenvolvimento dos processos ou actividades em todas as áreas e empresas materialmente relevantes do GRUPO MOTA-ENGIL.

Elaborado que foi o mapeamento de risco das empresas materialmente relevantes do GRUPO MOTA-ENGIL, anualmente são efectuadas auditorias internas em várias empresas do GRUPO, procurando-se promover a eficiência dos meios de controlo interno e a melhoria dos respectivos processos de negócio. Esta metodologia garante um carácter dinâmico na monitorização do risco em cada uma das operações do GRUPO MOTA-ENGIL, promovendo as acções adequadas em função do risco percepcionado e acompanhando a sua evolução.

Adicionalmente, em 2010, reforçou-se o acompanhamento da implementação de medidas sugeridas no decurso de trabalhos efectuados anteriormente.

Gestão do Risco Financeiro

O GRUPO MOTA-ENGIL, à semelhança de todas as outras empresas e negócios, está exposto a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque os riscos de taxa de juro, cambial de transacção e de conversão, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da actividade e induz incertezas quanto à capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos adequados à remuneração dos capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros do GRUPO visa minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados financeiros. Esta incerteza, que se reflecte em diversas vertentes, exige especial atenção e medidas concretas e efectivas de gestão.

A actividade de gestão de risco financeiro é coordenada pela Direcção de Finanças Corporativas, com o apoio e suporte da Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo, e desenvolve-se de acordo e em conformidade com as orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, com intervenção consultiva da Comissão de Auditoria Investimento e Risco, que daquele é delegada, não deixando de ser uma responsabilidade das administrações de cada uma das unidades de negócio do GRUPO MOTA-ENGIL.

A postura do GRUPO relativamente à gestão dos riscos financeiros é cautelosa e conservadora, recorrendo, quando aconselhável, a instrumentos derivados para cobertura de riscos, sempre na perspectiva de que estes se relacionem com a actividade normal e corrente da empresa, não assumindo nunca posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que se revistam de carácter especulativo.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas de cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, contribuindo essa integração para a prossecução do mesmo objectivo, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

Risco de Taxa de Juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objectivo a optimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, pretende controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira do GRUPO, maioritariamente denominada em euros.

Até 2008, foram realizadas, por várias áreas de negócio, diversas operações de fixação ou limitação de variação

nas taxas de juro em empréstimos, sobretudo indexadas à Euribor, por contratação de “swaps” ou realização de outras operações estruturadas sobre derivados, a custo zero, que contribuíram (e contribuirão, no futuro), para a redução da sensibilidade dos custos financeiros a eventuais movimentos ascendentes nas taxas de juro.

A contratação destas operações teve como racional subjacente a prossecução do objectivo de realização e/ou manutenção da cobertura em cerca de 30% da dívida corporativa do GRUPO, emitida normalmente em regime de taxa indexada ou variável.

Depois de 2008, face à estagnação a que têm estado votadas as taxas de juro de curto e médio longo prazo, estáveis em mínimos históricos, em sequência da grave e prolongada crise económico-financeira que atravessamos, não têm sido realizadas novas operações de cobertura deste risco, estando o GRUPO, contudo, atento à inversão de tendência que certamente acompanhará a inevitável retoma das economias nos anos que se avizinham.

Risco de Taxa de Câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio tem por objectivo a redução da volatilidade em investimentos e operações expressas em moeda externa (moedas que não o euro), contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

A exposição do GRUPO MOTA-ENGIL a risco cambial resulta sobretudo da presença de várias das suas participadas em diversos mercados, nomeadamente Angola e Europa Central, em que a actividade representa uma parcela cada vez mais importante do volume de negócios, mas também, desde 2009, da presença na América Central e do Sul, em especial nos mercados mexicano e brasileiro, que trazem novos desafios, com a exposição a novas moedas e novas realidades económico-financeiras.

Em termos de gestão de risco cambial, procura-se, sempre que possível ou aconselhável, realizar coberturas naturais de valores em exposição pelo recurso a dívida financeira denominada na moeda externa em que se expressam os valores em risco. Sempre que tal não se revele possível ou adequado, promove-se a contratação ou realização de outras operações baseadas em instrumentos derivados, estruturadas, numa lógica de minimização do seu custo, nomeadamente para cobertura de riscos em transacções cambiais futuras, com grande grau de certeza quanto a montante e data de realização.

Risco de Liquidez

A política de gestão de risco de liquidez tem por objectivo garantir que existem fundos disponíveis a cada momento no GRUPO e nas suas participadas, suficientes para que estas possam fazer face, em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos. Trata-se, portanto, de assegurar que o GRUPO dispõe dos meios financeiros (saldo e fluxos financeiros de entrada) necessários para solver compromissos (fluxos financeiros de saída) no momento em que estes se tornam exigíveis.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro ao GRUPO numa óptica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afectam todos os negócios;
- Contratação e manutenção de linhas de crédito excedentárias de curto prazo, que se constituem como reservas de liquidez, disponíveis para utilização a todo o momento;
- Realização de um rigoroso planeamento financeiro, por empresa, concretizado na elaboração e revisão periódica de orçamentos de tesouraria, possibilitando a previsão antecipada de excedentes e défices futuros de tesouraria, e a optimização e gestão integrada de fluxos financeiros entre participadas do GRUPO;

- Financiamento dos investimentos no MLP, adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento à capacidade de geração de fluxos de caixa de cada projecto ou empresa;
- Início do processo de negociação do refinanciamento de empréstimos de médio e longo prazo a vencer no ano, com 6 meses de antecedência sobre a respectiva maturidade;
- Manutenção de uma estrutura de dívida nas empresas, com níveis de financiamento no médio e longo prazo situados entre os 60% a 70%, reduzindo assim a sua dependência de fundos mais voláteis de curto prazo, criando-se alguma imunização a factores conjunturais dos mercados financeiros;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns activos de longo prazo detidos pelo GRUPO;
- Procura de novas fontes de financiamento e de novos financiadores, com o objectivo de:
 - Diversificação geográfica – captação de recursos nos diversos mercados em que o GRUPO desenvolve actividade;
 - Diversificação de instrumentos de dívida – captação de fundos junto de fontes alternativas.

A gestão eficaz do risco de liquidez está intimamente relacionada com a adequada gestão dos restantes riscos financeiros, que contribuem complementarmente para a prossecução deste objectivo, assegurando a realização dos fluxos de caixa nos momentos e nos montantes previstos.

Risco de Crédito

A política de gestão de risco de crédito tem por objectivo garantir que as participadas do GRUPO promovem a efectiva cobrança e recebimento dos seus créditos sobre terceiros nos prazos estabelecidos e/ou negociados para o efeito.

A exposição do GRUPO ao risco de crédito prende-se sobretudo com as contas a receber decorrentes do desenrolar normal das suas diversas actividades, merecendo especial atenção nas actividades de prestação de serviços e/ou vendas a retalho.

A mitigação deste risco é conseguida preventivamente, antes da exposição ao risco pelo recurso a entidades fornecedoras de informação e perfis de risco de crédito que permitem fundamentar a decisão de concessão de crédito. Posteriormente, depois de concedido o crédito, é promovida pela organização a manutenção de estruturas de controlo de crédito e cobrança e, nalguns casos mais particulares, promove-se o recurso à contratação de seguros de crédito junto de seguradoras credíveis do mercado.

Estas medidas contribuem para a manutenção dos créditos sobre clientes dentro de níveis não susceptíveis de afectar a saúde financeira das participadas do GRUPO.

6. Gestão do capital humano do Grupo

Tendo por objectivo efectuar uma gestão global das suas pessoas, promovendo o desenvolvimento transversal dos Recursos Humanos independentemente da área de negócio e geografia em que se encontram a desenvolver a sua actividade, a estratégia de ‘Desenvolvimento do Capital Humano’ do GRUPO MOTA-ENGIL mantém as suas linhas de orientação, garantindo o necessário alinhamento com a estratégia e o ciclo do negócio.

O ano de 2011 caracterizou-se, assim, pela continuidade do trabalho de definição, implementação e consolidação das políticas e modelos corporativos de Recursos Humanos desenvolvidos para o GRUPO, bem como dos programas e projectos corporativos de Recursos Humanos aplicáveis ao universo MOTA-ENGIL.

Esse trabalho tem por base os 4 eixos estratégicos de Recursos Humanos estabelecidos no âmbito do plano ‘Ambição 2013’:

1. Identificar, desenvolver e gerir talento no GRUPO;
2. Promover a internacionalização e a mobilidade de quadros;
3. Cultivar a meritocracia;
4. Fomentar uma cultura homogénea e partilhada

A concretização dos eixos estratégicos de Recursos Humanos definidos é alcançada através do desenvolvimento e implementação de iniciativas de Recursos Humanos, das quais é possível destacar as seguintes:

Identificar, desenvolver e gerir talento no GRUPO;

Dando continuidade ao trabalho de desenvolvimento do talento que caracteriza a universidade corporativa do GRUPO, a MOTA-ENGIL ACTIVE SCHOOL, através da sua Escola de Gestão e Liderança, apostou no ano de 2011 no desenvolvimento de competências consideradas críticas para o sucesso do negócio e das pessoas, investindo de forma direccionada na dinamização de programas de gestão e seminários com foco em *soft skills*.

Promover a internacionalização e a mobilidade de quadros

A estratégia de desenvolvimento do negócio do GRUPO reforçou, ao longo do ano de 2011, a importância do eixo estratégico orientado para a promoção da internacionalização e da mobilidade de quadros.

Neste contexto, e com o objectivo de suportar a criação e desenvolvimento de um negócio global assente num conjunto de processos e instrumentos que promovam uma adequada gestão dos colaboradores em mobilidade no GRUPO, o ano de 2011 permitiu intensificar o trabalho desenvolvido no âmbito da política de mobilidade internacional, garantindo o alargamento da sua vigência e implementação nos vários mercados em que a MOTA-ENGIL tem presença.

Paralelamente, a aposta na mobilidade interna de colaboradores revelou-se igualmente de extrema pertinência, o que motivou a concepção do Modelo Corporativo de Recrutamento e Integração, um novo *HR Corporate Standard* para a MOTA-ENGIL. Entre outras áreas de actuação, este modelo permitiu definir premissas, regras e procedimentos que visam promover a mobilidade interna e a rotação de quadros, garantindo a resposta às necessidades do GRUPO através da capitalização dos recursos existentes e tirando partido do potencial de sinergias internas, assegurando simultaneamente a retenção do talento dentro da MOTA-ENGIL.

Cultivar a meritocracia

No âmbito do eixo estratégico “Cultivar a Meritocracia”, o ano de 2011 caracterizou-se pela extensão da abrangência do Modelo Corporativo de Gestão do Desempenho e da política retributiva do GRUPO MOTA-ENGIL. O primeiro tem como finalidade apoiar o desenvolvimento, gestão e reconhecimento do desempenho das pessoas,

ao passo que a política retributiva tem como missão recompensar o desempenho individual e de equipa, assegurando um nível de equidade, capacidade de captação, mobilização e retenção dos talentos necessários à gestão do negócio.

Fomentar uma cultura homogénea e partilhada

A MOTA-ENGIL ACTIVE SCHOOL, através da sua escola de Cultura e Valores, desempenha um papel extremamente importante na promoção de uma cultura homogénea e partilhada na MOTA-ENGIL, na medida em que se caracteriza por uma actuação transversal no GRUPO. É uma escola “feita de dentro para dentro”, tendo como objectivo disseminar e reforçar a cultura e valores MOTA-ENGIL nos colaboradores das diferentes unidades de negócio e mercados onde o GRUPO se encontra presente.

Procurando dar resposta à necessidade de acompanhar indicadores chave da actividade que, por um lado, traduzam as prioridades estratégicas e preocupações do GRUPO em matéria de recursos humanos e, por outro, contribuam para a sustentação e alavancagem das metas do negócio, foi desenvolvido ao longo do ano de 2011 o projecto *HR Reporting*, que tem como finalidade servir de instrumento de acompanhamento, dinamização e reforço das prioridades de recursos humanos ao nível estratégico, corporativo e organizacional.

O ano de 2012 dará necessariamente continuidade ao desenvolvimento de políticas, modelos, programas e projectos corporativos de recursos humanos que permitam uma gestão transversal das pessoas do GRUPO. O enfoque nos eixos estratégicos de recursos humanos permitirá garantir o alinhamento com a estratégia e as necessidades dos mercados e do negócio.

7. Actividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração

Durante o ano, os administradores não-executivos participaram regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, sendo que discutiram as matérias em análise e manifestaram as suas opiniões relativamente a directrizes estratégicas e a áreas de negócio específicas. Sempre que necessário, mantiveram um contacto estreito com os directores corporativos e gestores de negócio.

8. Proposta de aplicação de resultados

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta: o Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 40.292.308 euros:

- a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 2.014.615 euros e 40 cêntimos;
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 27º, nº 3 dos Estatutos, o montante de 700.000 euros, correspondentes a cerca de 1,74%;
- c) Para distribuição aos accionistas, 11 cêntimos por acção, cativos de impostos, o valor global de 22.509.926 euros e 45 cêntimos;
- d) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 15.067.766 euros e 15 cêntimos.

9. Perspectivas para 2012

A implementação das linhas estratégicas definidas pelo plano de desenvolvimento estratégico do GRUPO, “AMBIÇÃO 2013”, permite-nos prever que no ano de 2012 será possível manter o crescimento dos negócios consolidados, reforçando as vertentes da internacionalização e diversificação.

A recentemente anunciada reorganização do GRUPO potenciará, já em 2012, o crescimento, a melhoria da eficiência operacional e a criação de valor.

Desta forma, e em linha com os seus objectivos estratégicos, o GRUPO MOTA-ENGIL prevê para o ano de 2012 o seguinte:

- Crescimento do Volume de Negócios Consolidado superior a 15%, suportado numa forte carteira de encomendas nos mercados externos;
- Manutenção das margens em Portugal, apesar de redução do Volume de Negócios;
- Estabilização de margens na Europa Central, com manutenção da actividade;
- Forte crescimento do Volume de Negócios em África, com margens sustentadas em carteira diversificada geograficamente;
- Estabilização das margens na América, com manutenção das taxas de crescimento;
- ASCENDI GROUP com contribuição para o Resultado do GRUPO inferior a 10 M€;
- Carteira de encomendas acima de 3,5 mil milhões de euros, suportada na actividade internacional.

Alerta-se para o facto de que estas perspectivas não correspondem a um compromisso quanto a performance futura do GRUPO, mas tão somente à melhor capacidade de previsão, nesta data, quanto à actividade das suas empresas em 2012. Assim sendo, a performance que poderá ser efectivamente alcançada em 2012 poderá diferir substancialmente destas previsões. Adicionalmente, a MOTA-ENGIL não se compromete a fazer actualizações ou correcções desta informação por alteração de qualquer factor endógeno ou exógeno que venha a alterar o desempenho do GRUPO.

10. Factos relevantes após o termo do exercício

Em 2012, até à emissão do presente relatório, ocorreu o seguinte facto relevante, cujos detalhes se encontram adequadamente divulgados, a título de divulgação de informação privilegiada, nos sites da MOTA-ENGIL e da CMVM:

- A MOTA-ENGIL, SGPS, SA informa adjudicação de obras em África no valor de 900 milhões de euros

“A MOTA-ENGIL informa que, na sequência do reforço do seu processo de expansão das actividades em mercados emergentes, aumentou a sua carteira de encomendas em África com a adjudicação de obras no valor total de 1,2 mil milhões de dólares (cerca de 900 milhões de euros).

Para o reforço da carteira de encomendas em África contribuíram as seguintes adjudicações:

- Projecto de construção de 145,11 km de linha férrea para a Vale, no Malawi, com a duração de 27 meses e um montante global de 703 milhões de dólares (540 milhões de euros); este projecto enquadra-se no Corredor de Nacala, infra-estrutura de escoamento da produção do projecto mineiro de extracção de carvão em Moatize, Moçambique, de que a Vale é concessionária; a Vale é a segunda maior mineira do mundo e a maior empresa privada da América Latina. Com sede no Brasil e actuação em 38 países, a empresa emprega actualmente mais de 126 mil pessoas.
- Projecto de construção da barragem do Calueque, para o Ministério da Energia e Águas, em Angola, com a duração de 25 meses e um montante de 164 milhões de dólares (126 milhões de euros) a realizar pela MOTA-ENGIL, de um total do projecto de 225 milhões de dólares.
- Projecto Expansão Sonangol (Postos de Abastecimento) em Angola, com a duração de 12 meses e um montante global de 107 milhões de dólares (82 milhões de euros).
- Projecto IMOLAP - Lotes 1 e 3, fase de construção de projecto imobiliário em Angola, com a duração de 24 meses e um montante global de 99 milhões de dólares (76 milhões de euros).
- Projecto Cidade Financeira - Acabamentos - 3ª Fase, para a Finicapital, em Angola, com a duração de 18 meses e um montante global de 73 milhões de dólares (56 milhões de euros).
- Projecto Aldeia Solar, para a Sonangol Holdings, em Angola, com a duração de 10 meses e um montante global de 26 milhões de dólares (20 milhões de euros).

A MOTA-ENGIL mantém o crescimento das suas operações neste mercado, sendo que a sua carteira actual em África ascende a cerca de 1,6 mil milhões de euros.”

11. Nota final

Resta agradecer o empenhamento pessoal e profissional de todos os colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL, dos membros dos Órgãos Sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com as suas diversas empresas.

Porto, 12 de Março de 2012

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho
Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Presidente da Comissão Executiva (*Chief Executive Officer*)

Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (*Chief Financial Officer*)

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Vogal do Conselho de Administração

Eng.^a Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Vogal do Conselho de Administração

Eng.^o Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva
Vogal do Conselho de Administração

Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres
Vogal do Conselho de Administração

Eng.^o Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dr. Pedro Manuel Teixeira Rocha Antelo
Vogal do Conselho de Administração

Professor Doutor Eng.^o Luís Valente de Oliveira
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Dr. António Manuel da Silva Vila Cova
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração



MOTAENGIL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADAS
2011

2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA



Demonstrações dos resultados consolidados separadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

NOTAS	ANO		TRIMESTRAL	
	2011 EURO	2010 EURO	2011 EURO	2010 EURO
	(auditado)	(auditado)	(não auditado)	(não auditado)
Vendas e prestações de serviços 3 e 4	2.176.072.110	2.004.550.902	619.620.160	541.639.191
Outros proveitos	94.107.256	121.758.147	38.500.473	64.331.691
Custo das mercadorias e dos subcontratos 5	(1.174.263.751)	(1.175.693.906)	(357.390.336)	(352.984.489)
Resultado bruto	1.095.915.615	950.615.143	300.730.297	252.986.393
Fornecimentos e serviços externos 6	(415.750.469)	(340.420.025)	(113.943.254)	(88.649.243)
Custos com o pessoal 7	(373.488.767)	(358.586.804)	(83.805.584)	(93.855.274)
Outros proveitos / (custos) operacionais 8	(10.719.064)	(14.314.425)	(6.447.545)	(3.592.057)
	4	295.957.315	237.293.889	96.533.914
Amortizações 4, 9, 17 e 18	(91.195.469)	(86.379.789)	(19.591.331)	(21.641.704)
Provisões e perdas de imparidade 10	(35.377.966)	(19.168.089)	(30.099.133)	(16.799.804)
Resultado operacional 4	169.383.880	131.746.011	46.843.450	28.448.311
Proveitos e ganhos financeiros 4 e 11	81.185.867	79.324.988	30.484.777	28.776.858
Custos e perdas financeiras 4 e 11	(160.899.960)	(130.252.581)	(44.180.441)	(31.402.855)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas 4 e 12	630.094	7.506.187	(2.669.019)	5.174.157
Imposto sobre o rendimento 4 e 13	(19.221.542)	(18.967.917)	(5.505.230)	(117.634)
RESULTADO CONSOLIDADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	71.078.339	69.356.688	24.973.537	30.878.837
Atribuível:				
a interesses que não controlam 4	37.646.285	32.406.014	13.494.222	24.670.125
ao Grupo 4 e 15	33.432.054	36.950.674	11.479.315	6.208.712
Resultado por acção:				
básico 15	0,1727	0,1908	0,0593	0,0315
diluído 15	0,1727	0,1908	0,0593	0,0315

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	ANO		4º TRIMESTRE	
	2011 EURO	2010 EURO	2011 EURO	2010 EURO
	(auditado)	(auditado)	(não auditado)	(não auditado)
RESULTADO CONSOLIDADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	71.078.339	69.356.688	24.973.537	30.878.837
Outros rendimentos integrais				
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	268.601	825.549	17.029.858	1.247.207
Varição, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados	(8.536.077)	1.684.353	(1.668.888)	4.233.169
Varição, líquida de impostos, no justo valor dos activos minerais e outros	(3.241.575)	6.632.284	(5.303.180)	6.632.284
Reclassificação de outro rendimento integral (redução de interesses em empreendimentos conjuntos)	-	(17.394.209)	-	-
Outro rendimento integral de investimentos financeiros em equivalência patrimonial (Nota 19. Investimentos em equivalência patrimonial) e outras variações	(103.912.910)	(22.912.864)	(102.402.766)	(14.610.040)
Outras variações de rendimento integral	-	-	-	-
TOTAL DO RENDIMENTO CONSOLIDADO INTEGRAL	(44.343.622)	38.191.801	(67.371.439)	28.381.458
Atribuível:				
a interesses que não controlam	31.126.145	31.463.649	16.244.920	30.290.537
ao Grupo	(75.469.767)	6.728.152	(83.616.359)	(1.909.080)

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	NOTAS	2011 EURO	2010 EURO
		(auditado)	(auditado)
ACTIVO			
Não corrente			
Goodwill	16	135.372.921	135.309.629
Activos intangíveis	17	307.517.983	264.980.820
Activos tangíveis	18	564.556.702	569.058.903
Investimentos financeiros em equivalência patrimonial	19	216.573.611	336.920.636
Investimentos financeiros disponíveis para venda	20	5.448.764	20.678.852
Propriedades de investimento	21	62.947.053	88.614.797
Clientes e outros devedores	23	156.525.091	80.680.939
Activos por impostos diferidos	13	50.631.819	47.869.265
		1.499.573.944	1.544.113.841
Activos não correntes detidos para venda	38	86.340.429	67.807.496
Corrente			
Inventários	22	242.360.589	203.023.766
Clientes	23	921.214.752	1.008.220.486
Outros devedores	23	364.422.378	303.982.065
Outros activos correntes	23	175.695.222	127.927.830
Instrumentos financeiros derivados	26	469.508	464.598
Caixa e seus equivalentes sem recurso	23	9.305.697	8.636.101
Caixa e seus equivalentes com recurso	23	224.914.409	191.990.001
		1.938.382.555	1.844.244.847
TOTAL DO ACTIVO	4	3.524.296.928	3.456.166.184
PASSIVO			
Não corrente			
Endividamento sem recurso	25	128.719.799	112.974.953
Endividamento com recurso	25	543.231.584	584.034.666
Fornecedores e Credores diversos	27	237.537.318	231.298.170
Provisões	28	88.151.934	71.774.463
Outros passivos não correntes	29	26.186.042	16.929.087
Passivos por impostos diferidos	13	30.302.950	32.482.904
		1.054.129.627	1.049.494.243
Corrente			
Endividamento sem recurso	25	1.988.542	3.413.463
Endividamento com recurso	25	565.040.296	514.952.264
Fornecedores	27	478.149.258	482.169.565
Instrumentos financeiros derivados	26	27.700.288	13.684.750
Credores diversos	27	500.827.625	441.011.161
Outros passivos correntes	29	481.636.706	470.710.839
		2.055.342.715	1.925.942.042
TOTAL DO PASSIVO	4	3.109.472.342	2.975.436.285
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	24	204.635.695	204.635.695
Reservas	24	74.923.859	170.120.973
Resultado consolidado líquido do exercício		33.432.054	36.950.674
CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AO GRUPO		312.991.608	411.707.342
Interesses que não controlam		101.832.978	69.022.557
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		414.824.586	480.729.899
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		3.524.296.928	3.456.166.184

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações das exercícios findos em 31 de

	RESERVAS DE JUSTO VALOR					
	CAPITAL	ACÇÕES PRÓPRIAS	PRÉMIO DE EMISSÃO	INVEST. DISPONÍVEIS PARA VENDA	TERRENOS DE ACTIVOS MINERAIS E OUTROS	DERIVADOS
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2010	204.635.695	(22.558.792)	87.256.034	45.586.328	(1.841.058)	(8.361.134)
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(17.884.232)	6.632.284	2.833.678
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Outras distribuições de resultados	-	-	-	-	-	-
Aquisição de acções próprias	-	(67.728)	-	-	-	-
Transferências para outras reservas	-	-	-	-	-	-
Alteração no interesse de subsidiárias (ME-Angola e outros)	-	-	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	204.635.695	(22.626.520)	87.256.034	27.702.096	4.791.226	(5.527.456)
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2011	204.635.695	(22.626.520)	87.256.034	27.702.096	4.791.226	(5.527.456)
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	(3.241.575)	(4.510.044)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Outras distribuições de resultados	-	-	-	-	-	-
Aquisição de acções próprias	-	(122.705)	-	-	-	-
Transferências para outras reservas	-	-	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação e no interesse de subsidiárias	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	204.635.695	(22.749.225)	87.256.034	27.702.096	1.549.652	(10.037.500)

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

alterações no capital próprio para os Dezembro de 2011 e 2010

RESERVA DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A ACCIONISTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A INT. QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
(31.263.466)	(3.456.971)	72.612.478	342.609.114	50.201.624	392.810.738
277.722	(22.081.975)	36.950.674	6.728.152	31.463.649	38.191.801
-	(21.302.947)	-	(21.302.947)	(10.263.362)	(31.566.309)
-	(837.163)	-	(837.163)	(87.628)	(924.791)
-	-	-	(67.728)	-	(67.728)
-	72.612.478	(72.612.478)	-	-	-
-	83.655.930	-	83.655.930	(3.029.893)	80.626.037
-	921.986	-	921.986	738.166	1.660.152
(30.985.744)	109.511.336	36.950.674	411.707.342	69.022.557	480.729.899
(30.985.744)	109.511.336	36.950.674	411.707.342	69.022.557	480.729.899
2.461.777	(103.611.979)	33.432.054	(75.469.767)	31.126.145	(44.343.622)
-	(21.299.303)	-	(21.299.303)	(4.505.557)	(25.804.860)
-	(795.786)	-	(795.786)	(32.139)	(827.925)
-	-	-	(122.705)	-	(122.705)
-	36.950.674	(36.950.674)	-	-	-
-	(1.028.173)	-	(1.028.173)	6.221.972	5.193.799
(28.523.967)	19.726.769	33.432.054	312.991.608	101.832.978	414.824.586

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	NOTAS	2011 EURO	2010 EURO
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		2.214.911.902	2.010.583.485
Pagamentos a fornecedores		(1.601.953.259)	(1.482.038.133)
Pagamentos ao pessoal		(351.744.481)	(326.646.590)
Fluxos gerados pelas operações		261.214.162	201.898.762
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		(19.714.829)	(24.795.034)
Outros recebimentos/pagamentos de actividades operacionais		12.126.789	31.496.212
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		253.626.122	208.599.940
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	37	1.193.229	2.021.692
Activos tangíveis		8.114.967	16.087.390
Subsídios de investimento		5.216.022	-
Juros e proveitos similares		16.404.450	18.852.211
Dividendos		4.056.624	7.752.202
		34.985.292	44.713.495
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	37	(2.151.013)	(33.443.172)
Activos intangíveis		(45.978.215)	(2.278.766)
Activos tangíveis		(96.373.080)	(142.542.166)
		(144.502.308)	(178.264.104)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		(109.517.016)	(133.550.609)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		61.022.208	149.563.778
		61.022.208	149.563.778
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(37.417.333)	(46.796.845)
Amortizações de contratos de locação financeira		(39.979.671)	(26.867.605)
Juros e custos similares		(78.656.797)	(60.962.160)
Dividendos		(21.299.303)	(21.302.947)
Aquisição de acções próprias		(122.705)	(67.728)
		(177.475.809)	(155.997.285)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		(116.453.601)	(6.433.507)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		27.655.505	68.615.824
Variações decorrentes de alterações de perímetro		18.617	392.215
Efeito das diferenças de câmbio		5.919.882	3.403.393
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	23	200.626.102	128.214.670
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	23	234.220.106	200.626.102

Para ser lido em conjunto com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

o. Nota Introdutória

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA, com sede no Edifício Mota, Rua do Rêgo Lameiro, nº38 4300-454 Porto, (MOTA-ENGIL SGPS ou EMPRESA), e empresas participadas (GRUPO), têm como actividade principal as empreitadas de obras públicas e privadas e actividades com elas conexas.

A descrição mais detalhada das actividades do GRUPO é fornecida na Nota 4. Segmentos de Negócio deste anexo.

Todos os montantes explicitados nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade, salvo se expressamente referido em contrário.

1. Políticas Contabilísticas

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO MOTA-ENGIL foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o GRUPO, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standards Interpretation Committee* (SIC) tal como adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar.

Para o GRUPO, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

1 de Janeiro de 2005 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pelo GRUPO dos IAS/IFRS, de acordo com a IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

As seguintes normas, interpretações, alterações e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, com aplicação obrigatória no exercício económico iniciado em 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez pelo GRUPO MOTA-ENGIL no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

Norma	Data de Emissão	Data de Aplicação ⁽¹⁾	Adoptada pela UE
Emendas			
IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação - classificação das emissões de direitos	08/10/2009	01/02/2010	Sim
IFRIC 14 – Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo	26/11/2009	01/01/2011	Sim
IFRS 1 – Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez	28/01/2010	01/07/2010	Sim
IFRS 8 – Segmentos operacionais	04/11/2009	01/01/2010	Sim
Novas Normas/Interpretações			
IFRIC 19 – Extinguir passivos financeiros através de instrumentos de Capital Próprio	25/11/2009	01/07/2010	Sim
Revisões			
IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas	04/11/2009	01/01/2011	Sim
Melhoramentos			
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2010	06/05/2010	30/06/2010 / 31/12/2010	Sim

(1) Exercícios iniciados em ou após a data referida.

O efeito nas demonstrações financeiras do GRUPO, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, decorrente das normas, interpretações, alterações e revisões acima referidas, quando aplicável, não foi significativo.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se emitidas pelo IASB e pelo IFRIC as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, de aplicação obrigatória apenas para exercícios iniciados após 1 de Janeiro de 2011, sendo que algumas das quais ainda não se encontravam aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma	Data de Emissão	Data de Aplicação ⁽¹⁾	Adoptada pela UE
Emendas			
IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações - Transferências de activos financeiros	07/10/2010	01/07/2011	Sim
IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras - Apresentação de itens de outro rendimento integral	16/06/2011	01/07/2012	Não
IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de activos não depreciáveis revalorizados	20/12/2010	01/01/2012	Não
IAS 19 - Benefícios aos empregados	16/06/2011	01/01/2013	Não
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - compensação de activos financeiros e passivos financeiros	16/06/2011	01/01/2014	Não
IFRS 1 - Adopção pela Primeira Vez de Normas Internacionais de Relato Financeiro: Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas	20/12/2010	01/07/2011	Não
IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações - compensação de activos financeiros e passivos financeiros	16/12/2011	01/01/2013	Não
IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações - divulgações sobre a transição para o IFRS 9	16/12/2011	01/01/2015	Não
Novas Normas/Interpretações			
IFRIC 20 - Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície	19/10/2011	01/01/2013	Não
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	12/05/2011	01/01/2013	Não
IFRS 11 - Acordos conjuntos	12/05/2011	01/01/2013	Não
IFRS 12 - Divulgação de interesses em outras entidades	12/05/2011	01/01/2013	Não
IFRS 13 - Justo valor: mensuração e divulgação	12/05/2011	01/01/2013	Não
IFRS 9 - Activos Financeiros - Classificação e mensuração	12/11/2009	01/01/2013	Não
Revisões			
IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas	12/05/2011	01/01/2013	Não
IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	12/05/2011	01/01/2013	Não

(1) Exercícios iniciados em ou após a data referida.

Em 31 de Dezembro de 2011, e em virtude de não serem obrigatórias, o GRUPO não se encontra a aplicar qualquer das normas acima referidas, sendo que os efeitos da aplicação das mesmas ainda não estão completamente apurados na presente data.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euro por esta ser a moeda principal das operações do GRUPO. As demonstrações financeiras das empresas participadas em moeda estrangeira foram convertidas em Euro de acordo com as políticas contabilísticas descritas na alínea xv) dos principais critérios valorimétricos desta Nota. Todas as estimativas e suposições efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu conhecimento à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IAS/IFRS, o Conselho de Administração do GRUPO adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados, os quais estão descritos na alínea xxv) dos principais critérios valorimétricos desta Nota.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração do GRUPO entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. Bases de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo GRUPO:

a) Empresas do GRUPO

As participações financeiras em empresas nas quais o GRUPO detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas/Sócios e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo GRUPO), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido dessas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada (na rubrica de capitais próprios) e na demonstração dos resultados consolidados (incluída nos resultados líquidos consolidados), respectivamente, nas subrubricas de interesses que não controlam.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o GRUPO absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o GRUPO apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos tenha sido recuperada.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua tomada de controlo ou até à data da sua venda (cedência de controlo), reportando tais efeitos sempre a 1 de Janeiro de cada exercício.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do GRUPO são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o GRUPO detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico (SPE), ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, não existiam entidades nesta situação.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o GRUPO exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeira e operacional da associada - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial, na rubrica investimentos financeiros em equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do GRUPO nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Os activos e passivos de cada associada (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso/(défice) do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respectivamente, como diferença de consolidação positiva ("Goodwill"), sendo adicionada ao valor do investimento financeiro, ou, no caso de défice e de este se manter após reconfirmação do processo de valorização do justo valor, na demonstração de resultados do exercício.

É efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixarem de existir, estas são objecto de reversão.

Quando a proporção do GRUPO nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o GRUPO tenha assumido compromissos para com a associada, registando, nesses casos uma provisão, para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do GRUPO

na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmemente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das associadas para adequar as suas políticas contabilísticas às utilizadas pelo GRUPO.

c) Empreendimentos conjuntamente controlados

A partir 1 de Janeiro de 2010, os interesses financeiros em empresas conjuntamente controladas foram consolidados nas demonstrações financeiras anexas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do GRUPO nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) dessas empresas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

A classificação dos interesses financeiros detidos em empresas controladas conjuntamente é determinada com base:

- nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;
- na percentagem efectiva de detenção;
- nos direitos de voto detidos.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre entidades conjuntamente controladas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao GRUPO.

d) Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's)

Dadas as características muito singulares dos Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's), que se dedicam maioritariamente à actividade de construção e que têm fins muito específicos e delimitados no tempo, os seus resultados são incluídos na demonstração de resultados consolidados, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao GRUPO.

1.3. Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos, julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO nos períodos apresentados são os seguintes:

i) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do GRUPO (subsidiárias), acrescido do valor dos interesses que não controlam, e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica "Goodwill" e quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados. As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas associadas e empresas controladas conjuntamente e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas, à data da sua aquisição, quando positivas, são mantidas na rubrica "Investimentos financeiros em equivalência patrimonial" e quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados.

Adicionalmente, as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do GRUPO (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica "Reserva de conversão cambial".

As diferenças de consolidação positivas geradas antes da data de transição para IFRS mantêm-se registadas pelo valor líquido contabilístico, apurado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, tendo sido objecto de testes de

imparidade naquela data. Adicionalmente, e de acordo com a alternativa prevista no IFRS1 – Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, a Mota-Engil SGPS não aplicou retrospectivamente as disposições da IAS 21 – Efeitos de Alteração de Taxas de Câmbio às diferenças de consolidação positivas geradas antes de 1 de Janeiro de 2004, pelo que, a partir dessa data, passou a mesurar tais diferenças de consolidação na moeda de reporte das suas participadas pelo valor equivalente de Euro naquela data.

O GRUPO, numa base de transacção a transacção (para cada concentração de actividades empresariais), optará por mensurar qualquer interesse que não controla na adquirida ou pelo justo valor ou pela parte proporcional do interesse que não controla dos activos líquidos identificáveis da adquirida. Até 1 de Janeiro de 2011, os interesses que não controlam eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada por contrapartida do valor de “Goodwill”, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transacções de compra ou venda de interesses em entidades já controladas, sem que tal resulte em perda de controlo, são tratadas como transacções entre detentores de capital afectando apenas as rubricas de capital próprio, sem que exista impacto na rubrica de “Goodwill” ou na demonstração de resultados.

Adicionalmente, no momento em que uma transacção de venda gera uma perda de controlo, os activos e passivos da entidade são desreconhecidos, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de Janeiro de 2004, o “Goodwill” era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de “Amortizações” do exercício. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”, o GRUPO suspendeu a amortização do “Goodwill”, sujeitando o mesmo a testes de imparidade.

Anualmente e com referência à data de encerramento de contas, a MOTA-ENGIL SGPS procede à realização de testes formais de imparidade às mesmas. Sempre que o montante pelo qual se encontra registada a diferença de consolidação positiva seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros custos operacionais”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

ii) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o GRUPO, se se puder medir razoavelmente o seu valor e se o GRUPO possuir o controlo sobre os mesmos.

Os activos intangíveis são constituídos basicamente pelos direitos de exploração de concessões (decorrentes da adopção da IFRIC 12 e dos processos de imputação de justo valor aos activos e passivos adquiridos em processos de concentrações empresariais), as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes durante o período de vigência das mesmas, e por software, o qual é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período entre três e seis anos.

Os direitos de exploração resultantes da adopção da IFRIC 12 referem-se aos contratos de concessão dos segmentos da Logística e da Água, ambos da área de Ambiente & Serviços, em que o GRUPO:

- a) Não tem o controlo sobre as infra-estruturas que construiu (ou irá construir) e que actualmente explora, na medida em que os concedentes controlam o uso das infra-estruturas, as condições em que os serviços são prestados e pelo facto das infra-estruturas reverterem para os concedentes no final do período de concessão;
- b) Recebe um direito (licença) de cobrar aos utilizadores como contrapartida dos serviços de construção, exploração e conservação das infra-estruturas para a prestação do serviço público, o qual está dependente do volume de utilização das infra-estruturas por parte dos utentes.

Consequentemente, e de acordo com o previsto na IFRIC 12, as concessões das empresas do GRUPO enquadram-se no modelo do Activo Intangível, tendo o GRUPO adoptado as seguintes políticas contabilísticas nesta matéria:

- a) O Rêdito e os gastos relativos ao serviço de construção são tratados de acordo com a IAS 11 – Contratos de construção. Desta forma, todos os encargos incorridos com a construção das infra-estruturas exploradas pelo GRUPO são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. A retribuição a receber como contrapartida dos serviços de construção prestados é registada como rendimento no exercício a que respeita, de acordo com o método da percentagem de acabamento, calculado pelo rácio entre os custos de construção incorridos face aos custos totais de construção estimados, por contrapartida do registo de um Activo Intangível (“Licenças de Exploração de Concessões”).
- b) As “Licenças de Exploração de Concessões” são amortizadas a partir do momento em que estão disponíveis para uso e numa base sistemática ao longo da concessão, utilizando o método da linha recta ou o método da unidade de produção, conforme mais apropriado.
- c) O Rêdito e os outros proveitos relativos ao serviço de exploração e conservação são tratados de acordo com a IAS 18 – Rêdito. Os encargos incorridos anualmente com a exploração e conservação das infra-estruturas são registados como encargos no exercício a que respeitam. As obrigações contratuais de manter ou repor a infra-estrutura em determinados níveis de capacidade para a prestação do serviço público (nomeadamente grandes reparações) são registadas de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes, ou seja, anualmente é constituído um passivo de acordo com o valor actual da melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar aquela obrigação por contrapartida do registo de um encargo na demonstração dos resultados.
- d) Os custos de empréstimos obtidos, que sejam atribuíveis ao acordo (contrato de concessão), são capitalizados durante a fase de construção do mesmo, em conformidade com a IAS 23 - Custos de Empréstimos Obtidos.
- e) Nos casos em que os acordos, por um lado, prevejam, para além dos serviços de construção iniciais, a prestação de serviços de construção de melhoria (*upgrade*), como contrapartida da licença recebida, e, por outro, cujos benefícios económicos futuros não possam ser directamente relacionados com os próprios serviços de melhoria, é reconhecido um único activo intangível para ambos os serviços de construção (inicial e de melhoria). Nesse caso, na medida em que existe uma obrigação incondicional de prestar serviços de construção de melhoria da infra-estrutura, é reconhecido no momento da construção inicial a totalidade do activo intangível de acordo com a IAS 11 e IAS 18, incluindo o justo valor dos serviços de construção de melhoria a serem prestados no futuro.
- f) Todos os custos relacionados com o acordo e que dele não possam ser dissociados devem ser adicionados ao activo intangível (“Licenças de Exploração de Concessões”) ao seu justo valor.

As despesas de investigação são reconhecidas como gasto do exercício em que são incorridas, enquanto as despesas de constituição e com aumentos de capital são deduzidas ao capital próprio.

iii) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou quaisquer perdas de imparidade acumuladas. As revalorizações são efectuadas periodicamente, por avaliadores imobiliários independentes, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respectivo imóvel.

Nas situações em que o justo valor apurado nas avaliações é ligeiramente superior à quantia escriturada na demonstração da posição financeira, o GRUPO, por uma questão de prudência, não procede à actualização para o justo valor dos activos objecto de avaliação. Por razões de funcionamento dos respectivos mercados, o GRUPO optou por não aplicar esta política aos imóveis detidos em países africanos, em alguns países da Europa Central e no Peru, registando os mesmos pelo seu custo de aquisição menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos imóveis para uso próprio são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um activo tangível que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das depreciações, sendo o seu excedente registado como custo do exercício por contrapartida do resultado líquido do exercício.

As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada dos edifícios, actualmente variando entre 20 e 50 anos, enquanto os terrenos não são depreciables.

iv) Terrenos afectos à exploração de pedreiras

Os terrenos afectos à exploração de pedreiras, bem como alguns custos relacionados (despesas suportadas com o licenciamento e arranque das pedreiras e os custos a incorrer com a recuperação paisagística das mesmas) são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou quaisquer perdas de imparidade acumuladas. Nas situações em que o justo valor apurado nas avaliações é ligeiramente superior à quantia escriturada na demonstração da posição financeira, o GRUPO, por uma questão de prudência, não procede à actualização para o justo valor dos activos objecto de avaliação. As avaliações são efectuadas periodicamente, por peritos externos especializados, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor da respectiva pedreira.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos terrenos afectos à exploração de pedreiras são registados por contrapartida de capital próprio. Quando a pedreira que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes se encontra sujeita a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das depreciações, sendo o seu excedente registado como custo do exercício por contrapartida do resultado líquido do exercício.

v) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2003 encontram-se registados ao seu custo considerado ("deemed cost"), o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

Os outros activos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os activos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se os mesmos registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pelo Conselho de Administração do GRUPO, e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pelo GRUPO, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem. O valor residual atribuível ao bem é estimado com base no valor residual prevalecente à data da estimativa de activos semelhantes que tenham atingido o fim das suas vidas úteis e que tenham funcionado sob condições semelhantes àsquelas em que o activo será usado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamentos:

Equipamento básico (excluindo o afecto a concessões)	3 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10
Equipamento de transporte	3 a 10
Ferramentas e utensílios	3 a 6

Outros activos tangíveis	3 a 10
--------------------------	--------

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos tangíveis incorridas pelo GRUPO são adicionadas aos respectivos activos tangíveis, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de “Outros custos operacionais”.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos tangíveis, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

As depreciações e amortizações dos activos tangíveis e intangíveis são registadas por duodécimos na rubrica “Amortizações”, na demonstração de resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos activos tangíveis são efectuadas de forma prospectiva.

vi) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação; e como (ii) locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os activos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas alíneas iii) e v) acima e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos tangíveis são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

vii) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em fase de construção, são registadas pelo seu justo valor, determinado pela avaliação anual efectuada por entidades especializadas independentes ou de acordo com preços correntes executáveis no mercado em questão.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica de variação de valor nas propriedades de investimento.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto Municipal sobre Imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados do exercício a que se referem.

viii) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor de balanço apenas for recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado dos mesmos. Para que tais activos sejam objecto de tal classificação, os mesmos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda tem de ser altamente provável, o Conselho de Administração tem de estar comprometido a executar tal venda e a alienação ocorrer previsivelmente num período de 12 meses, conforme estabelecido no IFRS 5 – Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de balanço, e o justo valor dos mesmos deduzido dos custos expectáveis com a sua venda.

ix) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o GRUPO se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Instrumentos financeiros:

O GRUPO classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: “Investimentos registados ao justo valor através dos resultados”, “Empréstimos e contas a receber”, “Investimentos detidos até ao vencimento”, “Investimentos disponíveis para venda” e “Empréstimos e contas a pagar”. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base semestral.

- Investimentos registados ao justo valor através dos resultados: esta categoria divide-se em duas subcategorias: “activos financeiros detidos para negociação” e “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Um activo financeiro é classificado nesta categoria, nomeadamente, se adquirido com o propósito de ser vendido no curto-prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço;

- Empréstimos e contas a receber: empréstimos e contas a receber são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o GRUPO fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida. Os “empréstimos e contas a receber” são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece na demonstração da posição financeira, incluída nas rubricas de “Clientes” e “Outros devedores”;

- Investimentos disponíveis para venda: incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço. Os “investimentos registados a justo valor através dos resultados” são classificados como investimentos correntes. Os “investimentos disponíveis para venda” são classificados como não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o valor pago na data de aquisição e que corresponde ao seu justo valor naquela data, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos registados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados na demonstração consolidada do rendimento integral, na rubrica de “Reservas de justo valor – investimentos disponíveis para venda” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e tal situação seja considerada uma perda de imparidade significativa ou permanente, momento em que o ganho ou a perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos detidos para negociação são registados(as) na demonstração dos resultados do exercício.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração de resultados do exercício.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), o GRUPO procede ao seu registo pelo custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O GRUPO efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Para os restantes activos, indícios objectivos de imparidade podem incluir:

- dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte para liquidar as suas dívidas;
- não cumprimento atempado por parte da contraparte dos créditos concedidos pelo GRUPO;
- probabilidade elevada de que a contraparte entre num processo de falência ou de reestruturação de dívida.

Para os activos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado, o montante da imparidade resulta da diferença entre o seu valor contabilístico e o valor actual dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva inicial.

O valor contabilístico dos activos financeiros é reduzido directamente pelas perdas de imparidade detectadas, com excepção das contas a receber de clientes e outros devedores em que o GRUPO constitui uma conta de “Perdas de imparidade acumuladas” específica para as mesmas. Quando uma conta a receber de clientes e outros devedores é considerada como incobrável a mesma é anulada por contrapartida da conta de “Perdas de imparidade acumuladas”. Recebimentos posteriores de contas a receber de clientes e outros devedores anulados das demonstrações financeiras são registados a crédito na demonstração de resultados do exercício. Alterações ocorridas nas “Perdas de imparidade acumuladas” são registadas na demonstração de resultados do exercício.

Com excepção dos “Investimentos disponíveis para venda”, se, num exercício subsequente, ocorrer uma diminuição das perdas de imparidade acumuladas e se esse decréscimo se dever objectivamente a um evento posterior à data de reconhecimento de tal imparidade, o referido decréscimo é registado através da demonstração de resultados do exercício até ao limite da perda de imparidade acumulada existente.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Todos os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas encontram-se registados pelo seu custo de aquisição, considerando sempre eventuais perdas por imparidade no caso de existirem provas objectivas das mesmas. É convicção do Conselho de Administração do GRUPO que o justo valor desses investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Os dividendos recebidos relativos a instrumentos de capital próprio classificados como “Investimentos disponíveis para Venda” são reconhecidos na demonstração de resultados no exercício em que o direito a receber os mesmos foi estabelecido.

b) Clientes e outros devedores

As dívidas de “Clientes” e as de “Outros devedores” são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo amortizado. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, incluídas nas rubricas de “Fornecedores” e “Credores diversos” que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

e) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção. São considerados pelo GRUPO instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transacção evidencie que o GRUPO detém um interesse residual num conjunto de activos após dedução de um conjunto de passivos.

f) Instrumentos derivados

O GRUPO utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de especulação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente aprovada pelo Conselho de Administração do GRUPO.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo GRUPO definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam exclusivamente a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são semelhantes às condições estabelecidas para os empréstimos contratados.

Os critérios utilizados pelo GRUPO para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos, associadas à parcela de cobertura efectiva, são reconhecidas na demonstração consolidada do rendimento integral na rubrica “Reservas de justo valor – derivados”, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta os resultados.

A contabilização dos instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento financeiro derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas na demonstração consolidada do rendimento integral na rubrica

“Reservas de justo valor – derivados” são transferidas para resultados do exercício ou adicionadas ao valor do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Relativamente aos instrumentos derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica, não cumprem todas as disposições da IAS 39 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) no que respeita à possibilidade de qualificação para contabilização como de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

g) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica “Outras reservas”.

h) Letras descontadas e contas a receber cedidas em “factoring”

O GRUPO desreconhece activos financeiros das suas demonstrações financeiras unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais activos expiraram ou quando o GRUPO transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos para uma terceira entidade.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em “factoring” à data de cada balanço, com excepção das operações de “factoring” sem recurso, são reconhecidas nas demonstrações financeiras do GRUPO por contrapartida da rubrica “Credores diversos” até ao momento do recebimento das mesmas.

x) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com um risco de alteração de valor não significativo.

xi) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respectivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação). Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

xii) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Outros activos correntes”, “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes”.

xiii) Rédito

O rédito é registado pelo justo valor dos activos recebidos ou a receber, líquido de descontos e das devoluções expectáveis.

a) Reconhecimento de custos e proveitos em obras em curso

O GRUPO reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores facturados são contabilizadas nas sub-rubricas “Produção não facturada” ou “Facturação antecipada”, incluídas nas rubricas “Outros activos

correntes” e “Outros passivos correntes”.

Relativamente aos contratos de construção executados por empresas/sucursais localizadas em países africanos, os proveitos são registados com base nos autos de medição dos trabalhos realizados, sendo as diferenças positivas ou negativas face à facturação efectuada calculadas contrato a contrato e apresentadas nas sub-rubricas “Produção não facturada” ou “Facturação antecipada”, incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”. O impacto da adopção desta política face à descrita no parágrafo acima não produz efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o período de garantia das obras, o GRUPO reconhece anualmente um passivo para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

b) Obras de construção civil e obras públicas de curta duração

Nestes contratos de prestação de serviços, o GRUPO reconhece os proveitos e custos à medida que se facturam ou incorrem, respectivamente.

c) Reconhecimento de custos e proveitos na actividade imobiliária

Os custos relevantes com os empreendimentos imobiliários são apurados tendo em conta os custos directos de construção, assim como todos os custos associados à elaboração de projectos e licenciamento das obras. Os custos imputáveis ao financiamento, à supervisão e à fiscalização do empreendimento são também adicionados ao custo dos empreendimentos imobiliários, desde que estes se encontrem em curso.

Considera-se, para efeito de capitalização de encargos financeiros e encargos com a supervisão e fiscalização do empreendimento, que o mesmo está em curso se aguardar decisão das autoridades envolvidas ou se se encontrar em construção. Caso o empreendimento não se encontre nestas fases, o mesmo é considerado parado e as capitalizações acima referidas são suspensas.

De acordo com a IFRIC 15, as vendas da actividade imobiliária são reconhecidas quando são transferidos substancialmente todos os riscos associados ao activo para o comprador (ou seja, no momento da celebração da escritura do imóvel).

d) Restantes actividades

O rédito proveniente das vendas e prestações de serviços em geral é reconhecido com a sua realização ou com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: i) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para o GRUPO; iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade; iv) a fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efectiva, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o GRUPO e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando for estabelecido o direito do GRUPO a receber o correspondente montante.

xiv) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem basicamente a obras de construção e beneficiação, executadas pelas próprias empresas, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem despesas com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Tais despesas são objecto de capitalização apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- Os activos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os activos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- Os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

xv) Activos, passivos e transacções em moeda estrangeira

Todas as transacções em moeda estrangeira devem ser registadas na moeda funcional no momento do reconhecimento inicial pela aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transacção.

No fim de cada período de relato: a) os itens monetários em moeda estrangeira devem ser transpostos pelo uso da taxa de fecho; b) os itens não monetários que sejam mensurados em termos de custo histórico numa moeda estrangeira devem ser transpostos pelo uso da taxa de câmbio à data da transacção; e c) os itens não monetários que sejam mensurados pelo justo valor numa moeda estrangeira devem ser transpostos pelo uso de taxas de câmbio à data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou da transposição de itens monetários a taxas diferentes daquelas a que foram transpostos no reconhecimento inicial durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores devem ser reconhecidas nos lucros ou prejuízos do período em que ocorram, excepto se resultarem de um item monetário que faça parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira. Neste caso, essas diferenças de câmbio são reconhecidas inicialmente em outro rendimento integral e reclassificadas do capital próprio para os lucros ou prejuízos aquando da alienação do investimento líquido.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e a posição financeira das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação, cujas moedas funcionais não sejam a moeda de uma economia hiperinflacionária, são transpostos para Euro usando os seguintes procedimentos: a) os activos e passivos de cada demonstração da posição financeira apresentada são transpostos à taxa de fecho à data do balanço; b) os rendimentos e gastos de cada demonstração do rendimento integral ou demonstração dos resultados separada apresentada são transpostos às taxas médias anuais; e c) todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas em outro rendimento integral, afectando a rubrica de capital próprio “Reservas de conversão cambial”. No momento da alienação de tais entidades estrangeiras, as diferenças de conversão cambiais acumuladas são registadas na demonstração de resultados do exercício.

As diferenças de consolidação e os ajustamentos para o justo valor dos activos e passivos de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos em moeda estrangeira e são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço.

As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euro.

As cotações utilizadas para a conversão em Euro das contas das empresas do Grupo, entidades conjuntamente controladas e associadas estrangeiras foram as seguintes:

CÂMBIOS		FECHO		MÉDIO	
		2011	2010	2011	2010
Coroas Checas	EUR / CZK	25,79	25,06	24,60	25,26
Dinares Argelinos	EUR / DZD	98,36	99,28	102,04	97,62
Dobra de S. Tomé e Príncipe (STD)	EUR / STD	24.500,00	24.500,00	24.500,00	24.500,00
Dólares dos Estados Unidos	EUR / USD	1,29	1,34	1,40	1,32
Escudos Cabo Verdianos	EUR / CVE	110,27	110,27	110,27	110,27
Forints Húngaros	EUR / HUF	314,58	277,95	280,67	276,51
Kwanza de Angola (AOK)	EUR / AOK	133,93	121,83	132,42	121,25
Kwashas do Malawi	EUR / MWK	212,34	202,10	219,91	199,20
Meticais Moçambicanos	EUR / MZN	34,96	43,65	40,28	45,44
Novo Leu da Roménia	EUR / RON	4,32	4,26	4,24	4,22
Nuevos Soles Peruanos	EUR / PEN	3,49	3,75	3,85	3,69
Pesos Mexicanos	EUR / MXN	18,05	16,55	17,42	16,71
Pesos Colombiano	EUR / COP	2.508,23	2.565,50	2.593,69	2.449,20
Rands da África do Sul	EUR / ZAR	10,48	8,86	10,14	9,34
Real do Brasil (BRL)	EUR / BRL	2,42	2,22	2,34	2,32
Zlotys Polacos	EUR / PLN	4,46	3,98	4,14	4,00

xvi) Impostos sobre o rendimento

A MOTA-ENGIL é abrangida, desde Janeiro de 2010, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo.

O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nessas mesmas rubricas, não afectando o resultado do exercício.

xvii) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos, ou associados a projectos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização, o final de produção ou construção do activo, ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

xviii) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o GRUPO tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor actual dos mesmos.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo GRUPO sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

xix) Pensões

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos, atribuídos a alguns ex-funcionários e actuais funcionários do GRUPO, são apuradas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos actuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

xx) Subsídios atribuídos pelo Estado

Os subsídios atribuídos para financiar acções de formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o GRUPO incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração dos resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Os subsídios atribuídos para financiar investimentos em activos tangíveis são registados como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período de vida útil estimado para os bens subsidiados.

xxi) Imparidade/ajustamento de activos que não “goodwill”

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros custos operacionais”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e consequentemente o activo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (quer através do custo histórico, quer através do seu valor reavaliado, líquido de amortizações ou depreciações) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

A evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

No caso dos inventários, quaisquer reduções para o seu valor realizável líquido são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

Para o “Goodwill” e para os investimentos financeiros, a quantia recuperável é determinada, essencialmente, com base nas últimas projecções financeiras existentes sobre tais activos.

xxii) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os activos e passivos por impostos diferidos e as “Provisões” são classificados como activos e passivos não correntes (Nota 13. Imposto sobre o Rendimento e Nota 28. Provisões, respectivamente).

xxiii) Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

xxiv) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

xxv) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do GRUPO baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 incluem:

- Justo valor e vidas úteis dos activos tangíveis, nomeadamente terrenos, edifícios e pedreiras;
- Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação e aos activos intangíveis;
- Registo de provisões e perdas de imparidade para contas a receber;
- Reconhecimento de proveitos em obras em curso;
- Desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso intentados contra o GRUPO;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

xxvi) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O GRUPO classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo das empresas concessionárias afectos ao serviço da dívida.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e

recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

xxvii) Gestão dos capitais investidos

A gestão do capital no GRUPO MOTA-ENGIL é levada a cabo com o fundamental objectivo de garantir a continuidade das operações do GRUPO, procurando maximizar a criação de valor para os seus accionistas, nomeadamente, através da adopção de uma estrutura de capitais empregues eficiente, por via da optimização no seu balanço do rácio entre capitais próprios e capitais alheios.

Assim, a estrutura de capitais do GRUPO compreende os capitais próprios atribuíveis aos accionistas, o endividamento com recurso, o endividamento sem recurso e ainda os montantes disponíveis em caixa e seus equivalentes.

Os capitais próprios atribuíveis aos accionistas compreendem o capital social da MOTA-ENGIL SGPS, totalmente subscrito e realizado, no montante de 204.635.695 euros, representado por 204.635.695 acções (ordinárias) com o valor nominal de um euro, admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários regulado da Euronext Lisbon. Compreendem também todas as reservas de capital acumuladas pelo GRUPO, nomeadamente as legalmente impostas, as reservas constituídas de forma livre, reservas por reavaliações de activos, reservas por conversão cambial e outras reservas com origem na consolidação das sociedades do GRUPO. Por fim, incluem ainda os resultados de anos anteriores não distribuídos aos accionistas.

O endividamento do GRUPO tem, genericamente, duas origens diferentes: endividamento com recurso e endividamento sem recurso. Estas duas categorias distinguem-se pelo tipo de responsabilidade assumida pelo GRUPO perante o cumprimento da obrigação de fazer face ao seu pagamento. Por um lado, enquanto a dívida com recurso assumida por uma qualquer sociedade do GRUPO é exigível ao accionista desta, a dívida sem recurso, assumida exclusivamente no âmbito de negócios concessionados financiados em regime de “project finance”, é apenas exigível à sociedade que a contraiu, e, portanto, apenas os activos desta respondem pelo seu pagamento.

A estrutura de maturidade do endividamento é adequada às características dos activos que financia, privilegiando maturidades de longo prazo para fazer face, sobretudo, a investimentos de carácter de permanência no GRUPO.

Os requisitos de capital impostos externamente ao GRUPO podem ter origem legal, contratual ou de acesso a mercados.

O principal requisito legal de capital é colocado pelo artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, ao impor que o capital próprio de uma sociedade deve ser superior a metade do seu capital social. No GRUPO MOTA-ENGIL não existem casos de incumprimento continuado desta norma, uma vez que, nos casos em que pontualmente o seu cumprimento possa ser posto em causa, são adoptadas as medidas que, aplicadas ao caso concreto, se mostrem as mais adequadas.

Os requisitos de capital impostos contratualmente estão sobretudo presentes em contratos de financiamento bancário. Assim, são por vezes definidos, em operações de financiamento de maior relevância, “covenants” associados a rácios que relacionam a estrutura de capitais e a rentabilidade operacional do GRUPO. Estas cláusulas contratuais são definidas em resultado de negociações com as entidades financiadoras e em toda a história do GRUPO não há nenhuma incidência de rompimento destes contratos com base no seu incumprimento.

Grande parte das actividades desenvolvidas pelo GRUPO MOTA-ENGIL decorre em estreita relação com o sector público dos diversos países em que está presente. Seja na construção de obras públicas, seja na obtenção de licenças de construção, exploração e manutenção de infra-estruturas públicas, o GRUPO enfrenta condições de acesso a esses mercados que são fortemente regulamentadas e fiscalizadas. Algumas das condições de acesso a estes mercados impõem comprovada capacidade e robustez financeira do concorrente, sem a qual ele se vê excluído deles. O GRUPO MOTA-ENGIL tem especial preocupação em cumprir os requisitos habitualmente impostos por esta via e, com efeito, tem sido capaz de fazer deste aspecto um dos seus pontos fortes face à sua principal concorrência, sendo esta uma vantagem competitiva que apresenta face a rivais em concurso em grandes projectos nacionais e internacionais.

xxviii) Gestão dos riscos financeiros

A gestão que o GRUPO efectua dos riscos financeiros em que incorre está exposta no ponto 5 do relatório de gestão, incluído neste Relatório e Contas.

2. Empresas incluídas na consolidação

Em 31 de Dezembro de 2011, as empresas incluídas na consolidação e respectivos métodos de consolidação, sedes, percentagem efectiva de participação, actividade, data de constituição e data de aquisição das participações financeiras são tal como se apresenta no Apêndice A.

As principais alterações ocorridas no perímetro da consolidação durante o exercício de 2011 encontram-se referidas na Nota 35. Alterações de perímetro.

3. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 têm a seguinte composição:

	2011	2010
Vendas de mercadorias	35.312.186	41.051.593
Vendas de produtos	64.519.811	80.339.491
Prestações de serviços	2.076.240.113	1.883.159.818
	2.176.072.110	2.004.550.902

Durante os exercícios de 2011 e 2010 não se verificou nenhuma descontinuação significativa nas actividades do GRUPO.

4. Segmentos de negócio

O GRUPO serve-se da sua organização interna para efeitos de gestão como base para o seu reporte da informação por segmentos operacionais.

O GRUPO está organizado em duas áreas de negócio principais – Engenharia e Construção e Ambiente e Serviços – as quais são coordenadas e apoiadas pela MOTA-ENGIL SGPS e pela MOTA-ENGIL SERVIÇOS PARTILHADOS, S.A..

O segmento “Engenharia e Construção” inclui as actividades de construção, obras públicas e promoção imobiliária.

O segmento “Ambiente e Serviços” engloba, basicamente, as empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, as empresas de água e saneamento básico e as empresas de operação portuária.

Os valores relativos à MOTA-ENGIL SGPS, à MESP e às sociedades do GRUPO da área do Turismo estão incluídos na linha “Outros, eliminações e intragrupo”, a qual inclui também os montantes relativos aos fluxos e saldos entre os segmentos operacionais.

A informação financeira por segmentos operacionais pode ser analisada como segue:

2011	ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	AMBIENTE E SERVIÇOS	OUTROS, ELIMINAÇÕES E INTRAGRUPO	GRUPO MOTA- ENGIL
Vendas e prestações de serviços	1.746.862.591	435.511.931	(6.302.412)	2.176.072.110
EBITDA	200.688.048	97.079.207	(1.809.940)	295.957.315
Amortizações	(57.523.611)	(31.581.597)	(2.090.261)	(91.195.469)
Resultado operacional	118.762.898	54.521.184	(3.900.202)	169.383.880
Resultado financeiro líquido	(36.522.806)	(31.524.626)	(11.666.661)	(79.714.093)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	(131.322)	(29.881)	791.297	630.094
Imposto sobre o rendimento	(17.295.562)	(9.648.635)	7.722.655	(19.221.542)
Resultado consolidado líquido atribuível:			-	
a interesses que não controlam	23.742.652	12.736.423	1.167.210	37.646.285
ao Grupo	41.070.556	581.619	(8.220.121)	33.432.054

2010	ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	AMBIENTE E SERVIÇOS	OUTROS, ELIMINAÇÕES E INTRAGRUPO	GRUPO MOTA- ENGIL
Vendas e prestações de serviços	1.599.023.363	410.056.169	(4.528.630)	2.004.550.902
EBITDA	162.493.522	80.776.843	(5.976.476)	237.293.889
Amortizações	(54.664.597)	(29.784.034)	(1.931.158)	(86.379.789)
Resultado operacional	94.520.925	46.832.721	(9.607.635)	131.746.011
Resultado financeiro líquido	(18.744.732)	(23.563.524)	(8.619.337)	(50.927.593)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	(1.809.670)	(1.716.451)	11.032.308	7.506.187
Imposto sobre o rendimento	(9.623.763)	(12.465.306)	3.121.152	(18.967.917)
Resultado consolidado líquido atribuível:			-	
a interesses que não controlam	21.604.079	9.166.568	1.635.367	32.406.014
ao Grupo	42.738.681	(79.128)	(5.708.879)	36.950.674

Em 31 de Dezembro de 2011, as vendas e prestações de serviços efectuadas entre segmentos de negócio estão incluídas na coluna “Outros, Eliminações e intragrupo” e são imateriais.

Os ganhos/(perdas) em empresas associadas no exercício de 2011 justificam-se, essencialmente, pelo efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro detido na MARTIFER, SGPS, SA e na ASCENDI GROUP, SGPS, S.A. (Nota 12).

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as vendas intragrupo foram efectuadas a preços semelhantes aos praticados para as vendas a clientes externos.

O activo líquido total e o passivo do GRUPO por segmentos de negócio podem ser analisados como segue:

	ACTIVO		PASSIVO	
	2011	2010	2011	2010
Engenharia e Construção	2.411.860.261	2.251.434.226	1.972.816.662	1.855.489.748
Ambiente e Serviços	1.014.770.852	948.215.590	951.598.434	874.810.666
Outros, eliminações e intragrupo	97.665.815	256.516.368	185.057.246	245.135.871
	3.524.296.928	3.456.166.184	3.109.472.342	2.975.436.285

O investimento e as amortizações do GRUPO por segmentos de negócio são como segue:

	INVESTIMENTO LÍQUIDO		AMORTIZAÇÕES	
	2011	2010	2011	2010
Engenharia e Construção	55.461.438	74.534.000	57.523.611	54.664.597
Ambiente e Serviços	68.710.301	83.342.573	31.581.597	29.784.034
Outros, eliminações e intragrupo	661.029	3.177.427	2.090.261	1.931.158
	124.832.768	161.054.000	91.195.469	86.379.789

A actividade do GRUPO está internacionalizada, marcando presença na Península Ibérica, na Europa Central (essencialmente, na Polónia), em África (nomeadamente, em Angola, Moçambique, Malawi, e Cabo Verde), na América

(Peru e México). Assim, definem-se 4 grandes segmentos geográficos de actuação: Península Ibérica, Europa Central, África e América.

As vendas e prestações de serviços por segmentos geográficos podem ser analisadas como segue:

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		
	2011	2010
Península Ibérica	1.037.517.760	1.030.392.529
Europa Central	382.460.239	241.305.923
África	614.826.540	653.900.113
América	162.966.211	96.503.560
Outros, eliminações e intragrupo	(21.698.640)	(17.551.223)
	2.176.072.110	2.004.550.902

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as vendas e prestações de serviços do GRUPO foram efectuadas a um leque alargado de clientes, sendo que nenhum dos mesmos representa mais de 12% do volume de negócios total do GRUPO.

Os activos detidos e os investimentos efectuados por segmentos geográficos podem ser analisados como segue:

	ACTIVO		INVESTIMENTO LÍQUIDO	
	2011	2010	2011	2010
Península Ibérica	2.436.925.532	2.465.855.192	76.704.520	126.127.665
Europa Central	428.472.610	364.106.855	18.557.900	14.045.426
África	1.152.456.328	996.526.129	18.137.501	12.973.599
América	177.164.284	143.683.796	11.432.848	7.907.121
Outros, eliminações e intragrupo	(670.721.826)	(514.005.788)	(1)	189
	3.524.296.928	3.456.166.184	124.832.768	161.054.000

5. Custo das mercadorias e dos subcontratos

O custo das mercadorias, das matérias consumidas e dos subcontratos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisado como segue:

2011	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Inventário inicial	38.286.426	47.947.573	86.233.999
Variação de perímetro, transf. e regularizações	4.773.164	(6.884.843)	(2.111.679)
Compras	30.984.730	429.837.681	460.822.411
Inventário final	(38.624.395)	(53.198.943)	(91.823.338)
	35.419.925	417.701.468	453.121.393
Subcontratos			721.142.358
CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS SUBCONTRATOS			1.174.263.751

2010	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Inventário inicial	52.628.190	50.069.303	102.697.493
Variação de perímetro, transf. e regularizações	(26.029.305)	(596.238)	(26.625.543)
Compras	23.577.592	317.958.386	341.535.978
Inventário final	(38.286.426)	(47.947.573)	(86.233.999)
	11.890.051	319.483.878	331.373.929
Subcontratos			844.319.977
CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS SUBCONTRATOS			1.175.693.906

Em 31 de Dezembro de 2010, as transferências ocorridas na rubrica “Mercadorias” justificam-se pela transferência de inventários de um edifício destinado a arrendamento para a rubrica “Propriedades de Investimento” (ver Nota 21), para o qual, durante o exercício, o GRUPO celebrou um contrato promessa de arrendamento com uma entidade terceira.

6. Fornecimento e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

	2011	2010
Rendas e alugueres	174.537.190	110.075.410
Trabalhos especializados	60.204.656	51.294.119
Transportes, deslocações e estadias	40.004.708	40.907.708
Conservação e reparação	37.334.491	32.471.384
Combustíveis	27.230.995	18.571.860
Seguros	10.072.525	10.342.994
Comissões e honorários	6.419.202	7.641.397
Água e electricidade	9.985.546	8.008.271
Utensílios e material de escritório	7.344.370	10.705.961
Vigilância e segurança	8.261.066	8.014.909
Comunicações	5.616.315	6.388.499
Publicidade e propaganda	2.335.480	2.637.415
Outros fornecimentos e serviços	26.403.925	33.360.098
	415.750.469	340.420.025

A rubrica “Rendas e alugueres” respeita, essencialmente, a rendas de equipamentos, máquinas, viaturas e rendas de instalações, cujo aumento face a 2010 resulta essencialmente do contributo evidenciado pelo aumento de actividade na área de Engenharia e Construção na Polónia e Peru.

Incluído na rubrica “Rendas e alugueres” encontram-se, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os montantes de Euro 10.794.039 e Euro 11.260.887, respectivamente, relativos a rendas de operações de leasing operacional.

Os principais contratos de locação operacional do Grupo respeitam, essencialmente, ao aluguer de máquinas e equipamentos pelas empresas de construção, bem como ao arrendamento de instalações, e ao aluguer de viaturas e equipamento informático.

As rendas de locação operacional vincendas são como seguem:

ANO DE VENCIMENTO	2011	2010
1 ano	7.665.393	11.294.669
Entre 2 e 5 anos	11.920.110	17.320.401
mais de 5 anos	948.953	2.367.800
	20.534.456	30.982.870

Os principais contratos de locação operacional do GRUPO respeitam, essencialmente, ao arrendamento de instalações e ao aluguer de viaturas e equipamento informático.

7. Custos com pessoal

Os custos com colaboradores dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

	2011	2010
Remunerações	294.473.829	279.196.220
Encargos sociais:		
Pensões e outros benefícios concedidos	2.953.038	1.231.040
Outros	76.061.900	78.159.544
	373.488.767	358.586.804

As responsabilidades com Planos de Pensões e Reforma encontram-se detalhadas na Nota 31.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros” inclui, essencialmente, os custos suportados com a Segurança Social, subsídios de refeição e doença e seguros de acidentes de trabalho.

Número final de colaboradores

Durante os exercícios de 2011 e 2010, o número final de colaboradores ao serviço do GRUPO pode ser analisado como segue:

	2011	2010
Administradores	101	126
Pessoal do quadro	8.951	8.417
Pessoal não do quadro	11.601	10.861
	20.653	19.404
Empresas nacionais	7.756	8.123
Empresas estrangeiras	11.119	5.221
Sucursais	1.778	6.060
	20.653	19.404

A redução de colaboradores afectos às Sucursais do GRUPO é justificada pela transferência da actividade de engenharia e construção em Angola da Sucursal da MOTA ENGIL - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A. para a MOTA ENGIL ANGOLA, S.A."

8. Outros proveitos / (custos) operacionais

Os outros proveitos e custos operacionais dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	2011	2010
Donativos	(1.194.089)	(1.192.718)
Ganhos / (perdas) na alienação de activo tangível	1.316.175	4.801.721
Impostos	(10.139.840)	(17.585.165)
Subsídios à exploração	1.128.411	1.617.629
Trabalhos para a própria empresa	16.583.495	6.407.007
Outros proveitos / (custos)	(18.413.216)	(8.362.899)
	(10.719.064)	(14.314.425)

A rubrica “Trabalhos para a própria empresa” inclui, essencialmente, os valores relativos à construção de projectos

imobiliários desenvolvidos pelo GRUPO na Republica Checa e reabilitação da sede em Angola.

9. Amortizações

As amortizações dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	2011	2010
Amortizações do exercício em activo intangível (Nota 17):		
Despesas de desenvolvimento	383.675	289.365
Software e outros direitos	1.521.665	1.743.193
Licenças de exploração de concessões	10.399.383	9.933.081
	12.304.723	11.965.639
Amortizações do exercício em activo tangível (Nota 18):		
Terrenos e edifícios	7.101.190	6.592.870
Equipamentos		
Engenharia e Construção	50.803.185	49.792.320
Ambiente e Serviços	19.227.293	16.663.226
Outros e eliminações	614.521	416.437
Outros activos tangíveis	1.144.557	949.297
	78.890.746	74.414.150
	91.195.469	86.379.789

10. Provisões e perdas de imparidade

As provisões e as perdas de imparidade dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	2011	2010
Provisões (Nota 28. Provisões)		
Engenharia e Construção	15.897.545	11.494.714
Ambiente e Serviços	2.544.265	2.648.371
	18.441.810	14.143.085
Perdas de imparidade		
Em inventários (Nota 22. Inventários)		
Engenharia e Construção	5.496.870	222.803
Ambiente e Serviços	2.605.828	-
Em Goodwill (Nota 16. Goodwill)		
Ambiente e Serviços	1.475.566	-
	9.578.264	222.803
Em clientes e outros devedores (Nota 23. Outros activos financeiros)		
Engenharia e Construção	10.644.289	7.018.270
Ambiente e Serviços	6.702.011	1.792.085
Outros e eliminações	1	1.700.000
	17.346.301	10.510.355
Reversão de provisões e perdas de imparidade		
Engenharia e Construção	(7.637.165)	(5.427.786)
Ambiente e Serviços	(2.351.245)	(280.368)
	(9.988.409)	(5.708.154)
TOTAL DE PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE	35.377.966	19.168.089

O aumento registado na rubrica “Perdas de imparidade em inventários” justifica-se pela imparidade registada na participada PTT, sobre um terreno, e por imparidades registadas sobre terrenos na área de ENGENHARIA E

CONSTRUÇÃO.

O aumento registado na rubrica “Perdas de imparidade Goodwill” justifica-se, na sua quase totalidade, pela imparidade no subgrupo SUMA.

11. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

	2011	2010
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS		
Empréstimos e contas a receber:		
Juros obtidos	20.920.573	22.583.614
Descontos de pronto pagamento obtidos	904.165	736.721
Diferenças de câmbio favoráveis	49.609.420	53.676.019
Mais-valias na alienação de participações financeiras	2.814	363.288
Outros activos e passivos financeiros:		
Rendimentos de imóveis	2.729.641	455.582
Rendimentos de participações de capital	12.157	14.619
Ganhos de justo valor - Instrumentos financeiros	342.875	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	6.664.222	1.495.145
	81.185.867	79.324.988
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS		
Empréstimos e contas a pagar:		
Juros suportados	81.418.188	60.319.604
Descontos de pronto pagamento concedidos	95.200	28.671
Diferenças de câmbio desfavoráveis	50.014.431	50.643.030
Perdas de imparidade em investimentos financeiros	2.114.378	-
Perdas em propriedades de investimentos:		
Amortização de investimentos em imóveis (Nota 1-vii))	-	125.643
Outros activos e passivos financeiros:		
Perdas de justo valor - Instrumentos Financeiros	3.290.267	-
Outros custos e perdas financeiros	23.967.496	19.135.633
	160.899.960	130.252.581
	(79.714.093)	(50.927.593)

A rubrica “Perdas de imparidade em investimentos financeiros” respeita essencialmente, à cobertura de riscos associados ao investimento financeiro na Cerâmica de Boialvo.

A rubrica “Outros custos e perdas financeiros” inclui, essencialmente, os custos com garantias bancárias, com a montagem de empréstimos e diversas comissões e custos debitados por instituições financeiras.

A rubrica “Rendimentos de imóveis” inclui, essencialmente, a renda de imóveis localizados em Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a composição da rubrica “Juros suportados” pode ser analisada como segue:

2011	COM RECURSO	SEM RECURSO	TOTAL
Empréstimos por obrigações não convertíveis	4.060.428	-	4.060.428
Dívidas a instituições de crédito:	-	-	-
Empréstimos bancários	18.789.578	6.506.981	25.296.559
Descobertos bancários	11.668.461	-	11.668.461
Contas caucionadas	10.058.233	-	10.058.233
Outros empréstimos obtidos:	-	-	-
Emissões de papel comercial	10.613.156	-	10.613.156
Outros	1.008.308	-	1.008.308
	56.198.164	6.506.981	62.705.145
Outros juros suportados (factoring, leasing e outros)	16.895.043	1.818.000	18.713.043
	73.093.207	8.324.981	81.418.188

2010	COM RECURSO	SEM RECURSO	TOTAL
Empréstimos por obrigações não convertíveis	4.064.272	-	4.064.272
Dívidas a instituições de crédito:	-	-	-
Empréstimos bancários	13.736.385	5.492.026	19.228.411
Descobertos bancários	9.103.262	-	9.103.262
Contas caucionadas	4.343.722	-	4.343.722
Outros empréstimos obtidos:	-	-	-
Emissões de papel comercial	5.028.332	-	5.028.332
Outros	2.745.445	-	2.745.445
	39.021.418	5.492.026	44.513.444
Outros juros suportados (factoring, leasing e outros)	14.902.303	903.857	15.806.160
	53.923.721	6.395.883	60.319.604

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os encargos financeiros capitalizados podem ser analisados como segue:

	2011	2010
Activos fixos	2.789.084	3.084.656
Inventários	3.590.301	2.484.720
	6.379.385	5.569.376

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, para efeito de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição dos activos em construção acima referidos, foi utilizada uma taxa média de 6,8% e 6,2% respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a sensibilidade do GRUPO a alterações no indexante da taxa de juro pode ser analisada como segue:

	IMPACTO ESTIMADO	
	2011	2010
Variação nos juros suportados pela alteração de 1 p.p na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento (excluindo leasing e factoring)	10.047.601	10.147.492
Blindagem por taxa fixa	(646.321)	(829.559)
Blindagem por instrumentos derivados de taxa de juro	(2.360.425)	(3.751.156)
SENSIBILIDADE DO RESULTADO FINANCEIRO A VARIAÇÕES DA TAXA DE JURO	7.040.855	5.566.777

Em 31 de Dezembro de 2011, os activos e passivos do GRUPO por divisa são como segue:

MOEDA DE REGISTO	2011		2010	
	ACTIVOS	PASSIVOS	ACTIVOS	PASSIVOS
Euro (EUR)	2.263.596.912	2.206.123.405	2.438.374.800	2.225.108.266
Coroa Checa (CZK)	16.352.342	16.344.056	19.238.866	18.190.216
Dinar Argelino (DZD)	2.417.504	205.646	4.208.761	2.240.213
Dobra de S. Tomé e Príncipe (STD)	5.218.556	4.514.202	5.769.988	4.990.104
Dólar dos Estados Unidos (USD)	802.638.047	546.042.974	590.282.424	409.528.938
Escudo de Cabo Verde (CVE)	12.122.051	7.995.281	14.134.281	11.566.984
Forint Húngaro (HUF)	7.402.566	8.916.184	18.785.707	17.982.416
Kwanza de Angola (AOK)	40.435.759	26.879.812	26.576.216	21.745.882
Metical de Moçambique (MZM)	136.875.868	114.086.875	84.966.989	81.010.980
Novo Leu da Roménia (RON)	550.338	2.536.142	4.802.842	5.836.551
Peso Mexicano (MXN)	1.788.986	60.179	21.065.078	110.560
Rand da África do Sul (ZAR)	-	886.346	-	385.538
Real do Brasil (BRL)	321.072	103.860	43.119.576	22.649.506
Złoti Polaco (PLN)	219.273.183	173.850.406	163.595.022	133.613.450
Malawi Kwacha (MWK)	15.303.744	926.971	21.245.634	20.476.680
	3.524.296.928	3.109.472.342	3.456.166.184	2.975.436.285

Em 31 de Dezembro de 2011, a sensibilidade do GRUPO à variação cambial do Dólar Norte Americano (USD) e do Novo Zloty Polaco (PLN) pode ser analisada como segue:

	RESULTADO LÍQUIDO	CAPITAL PRÓPRIO
Impactos estimados pela apreciação em 1%:		
do Dólar Norte Americano (USD) face ao Euro (EUR)	519.595	2.178.887
do Novo Zloty Polaco (PLN) face ao Euro (EUR)	20.037	470.473

12. Ganhos e perdas em empresas associadas

Os ganhos em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

GANHOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS	2011	2010
Asinter	203.768	212.455
Auto Sueco Angola	2.124.893	322.488
Cimertex & Companhia	1.640.345	2.657.601
Cimertex Angola	977.827	-
Grupo Ascendi	19.859.480	14.995.201
Grupo Suma associadas	269.907	374.826
Haçor	154.381	-
Soltysowska	142.375	484.285
STM	94.329	163.425
Tersado	192.542	233.435
Vortal	310.466	486.921
Reclassificação de outro rendimento integral	-	17.394.209
Outras	1.213.784	185.917
	27.184.098	37.510.762

Durante o exercício de 2010, na sequência do processo de concentração das concessões rodoviárias na ASCENDI GROUP, com a consequente diluição do capital social desta empresa, o GRUPO MOTA-ENGIL procedeu à reclassificação para a demonstração de resultados da parte proporcional (40%) dos ganhos e perdas registados em exercícios anteriores em outro rendimento integral associados, essencialmente, a reservas de justo valor e a diferenças cambiais. O efeito de tal reclassificação na demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, ascendeu a Euro 17.394.209.

As perdas em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisadas

como segue:

PERDAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS	2011	2010
Grossiman	-	4.385.796
Grupo Geovision	-	578.882
Grupo Martifer	18.600.131	20.585.271
Grupo Obol Invest	174.531	232.858
Grupo SLPP	173.588	1.012.716
Haçor	-	132.803
HL - Sociedade Gestora do Edifício	236.321	515.434
Ibercarga	1.148.217	1.478.033
Mota-Engil Opway Mexicana	3.453.841	-
Probigalp	2.010.770	223.498
Outras	756.605	859.285
	26.554.004	30.004.575
GANHOS / (PERDAS) EM EMPRESAS ASSOCIADAS	630.094	7.506.187

Na sequência da aquisição de 50% do capital da GROSSIMAN durante o exercício de 2011, esta subsidiária passou a ser consolidada pelo método da integração global.

O GRUPO GEOVISION durante o exercício de 2011 foi registado como activo não corrente detido para venda (Nota 38.)

13. Imposto sobre o rendimento

O detalhe e o movimento dos activos e passivos por impostos diferidos, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, de acordo com as diferenças temporárias que os originaram, é o seguinte:

IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS	2010	EFEITO EM RESULTADOS	EFEITO EM RESERVAS	2011
Provisões não aceites fiscalmente	16.097.547	2.787.455	-	18.885.002
Acréscimos de custos não aceites fiscalmente	4.386.776	(1.115.227)	-	3.271.549
Prejuízos fiscais	15.621.452	613.829	(1.231.042)	15.004.239
Reduções de amortizações não consideradas	1.547.812	88.195	-	1.636.007
Justo valor de instrumentos derivados (Nota 26)	3.607.759	-	2.251.371	5.859.130
Outros	6.607.919	624.917	(1.256.944)	5.975.892
	47.869.265	2.999.169	(236.615)	50.631.819

IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS	2010	EFEITO EM RESULTADOS	EFEITO EM RESERVAS	2011
Reavaliação de activos fixos	10.568.929	(45.779)	(1.599.405)	8.923.745
Resultados negativos em ACE	-	-	-	-
Diferimento de tributação de mais valias	672.857	323	-	673.180
Amortizações não aceites fiscalmente	2.498.260	907.358	-	3.405.618
Imputação de justo valor em concentrações	8.557.279	(422.989)	-	8.134.290
Acréscimos de proveitos não tributados	2.533.523	(235.022)	(12.688)	2.285.813
Outros	7.652.056	2.195.570	(2.967.322)	6.880.304
	32.482.904	2.399.461	(4.579.415)	30.302.950

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o efeito na demonstração de resultados pelo registo de activos e passivos por impostos diferidos foi positivo em Euro 599.708 e Euro 10.984.529, sendo o efeito em capital próprio positivo de Euro 4.342.800 e negativo de Euro 5.265.998, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011, de acordo com as declarações fiscais das empresas que registaram activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	PREJUÍZO FISCAL	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS
Ano do registo:		
até 2007 (inclusivê)	9.077.381	2.249.144
2008	34.110.529	6.151.025
2009	9.456.099	2.433.527
2010	13.300.392	3.272.871
2011	3.800.285	897.672
	69.744.686	15.004.239
Data de caducidade:		
2012	4.225.305	1.054.419
2013	2.719.690	656.293
2014	15.972.118	3.996.061
2015	12.715.387	3.151.217
após 2016	34.112.186	6.146.249
	69.744.686	15.004.239

Em 31 de Dezembro de 2011, foram avaliados os activos por impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos que deram origem a activos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que fosse provável que ocorressem lucros tributáveis no futuro e que os mesmos pudessem ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributáveis dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do GRUPO, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2011, existem os seguintes prejuízos fiscais reportáveis no montante de Euro 84.021.641, cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados.

	PREJUÍZO FISCAL	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS
Ano do registo:		
até 2007 (inclusivê)	24.101.234	5.984.296
2008	6.338.760	824.504
2009	22.351.770	3.277.189
2010	20.090.997	3.952.155
2011	11.138.880	2.837.612
	84.021.641	16.875.756
Data de caducidade:		
2012	19.182.946	4.739.967
2013	8.362.242	2.054.875
2014	5.986.092	796.850
2015	6.596.330	939.439
após 2016	43.894.031	8.344.625
	84.021.641	16.875.756

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 são detalhados como segue:

	2011	2010
Imposto corrente	19.821.250	29.952.446
Imposto diferido	(599.708)	(10.984.529)
	19.221.542	18.967.917

A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente pode ser analisada como segue:

	2011	2010
Imposto corrente	19.821.250	29.952.446
Imposto diferido		
Reversão líquida do reporte de prejuízos	(613.829)	(1.018.810)
Impostos diferidos relativos à amortização da reserva de reavaliação de activos tangíveis	(387.398)	(877.877)
Reversão dos impostos diferidos com origem em diferenças temporárias	2.030.736	(9.309.812)
Impostos diferidos relativos à alteração das taxas de tributação, ou lançamento ou abolição de impostos	(1.463.824)	213.703
Outras diferenças não reconhecidas anteriormente como impostos diferidos	(165.393)	8.267
	(599.708)	(10.984.529)
IMPOSTO DO EXERCÍCIO	19.221.542	18.967.917
Taxa de imposto efectiva	21,3%	21,5%

A Mota-Engil é abrangida, desde Janeiro de 2010, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime, de acordo com as regras do mesmo.

O RETGS engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Para as empresas não abrangidas pelo regime, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios passaram a poder deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição passou a implicar que a taxa fiscal utilizada no cálculo de impostos diferidos sobre eventuais prejuízos fiscais reportáveis passassem a ser de 25%, e de 26,5% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício.

Com a lei do OE para 2012 são introduzidas as seguintes alterações:

Sobre a parte do lucro tributável superior a €1.500.000 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas apurado por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e por não residentes com estabelecimento estável em território português, incidem as taxas adicionais constantes da tabela seguinte:

- i) Lucro tributável entre 1.500.000 e 10.000.000 euros: taxa adicional de 3%;
- ii) Lucro tributável superior a 10.000.000 euros: taxa adicional de 5%.

O quantitativo da parte do lucro tributável que exceda €1.500.000, quando superior a €10.000.000, é dividido em duas partes: uma, igual a €8.500.000, à qual se aplica a taxa de 3%; outra, igual ao lucro tributável que exceda €10.000.000, à qual se aplica a taxa de 5%.

Quando seja aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, as taxas a que se refere o n.º 1 incidem sobre o lucro tributável apurado na declaração periódica individual de cada uma das sociedades do grupo, incluindo a da sociedade dominante.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como segue:

	TAXA	BASE FISCAL	IMPOSTO
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	26,50%	90.299.881	23.929.468
Resultados em associadas em equivalência patrimonial	-0,2%	(630.094)	(166.975)
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	1,5%	5.200.087	1.378.023
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido imposto diferido activo	1,2%	4.257.596	1.128.263
Reversão de reporte de prejuízos	0,1%	232.869	61.710
Dividendos não tributados	0,0%	-	-
Taxas de imposto diferenciadas	-14,9%	(50.567.755)	(13.419.443)
Ganhos em instrumentos derivados	0,0%	22.941	6.079
Tributação autónoma e outros custos (que não provisões) não fiscais não reversíveis	2,4%	8.056.726	2.135.032
Outros ajustamentos	4,6%	15.733.525	4.169.385
TAXA E IMPOSTO EFECTIVO SOBRE O RENDIMENTO	21,3%		19.221.542

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Desta forma, as declarações fiscais relativas aos anos de 2008 a 2011 poderão ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração do GRUPO entende que eventuais correcções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente, por parte das autoridades fiscais, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Conforme corroborado pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem activos ou passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis ou possíveis que devessem ser alvo de divulgação no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2011.

14. Dividendos

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta: o Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 40.292.308 euros:

- a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 2.014.615 euros e 40 cêntimos;
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 27º, nº 3 dos Estatutos, o montante de 700.000 euros, correspondentes a cerca de 1,74%;
- c) Para distribuição aos Accionistas, 11 cêntimos por acção, cativos de impostos, o valor global de 22.509.926 euros e 45 cêntimos;
- d) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 15.067.766 euros e 15 cêntimos.

No dia 28 de Abril de 2011 foi colocado a pagamento o dividendo de Euro 0,11 por acção relativo ao exercício de 2010 tendo sido pago um total de Euro 22.509.926 e 45 cêntimos.

No dia 30 de Abril de 2010 foi colocado a pagamento o dividendo de Euro 0,11 por acção relativo ao exercício de 2009 tendo sido pago um total de Euro 22.509.926 e 45 cêntimos.

15. Resultados por acção

A Empresa emitiu apenas acções ordinárias, pelo que não existem direitos especiais de dividendo ou voto.

Não se verifica no GRUPO qualquer situação que possa representar uma redução dos resultados por acção com origem em opções, “warrants”, obrigações convertíveis ou outros direitos associados a acções ordinárias.

Assim, não existe dissemelhança entre o cálculo do resultado por acção básico e o cálculo do resultado por acção diluído.

Durante os exercícios de 2011 e 2010, não foram emitidas quaisquer acções ordinárias. O número médio de acções ordinárias nestes exercícios foi apenas afectado pelas variações ocorridas no número de acções próprias, as quais se encontram apresentadas em detalhe na Nota 24. Capital e reservas.

Para os exercícios de 2011 e 2010, o apuramento dos resultados por acção pode ser demonstrado com segue:

		2011	2010
Resultado consolidado líquido do exercício atribuível ao Grupo	(I)	33.432.054	36.950.674
Número total de acções ordinárias	(II)	204.635.695	204.635.695
Número de acções próprias no final do exercício	(III)	11.101.379	11.005.456
Número médio ponderado de acções próprias	(IV)	11.036.315	10.990.910
NÚMERO DE ACÇÕES EM CIRCULAÇÃO	(II - IV)	193.599.380	193.644.785
Resultado por acção:			
básico	(I) / (II - IV)	0,1727	0,1908
diluído	(I) / (II - IV)	0,1727	0,1908

16. Goodwill

A informação relativa ao goodwill, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

			2011		2010	
	GOODWILL BRUTO	IMPARIIDADES DO EXERCÍCIO	VARIAÇÃO DE PERÍMETRO	IMPARIIDADES ACUMULADAS	GOODWILL LÍQUIDO	GOODWILL LÍQUIDO
Cecot	1.440.027	-	-	-	1.440.027	-
Corgimobil	635.615	-	-	-	635.615	635.615
Eltor	2.601.556	-	-	-	2.601.556	-
Fatra	-	-	-	-	-	1.035.945
Grupo Indaqua	5.618.187	-	-	-	5.618.187	5.618.187
Grupo Suma	14.258.994	(1.475.566)	-	(893.109)	11.890.319	14.140.645
Grupo Tertir	100.681.422	-	-	-	100.681.422	100.681.422
Lokemark	521.418	-	-	-	521.418	521.418
Manvia	1.072.318	-	-	(74.662)	997.656	997.656
Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados	1.053.337	-	-	(421.335)	632.002	632.002
Mota-Engil Central Europe Eslováquia	818.242	-	-	-	818.242	818.242
Mota-Engil Central Europe Polónia	3.941.844	-	-	(928.847)	3.012.997	3.379.103
Mota-Engil Central Europe Republica Checa	1.162.396	-	-	-	1.162.396	1.172.214
PRD-M Lublin	2.601.419	-	-	-	2.601.419	2.917.516
Tracevia	1.908.225	-	-	-	1.908.225	1.908.225
Outros	892.696	-	-	(41.257)	851.439	851.438
	139.207.697	(1.475.566)	-	(2.359.209)	135.372.921	135.309.629

Os movimentos ocorridos no goodwill durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	% DE AQUISIÇÃO	2011	2010
GOODWILL NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		135.309.629	133.010.980
Aumentos no goodwill			
Cecot	100%	1.440.027	-
Eltor	100%	2.601.556	-
Fatra	70%	-	1.035.945
PRD-M Lublin	93%	-	2.917.516
Grupo Suma (Sol-S Internacional)	62%	-	30.472
		4.041.583	3.983.933
Perdas de Imparidade			
Grupo Suma		(1.475.566)	-
		(1.475.566)	-
Transferência (imputação da diferença de aquisição)			
Devonská (inventários)		-	(1.817.149)
Transpolixos (terrenos)		(751.927)	-
Fatra (terrenos)		(1.035.945)	-
		(1.787.872)	(1.817.149)
Alterações no goodwill por actualização cambial			
Grupo Suma (Ekosrodowisko)		(22.832)	6.650
Mota-Engil Central Europe Polónia		(366.106)	106.612
Mota-Engil Central Europe República Checa		(9.818)	18.603
PRD-M Lublin		(316.097)	-
		(714.853)	131.865
GOODWILL NO FINAL DO EXERCÍCIO		135.372.921	135.309.629

As aquisições acima referidas foram contabilizadas pelo método da compra e tiveram numerário como contrapartida da sua aquisição. Como resultado destas aquisições, o GRUPO não alienou qualquer das operações desenvolvidas pelas empresas adquiridas.

O GRUPO MOTA-ENGIL efectua testes anuais de imparidade do goodwill, tal como definido na alínea i) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas. Em 31 de Dezembro de 2011, os métodos e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras anexas foram como segue:

Pressuposto	MOTA-ENGIL CENTRAL EUROPE POLÓNIA	GRUPO SUMA	GRUPO TERTIR	GRUPO INDAQUA
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Projeções	Business Plans	Business Plans
Período utilizado	5 anos	5 anos	Vida útil	Vida útil
Taxas de crescimento do cash-flows				
Ano n+1	-4%	15%	n.a.	n.a.
Ano n+3	12%	1%	n.a.	n.a.
Taxas de crescimento dos cash-flows na perpetuidade	2,00%	2,00%	n.a.	n.a.
Taxa de desconto utilizada	11,51%	8,27%	10,50%	8,08%

No exercício findo de 31 em Dezembro de 2010, o GRUPO passou a registar as diferenças de aquisição de acordo com as alterações introduzidas pela nova IFRS 3.

O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros, tendo os mesmos sido apurados com base em orçamentos e “business plans” devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do GRUPO, os quais, com excepção dos relativos a projectos de concessões, abrangem, em média, um período de cinco anos. As projecções de “cash-flows” para além dos cinco anos foram extrapolados aplicando uma taxa de crescimento fixa à perpetuidade, a qual não excede a taxa média de crescimento futura das receitas do sector onde a empresa opera.

Para a realização de testes de imparidade do goodwill do GRUPO TERTIR as projecções utilizadas estão corroboradas por propostas *non-binding* de grupos económicos reputados.

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do GRUPO (subsidiárias), acrescido do valor dos interesses que não controlam, e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica “Goodwill” e quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso incluíram essencialmente: (i) a quota de mercado da participada, (ii) as perspectivas de crescimento do mercado onde a participada opera; (iii) as alterações regulamentares que possam vir a influenciar a actividade da participada; (iv) o nível de investimento necessário, etc.. A quantificação dos pressupostos acima referidos foi efectuada tendo por base dados históricos, bem como a experiência do Conselho de Administração do GRUPO. Contudo, tais pressupostos poderão ser afectados por fenómenos de natureza política, económica ou legal que neste momento são imprevisíveis.

Transacções de compra de interesses em entidades já controladas e transacções de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transacções entre detentores de capital afectando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na rubrica de “Goodwill” ou em resultados.

As aquisições de participações financeiras ocorridas no exercício de 2011, consolidadas pelo método integral, não representaram um impacto material nos activos, passivos, custos e proveitos do GRUPO, pelo que não foram divulgadas.

O GRUPO MOTA-ENGIL não adquiriu nenhuma participação financeira com significado material entre 31 de Dezembro de 2011 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

17. Activos intangíveis

A informação relativa aos valores líquidos de activos intangíveis por área de negócio, com referência aos exercícios de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	ÂMBIENTE E SERVIÇOS	OUTROS E ELIMINAÇÕES	GRUPO MOTA-ENGIL
2011				
Despesas de desenvolvimento	18.277	1.176.257	(2)	1.194.532
Software e outros direitos	22.093.512	924.388	(18.182.956)	4.834.944
Licenças de exploração de concessões	-	252.489.774	2.936.369	255.426.143
Activos em curso	103.331	45.920.782	38.251	46.062.364
	22.215.120	300.511.201	(15.208.338)	307.517.983
2010				
Despesas de desenvolvimento	94.858	1.506.425	8.108	1.609.391
Software e outros direitos	21.286.788	900.926	(18.533.408)	3.654.306
Licenças de exploração de concessões	-	243.779.104	(2)	243.779.102
Activos em curso	3.237	14.735.290	1.199.494	15.938.021
	21.384.883	260.921.745	(17.325.808)	264.980.820

A informação relativa aos valores brutos de activos intangíveis, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	LICENÇAS DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÕES	ACTIVOS EM CURSO	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
2011						
Saldo inicial	5.463.168	13.703.962	301.139.066	15.938.021	-	336.244.217
Aumentos	380.041	1.031.986	14.100.694	30.950.602	-	46.463.323
Alienações	-	(28.511)	(303.074)	(273.250)	-	(604.835)
Abates	(333.539)	(86.256)	(164.733)	-	-	(584.528)
Diferenças cambiais	(58.943)	24.084	-	64.795	-	29.936
Variação de perímetro	93	1.314	-	-	-	1.407
Transferências e outros movimentos	(289.916)	1.524.377	11.398.744	(617.804)	-	12.015.401
	5.160.904	16.170.956	326.170.697	46.062.364	-	393.564.921
2010						
Saldo inicial	6.235.962	13.805.435	261.106.709	18.523.313	-	299.671.418
Aumentos	186.007	1.395.385	17.607.201	18.438.567	-	37.627.160
Alienações	(10.793)	(601.846)	-	(36.511)	-	(649.150)
Abates	(650.015)	(84.271)	-	-	-	(734.286)
Diferenças cambiais	87.084	61.743	-	29.734	-	178.561
Variação de perímetro	-	(9.273)	-	-	-	(9.273)
Transferências e outros movimentos	(385.077)	(863.211)	22.425.156	(21.017.082)	-	159.786
	5.463.168	13.703.962	301.139.066	15.938.021	-	336.244.216

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Licenças de exploração de concessões” refere-se, essencialmente, à contabilização de acordo com a IFRIC 12 dos direitos de exploração das concessões de água/saneamento e das concessões portuárias.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os valores registados em aumentos nas rubricas “Licenças de exploração de concessões” e “Activos em curso” justificam-se, essencialmente, pelo investimento efectuado no Sub-Grupo INDAQUA no alargamento de ramais para o abastecimento de água/saneamento, bem como pela capitalização de encargo já incorrido relacionado com o porto de PAITA.

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas dos activos intangíveis, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, pode ser analisada como segue:

	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	LICENÇAS DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÕES	ACTIVOS EM CURSO	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
2011						
Saldo inicial	(3.853.777)	(10.049.656)	(57.359.963)	-	-	(71.263.396)
Aumentos	(383.675)	(1.521.665)	(10.399.383)	-	-	(12.304.723)
Alienações	-	22.375	133.352	-	-	155.727
Abates	59.126	86.256	72.483	-	-	217.865
Diferenças cambiais	46.461	(24.084)	-	-	-	22.377
Variação de perímetro	(93)	(506)	-	-	-	(599)
Transferências e outros movimentos	165.586	151.268	(3.191.043)	-	-	(2.874.189)
	(3.966.372)	(11.336.012)	(70.744.554)	-	-	(86.046.938)
2010						
Saldo inicial	(2.672.223)	(10.649.058)	(47.153.685)	-	-	(60.474.966)
Aumentos	(289.365)	(1.743.193)	(9.933.081)	-	-	(11.965.639)
Alienações	10.793	221.857	-	-	-	232.650
Abates	614.323	57.846	-	-	-	672.169
Diferenças cambiais	1.445	(35.092)	-	-	-	(33.647)
Variação de perímetro	-	9.273	-	-	-	9.273
Transferências e outros movimentos	(1.518.750)	2.088.711	(273.197)	-	-	296.764
	(3.853.777)	(10.049.656)	(57.359.963)	-	-	(71.263.396)
VALOR LÍQUIDO						
2011	1.194.532	4.834.944	255.426.143	46.062.364	-	307.517.983
2010	1.609.391	3.654.306	243.779.102	15.938.021	-	264.980.820

A informação relativa aos valores líquidos de activos intangíveis afecto a cada concessão é como segue:

	2011	2010
Grupo Indaqua	157.427.464	143.196.942
Grupo Tertir	95.062.311	97.524.609
Outras	2.936.368	3.057.551
	255.426.143	243.779.102

Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Activos intangíveis em curso” referem-se aos seguintes projectos:

DESCRIÇÃO	VALOR
Obras de alargamento de ramais para abastecimento de água/saneamento (Grupo Indaqua)	34.195.384
Projecto de Construção do Novo Molhe de Contentores (Paíta - Peru)	2.021.332
Obras Sograin - Projecto QREN (Socarpur Aveiro)	2.583.359
Obras de melhoramento do Porto Leixões (TCL)	5.369.494
	44.169.569

Em 2010 a aplicação da IFRIC 12 veio introduzir algumas alterações face às disposições e interpretações das normas que estavam em vigor, cujo impacto nas demonstrações financeiras das empresas concessionárias do GRUPO ocorreram maioritariamente: (i) na reclassificação para a rubrica de activos intangíveis de parte dos activos concessionados em que as empresas concessionárias do GRUPO MOTA-ENGIL possuíam e possuem um direito de exploração dos mesmos e em que as mesmas assumem o risco de procura da operação (modelo intangível): concessões portuárias e concessões de água/saneamento.

As licenças de exploração de concessões estão a ser amortizadas durante o respectivo período de vigência da concessão.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos activos intangíveis é efectuada através da utilização dos “Business Plans” das respectivas empresas, de igual forma ao mencionado na Nota 16. Goodwill relativamente aos testes de imparidade ao goodwill.

Os critérios valorimétricos estabelecidos pelo GRUPO na valorização destes activos intangíveis estão referidos na alínea ii) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2011, a quantia escriturada dos activos intangíveis não sofreria alterações significativas se escriturados de acordo com o modelo de custo.

As principais concessões de água/saneamento e portuárias em funcionamento do Grupo, suas principais características e duração encontram-se elencadas abaixo:

	TIPO	DURAÇÃO SEM PRORROGAÇÕES	ACTIVOS REVERSÍVEIS
Grupo Indaqua			
Indaqua Fafe	Água	2020	não
Indaqua Feira	Água e saneamento	2049	sim
Indaqua Matosinhos	Água e saneamento	2032	sim
Indaqua Santo Tirso/ Trofa	Água	2033	sim
Indaqua Vila do Conde	Água e saneamento	2048	sim
Grupo Tertir			
Liscont	Portuária	2042	sim
Socarpor Aveiro	Portuária	2026	sim
Sotagus	Portuária	2019	sim
TCL	Portuária	2024	sim
Paíta	Portuária	2039	sim

Em Julho de 2010, foi revogado pela Assembleia da República o Aditamento ao Contrato de Concessão do terminal de contentores de Alcântara, o qual previa a prorrogação do contrato de concessão até 2042. A referida revogação foi analisada pelo Centro de Arbitragem Comercial, o qual em 14 de Outubro de 2011 julgou improcedente o pedido de anulação do Aditamento ao Contrato de Concessão do Direito de Exploração em Regime de Serviço Público do Terminal de Contentores de Alcântara, efectuado pela “APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.”, com o fundamento da inconstitucionalidade da Lei n.º 14/2010, de 23 de Julho, a qual revogou o referido Aditamento. Adicionalmente, parte dos investimentos previstos no projecto de prorrogação do contrato de concessão não tiveram o parecer favorável do Ministério do Ambiente. Face à decisão proferida pelo Centro de Arbitragem Comercial, é entendimento do Conselho de Administração que o prazo de concessão do terminal expira em 2042, facto pelo qual a Empresa encontra-se a amortizar a licença de concessão, registada na rubrica “Activos Intangíveis”, bem como os custos inerentes ao processo de preparação do Aditamento acima referido registados na rubrica “Diferimentos Activos”, até 2042 (Notas 23).

18. Activos tangíveis

A informação relativa aos valores líquidos dos activos tangíveis por área de negócio, com referência aos exercícios de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	AMBIENTE E SERVIÇOS	OUTROS E ELIMINAÇÕES	GRUPO MOTA-ENGIL
2011				
Terrenos e edifícios	190.100.160	24.508.577	19.296.108	233.904.845
Equipamentos	198.837.265	108.127.460	2.380.231	309.344.956
Activos tangíveis em curso	10.058.097	5.122.879	-	15.180.976
Outros activos tangíveis	3.215.129	2.909.875	921	6.125.925
	402.210.651	140.668.791	21.677.260	564.556.702
2010				
Terrenos e edifícios	185.527.752	21.697.629	19.180.242	226.405.623
Equipamentos	203.321.168	103.971.333	2.543.132	309.835.633
Activos tangíveis em curso	13.786.874	13.446.101	799.702	28.032.677
Outros activos tangíveis	1.899.016	2.878.583	7.371	4.784.970
	404.534.810	141.993.646	22.530.447	569.058.903

A informação relativa aos valores brutos dos activos tangíveis para os exercícios findos em 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTOS	ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	OUTROS ACTIVOS	TOTAL
2011					
Saldo inicial	285.224.542	819.629.773	28.032.677	11.957.193	1.144.844.185
Aumentos	10.300.011	50.683.038	29.847.132	2.518.500	93.348.681
Alienações	(8.101.169)	(24.071.426)	(7.021.008)	(1.175.199)	(40.368.802)
Abates	(3.592.307)	(17.344.586)	(350.331)	(303.358)	(21.590.582)
Reavaliações	(4.591.742)	-	-	-	(4.591.742)
Diferenças cambiais	139.665	(1.357.315)	(455.285)	67.365	(1.605.570)
Variação de perímetro	209.372	854.060	22.843	-	1.086.275
Transferências e outros movimentos	12.784.260	27.896.195	(34.895.052)	2.083.819	7.869.222
	292.372.632	856.289.740	15.180.976	15.148.320	1.178.991.668
2010					
Saldo inicial	293.266.363	719.785.586	41.766.671	51.746.933	1.106.565.553
Aumentos	44.029.254	67.075.715	31.101.449	3.213.958	145.420.376
Alienações	(27.775.931)	(25.369.599)	(8.555.036)	(927.045)	(62.627.611)
Abates	(407.902)	(5.081.333)	(397.847)	(117.790)	(6.004.872)
Reavaliações	8.451.485	-	-	-	8.451.485
Diferenças cambiais	916.751	5.617.672	207.097	10.454	6.751.974
Variação de perímetro	5.260.188	690.868	-	441.447	6.392.503
Transferências e outros movimentos	(38.515.666)	56.910.864	(36.089.657)	(42.410.764)	(60.105.223)
	285.224.542	819.629.773	28.032.677	11.957.193	1.144.844.185

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas em activos tangíveis para os exercícios findos em 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTOS	ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	OUTROS ACTIVOS	TOTAL
2011					
Saldo inicial	(58.818.919)	(509.794.140)	-	(7.172.223)	(575.785.282)
Aumentos	(7.101.190)	(70.644.999)	-	(1.144.557)	(78.890.746)
Alienações	1.206.032	23.266.075	-	408.782	24.880.889
Abates	2.111.793	13.865.790	-	59.082	16.036.665
Diferenças cambiais	(29.000)	49.270	-	(30.975)	(10.705)
Variação de perímetro	(33.107)	(690.058)	-	-	(723.165)
Transferências e outros movimentos	4.196.604	(2.996.721)	-	(1.142.504)	57.379
	(58.467.787)	(546.944.784)	-	(9.022.395)	(614.434.966)
2010					
Saldo inicial	(59.862.156)	(432.140.205)	-	(37.064.626)	(529.066.987)
Aumentos	(6.592.870)	(66.871.983)	-	(949.297)	(74.414.150)
Alienações	4.060.616	18.877.051	-	298.269	23.235.936
Abates	88.297	1.590.855	-	71.231	1.750.383
Diferenças cambiais	(89.368)	(3.362.432)	-	1.662	(3.450.138)
Variação de perímetro	(840.247)	(11.614)	-	(369.769)	(1.221.630)
Transferências e outros movimentos	4.416.809	(27.875.812)	-	30.840.307	7.381.304
	(58.818.919)	(509.794.140)	-	(7.172.223)	(575.785.282)
VALOR LÍQUIDO					
2011	233.904.845	309.344.956	15.180.976	6.125.925	564.556.702
2010	226.405.623	309.835.633	28.032.677	4.784.970	569.058.903

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a variação registada em reavaliações na rubrica “Terrenos e Edifícios” justifica-se, essencialmente, pela revalorização dos terrenos afectos à exploração de pedreiras.

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor registado em variação de perímetro respeita, na quase totalidade, às participadas Eltor e Cecot, as quais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram consolidadas pela primeira vez.

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor registado em variação de perímetro respeita, na quase totalidade, à participada Bergamon, a qual no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 passou a ser consolidada pelo método da consolidação integral, após aquisição do seu controlo.

Em 31 de Dezembro de 2011, o aumento registado na rubrica Abates, justifica-se pelo elevado número de abates realizados nas participadas de Portugal da área de ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, no âmbito do processo de fusão destas sociedades na MOTA-ENGIL ENGENHARIA que ocorrerá no exercício de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor registado na rubrica “Transferências e outros movimentos” respeita, essencialmente, à transferência efectuada relativa ao Porto de Nsanje (Malawi).

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor registado na rubrica “Transferências e outros movimentos” respeita, essencialmente, às transferências efectuadas de activos tangíveis, quer para propriedades de investimento, quer para activos não correntes detidos para venda.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Activos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projectos:

DESCRIÇÃO	VALOR
Aquisição de imobilizado (Bisceke Plaza)	1.291.710
Condomínio Maputo Sunrise	3.852.314
Condomínio 24 de Julho	2.719.776
Terrenos para construção de Aterro	1.031.506
	8.895.306

Os critérios valorimétricos adoptados, as taxas de amortização utilizadas, bem como os valores residuais definidos estão referidos nas alíneas iii), iv) e v) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se registado na rubrica “Terrenos e edifícios” o montante, líquido de amortizações, de Euro 45.270.213 e Euro 51.294.089 respectivamente afecto à exploração de pedreiras. Para a obtenção do justo valor das pedreiras são tidos em consideração vários factores, nomeadamente, a área licenciada, a capacidade de exploração, os custos de recuperação paisagística e o valor residual do terreno após encerramento da pedreira. Informação complementar sobre a exploração dos activos minerais do GRUPO pode ser encontrada na Nota 33. Exploração de activos minerais.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontravam-se no estrangeiro, em sucursais, os seguintes activos tangíveis, líquidos de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, propriedade da MOTA-ENGIL ENGENHARIA:

	2011	2010
Angola	27.710.324	30.049.536
Cabo Verde	217.213	66.739
Hungria	47.136	-
Irlanda	3.875.058	4.842.568
Malawi	21.739.891	17.478.315
Moçambique	8.804.462	8.080.081
Polónia	539.025	622.627
Roménia	20.271	68.719
S. Tomé e Príncipe	105.832	153.983
	63.059.212	61.362.568

Os terrenos e edifícios estão registados ao seu custo revalorizado. O método de avaliação utilizado pelos avaliadores imobiliários para valorizar ao justo valor os imóveis do GRUPO foi o método do custo de reposição depreciado, tendo as avaliações sido efectuadas de acordo com os padrões internacionais de avaliação.

O justo valor dos imóveis não inclui qualquer imposto ou custos que o comprador tenha de vir a incorrer com a compra do imóvel e foi apurado, no caso dos terrenos, tendo em conta os preços praticados no mercado em activos semelhantes e no caso das edificações, no custo actual de proceder à construção dos mesmos. A localização, os acessos, o tamanho e a forma dos imóveis foi também tida em conta no apuramento do justo valor das mesmas.

A quantia escriturada que teria sido reconhecida se os activos tivessem sido escriturados de acordo com o modelo de custo, seria como segue:

	CUSTOS HISTÓRICOS	REVALORIZAÇÃO	TOTAL
2011			
Terrenos e edifícios	203.798.119	30.106.726	233.904.845
Equipamentos	309.055.925	289.031	309.344.956
Activos tangíveis em curso	15.180.976	-	15.180.976
Outros activos tangíveis	6.123.214	2.711	6.125.925
	534.158.234	30.398.468	564.556.702
2010			
Terrenos e edifícios	191.707.155	34.698.468	226.405.623
Equipamentos	309.546.602	289.031	309.835.633
Activos tangíveis em curso	28.032.677	-	28.032.677
Outros activos tangíveis	4.782.259	2.711	4.784.970
	534.068.693	34.990.210	569.058.903

O GRUPO, durante o exercício de 2011, por prudência não procedeu ao registo do efeito nas demonstrações financeiras anexas relativamente à actualização das avaliações dos seus imóveis, quando o justo valor apurado nas avaliações é materialmente superior à quantia escriturada.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, excepto para os bens adquiridos em regime de locação financeira e para os activos tangíveis afectos a concessões, não existem outros activos tangíveis que se encontrem penhorados ou hipotecados a instituições financeiras como garantia de empréstimos obtidos.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores do activo tangível é efectuada através da utilização dos “Business Plans” das respectivas empresas, de igual forma ao mencionado na Nota 16. Goodwill relativamente aos testes de imparidade ao goodwill.

19. Investimentos financeiros em equivalência patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a composição dos valores referentes a investimentos financeiros em equivalência patrimonial é como segue:

	2011	2010
Engenharia e Construção		
Auto Sueco Angola	12.675.231	9.085.418
Berd	1.658.375	1.170.619
Cimertex Angola	2.645.753	1.362.358
Cimertex & Companhia	10.363.510	10.059.923
Crespo	2.358.339	1.761.885
Grupo Obolinvest	21.610.579	26.551.107
Mamaia	2.153.337	2.270.894
Mota-Engil Opway Mexicana (Mex)	4.976.284	-
Probigalp	-	1.680.375
Soltysowska	634.081	542.403
Outros	714.160	627.784
Ambiente e Serviços		
Águas de S. João	4.188.875	-
Grupo Geo Vision	-	40.798.809
Grupo Suma associadas	2.513.514	2.286.127
Grupo SLPP	-	1.217.338
Parquegil	472.881	453.630
STM	-	177.684
Tersado	1.067.931	1.195.170
Vortal	2.836.129	2.068.818
Outros	710.601	20.283
Grupo Ascendi	49.407.956	116.744.862
Grupo Martifer	95.130.081	116.843.043
Outros	455.994	2.106
	216.573.611	336.920.636

Durante o exercício de 2010 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos investimentos financeiros em equivalência patrimonial, foi o seguinte:

2011	SALDO INICIAL	EFEITO EM RESULTADO DO EXERCÍCIO	EFEITO EM RESERVAS ⁽¹⁾	TRANSFERÊNCIAS E VARIÁÇÕES DE PERÍMETRO	AQUISIÇÕES/ ALIENAÇÕES	SALDO FINAL
Engenharia e Construção						
Auto Sueco Angola	9.085.418	2.124.893	1.464.920		-	12.675.231
Berd	1.170.619	(220.471)	708.227		-	1.658.375
Cimertex Angola	1.362.358	977.827	305.568		-	2.645.753
Cimertex & Companhia	10.059.923	1.640.345	(1.336.759)		-	10.363.510
Crespo	1.761.885	(472)	596.926		-	2.358.339
Grupo Obolinvest	26.551.107	(174.531)	(4.765.997)		-	21.610.579
Mamaia	2.270.894	(573)	(116.984)		-	2.153.337
Mota-Engil Opway Mexicana (Mex)	-	(3.453.841)	-	8.430.125	-	4.976.284
Probigalp	1.680.375	(2.010.770)	330.395		-	-
Soltysowska	542.403	142.375	(50.697)		-	634.081
Outros	627.784	843.897	(757.521)		-	714.160
			-			
Ambiente e Serviços						
Águas de S. João	-	171.600	-	4.017.275		4.188.875
Grupo Geo Vision (Nota 38.)	40.798.809	-	-	(40.798.809)	-	-
Grupo Suma associadas	2.286.127	269.907	(42.521)		-	2.513.514
Grupo SLPP	1.217.338	(173.588)	(1.043.750)		-	-
Parquegil	453.630	20.866	(1.615)		-	472.881
STM	177.684	94.329	(272.013)		-	-
Tersado	1.195.170	192.542	(319.781)		-	1.067.931
Vortal	2.068.818	310.466	456.845		-	2.836.129
Outros	20.283	(1.304.171)	1.994.489		-	710.601
			-			
Grupo Ascendi	116.744.862	19.859.480	(87.196.386)		-	49.407.956
Grupo Martifer	116.843.043	(18.600.131)	(3.112.831)		-	95.130.081
Outros	2.106	(79.886)	533.774		-	455.994
	336.920.636	630.094	(92.625.711)	(28.351.409)	-	216.573.611

(1) Inclui essencialmente variações cambiais, variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados e distribuição de dividendos

2010	SALDO INICIAL	EFEITO EM RESULTADO DO EXERCÍCIO	EFEITO EM RESERVAS ⁽¹⁾	TRANSFERÊNCIAS E VARIÁÇÕES DE PERÍMETRO	AQUISIÇÕES/ ALIENAÇÕES	SALDO FINAL
Engenharia e Construção						
Auto Sueco Angola	12.102.738	322.488	(3.339.808)	-	-	9.085.418
Bergamon	8.211.228	-	-	(8.211.228)	-	-
Berd	1.198.623	33.924	(61.928)	-	-	1.170.619
Cimertex Angola	500.793	36.547	825.018	-	-	1.362.358
Cimertex & Companhia	8.002.948	2.657.601	(600.626)	-	-	10.059.923
Crespo	1.600.736	(555.154)	716.303	-	-	1.761.885
Grossiman	2.948.623	(4.385.796)	-	1.437.173	-	-
Grupo Obolinvest	32.622.218	(232.858)	(5.838.253)	-	-	26.551.107
Hifer	311.462	-	-	(311.462)	-	-
Mamaia	2.413.358	370	(142.834)	-	-	2.270.894
Probigalp	1.938.080	(223.498)	(34.207)	-	-	1.680.375
Soltysowska	44.955	484.285	13.163	-	-	542.403
Outros	543.741	52.420	-	31.623	-	627.784
Ambiente e Serviços						
Grupo Geo Vision	-	(578.882)	-	-	41.377.691	40.798.809
Grupo Suma associadas	2.190.326	374.826	42.315	(321.340)	-	2.286.127
Grupo SLPP	-	(1.012.716)	-	2.230.054	-	1.217.338
Parquegil	305.110	148.527	-	(7)	-	453.630
STM	104.566	163.425	-	(90.307)	-	177.684
Tersado	1.086.332	233.435	-	(124.597)	-	1.195.170
Vortal	2.867.587	486.921	-	(1.285.690)	-	2.068.818
Outros	27.976	(2.303.030)	29.788	2.265.549	-	20.283
Grupo Ascendi	100.609.676	14.995.201	(3.547.347)	4.687.332	-	116.744.862
Grupo Martifer	146.029.302	(20.585.271)	(8.600.988)	-	-	116.843.043
Reclassificação de outro rendimento integral e outros	-	17.393.422	-	(17.391.316)	-	2.106
	325.660.378	7.506.187	(20.539.405)	(17.084.216)	41.377.691	336.920.636

(1) Inclui essencialmente variações cambiais, variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados e distribuição de dividendos.

Para os investimentos financeiros com contributo negativo foi constituída uma provisão (Nota 28.).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o investimento financeiro no GRUPO OBOL INVEST inclui Euro 19.220.233 e Euro 22.861.133, respectivamente, de diferenças de consolidação afectas a activos identificáveis (inventários).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o investimento financeiro no GRUPO ASCENDI inclui Euro 19.830.852 de “goodwill”, Euro 93.143.057 (2010: Euro 99.992.688) de diferenças de consolidação afectas a activos identificáveis (conta a receber) e Euro 47.913.795 de prestações suplementares.

O valor registado na rubrica “Efeito em reservas” no Grupo Ascendi respeita essencialmente a variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados e variações cambiais.

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor de mercado da MARTIFER, de acordo com a sua cotação de mercado naquela data (Euro 1,08 por acção), correspondia a, aproximadamente, Euro 40.500.000. Contudo, é convicção do Conselho de Administração do GRUPO, baseado nos “business plans” existentes e no valor patrimonial do GRUPO MARTIFER, que aquele investimento não se encontra em imparidade.

O GRUPO GEOVISION durante o exercício de 2011 foi registado como activo não corrente detido para venda (Nota 38.)

Em 31 de Dezembro de 2011, a principal informação dos investimentos financeiros em equivalência patrimonial mais relevantes é como segue:

	% PARTICIPAÇÃO	ACTIVO	CAPITAL PRÓPRIO	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	RESULTADOS LÍQUIDOS
Engenharia e Construção					
Asinter	30%	2.225.739	1.474.403	3.161.540	679.228
Auto Sueco Angola	26%	107.362.504	49.706.789	96.808.550	8.332.915
Bay 6.3 (Hun)	30%	1.624.207	5.890	-	(16.947)
Bay Office (Hun)	30%	852.706	412.461	-	(25.892)
Bay Park (Hun)	30%	13.463.312	6.764.839	305.740	(243.988)
Bay Tower (Hun)	30%	128.997	42.557	-	(10.497)
Bay Welleness (Hun)	30%	290.769	142.223	-	(31.143)
Berd	25%	11.357.222	6.693.276	875.442	(889.356)
Cimertex & C ^a	50%	38.464.919	20.727.019	26.159.245	3.280.689
Cimertex Angola	50%	33.455.374	5.291.506	21.605.203	1.955.655
Construcciones Crespo (Esp)	50%	7.718.845	2.030.574	12.861.847	(944)
Engber (Hun)	30%	30.271	15.134	-	(9.104)
Icer (Ang)	26%	6.522.852	224.363	1.310.282	88.365
Mamaia (Rom)	24%	46.339.243	2.301.773	-	(2.388)
M-Invest Mierova (Svk)	50%	14.584.038	(608.848)	12.942.604	1.189.117
M-Invest Tmavska (Svk)	50%	1.269	1.270	-	(395)
Mota-Engil Opway Mexicana (Mex)	50%	10.233.307	9.952.569	230.573	(6.907.683)
Nador Obol (Hun)	30%	3.469.813	1.316.616	8.907	(38.770)
Novicer (Angola)	20%	35.902.514	175.800	5.381.079	150.848
Obol Invest (Hun)	30%	45.597.011	13.618.205	10.224	(415.447)
Obol XI (Hun)	30%	34.592.178	392.490	165.280	43.329
Pentele Alisca (Hun)	45%	2.831	1.019	-	(3.339)
Probigalp	40%	8.427.602	(4.184.270)	6.218.812	(5.026.926)
Sampaio (Hun)	30%	3.651.406	694.253	213.774	165.010
Soltysowska (Pol)	34%	18.309.821	1.864.946	5.815.328	418.750
Turalgo	51%	600.333	426.557	-	(14.781)
Ambiente e Serviços					
Ambigere	31%	115.973	115.973	-	(4.027)
Ambilital	30%	18.091.713	7.265.780	3.728.570	518.942
Chinalog	49%	44.461	35.821	-	(5.207)
Citrupe	18%	1.454.512	1.046.215	1.207.530	384.418
Ecolezíria	15%	6.226.133	629.855	2.883.321	290.720
Haçor	40%	88.329.997	(9.817.191)	46.157.914	385.952
HL-Soc. Gestora Edifício,SA	50%	94.470.178	(4.642.587)	57.674.512	(472.641)
Ibercargo (Esp)	50%	11.815.455	40.068	18.936.354	(2.314.645)
Logz	30%	50.392.901	(315.780)	-	(351.307)
Manvia II Conduatas	45%	2.197.467	1.236.638	3.833.636	794.060
Operestiva	30%	626.969	243.074	2.911.181	73.259
Parquegil	50%	15.451.153	945.762	2.007.595	41.732
Sadoport	49%	13.332.115	(5.312.604)	10.202.441	(435.189)
SLPP	49%	13.823.707	1.281.284	-	40.112
STM (Moçambique)	49%	2.393.548	567.141	1.251.450	190.803
Tersado	25%	9.312.647	3.391.862	12.978.917	778.923
Vista SA (Angola)	50%	117.086	41.855	-	(651.764)
Vortal	25%	11.952.996	7.404.756	9.905.334	1.243.012
Grupo Ascendi	60%	3.365.779.957	92.649.325	188.321.287	33.434.351
Grupo Martifer	38%	1.037.865.346	251.358.583	531.852.146	(47.529.477)

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos investimentos financeiros em equivalência patrimonial é efectuado através da utilização dos “Business Plans” das respectivas empresas.

Durante o exercício de 2010, concretizaram-se parte das medidas estabelecidas no Acordo de Cooperação Empresarial assinado pelos Grupos MOTA-ENGIL e Espírito Santo, em 2006, relativamente à constituição de uma parceria para a área de Concessões de Transportes.

Embora tal parceria previsse a constituição de um veículo autónomo, a mesma acabou por se consubstanciar na concentração das participações financeiras daqueles Grupos na MOTA-ENGIL CONCESSÕES DE TRANSPORTES, SGPS, S.A. (actualmente denominada por ASCENDI GROUP, SGPS).

Esta concentração de participações foi iniciada através de uma operação realizada no dia 24 de Agosto de 2010, na qual se efectuou um aumento de capital na ASCENDI GROUP, SGPS, integralmente subscrito pelo Grupo Espírito Santo, através da entrada em espécie das participações sociais detidas por esta última nas Concessões Norte, Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta e Grande Porto.

A transferência das restantes participações deverá ser concretizada no decorrer de 2012. Ao abrigo do acordo acima referido e ao abrigo de contratos parassociais entretanto celebrados, a gestão daquelas empresas concessionárias efectua-se de forma partilhada, pelo que o GRUPO MOTA-ENGIL, embora detendo 60% dos interesses financeiros na ASCENDI GROUP, SGPS, considera esta entidade como um empreendimento conjuntamente controlado. Conforme mencionado na Nota 1, os interesses financeiros detidos pelo GRUPO em empresas conjuntamente controladas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial.

20. Investimentos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos investimentos financeiros disponíveis para venda é como segue:

	2011	2010
Partes de capital (registadas ao custo de aquisição)		
Águas de S. João	-	3.951.396
Cerâmica do Boialvo	319.343	319.343
Cosamo	152.049	152.049
Ecodetra	1.153.202	1.153.202
Ersuc	554.381	554.381
Iberfibran	375.000	375.000
Indimo	500.307	12.959
Pfeiffer Manvia	-	245.092
Tirtife	900.600	900.600
TMB	-	939.360
Tracevia Brasil	326.651	-
Outros	907.773	1.023.243
	5.189.306	9.626.625

	2011	2010
Títulos e outras aplicações		
Outros	206.266	63.545
	206.266	63.545

	2011	2010
Adiantamentos e outros investimentos		
Mota-Engil México	-	10.418.931
Parque Ambiental Nortenho	-	545.186
Plataforma Logística Guarda	6.565	6.565
Outros	46.627	18.000
	53.192	10.988.682
INVESTIMENTOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	5.448.764	20.678.852

Em 31 de Dezembro de 2011, as participadas ÁGUAS DE S. JOÃO E MOTA ENGIL MÉXICO passaram a ser integrada pelo método da equivalência patrimonial e método integral, respectivamente.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda foi o seguinte:

	2011	2010
Saldo em 1 de Janeiro	20.678.852	9.670.554
Aquisições e adiantamentos durante o exercício	40.568	10.418.931
Alienações durante o exercício	(1.484.546)	(369.660)
Transferências e variações de perímetro	(13.786.110)	959.027
	5.448.764	20.678.852

Dada a natureza da maior parte dos investimentos financeiros acima referidos e dada a dificuldade de apuramento de forma fiável do justo valor dos mesmos, o GRUPO registou tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido, se necessário, das respectivas perdas de imparidade identificadas.

21. Propriedades de investimento

A informação relativa às propriedades de investimento do GRUPO, com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	88.614.797	30.652.729
Aumentos	2.559.749	25.927.442
Variação de justo valor	-	1.276.971
Alienações	(29.401)	-
Diferenças cambiais (propriedades localizadas em Angola e Europa Central)	9.637	926.626
Transferências	(28.207.729)	29.831.029
	62.947.053	88.614.797

Os critérios valorimétricos estabelecidos pelo GRUPO na valorização das suas propriedades de investimento estão referidos na alínea vii) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

As propriedades de investimento localizadas em Portugal estão registadas ao seu valor de mercado, de acordo com avaliações independentes baseadas na evidência de transacções de mercado recentes de propriedades similares.

As propriedades de investimento localizadas em Portugal destinam-se ao arrendamento.

Em 2011, a rubrica “Transferências” inclui, essencialmente, o valor do terreno/imóvel da JEREMIASOVA (República Checa) e do terreno/imóvel da KILINSKIEGO transferidos para inventários (produtos e trabalhos em curso nota 22.), uma vez que se vai dar início ao desenvolvimento dos respectivos projectos imobiliários.

Em 2011, a rubrica “Aumentos” inclui, essencialmente, o valor do Edifício Mercado Urbano, de salientar que este edifício ainda não gerou rendas no exercício de 2011, em virtude de ainda se encontrar em fase de construção.

No exercício de 2011, os imóveis localizados em Angola que se encontravam arrendados e, portanto, registados na rubrica propriedade de investimentos, passaram a ser utilizados na actividade da sucursal, razão pela qual foram transferidos para a rubrica de activos tangíveis.

Em 31 de Dezembro de 2011, as propriedades de investimento detidas pelo GRUPO eram essencialmente as seguintes: i) condomínio comercial MOTADOMUS (Portugal, Euro 4.762.473); ii) Edifício Báltico (Portugal, Euro 49.107.043) iii) Edifício Mercado Urbano (Portugal Euro 2.241.999).

Em 2010, a rubrica “Transferências” inclui, essencialmente, o valor de um edifício localizado em Portugal transferido da rubrica Inventários (ver Nota 5), para o qual, durante o exercício de 2010, o GRUPO celebrou um contrato promessa de arrendamento com uma entidade terceira destinado a arrendamento. Os valores incluídos nas rubricas “Aumentos” e “Variação de justo valor” estão também relacionados com este edifício.

Os ganhos obtidos pelo GRUPO relativos a rendas das suas propriedades de investimento ascenderam, em 2011, a Euro 2.729.641 (2010: Euro 455.582) (Nota 11.).

As avaliações efectuadas tiveram em conta os seguintes métodos de avaliação: Método do rendimento (condomínio comercial MOTADOMUS e EDIFÍCIO BÁLTICO), utilizando para tal o método da capitalização de rendas futuras esperadas. Na avaliação foram seguidos os padrões internacionais e europeus promovidos pelo IVSC (International Valuation Standards Committee) e TEGoVA nos “Approved European Property Valuation Standards”.

22. Inventários

A informação relativa a inventários com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	2011	2010
Valor de balanço:		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	53.198.943	47.947.573
Produtos e trabalhos em curso	103.892.234	72.760.360
Produtos acabados	44.633.034	42.712.410
Mercadorias	38.624.395	38.286.426
Adiantamentos por conta de compras	13.746.458	8.474.342
	254.095.064	210.181.111
Perdas de imparidade acumuladas:		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	(71.311)	(657.797)
Produtos e trabalhos em curso	(108.596)	(111.742)
Produtos acabados	(11.397.953)	(6.136.791)
Mercadorias	(156.615)	(251.015)
	(11.734.475)	(7.157.345)
	242.360.589	203.023.766

Em 2011, o aumento registado na rubrica “Produtos e trabalhos em curso” inclui, essencialmente, o valor do terreno/imóvel da JEREMIASOVA (República Checa) e do Terreno/imóvel da KILINSKIEGO transferidos de propriedades de investimento para inventários (Nota 21).

O movimento das perdas de imparidade acumuladas em inventários com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	7.157.345	8.139.365
Aumento (Nota 10)	8.102.698	222.803
Redução	(1.025.817)	(445.465)
Transferências e variação de perímetro	(2.499.751)	(759.358)
	11.734.475	7.157.345

O aumento registado na rubrica “Perdas de imparidade em inventários” justifica-se pela imparidade registada na participada PTT sobre um terreno e por imparidades registadas sobre terrenos na área de ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO.

23. Outros activos

a) Empréstimos e contas a receber

A informação relativa a empréstimos e contas a receber de clientes com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

CLIENTES	NÃO CORRENTES		CORRENTES	
	2011	2010	2011	2010
Clientes, conta corrente				
Valor Bruto				
Engenharia e Construção	80.573.879	9.857.563	778.907.718	892.215.835
Ambiente e Serviços	7.823.705	669.799	204.468.459	170.059.849
Outros, eliminações e intragrupo	-	-	(15.520.935)	(11.879.646)
	88.397.584	10.527.362	967.855.242	1.050.396.038
Perdas de imparidade acumuladas	(1.806.624)	(123.629)	(49.123.276)	(45.201.525)
	86.590.960	10.403.733	918.731.966	1.005.194.513
Clientes, títulos a receber				
	475.533	126	2.482.786	3.025.973
	87.066.493	10.403.859	921.214.752	1.008.220.486

O aumento registado na parcela não corrente durante o exercício de 2011 refere-se à assinatura de um acordo para regularização de uma dívida num período compreendido entre 2011 e 2017, que o Conselho de Administração entende não estar em imparidade.

A informação relativa a empréstimos e contas a receber de outros devedores com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

OUTROS DEVEDORES	NÃO CORRENTES		CORRENTES	
	2011	2010	2011	2010
Empresas associadas, participadas e participantes				
Valor Bruto	71.492.148	68.811.021	5.426.611	2.624.707
Perdas de imparidade acumuladas	(6.275.275)	(2.211.180)	-	-
	65.216.873	66.599.841	5.426.611	2.624.707
Adiantamentos a fornecedores	-	-	14.271.485	14.288.756
Estado e outros entes públicos	13.242	-	41.315.928	28.191.894
Outros				
Valor Bruto	4.228.483	4.505.086	339.357.574	278.344.318
Perdas de imparidade acumuladas	-	(827.847)	(35.949.220)	(19.467.610)
	4.228.483	3.677.239	303.408.354	258.876.708
	69.458.598	70.277.080	364.422.378	303.982.065

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o valor registado na rubrica “Outros devedores – Empresas associadas, participadas e participantes” inclui saldos em dívida por empresas integradas pelo método da equivalência patrimonial, nomeadamente GRUPO ASCENDI, GRUPO OBOL E MAMAIA.

A exposição do GRUPO ao risco de crédito é atribuível, sobretudo, às contas a receber da sua actividade operacional. As perdas acumuladas de imparidade foram estimadas pelo GRUPO, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas.

É convicção do Conselho de Administração de que o valor pelo qual estes activos estão registados em balanço se aproxima do seu justo valor.

O GRUPO não cobra qualquer encargo de juros enquanto os prazos de pagamento definidos estejam a ser respeitados. Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, e de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a antiguidade dos saldos comerciais relativos aos activos financeiros que não se encontravam em imparidade era como segue:

ANTIGUIDADE NO BALANÇO 2011	CLIENTES	OUTROS
Valores Vencidos		
] 0 ; 3] meses	252.432.484	100.853.651
] 3 ; 12] meses	196.088.257	50.564.643
] 1 ; 3] anos	211.073.264	112.622.625
Mais de 3 anos	93.137.192	9.615.909
	752.731.197	273.656.828
Valores Não Vencidos	255.550.048	33.980.009
TOTAL	1.008.281.245	307.636.837

ANTIGUIDADE NO BALANÇO 2010	CLIENTES	OUTROS
Valores Vencidos		
] 0 ; 3] meses	258.407.462	140.530.214
] 3 ; 12] meses	141.836.676	26.230.438
] 1 ; 3] anos	156.540.518	43.286.655
Mais de 3 anos	86.002.870	11.899.621
	642.787.526	221.946.928
Valores Não Vencidos	375.836.819	40.607.019
TOTAL	1.018.624.345	262.553.947

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição líquida de perdas de imparidade acumuladas, do GRUPO a saldos com antiguidade superior a 1 ano resulta, essencialmente, de dívidas confirmadas de organismos públicos (câmaras municipais, governos regionais, organismos públicos angolanos, etc.), de retenções de garantias prestadas a clientes e a saldos de clientes com acordos de regularização de dívida, sendo entendimento do Conselho de Administração do GRUPO que tais contas a receber não se encontram em imparidade.

São registados ajustamentos às contas a receber por perdas por imparidade quando existem indicadores objectivos que o GRUPO não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Os ajustamentos são calculados considerando a análise da antiguidade das contas a receber, o perfil de risco do devedor, bem como as condições financeiras dos devedores.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2011	2010
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	1.033.794	1.065.570
Imposto sobre o valor acrescentado	25.660.297	12.388.772
Segurança social	-	9.541
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	10.720
Outros impostos	-	15.581
Impostos em outros países	14.635.079	14.701.710
	41.329.170	28.191.894

O movimento das perdas de imparidade em empréstimos e contas a receber é como segue:

	2011	2010
Clientes, conta corrente:		
Saldo inicial	45.325.154	40.132.117
Aumento	14.371.822	7.210.372
Redução	(7.273.116)	(2.917.743)
Utilização	(966.505)	(1.650.899)
Transferências e variação de perímetro	(527.455)	2.551.307
	50.929.900	45.325.154
Outros devedores:		
Saldo inicial	22.506.637	34.556.948
Aumento	2.974.479	3.299.983
Redução	(52.818)	(16.586.663)
Utilização	(163.877)	(748)
Transferências e variação de perímetro	16.960.074	1.237.117
	42.224.495	22.506.637

Em 31 de Dezembro de 2010, a variação ocorrida na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas” justifica-se, essencialmente, pela utilização da provisão criada para o Intercon ACE, uma vez que durante o exercício de 2010 se procedeu à sua dissolução e liquidação.

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor registado em “Transferências e variações de perímetro” respeita, essencialmente, ao valor reclassificado pela SUCURSAL DE ANGOLA de outros acréscimos de custos para perdas de imparidade de contas a receber.

Com excepção do acordo de regularização de dívida estabelecido com o Governo Angolano, não foram efectuadas quaisquer renegociações materialmente relevantes relativamente a empréstimos e contas a receber que, por esse motivo pudessem estar vencidos ou com imparidade.

b) Outros activos correntes

A rubrica “Outros activos correntes” pode ser analisada como segue:

	2011	2010
Acréscimos de proveitos		
Produção e prestação de serviços não facturadas	117.227.815	84.797.387
Indemnizações a receber	260.263	-
Juros a receber	20.532.104	16.598.418
Outros acréscimos de proveitos	24.972.973	16.944.942
	162.993.155	118.340.747
Custos diferidos		
Seguros	3.964.568	2.819.465
Outros custos diferidos	8.737.499	6.767.618
	12.702.067	9.587.083
	175.695.222	127.927.830

A rubrica “Outros acréscimos de proveitos” inclui fundamentalmente custos com contratos de manutenção celebrados e outros pagamentos efectuados antecipadamente.

A informação relativa a contratos de construção em curso pode ser analisada como segue:

	2011	2010
Custos de construção incorridos até à data	6.075.142.987	4.658.125.724
Custos de construção incorridos no ano	1.460.029.207	1.175.952.481
Proveitos reconhecidos até à data	7.351.947.410	4.814.268.940
Proveitos reconhecidos no ano	1.773.230.640	1.248.153.703
Adiantamentos recebidos de clientes	78.675.617	92.357.354
Retenções feitas por clientes	16.188.101	23.781.788
Garantias dadas a clientes	386.902.862	334.691.445
Acréscimos de proveitos - excesso de produção sobre facturação	98.688.463	71.070.390
Proveitos diferidos - déficit de produção sobre facturação	73.108.730	96.202.589

c) Caixa e seus equivalentes

A rubrica caixa e seus equivalentes pode ser analisada como segue:

	SEM RECURSO		COM RECURSO	
	2011	2010	2011	2010
Depósitos a prazo e outros	-	-	1.535.877	1.547.764
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos à ordem	9.272.371	8.599.925	220.204.905	187.176.425
Caixa	33.326	36.176	3.173.627	3.265.812
	9.305.697	8.636.101	224.914.409	191.990.001

Caixa e seus equivalentes incluem o dinheiro devido pelo Grupo e os depósitos bancários de curto prazo, com maturidades originais iguais ou inferiores a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. O valor por que este conjunto de activos está registado aproxima-se do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, existem Euro 3.088.758 e Euro 2.037.707 respectivamente, registados em caixa e seus equivalentes não disponíveis no curto prazo, pelo facto de terem sido dados em garantia ou cativos.

Os valores da rubrica “Caixa e seus equivalentes sem recurso” dizem respeito à totalidade dos valores registados na rubrica “Caixa e seus equivalentes” das empresas com concessões portuárias, a maioria dos quais se encontra afecto ao serviço da dívida do exercício de 2012.

24. Capital e reservas

O capital da MOTA-ENGIL SGPS em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, ascende a Euro 204.635.695, totalmente realizado e representado por 204.635.695 acções ao portador com valor nominal de Euro 1 cada.

Em 31 de Dezembro de 2011, o GRUPO detém 11.101.379 acções próprias.

Durante o exercício de 2011, as alterações no número de acções próprias podem ser resumidas como segue:

	QUANTIDADE	CUSTO MÉDIO	MONTANTE
Saldo inicial	11.005.456	2,06	22.626.521
Aumentos			
Setembro	95.923	1,28	122.705
	95.923	1,28	122.705
SALDO FINAL	11.101.379	2,05	22.749.226

As aquisições de acções próprias ocorridas durante o exercício de 2011 foram levadas a cabo pelo Conselho de Administração do GRUPO, que ao entender que o mercado de capitais se encontrava àquelas datas a subavaliar o título da MOTA-ENGIL SGPS, decidiu reforçar a carteira de acções próprias da qual a empresa era já detentora, sinalizando ao mercado de capitais, também por essa via, a confiança que o Conselho de Administração deposita no futuro do GRUPO.

As referidas aquisições respeitaram, em todas as ocasiões, os limites legalmente impostos, bem como foram comunicadas ao mercado, na medida do regulamentarmente exigido e em conformidade com os prazos estabelecidos pelo regulador do mercado de capitais (CMVM).

Reservas:

Prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou com aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de justo valor – derivados

A reserva de justo valor - derivados reflecte as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 26. Instrumentos financeiros derivados) e não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de justo valor – investimentos disponíveis para venda

A reserva de justo valor – investimentos disponíveis para venda reflecte as variações de justo valor dos instrumentos financeiros detidos para venda e não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de conversão cambial

As reservas cambiais reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de ser distribuídas ou de ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tiverem sido alienados.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Em 31 de Dezembro de 2011, não existiam reservas passíveis de distribuição.

25. Endividamento

Os montantes relativos ao endividamento com recurso, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

	A 1 ANO	A 2 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	A MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
2011					
Empréstimos por obrigações não convertíveis	54.546.732	30.000.000	15.000.000	-	99.546.732
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	116.916.493	59.886.712	93.863.100	11.044.058	281.710.363
Descobertos bancários	172.170.427	-	-	-	172.170.427
Contas caucionadas	179.690.799	-	-	-	179.690.799
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	37.617.999	163.511.531	120.275.971	45.810.000	367.215.501
Outros empréstimos	4.097.846	785.863	2.978.963	75.386	7.938.058
	565.040.296	254.184.106	232.118.034	56.929.444	1.108.271.880
2010					
Empréstimos por obrigações não convertíveis	7.278.633	50.000.000	25.000.000	-	82.278.633
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	120.568.883	63.649.981	88.036.032	20.148.099	292.402.995
Descobertos bancários	218.012.464	-	-	-	218.012.464
Contas caucionadas	127.010.928	-	-	-	127.010.928
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	38.084.235	55.373.716	219.182.062	60.050.000	372.690.013
Outros empréstimos	3.997.121	529.878	1.677.886	387.012	6.591.897
	514.952.264	169.553.575	333.895.980	80.585.111	1.098.986.930

As emissões de papel comercial, embora tenham o seu vencimento no prazo de 1 ano, encontram-se abrangidas por programas de médio e longo prazo que asseguram a sua renovação automática ao longo do tempo. Nestas circunstâncias, e dado que o Conselho de Administração do GRUPO pretende continuar a utilizar as referidas emissões no longo prazo, registou tais dívidas no médio e longo prazo.

Os montantes relativos ao endividamento sem recurso, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

	A 1 ANO	A 2 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	A MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
2011					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	1.988.542	2.915.628	12.208.531	112.800.249	129.912.950
Outros empréstimos obtidos:					
Outros empréstimos	-	89.319	706.072	-	795.391
	1.988.542	3.004.947	12.914.603	112.800.249	130.708.341
2010					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	3.413.463	4.333.346	12.677.458	95.964.149	116.388.416
	3.413.463	4.333.346	12.677.458	95.964.149	116.388.416

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os montantes relativos ao endividamento estão denominados nas seguintes moedas:

	OBRIGAÇÕES	INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	PAPEL COMERCIAL	OUTROS EMPRÉSTIMOS	TOTAL
2011					
Coroas Checas	-	3.643.316	-	-	3.643.316
Dólares dos Estados Unidos	-	50.212.077	-	459.254	50.671.331
Euros	99.546.732	695.976.359	367.215.501	8.274.195	1.171.012.787
Forints Húngaros	-	650.633	-	-	650.633
Meticals da Nova Família	-	587.881	-	-	587.881
Zlotys Polacos	-	12.414.273	-	-	12.414.273
	99.546.732	763.484.539	367.215.501	8.733.449	1.238.980.221
2010					
Coroas Checas	-	9.356.945	-	-	9.356.945
Dólares dos Estados Unidos	-	14.156.058	-	-	14.156.058
Dinar Argelino	-	292.196	-	-	292.196
Euros	82.278.633	714.402.206	372.690.013	6.591.897	1.175.962.749
Forints Húngaros	-	1.809.311	-	-	1.809.311
Pesos Mexicanos	-	401.708	-	-	401.708
São Tomé Dobras	-	47.514	-	-	47.514
Zlotys Polacos	-	13.348.865	-	-	13.348.865
	82.278.633	753.814.803	372.690.013	6.591.897	1.215.375.346

As taxas de juro médias suportadas nas principais rubricas do endividamento durante os exercícios de 2011 e 2010 são como segue:

	2011		2010	
	TAXAS MÉDIAS (%)	INTERVALO DE TAXAS (%)	TAXAS MÉDIAS (%)	INTERVALO DE TAXAS (%)
Empréstimos por obrigações não convertíveis	5,48	[5,47 ; 5,49]	3,93	[2,43 ; 5,49]
Dívidas a instituições de crédito:				
Empréstimos bancários	4,80	[2,19 ; 19,25]	3,33	[1,71 ; 6,61]
Descobertos bancários	6,28	[3 ; 22,58]	4,09	[2,21 ; 19,5]
Contas caucionadas	6,22	[4,01 ; 20,64]	3,28	[2,07 ; 19,5]
Outros empréstimos obtidos:	2,93	[2,32 ; 3,27]	4,68	[1,52 ; 5,25]
Emissões de papel comercial	2,66	[0,04 ; 24]	1,63	[0,81 ; 2,47]

Os principais empréstimos obrigacionistas e programas de papel comercial obtidos pelo GRUPO são como segue:

TIPO DE EMISSÃO / EMITENTE	DATA EMISSÃO	INDEXAÇÃO	CONDIÇÕES DE REEMBOLSO	MONTANTE NOMINAL ACTUAL	PRAZO
Empréstimos obrigacionistas:					
Mota-Engil SGPS	18-Nov-09	Mid Swap 3Y + 3,35%	i)	50.000.000	
Mota-Engil SGPS	23-Abr-08	Euribor do prazo + 2,8%	ii)	25.000.000	
Mota-Engil SGPS	30-Dez-11	Euribor do prazo + 5,5%	iii)	25.000.000	
Programas de papel comercial:					
Mota-Engil SGPS	21-Nov-08	Euribor do prazo + 2,475%		83.000.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS	28-Out-10	Euribor do prazo + 3,0%		15.000.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Engenharia	13-Nov-06	Euribor do prazo + 2,85%		15.000.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Ambiente e Serviços	15-Jan-07	Euribor do prazo + 1,5%		77.000.000	De 1, 3, 6 a 12 meses
Mota-Engil Engenharia	30-Sep-10	Euribor do prazo + 1,5%		5.000.000	De 7 a 182 dias
Mota-Engil Engenharia	23-Nov-07			25.000.000	Col Directa: De 7 a 184 dias/ Col Leilão: De 1,2,3,4,5 ou 6 meses
Mota-Engil Engenharia	26-Jun-07	Euribor do prazo + 2,0%		23.400.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil Engenharia	28-Out-10	Euribor do prazo + 3,0%		50.000.000	De 7 a 181 dias
Mota-Engil Engenharia	16-Dez-10	Euribor do prazo + 3,5%		50.000.000	Col Directa: De 90 a 181 dias/ Col Leilão: De 3,4,5 ou 6 meses
Tertir	3-Jul-07	Euribor do prazo + 2,0%		25.000.000	1, 3, 6 ou 12 meses

i) Juros pagos em 6 semestralidades a partir de 18 de Maio de 2008, com reembolso único no vencimento do Contrato

ii) Juros pagos em 10 semestralidades a partir de 23 de Outubro de 2008, com reembolso único no vencimento do Contrato

iii) Juros pagos em 10 semestralidades a partir de 30 de Junho de 2012. Reembolso em 10 semestralidades, a partir do 1º cupão.

A totalidade do montante em dívida contraído em outros contratos de empréstimos de montante superior a Euro 10.000.000 pode ser analisada como segue:

EMITENTE	TIPO DE EMISSÃO	MONTANTE DO EMPRÉSTIMO	MONTANTE EM DÍVIDA
Outras operações:			
Holding			
Mota-Engil, SGPS	Descoberto bancário	28.750.000	28.573.232
Mota-Engil, SGPS	Empréstimo de médio e longo prazo	80.250.000	48.571.429
Mota-Engil, SGPS	Conta corrente caucionada	17.000.000	16.879.000
Engenharia e Construção			
Mota-Engil Engenharia	Descoberto bancário	70.825.000	58.839.213
Mota-Engil Engenharia	Empréstimo de médio e longo prazo	30.000.000	18.282.828
Mota-Engil Engenharia	Conta Corrente Caucionada	46.113.223	42.313.223
Mota-Engil Engenharia	Empréstimo de curto prazo	20.000.000	20.000.000
Planinova	Empréstimo de médio e longo prazo	26.000.000	24.700.000
Ambiente e Serviços			
Indaqua	Empréstimo de médio e longo prazo	12.500.000	12.500.000
Indaqua Feira	Empréstimo de médio e longo prazo	63.000.000	52.996.069
Indaqua Santo Tirso	Empréstimo de médio e longo prazo	14.400.000	14.400.000
Indaqua Vila do Conde	Empréstimo de médio e longo prazo	76.000.000	29.000.000
Indaqua Matosinhos	Empréstimo de médio e longo prazo	47.500.000	30.900.000
Suma	Empréstimo de médio e longo prazo	25.400.000	25.358.500
Tertir	Empréstimo de médio e longo prazo	60.000.000	51.500.000

Os montantes considerados em “Outros empréstimos” dizem sobretudo respeito a empréstimos obtidos junto da Agência Portuguesa para o Investimento (AICEP) e do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) como apoio ao investimento. Estes empréstimos não vencem juros.

26. Instrumentos financeiros derivados

O GRUPO recorre a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a movimentos nas taxas de juro vigentes nos seus contratos de financiamento, fixando taxas de juro variáveis.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são os seguintes os instrumentos financeiros derivados contratados pelo GRUPO:

Participada	Tipo	Contraparte	Início	Nocional	Taxas contratadas	Vencimento	Justo valor	
							2011	2010
Indaqua Feira	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Set-07	17.960.740	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,526%)	Set-29	(4.195.541)	(2.165.069)
Indaqua Feira	Interest Rate Swap	Santander	Set-07	17.960.740	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,526%)	Set-29	(4.195.541)	(2.165.069)
Indaqua Matosinhos	Interest Rate Swap	CGD	Jun-08	7.089.053	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,485%)	Jun-28	(5.996.684)	(3.897.662)
Indaqua St. Tirso	Interest Rate Swap	Caixa BI	Set-11	15.565.524	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (3,845%)	Set-26	(1.962.928)	(1.210.748)
Mota-Engil SGPS	Interest Rate Swap	Santander Totta	Nov-09	25.000.000	Recebe taxa fixa (2,139%) e paga a taxa variável Euribor 6M	Nov-12	137.018	(56.234)
Mota-Engil SGPS	Swap in Arrears	Santander Totta	Nov-09	25.000.000	Recebe taxa fixa (2,139%) e paga a taxa variável Euribor 12M	Nov-12	332.490	461.676
Mota-Engil Ambiente e Serviços	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Jan-08	40.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,2%)	Jan-11	-	(61.189)
Mota-Engil Engenharia	Cap	BNP Paribas Fortis	Jul-07	30.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,05%)	Jun-15	2.557	2.922
Mota-Engil Engenharia	Collar	BNP Paribas Fortis	Jun-07	30.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,05%)	Jun-15	(1.611.377)	(1.998.047)
Suma	Interest Rate Swap	Banco Espírito Santo	Jul-10	20.400.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (6,62%)	Jul-17	(3.389.467)	(1.177.387)
Suma	Forward	Banco Espírito Santo	Jul-10	7.066.486	3,58 Eur/ BRL	Jul-17	(6.351.307)	(953.345)
							(27.230.780)	(13.220.152)

Os critérios de classificação e de valorização destes instrumentos encontram-se descritos na alínea ix) f) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pelo GRUPO foi efectuado pelas respectivas contrapartes, que são consideradas entidades financeiras idóneas/independentes e de reconhecido mérito. Os modelos de avaliação utilizados baseiam-se no método dos cash-flows descontados: utilizando Par Rates de Swaps, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas da Reuters e Bloomberg, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respectivas taxas forwards e factores de desconto, que servem para descontar os cash flows fixos (fixed leg) e os cash flows variáveis (floating leg). O somatório das duas legs, apura o VAL (Valor Actualizado Líquido).

27. Passivos comerciais e outros passivos a pagar

A informação relativa a passivos comerciais e outros passivos a pagar, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	NÃO CORRENTES		CORRENTES	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores				
Engenharia e Construção	21.237.600	4.117.640	439.080.530	428.973.733
Ambiente e Serviços	-	-	102.512.634	96.372.125
Outros, eliminações e intragrupo	-	-	(63.443.906)	(43.176.293)
	21.237.600	4.117.640	478.149.258	482.169.565
Fornecedores de activo fixo	116.163.633	141.929.430	73.654.454	58.343.909
Empresas associadas e outros accionistas	525.781	537.269	6.055.543	490.825
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	40.925.981	42.589.768	93.630.069	87.857.323
Estado e outros entes públicos	-	-	21.898.492	42.967.832
Outros credores	58.684.323	42.124.063	305.589.067	251.351.272
	216.299.718	227.180.530	500.827.625	441.011.161
	237.537.318	231.298.170	978.976.883	923.180.726

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros credores não correntes” respeita a dívidas que as empresas registam com os accionistas parceiros do GRUPO, nomeadamente o SUBGRUPO INDAQUA e a participada MOTA-ENGIL ANGOLA.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “fornecedores” inclui o montante de, aproximadamente, Euro 43.000.000 relativos a contratos de *confirming*.

Estes montantes dizem sobretudo respeito a dívidas com origem em subcontratação na realização de obras em curso adjudicadas ao GRUPO.

O Conselho de Administração está convicto que o valor pelo qual estes passivos estão registados em balanço se aproxima do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a maturidade contratual remanescente dos saldos registados na rubrica “Fornecedores” era como segue:

	2011	2010
Maturidade contratual remanescente:		
] 0 ; 1] mês	263.708.504	302.549.548
] 1 ; 3] meses	118.194.335	118.489.916
] 3 ; 12] meses	76.175.204	56.344.081
] 1 ; 3] anos	20.799.669	2.452.555
Mais de 3 anos	20.509.146	6.451.105
	499.386.858	486.287.205

Em 31 de Dezembro de 2011, a maturidade contratual remanescente dos saldos registados na rubrica “Outros credores” era como segue:

	2011	2010
Maturidade contratual remanescente:		
] 0 ; 1] mês	83.844.906	71.686.993
] 1 ; 3] meses	18.160.682	8.240.712
] 3 ; 12] meses	9.237.431	2.907.286
] 1 ; 3] anos	1.198.381	2.203.741
Mais de 3 anos	67.143.879	53.721.892
Factoring	184.688.111	154.714.711
	364.273.390	293.475.335

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estão incluídos na rubrica “Outros credores” os montantes respeitantes a “factoring” com recurso e a letras descontadas, nos montantes de Euro 184.688.112 e Euro 155.599.381,

respectivamente, os quais, no caso do “factoring”, não têm uma maturidade contratual definida.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o GRUPO mantinha responsabilidades com locatárias, registadas na rubrica “Fornecedores de imobilizado”, relativas a rendas vincendas em contratos de locação financeira no montante de Euro 184.999.581 e Euro 209.011.398, respectivamente, com os seguintes prazos de vencimento:

CONTRATOS DE LEASING	RENDAS VINCENDAS		VALOR ACTUAL DAS RENDAS	
	2011	2010	2011	2010
1 ano	53.437.036	48.691.759	48.078.290	45.780.948
2 anos	37.951.043	39.277.590	34.501.588	37.144.798
3 anos	23.323.695	30.955.345	20.897.266	28.856.528
4 ou mais anos	70.287.807	90.086.704	60.730.009	69.730.604
	184.999.581	209.011.398	164.207.153	181.512.878
Juros incluídos nas rendas	(20.792.428)	(27.498.520)		
VALOR ACTUAL DAS RENDAS DE CONTRATOS DE LEASING	164.207.153	181.512.878	164.207.153	181.512.878

Em 31 de Dezembro de 2011, os contratos de locação financeira mais significativos são como segue:

CONTRAENTE	MONTANTE	ACTIVO	PERÍODO DO LEASING	OPÇÃO DE COMPRA
CPTP	3.697.960	Equipamento portuário	8 anos	117.098
Ferrovias	2.864.018	Equipamento diverso	5 anos	118.008
Mota-Engil Engenharia	50.454.263	Equipamento diverso	4 anos	1.009.085
Mota-Engil Engenharia	1.515.000	Equipamento diverso	5 anos	30.300
Mota-Engil Engenharia	5.107.220	Equipamento diverso	5 anos	102.144
Mota-Engil Central Europe Polónia	2.524.750	Equipamento diverso	6 anos	173.604
Mota-Engil Central Europe Polónia	1.030.444	Equipamento diverso	10 anos	649.180
Mota-Engil Central Europe Polónia	5.774.049	Equipamento diverso	5 anos	240.776
Mota-Engil Central Europe Polónia	1.416.773	Equipamento diverso	7 anos	14.168
ME-Pavimentações	2.638.500	Equipamento diverso	4 anos	52.770
PTT	3.337.250	Terrenos e Construção	11 anos	178.296
Rentaco	3.100.000	Equipamento diverso	4 anos	62.000
Rentaco	1.000.000	Equipamento diverso	5 anos	20.000
Rentaco	1.395.000	Equipamento diverso	7 anos	27.900
Socarpor Aveiro	1.976.000	Guindaste	8 anos	39.520
Socarpor Aveiro	3.300.000	Guindaste	12 anos	66.000
Socarpor Aveiro	13.057.915	Terminal Sograin	12 anos	261.158
Sotagus	4.000.000	Pórtico de porto	7 anos	80.000
Sotagus	7.400.000	Pórtico de porto	5 anos	148.000
Suma	3.835.050	Equipamento diverso	5 anos	-
Takargo	24.140.200	Locomotivas	25 anos	3.017.525
Takargo	11.943.750	Vagões	25 anos	1.492.969
Correia e Correia	1.278.000	Equipamento diverso	20 anos	-

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor líquido contabilístico dos bens objecto de contratos de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

	2011	2010
Terrenos e edifícios	6.735.764	8.415.165
Equipamento básico	107.814.770	121.172.953
Equipamento de transporte	25.929.004	29.176.161
Equipamento administrativo	72.224	51.303
Outros activos	3.927.522	1.815.678
Afectos a concessões	15.535.614	19.653.807
	160.014.898	180.285.067

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2011	2010
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	6.032.337	1.948.310
Imposto sobre o valor acrescentado	1.707.345	3.263.778
Segurança social	3.429.271	3.313.048
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1.595.290	1.581.008
Outros impostos	(1.877)	1.268.626
Impostos em outros países	9.136.126	31.593.062
	21.898.492	42.967.832

28. Provisões

A informação relativa a provisões, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser resumida como segue:

	2011	2010
Pensões (Nota 31. Benefícios de planos de reforma)	9.987.078	9.351.392
Indemnizações por rescisão de contratos de trabalho a termo	262.653	70.935
Selagem e monitorização de aterro	6.615.853	6.135.408
Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial	15.835.688	15.186.062
Processos judiciais	9.981.713	7.430.131
Garantias para obras de clientes	7.475	12.592
Outras contingências/ custo estimado com operações em processo de encerramento	45.461.474	33.587.943
	88.151.934	71.774.463

As provisões para a selagem e monitorização de aterro referem-se, essencialmente, ao SUBGRUPO SUMA.

As provisões para processos judiciais e outras contingências referem-se, essencialmente, ao SUBGRUPO TERTIR.

A rubrica “Outras contingências” no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 justifica-se em grande parte pelos valores registados pelas empresas de concessões portuárias pela adopção da IFRIC 12.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o GRUPO constituiu e reforçou provisões para fazer face ao encerramento de algumas operações na Irlanda e em Espanha.

A informação relativa ao movimento das provisões, com referência ao exercício de 2011 e 2010, é como segue:

2011	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS E VARIAÇÃO DE PERÍMETRO	SALDO FINAL
Pensões (Nota 31. Benefícios de planos de reforma)	9.351.392	1.044.562	(355.739)	5.745	(58.882)	9.987.078
Indemnizações por rescisão de contratos de trabalho a termo	70.935	-	-	-	191.718	262.653
Selagem e monitorização de aterro	6.135.408	480.445	-	-	-	6.615.853
Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial	15.186.062	-	(38.685)	-	688.311	15.835.688
Processos judiciais	7.430.131	1.764.414	(7.225)	(138)	794.531	9.981.713
Provisões para garantias de obras de clientes	12.592	7.475	-	-	(12.592)	7.475
Outras contingências/ custo estimado com operações em processo de encerramento	33.587.943	15.144.914	(1.235.010)	(1.168.280)	(868.093)	45.461.474
	71.774.463	18.441.810	(1.636.659)	(1.162.673)	734.993	88.151.934

2010	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS E VARIAÇÃO DE PERÍMETRO	SALDO FINAL
Pensões (Nota 32. Benefícios de planos de reforma)	10.674.497	107.989	(1.319.444)	-	(111.650)	9.351.392
Indemnizações por rescisão de contratos de trabalho a termo	1.188.714	47.842	(1.165.621)	-	-	70.935
Selagem e monitorização de aterro	4.722.111	1.415.627	-	-	(2.330)	6.135.408
Provisões para investimentos valorizados pelo método da equiv. patrimonial	7.871.183	800.605	-	-	6.514.274	15.186.062
Processos judiciais	6.772.769	731.614	(17.532)	-	(56.720)	7.430.131
Garantias de qualidade	12.943	-	-	-	(351)	12.592
Outras contingências/ custo estimado com operações em processo de encer	25.401.258	11.039.408	(796.175)	(1.932.752)	(123.796)	33.587.943
	56.643.475	14.143.085	(3.298.772)	(1.932.752)	6.219.427	71.774.463

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial para os quais foi constituída provisão, são como seguem:

	2011	2010
Grossiman	-	1.152.584
Luma e NGA (Grupo GeoVision)	-	1.282.903
Grupo SLPP	5.226.544	5.470.778
Haçor	3.926.876	1.653.691
HL – Sociedade Gestora do Edifício	2.321.293	2.794.490
Ibercarga	-	1.021.839
Vista SA	1.041.751	666.128
STM	1.371.360	230.110
Outras	1.947.862	913.539
	15.835.688	15.186.062

Na sequência da aquisição de 50% do capital da GROSSIMAN durante o exercício de 2011, esta subsidiária passou a ser consolidada pelo método da integração global.

Em 31 de Dezembro de 2011, o GRUPO GEOVISION foi registado como activo não corrente detido para venda (Nota 38.)

Com excepção das provisões criadas para a selagem e monitorização de aterros, e para as da subsidiária TCL (relativas à adopção da IFRIC 12), para todas as outras a data de utilização das mesmas não é passível de ser estimada, pelo que tais provisões não foram alvo de actualização financeira.

29. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a informação relativa aos outros passivos não correntes é como segue:

OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES	2011	2010
Proveitos diferidos		
Subsídios ao investimento	15.973.375	16.929.087
Outros proveitos diferidos (ramais de ligação)	10.212.667	-
	26.186.042	16.929.087

O valor registado na rubrica “Outros proveitos diferidos (ramais de ligação)” respeita aos rendimentos relacionados com a venda de ramais de ligação, pelo SUB GRUPO INDAQUA, e são tratados como subsídios ao investimento, sendo o rendimento reconhecido ao longo do período da Concessão ao ritmo que é reconhecida a amortização do direito da concessão (custo do ramal).

A informação relativa aos outros passivos correntes, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

OUTROS PASSIVOS CORRENTES	2011	2010
Acréscimos de custos		
Encargos com férias e subsídio de férias	30.109.027	31.088.568
Juros a liquidar	10.527.050	7.765.659
Trabalhos em curso não facturados por fornecedores	160.438.172	44.672.485
Outros acréscimos de custos	151.494.645	256.428.143
	352.568.894	339.954.855
Proveitos diferidos		
Facturação antecipada	80.234.975	97.845.016
Subsídios ao investimento	1.891.083	375.565
Rendas em imóveis próprios	219.641	24.092
Outros proveitos diferidos	46.722.113	32.511.311
	129.067.812	130.755.984
	481.636.706	470.710.839

O valor registado na rubrica “Facturação antecipada” refere-se à aplicação da política descrita na nota 1 para reconhecimento de réditos em contratos de construção.

A principal informação relativa a subsídios ao investimento atribuídos ao Grupo é como se segue:

2011		RECONHECIMENTO DE PROVEITOS			
SOCIEDADE BENEFICIÁRIA	VALOR DO ACTIVO	MONTANTE DO SUBSÍDIO	PROVEITOS DIFERIDOS	RECONHECIMENTO DE PROVEITO EM 2011	RECONHECIMENTO DE PROVEITO EM 2010
Correia & Correia	3.158.324	462.575	253.728	208.848	-
Ferrovias (sede)	14.456.479	1.381.442	655.168	142.338	284.568
Indaqua Feira	12.500.000	12.500.000	12.500.000	-	-
ME- Engenharia (sede)	15.134.461	4.072.500	1.944.118	238.488	2.130.732
RTA	7.619.971	3.108.194	1.563.389	107.941	107.941
SGA	3.956.914	1.377.415	139.981	82.302	82.302
Outros	2.993.125	962.246	808.074	-	-
			17.864.458	779.916	2.605.543

2010		RECONHECIMENTO DE PROVEITOS			
SOCIEDADE BENEFICIÁRIA	VALOR DO ACTIVO	MONTANTE DO SUBSÍDIO	PROVEITOS DIFERIDOS	RECONHECIMENTO DE PROVEITO EM 2010	RECONHECIMENTO DE PROVEITO EM 2009
Ferrovias	15.318.483	1.207.736	797.506	284.568	660.721
Indaqua Feira	12.500.000	12.500.000	12.500.000	-	-
Mota-Engil Engenharia	23.785.439	6.697.366	2.113.533	2.130.732	632.618
RTA	7.619.971	3.108.194	1.671.330	107.941	107.941
SGA	3.956.914	1.377.415	222.283	82.302	82.302
			17.304.652	2.605.543	1.483.582

30. Compromissos

Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as garantias prestadas pelo GRUPO a terceiros referentes a garantias bancárias e a seguros caução prestados a donos de obras cujas empreitadas estão a cargo das diversas empresas do GRUPO, discriminadas por moeda, eram como segue:

	2011	2010
Coroas Checas	3.780.599	4.147.559
Dínares Argelinos	4.892.293	5.935.342
Dólares dos Estados Unidos	112.377.675	133.239.890
Escudos Cabo Verdianos	6.320.471	4.020.970
Euros	662.030.367	682.281.094
Forints Húngaros	19.859.106	25.390.052
Kwashes do Malawi	17.392.052	19.199.687
Meticais Moçambicanos	32.923.248	34.125.240
Nuevos Soles Peruanos	42.756.149	35.189.848
Zlotys Polacos	92.557.247	58.169.015
Outras moedas	90.779	-
	994.979.986	1.001.698.697

O detalhe por empresas do GRUPO é como segue:

	2011	2010
Áreagolfe	1.190.449	1.181.949
CPTP	19.417.485	22.007.422
Emocil	5.031.232	2.416.369
Ferrovias	14.485.348	20.363.790
Grupo Indaqua	81.447.245	76.385.355
Grupo Suma	10.852.786	25.292.320
Grupo Tertir	35.327.031	81.010.152
Manvia	1.640.265	1.563.060
MKC	1.545.715	-
Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados	5.037.840	5.275.079
Mota-Engil Ambiente e Serviços	15.627.500	15.627.500
Mota-Engil Central Europe Polónia	94.152.967	58.576.891
Mota-Engil Engenharia	579.565.214	617.042.898
Mota-Engil Central Europe Hungria	3.268.525	5.347.174
Mota-Engil Pavimentações	8.484.598	7.564.274
Mota-Engil Peru	99.703.649	46.294.874
Tracevia	8.020.462	6.126.734
Vibeiras	8.132.079	8.024.982
Outras	2.049.596	1.597.874
	994.979.986	1.001.698.697

31. Benefícios de planos de reforma

O GRUPO assumiu responsabilidades com planos de reforma de benefícios definidos atribuídos a alguns ex-funcionários e a alguns actuais funcionários.

As políticas de contabilização destes planos adoptadas pelo GRUPO estão descritas na alínea xix) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com pensionistas e as responsabilidades com o pessoal no activo respeitam na sua quase totalidade à MOTA-ENGIL ENGENHARIA (Euro 9.628.911 e Euro 8.936.770 respectivamente), sendo o montante de Euro 358.167 e Euro 414.622 referente a outras empresas, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com pensionistas e as responsabilidades com o pessoal no activo da MOTA-ENGIL ENGENHARIA, bem como as respectivas coberturas são como segue:

	2011	2010
Responsabilidades com pensionistas	1.644.900	1.458.253
Responsabilidades com actuais activos	7.984.012	7.478.245
Provisões constituídas (Nota 28. Provisões)	9.628.911	8.936.770
% de cobertura	100%	100%

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos são apuradas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos actuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

O estudo actuarial disponível reportado a 31 de Dezembro de 2011 assumiu os seguintes pressupostos:

Tabela de Mortalidade	TV 73/77
tabela de Invalidez	EKV80
Tabela de Turnover	PCRTurnover
Taxa de rendimento do Fundo	4,5%
Taxa de crescimento salarial	2%
Taxa de actualização das pensões	4%
Taxa de crescimento das pensões	0%
Idade de passagem à reforma	65
Número de pagamentos do benefício	14

32. Transacções com partes relacionadas

a) Transacções comerciais

As subsidiárias do GRUPO têm relações entre si que se qualificam como transacções com partes relacionadas. Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação estas transacções são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse.

Os saldos e transacções efectuadas entre subsidiárias durante o exercício findo de 31 de Dezembro de 2011 são como segue:

	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR	SUPRIMENTOS CONCEDIDOS	SUPRIMENTOS OBTIDOS
Empresa-mãe do Grupo e Actividades conexas				
Mota-Engil SGPS	43.232.352	5.800.686	118.955.902	68.436.466
Outras	6.933.855	2.178.450	242.000	3.832.557
Engenharia e Construção				
Mota-Engil Engenharia	71.993.682	237.304.652	141.936.806	-
Aurimove	92.861	2.122.971	1.178.013	7.341.430
Ferrovias	6.592.744	2.122.450	9.200	-
Grossiman	55.797	5.211.894	-	-
Jeremiasova	-	223.802	-	9.341.507
MKC	-	6.174.423	-	-
Mota-Engil Angola	209.707.755	76.336.014	-	176.211
Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados	19.962.839	1.568.972	-	-
Mota-Engil Central Europe Polónia	2.948.655	3.062.791	27.226.246	12.047.528
Mota-Engil Central Europe República Checa	2.293.843	462.764	5.215.402	-
Mota-Engil Central Europe SGPS	6.821.527	11.095.172	36.914.931	68.141.392
Mota-Engil Pavimentações	6.153.092	4.815.969	-	-
Mota-Engil Real Estate Portugal	2.506.149	1.871.193	26.483.730	21.620.500
Mota-Engil S. Tomé	4.699.014	1.120.282	-	5.559.106
Mota Internacional	62.964.660	13.636.464	3.588.059	-
Planinova	1.500	10.906.385	-	9.524.000
Rentaco Angola	5.643.841	4.791.838	-	-
Tabella	-	18.914.564	-	-
Wilanow	-	1.494.996	-	8.792.837
Outras	30.775.059	24.132.442	5.916.257	37.945.463
Ambiente e Serviços				
Mota-Engil Ambiente e Serviços	10.659.922	39.618.392	60.101.953	117.470.974
Indaqua	1.617.747	317.995	37.727.503	12.748.421
Indaqua Feira	-	-	-	20.178.432
Indaqua Matosinhos	115.695	1.222.025	-	7.822.735
Indaqua V. Conde	16.906	731.144	-	7.642.850
Suma	25.691.966	11.139.543	4.872.366	11.467.913
Tertir	1.519.807	5.578.887	2.940.584	31.476.036
VBT	1.818.088	5.261.600	-	-
Vista Waste	59.048	16.064.874	543.183	71.484
Outras	29.795.510	39.390.280	10.262.895	22.477.188

	JUROS OBTIDOS	JUROS SUPORTADOS	OUTROS GANHOS	OUTROS GASTOS
Empresa-mãe do Grupo e Actividades conexas				
Mota-Engil SGPS	6.650.227	2.377.263	11.738.800	-
Mota-Engil Serviços Partilhados	-	47.686	10.795.841	-
Outras	-	103.153	2.939.946	3.287
Engenharia e Construção				
Mota-Engil Engenharia	5.884.213	345.225	41.011.646	247.799.193
Capsfil	-	-	6.629.312	1.024.298
CPTP	-	-	459.746	4.157.490
Mota-Engil Angola	-	-	231.023.111	44.328.397
Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados	-	-	27.731.174	1.579.904
Mota-Engil Central Europe Polónia	1.107.901	390.359	3.686.129	4.756.191
Mota-Engil Central Europe SGPS	1.264.514	4.201.854	-	-
Mota-Engil Pavimentações	-	-	12.364.046	13.216.830
PRD-M Lublin	72.183	10.403	5.341.527	-
Prefal	-	-	4.997.810	310.696
Rentaco	-	-	5.015.510	2.735
Outras	2.090.913	3.440.932	19.694.212	4.504.983
Ambiente e Serviços				
Mota-Engil Ambiente e Serviços	2.550.909	6.509.294	-	-
Indaqua	1.544.005	608.206	4.833.548	-
Suma	439.805	425.557	9.250.516	835.505
Outras	534.582	3.679.320	20.688.638	19.463.508

Os saldos e transacções com empresas associadas e empresas controladas conjuntamente, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, não são eliminados, e são como segue:

	2011	2010
Contas a receber	91.971.785	85.882.003
Contas a pagar	27.511.469	24.368.211
Suprimentos concedidos	62.483.305	56.620.017
Suprimentos obtidos	844.249	590.681
Vendas e prestações de serviços	45.312.664	34.694.720
Custos das mercadorias vendidas e dos subcontratos	25.988.182	18.638.094
Juros obtidos	4.357.988	2.999.482
Juros suportados	36.858	172.797

Os saldos e transacções com accionistas do GRUPO com participações qualificadas ou com outras empresas por si detidas são como segue:

	2011	2010
Contas a receber	276.810	1.344.288
Contas a pagar	75.988	8.359
Suprimentos concedidos	-	1.467.149
Vendas e prestações de serviços	877.746	739.859
Custos das mercadorias vendidas e dos subcontratos	-	18.027

Os saldos e transacções foram efectuados com as seguintes empresas com accionistas comuns ao GRUPO:

Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA
 António de Lago Cerqueira, SA
 Cogera - Sociedade de Produção de Energia por Cogeração, Lda
 Covelas - Energia, Lda
 F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA
 Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
 Sunviauto - Indústria de Componentes de Automóveis, SA

A relação dos accionistas do GRUPO com participações qualificadas é como segue:

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
 Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
 Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
 Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
 Eng. Maria Inês Fonseca Vasconcelos Mota Sá
 Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.
 F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, S.A.
 Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.
 Privado Holding SGPS, S.A.
 QMC Development Capital Fund, Plc

Por impossibilidade de determinação, encontram-se excluídas as outras empresas em que as sociedades QMC Development Capital Fund, Plc e Privado Holding, SGPS, SA também são accionistas.

Os administradores da Holding do GRUPO e de cada uma das suas sub-holdings são os seguintes:

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
 Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho
 Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
 Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
 Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
 Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
 Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
 Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar
 Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva
 Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres
 Professor Doutor Eng. Luís Valente de Oliveira
 Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Dr. António Manuel da Silva Vila Cova

MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.

Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar
 Eng. António Martinho Ferreira de Oliveira
 Dr. Pedro Manuel Teixeira Rocha Antelo
 Eng. Fernando Alberto Fiel e Barbosa
 Eng. Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
 Eng. Mário Jorge de Melo Faria de Barros
 Eng. Gilberto Silveira Rodrigues
 Eng. Pedro Rodrigues Martins da Costa

MOTA-ENGIL AMBIENTE E SERVIÇOS, SGPS, S.A.

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Eng. Jorge Agostinho Fernandes Rodrigues
Eng. Paulo Jorge Silva da Costa Nunes
Eng. Eduardo João Frade Sobral Pimentel
Eng. Pedro José Avelar Montalvão de Santos e Silva

As sociedades subsidiárias e as sociedades associadas do GRUPO encontram-se elencadas no Apêndice A deste Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

b) Compensações da administração e do Revisor Oficial de Contas

As remunerações atribuídas aos membros da administração durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 ascenderam aos montantes de Euro 4.404.750 (do qual, Euro 3.285.000 a título de remuneração fixa, Euro 1.014.750 a título de remuneração variável e Euro 105.000 a título de senhas de presença atribuídas aos administradores não executivos) e de Euro 4.807.163 (do qual, Euro 3.565.500 a título de remuneração fixa, Euro 1.132.163 a título de remuneração variável e Euro 109.500 a título de senhas de presença atribuídas aos administradores não executivos), respectivamente.

Estas compensações são determinadas pela comissão de vencimentos, tendo em conta o desempenho individual e a evolução deste tipo de mercado de trabalho.

Em cada um desses mesmos exercícios a remuneração atribuída ao Revisor Oficial de Contas ascendeu a Euro 45.848 e Euro 45.848, respectivamente.

Alguns membros da administração possuem planos de reforma com benefícios definidos. A informação sobre estes planos está apresentada na Nota 31. Benefícios de planos de reforma.

33. Exploração de activos minerais

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os principais activos e passivos afectos à exploração dos activos minerais do GRUPO são como segue:

	2011	2010
Activo fixo:		
Terrenos em exploração	45.270.213	51.294.089
Edifícios afectos à exploração	1.885.488	1.743.584
Equipamentos afectos à exploração	10.897.573	10.040.015
Inventário:		
Stock de minério	6.958.352	6.084.541
Saldos a receber	18.691.026	22.372.729
Saldos a pagar	16.355.659	22.998.707

A contabilização dos terrenos afectos à exploração de activos minerais é feita de acordo com os critérios descritos na alínea iv) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Durante o exercício de 2011 e 2010, os proveitos e custos operacionais do GRUPO relacionados com a exploração de activos minerais são como se apresenta abaixo.

	2011	2010
Proveitos operacionais	51.404.350	47.872.952
Custos operacionais	44.779.978	39.385.624
EBITDA	6.624.372	8.487.328
margem EBITDA	12,9%	17,7%

Durante o exercício de 2011 e 2010, os fluxos de caixa da actividade de exploração de activos minerais são como segue:

	2011	2010
Recebimentos de clientes	55.086.053	42.386.222
Pagamentos a fornecedores	(51.423.026)	(48.784.523)
CASH-FLOW OPERACIONAL	3.663.027	(6.398.301)
Aquisição de activo fixo	(1.836.480)	(2.685.444)
Alienação de activo fixo	1.258.096	561.286
CASH-FLOW DE INVESTIMENTO	(578.384)	(2.124.158)

34. Contribuição das empresas consolidadas pelo método da integração proporcional

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, e de forma a transmitir uma imagem mais fiel e apropriada da posição financeira do GRUPO MOTA-ENGIL, bem como dos resultados das suas operações, o GRUPO procedeu à alteração do método de consolidação dos interesses financeiros que detinha em empresas conjuntamente controladas (do método de consolidação proporcional para o método da equivalência patrimonial), não havendo empresas consolidadas pelo método da integração proporcional no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

35. Alterações de perímetro

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, não ocorreram alterações ao perímetro materialmente relevantes, pelo que não são apresentados os efeitos nas principais rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados.

Durante o exercício de 2011, as alterações ocorridas no perímetro de consolidação, em termos de entradas e saídas de empresas, foram como segue:

Aquisição de empresas

Aquisição por parte da Vibeiras de 21,69% do capital da Áreagolfe, passando o Grupo a deter uma participação efectiva de 66,67% do capital social da empresa.
Aquisição por parte da Mota-Engil Engenharia de 75% do capital da Mercado Urbano.
Aquisição por parte da Mota-Engil Central Europe Polónia de 100% do capital da Eltor.
Aquisição por parte da Mota-Engil Engenharia de 50% do capital da Grossiman, passando o Grupo a deter 100% do capital social da empresa.
Aquisição por parte da Mota-Engil Engenharia de 100% do capital da Cecot, passando o Grupo a deter também uma participação efectiva de 100% no capital social da Emocil.
Aquisição de 59% do capital social da Immo Park, por parte da EMSA (51%), Mota-Engil Central Europe Polónia (7%) e Mota-Engil Engenharia (1%).

Empresas consolidadas pela primeira vez

EMPRESA - MÃE DO GRUPO E ACTIVIDADES CONEXAS
HEPP - Hidroenergia de Penacova e Poiares, Lda. ("HEPP")
ÁREA DE NEGÓCIO - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
Mota-Engil México, S.A. de C.V. ("Mota-Engil México")
Mota-Engil-Opway Mexicana, S.A. De C.V. ("Mota-Engil-Opway Mexicana")
ÁREA DE NEGÓCIO - AMBIENTE E SERVIÇOS
Águas de S. João, E.M., S.A. ("Águas de S. João")
Akwangola, S.A. ("Akwangola")
Manvia II Condutas, Lda. ("Manvia II Condutas")
Operestiva - Empresa de Trabalho Portuário de Setúbal, Lda. ("Operestiva")

Constituição de empresas:

EMPRESA - MÃE DO GRUPO E ACTIVIDADES CONEXAS
ME 3I, SGPS, S.A. ("ME 3I SGPS")
ÁREA DE NEGÓCIO - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
Kilniskiego Property Investment Sp. z.o.o. ("Kilniskiego PI")
MEBR Engenharia, Consultoria e Participações ("MEBR")
Mota-Engil Colômbia, S.A.S ("Mota-Engil Colômbia")
Száz - Invest Project Development Kft. ("Száz - Invest")
ÁREA DE NEGÓCIO - AMBIENTE E SERVIÇOS
Enviroil II - Reciclagem de Óleos Usados, Lda. ("Enviroil II")

Fusão de empresas e reorganizações societárias:

Fusão da Mota-Engil Kruszywa S.A. na Mota-Engil Central Europe Polónia.
Fusão da Mota-Engil Lublin, Sp. z.o.o. na PRD-M Lublin, após aquisição de 0,1% do capital da PRD-M Lublin, passando o Grupo a deter 100% do capital social da empresa.
Reorganização societária das empresas Rentaco Angola, Tracevia Angola, Prefal, Fatra, Icer e Novicer.
Fusão da E.A.Moreira - Agentes de Navegação, S.A. e da Sadomar - Agentes de Navegação e Trânsitos, S.A. na Tertir.

Saída de empresas:

Alienação da participação na Realmota, s.r.o.
Liquidação da sociedade Tergep, SGPS, S.A.
Liquidação da sociedade Beiratir - Terminais da Covilhã, Lda.
Liquidação da sociedade M-Invest Slovakia, s.r.o.
Saída do perímetro da Suma Brasil Participações Ltda., Serurb Brasil Participações Ltda. e do Grupo Geo Vision por se encontrarem registados como activos detidos para venda.
Liquidação da sociedade TTRM, Transferência e Triagem de Resíduos da Madeira ACE.

Alteração ao método de consolidação:

ALTERAÇÃO DO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO DE MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL PARA INTEGRAÇÃO GLOBAL DAS SEGUINTE EMPRESAS DA ÁREA DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO:

Grossiman, S.L. ("Grossiman")

36. Demonstrações financeiras dos últimos 5 exercícios

As principais grandezas das demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO dos últimos 5 exercícios são as seguintes:

	2011	2010	2009 REEXPRESSO	2008	2007
Vendas e prestações de serviços	2.176.072.110	2.004.550.902	1.978.732.739	1.868.731.191	1.401.899.756
EBITDA	295.957.315	237.293.889	196.268.213	311.336.139	248.495.314
EBIT	169.383.880	131.746.011	112.493.490	192.740.342	148.186.387
Resultado financeiro	(79.714.093)	(50.927.593)	(47.835.971)	(129.759.258)	(107.453.070)
Resultado consolidado líquido atribuível:					
a interesses que não controlam	37.646.285	32.406.014	9.946.801	9.204.245	10.206.823
ao Grupo	33.432.054	36.950.674	72.612.478	30.565.438	97.538.375

	2011	2010	2009 REEXPRESSO	2008	2007
Activo					
Não corrente	1.499.573.944	1.544.113.841	1.416.446.234	2.253.100.986	2.114.522.603
Activos não correntes detidos para venda	86.340.429	67.807.496	29.043.672	29.043.672	-
Corrente	1.938.382.555	1.844.244.847	1.458.407.514	1.427.506.596	1.249.847.829
	3.524.296.928	3.456.166.184	2.903.897.420	3.709.651.254	3.364.370.432
Passivo					
Não corrente	1.054.129.627	1.049.494.243	878.822.935	1.934.379.034	1.906.922.121
Corrente	2.055.342.715	1.925.942.042	1.632.263.747	1.433.955.137	1.095.720.799
	3.109.472.342	2.975.436.285	2.511.086.682	3.368.334.171	3.002.642.920
Capital próprio					
atribuível ao Grupo	312.991.608	411.707.342	342.609.114	289.021.913	315.347.369
atribuível a interesses que não controlam	101.832.978	69.022.557	50.201.624	52.295.170	46.380.143
	414.824.586	480.729.899	392.810.738	341.317.083	361.727.512
	3.524.296.928	3.456.166.184	2.903.897.420	3.709.651.254	3.364.370.432

37. Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os montantes pagos relacionados com a aquisição de investimentos financeiros podem ser discriminados como segue:

	2011	2010
Grupo Geo Vision	-	21.509.000
Idinsa	-	10.418.931
Outros	2.151.013	1.515.241
	2.151.013	33.443.172

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os montantes recebidos associados a alienação de investimentos financeiros podem ser discriminados como segue:

	2011	2010
Glintt	-	370.000
Jasz-Vasut	-	1.159.000
Outros	1.193.229	492.692
	1.193.229	2.021.692

38. Activos não correntes detidos para venda

O GRUPO decidiu classificar para esta rubrica dois terrenos não operacionais (pertencentes ao segmento Ambiente & Serviços), cujo valor será recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado dos mesmos.

Embora no decurso do exercício de 2011 não tenha sido possível ainda proceder à concretização de tal alienação, continua a ser vontade das partes (comprador e vendedor) efectuar tal negócio, o qual está apenas pendente de alguns procedimentos legais e administrativos.

Adicionalmente, dado que o justo valor dos terrenos deduzido dos custos expectáveis com a venda é superior ao custo de aquisição dos mesmos, tais imóveis encontram-se registados ao custo.

No final do ano de 2011, por opção estratégica e no âmbito de uma conjugação de interesses entre o GRUPO MOTA-ENGIL e o Grupo Leão, a SUMA alienou a totalidade da sua participação na GEO VISION por troca de um aumento da participação na concessão rodoviária no Brasil Concessionária Rodovias do Tietê (CRT) de 40% para 50%. Em 31 de Dezembro de 2011, a operação ainda estava pendente de autorização dos financiadores e do concedente.

39. Eventos subsequentes

Os principais eventos subsequentes ocorridos durante o ano de 2011 até à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se resumidos no Capítulo 10 do Relatório de Gestão ("Factos relevantes após o termo do exercício"), não produzindo os mesmos quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras anexas.

40. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração do GRUPO em 12 de Março de 2011. Contudo, as mesmas estão, ainda, pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas sendo convicção do Conselho de Administração do GRUPO que estas serão aprovadas sem alterações.

Apêndice A. Empresas consolidadas

Empresas incluídas na consolidação pelo Método da Consolidação Integral

As empresas incluídas na consolidação pelo Método da Consolidação Integral, respectivas sedes, proporção do capital detido, actividade, data de constituição e data de aquisição das participações financeiras são as seguintes:

DESIGNAÇÃO	SEDE	PERCENTAGEM EFFECTIVA DA PARTICIPAÇÃO	ACTIVIDADE	DATA DE CONSTITUIÇÃO	DATA DE AQUISIÇÃO
EMPRESA - MÃE DO GRUPO E ACTIVIDADES CONEXAS					
Mota-Engil, SGPS, S.A., Sociedade Aberta ("Mota-Engil SGPS")	Portugal (Amarante)	-	SGPS	Ago-90	-
Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda. ("Largo do Paço") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Amarante)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Out-01
ME 3I, SGPS, S.A. ("ME 3I SGPS") Através da Mota-Engil Indústria e Inovação	Portugal (Linda-a-Velha)	61,20 61,20	SGPS	Out-11	-
MESP Central Europe Sp. z o. o. ("MESP Central Europe") Através da Mota-Engil Serviços Partilhados	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Serviços Administrativos	Dez-09	-
MESP - Mota Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S.A. ("Mota-Engil Serviços Partilhados") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Amarante)	100,00 100,00	Serviços Administrativos	Dez-02	-
Mota-Engil Brasil Participações, Ltda. ("Mota-Engil Brasil") Através da Mota-Engil SGPS	Brasil (São Paulo)	100,00 100,00	SGPS	Fev-09	-
Mota-Engil Energia, S.A. ("Mota-Engil Energia") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00 100,00	Produção de electricidade de origem hídrica	Jun-10	-
Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Indústria e Inovação") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00 100,00	SGPS	Nov-10	-
RTA - Rio Tâmega, Turismo e Recreio, S.A. ("RTA") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Amarante)	100,00 100,00	Imobiliário e turismo	-	Mai-00
SGA – Sociedade de Golfe de Amarante, S.A. ("SGA") Através da RTA Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Amarante)	97,17 96,89 0,28	Prática e comercialização de golfe e actividades relacionadas	Dez-00	-
ÁREA DE NEGÓCIO - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO					
Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. ("Mota-Engil Engenharia") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Amarante)	100,00 100,00	Execução de obras e compra e venda de imóveis	-	Dez-00
Aurimove – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Aurimove") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Dez-93	-
Bergamon, A.S. ("Bergamon") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Eslováquia (Bratislava)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Mai-04	-
Bicske Plaza Kft. ("Bicske Plaza") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jan-08	-
Bohdalecká Project Development s.r.o. ("Bohdalecká") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Set-07
Calçadas do Douro - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Calçadas do Douro") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Set-00
Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos S.A. ("Capsfil") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Vila Flor)	100,00 100,00	Extracção de Saibro, Areia e Pedra Britada	Mar-77	Out-09
Cecot - Centro de Estudos e Consultas Técnicas, Lda. ("Cecot") Através da Mota-Engil Engenharia	Moçambique (Maputo)	100,00 100,00	Projectos e Fiscalização em Construção Civil	Set-98	Abr-11
Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, S.A. ("CPTP") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Lisboa)	100,00 100,00	Construções e trabalhos portuários	-	Jul-02
Corgimobil - Empresa Imobiliária das Corgas, Lda. ("Corgimobil") Através da Mota-Engil Engenharia Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Cascais)	97,25 71,79 25,46	Construções estudos e realizações imobiliárias	-	Nov-00
Devonská Project Development A.S. ("Devonská") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Dez-06	-
Dmowski Project Development ("Dmowski") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Ago-07	-
Edifício Mota Viso – Soc. Imobiliária, Lda. ("Mota Viso") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jun-94	-
Edipainel – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda. ("Edipainel") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Porto)	100,00 70,00 30,00	Promoção Imobiliária	Mar-02	-
Eltor, S.A. ("Eltor") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Tczew)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas	Jan-92	Abr-11
Emocil – Empresa Moçambicana de Construção Imobiliária ("Emocil") Através da Mota-Engil Engenharia Através da Indimo	Moçambique (Maputo)	100,00 50,00 50,00	Promoção Imobiliária	Jul-94	-
Fatra - Fábrica de Treflaria de Angola, S.A. ("Fatra") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	35,70 35,70	Fabricação de produtos derivados de ferro	-	Nov-10
Ferrovias e Construções, S.A. ("Ferrovias") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00 100,00	Construção e manutenção de caminhos de ferro	Abr-88	Set-94
Fibreglass Sundlete (Moç), Lda. ("Fibreglass") Através da Mota-Engil Engenharia	Moçambique (Maputo)	100,00 100,00	Fabricação de fibras de vidro	Ago-62	Mar-99
Grossiman, S.L. ("Grossiman") Através da Mota-Engil Engenharia	Espanha (Alcobendas)	100,00 100,00	Fundações especiais	Fev-96	Dez-95

DESIGNAÇÃO	SEDE	PERCENTAGEM EFFECTIVA DA PARTICIPAÇÃO	ACTIVIDADE	DATA DE CONSTITUIÇÃO	DATA DE AQUISIÇÃO
Hungária Hotel Kft. Achat ("Hotel Achat Hungria") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jun-08	-
Jeremiasova Project Development, s.r.o. ("Jeremiasova") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Rep. Checa (Praga)	100,00 99,00	Promoção Imobiliária	Jun-08	Out-09
Através da Mota-Engil Central Europe República Checa		1,00			
Kilinski Project Development Sp. z o.o. ("Kilinski") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Ago-07	-
Kilinski Property Investment Sp. z o.o. ("Kilinski PI") Através da Kilinski	Polónia (Cracóvia)	100,00 99,99	Promoção Imobiliária	Set-11	-
Através da Mota-Engil Central Europe Polónia		0,01			
Kordylewski Project Development Sp. z o.o. ("Kordylewski") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Fev-05	-
MEBR Engenharia, Consultoria e Participações ("MEBR") Através da Mota-Engil Engenharia	Brasil (São Paulo)	100,00 100,00	Construção e obras públicas	Mar-11	-
Mercado Urbano - Gestão Imobiliária, S.A. ("Mercado Urbano") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Porto)	75,00 75,00	Promoção Imobiliária	Jul-09	Mar-11
Metroprojekt, Zrt ("Metroprojekt") Através da Mota-Engil Magyarország	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	Dez-00	-
Mil e Sessenta - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Mil e Sessenta") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Jul-01
M-Invest Bohdalec, A.S., v likvidaci ("M-Invest Bohdalec") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Set-03	-
M-Invest Devonska, s.r.o. ("M-Invest Devonska") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Nov-06	-
M-Invest, sro ("M-Invest") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Mar-98	Dez-00
MK Contractors, LLC ("MKC") Através da Mota-Engil Engenharia	EUA (Miami)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Mar-02	-
Mota Internacional - Comércio e Consultoria Económica, Lda. ("Mota Internacional") Através da Mota-Engil África	Portugal (Funchal)	100,00 100,00	Comércio e gestão de participações internacionais	Set-97	Dez-98
Motadómus - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Motadómus") Através da Aurimove	Portugal (Porto)	100,00 95,00	Execução de obras	Jan-97	Jan-01
Através da Mota-Engil Real Estate Portugal		5,00			
Mota-Engil África, SGPS, S.A. ("Mota-Engil África") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Porto)	100,00 100,00	SGPS	Mai-10	-
Mota-Engil Angola, S.A. ("Mota-Engil Angola") Através da Mota Internacional	Angola (Luanda)	51,00 51,00	Construção civil e obras públicas e privadas	Mai-10	-
Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Porto Alto)	100,00 100,00	Fabrico e comercialização de betão, cimento e betuminoso	Jul-96	-
Mota-Engil Brand Management B.V. ("Mota-Engil Brand Management") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Holanda (Amsterdão)	100,00 100,00	Gestão de marcas e outra propriedade intelectual	Dez-09	-
Mota-Engil, Brands Development Limited ("Mota-Engil Brands Development") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Irlanda (Dublin)	100,00 100,00	Promoção e desenvolvimento de marcas e outra propriedade intelectual	Dez-09	-
Mota-Engil Central Europe, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Central Europe SGPS") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Porto)	100,00 100,00	SGPS	Dez-02	-
Mota-Engil Central Europe, S.A. ("Mota-Engil Central Europe Polónia") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 77,88	Execução de obras	Fev-53	Mar-99
Através da Tabella		17,65			
Através da Mota-Engil Real Estate Management		4,47			
Mota-Engil Central Europe Ceska Republika ("Mota-Engil Central Europe República Checa") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas	Jan-97	-
Mota-Engil Central Europe Hungary Beruházási és Építési Kft. ("Mota-Engil Central Europe Hungria") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas	Fev-08	-
Mota-Engil Central Europe Romania S.R.L. ("Mota-Engil Central Europe Roménia") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Roménia (Bucareste)	100,00 100,00	Construção de estradas	Jul-09	-
Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika ("Mota-Engil Central Europe Eslováquia") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Eslováquia (Bratislava)	100,00 100,00	Execução de obras	Ago-04	-
Mota-Engil Colômbia, S.A.S ("Mota-Engil Colômbia") Através da Mota-Engil Peru	Colômbia (Bogotá)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas	Fev-11	-
Mota-Engil Investitii AV s.r.l. ("Mota-Engil Investitii") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Roménia (Bucareste)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Set-07
Mota-Engil Ireland Construction Limited ("Mota-Engil Irlanda") Através da Mota-Engil Engenharia	Irlanda (Ballinasloe)	60,00 60,00	Construção Civil	Out-07	-
Mota-Engil Magyarország Zrt. ("Mota-Engil Magyarország") Através da Mota-Engil Engenharia	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	Jan-96	-
Mota-Engil México, S.A. de C.V. ("Mota-Engil México") Através da Mota-Engil Engenharia	México (Cidade do México)	100,00 100,00	Construção	Jan-10	-
Mota-Engil Pavimentações, S.A. ("Mota-Engil Pavimentações") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Amarante)	100,00 100,00	Construção	Jan-86	-
Mota-Engil Peru, S.A. ("Mota-Engil Peru") Através da Mota Internacional	Peru (Lima)	100,00 99,90	Indústria da construção e actividades complementares	Set-86	Jun-98
Através da Mota-Engil Engenharia		0,10			
Mota-Engil Project 1 Kft. ("GOD") Através da Mota-Engil Real Estate Hungria	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	Out-05	-

DESIGNAÇÃO	SEDE	PERCENTAGEM EFFECTIVA DA PARTICIPAÇÃO	ACTIVIDADE	DATA DE CONSTITUIÇÃO	DATA DE AQUISIÇÃO
Mota-Engil Property Investments Sp. z o.o. ("Mota-Engil Property") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Set-07
Mota-Engil Real Estate Hungary Kft ("Mota-Engil Real Estate Hungria") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jul-05	-
Mota-Engil Real Estate Management ("Mota-Engil Real Estate Management") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jun-05	-
Mota-Engil Real Estate Portugal, S.A. ("Mota-Engil Real Estate Portugal") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Set-01	-
Mota-Engil S.Tomé e Príncipe ("Mota-Engil S.Tomé") Através da Mota Internacional	S. Tomé e Príncipe (S. Tomé)	100,00 95,00	Empreiteiro de Obras Públicas e/ou Construção Civil	Dez-04	-
Através da Mota-Engil Engenharia		5,00			
Nortedómus, Lda. ("Nortedómus") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Lisboa)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Out-01
Piastowska Project Development Sp. z o.o. ("Piastowska") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Execução de Obras	Abr-06	-
Planinova – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Planinova") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Dez-00	-
Prefal – Préfabricados de Luanda, Lda. ("Prefal") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	45,90 45,90	Fabrico de materiais pré-esforçados	Dez-93	-
Przedsiębiorstwo Robót Drogowo - Mostowych w Lublinie Sp z o.o. ("PRD-M Lublin") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Lublin)	100,00 100,00	Construção de estradas	Abr-99	Jun-10
Rentaco - Equipamentos de Construção, Transportes, Combustíveis e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Rentaco") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Porto Alto)	100,00 100,00	Aluguer de equipamentos de construção	Set-89	Jul-96
Rentaco Angola ("Rentaco Angola") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	51,00 51,00	Aluguer de equipamentos de construção	Jan-08	-
Sedengil – Sociedade Imobiliária, Lda. ("Sedengil") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Matosinhos)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Out-82	Mai-95 / Mai-97
Steinerova Project Development A.S. ("Steinerova") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Fev-04	-
Száz - Invest Project Development Kft. ("Száz - Invest") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Ago-11	-
Tabella Holding, BV ("Tabella") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Holanda (Amsterdão)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	Nov-98	-
Tecnocaril – Sociedade de Serviços Industriais e Ferroviários, Lda. ("Tecnocaril") Através da Ferrovias	Portugal (Entroncamento)	100,00 85,00	Tratamento de madeira para uso ferroviário	Jan-94	Set-94
Através da Mota-Engil Engenharia		15,00			
Tetenyi Project Development Kft ("Tetenyi") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jan-05	-
Tracevia – Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda. ("Tracevia") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Sintra)	100,00 100,00	Sinalização e gestão de tráfego	Jun-80	Out-84
Tracevia Angola - Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda. ("Tracevia Angola") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	40,80 40,80	Sinalização Rodoviária	-	Set-07
Traversofer - Industrie et Services Ferroviaires SARL ("Traversofer") Através da Ferrovias	Argélia (Argel)	50,00 50,00	Construção e manutenção de caminhos de ferro	Dez-07	-
Wilanow Project Development SP. z.o.o. ("Wilanow") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	80,00 80,00	Promoção Imobiliária	Jun-07	-
Wilenska Project Development Sp. z.o.o. ("Wilenska") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jan-05	-
Zöld-Project 2 Kft. ("GOD 2") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	Jun-08	-
Zsombor Utcai Kft. ("Zsombor") Através da Mota-Engil Central Europe, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jun-07	-
ÁREA DE NEGÓCIO - AMBIENTE E SERVIÇOS					
Mota-Engil Ambiente e Serviços, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Ambiente e Serviços") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Porto)	100,00 100,00	SGPS	Jun-97	-
Akwangola, S.A. ("Akwangola") Através da Vista Water	Angola (Benguela)	43,74 43,74	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Dez-10	-
Áreagolfe - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golf, S.A. ("Áreagolfe") Através da Vibeiras	Portugal (Torres Novas)	66,67 66,67	Campos de Golf	-	Jul-07
Aqualevel - Gestão de Sistemas de informação, Soc. Unipessoal, Lda. ("Aqualevel") Através da Indaqua	Portugal (Covilhã)	50,06 50,06	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	-	Mai-09
Citrave - Centro Integrado de Resíduos de Aveiro, S.A. ("Citrave") Através da Suma	Portugal (Lisboa)	46,13 44,90	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	Dez-87	Out-06
Através da Novaflex		0,62			
Através da Suma Esposende		0,62			
Correia & Correia, Lda. ("Correia & Correia") Através da Enviroil	Portugal (Sertão)	45,45 45,45	Comércio e recolha de óleos usados	Set-88	Fev-00
Ekosrodowisko Spółka z.o.o. ("Ekosrodowisko") Através da MES	Polónia (Bytom)	61,50 61,50	Resíduos sólidos urbanos	Fev-05	Dez-05
EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamento, S.A. ("EMSA") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Cascais)	100,00 100,00	Concepção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	Dez-00	-
Enviroil – Resíduos e Energia, Lda. ("Enviroil") Através da Suma	Portugal (Torres Novas)	45,45 45,45	Valorização de Resíduos Não Metálicos	Nov-97	-

DESIGNAÇÃO	SEDE	PERCENTAGEM EFFECTIVA DA PARTICIPAÇÃO	ACTIVIDADE	DATA DE CONSTITUIÇÃO	DATA DE AQUISIÇÃO
Enviroil II – Reciclagem de Óleos Usados, Lda. ("Enviroil II") Através da Enviroil	Portugal (Torres Novas)	45,45 45,45	Valorização de Resíduos Não Metálicos	Abr-11	-
Glan Agua, Ltd ("Glanagua") Através da MEIS	Irlanda (Ballinasloe)	70,00 70,00	Tratamento de resíduos, exploração e gestão de sistemas de água	Jan-08	-
GT - Investimentos Internacionais SGPS, SA ("GT SGPS") Através da Tertir SGPS	Portugal (Porto)	98,88 98,88	SGPS	Out-06	-
Immo Park, Sp. z.o.o. ("Immo Park") Através da EMSA	Polónia (Cracóvia)	59,00 51,00 7,00 1,00	Concepção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	Jan-08	Mar-11
Indaqua – Indústria e Gestão de Águas, S.A. ("Indaqua") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Matosinhos)	50,06 50,05 0,01	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Jun-94	-
Indaqua Fafe – Gestão de Águas de Fafe, S.A. ("Indaqua Fafe") Através da Indaqua	Portugal (Fafe)	50,06 50,06	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Dez-95	-
Indaqua Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. ("Indaqua Feira") Através da Indaqua Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Sta. Maria da Feira)	50,06 49,06 1,00	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Mar-99	-
Indaqua Matosinhos - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A. ("Indaqua Matosinhos") Através da Indaqua Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Matosinhos)	49,81 48,81 1,00	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Jun-07	-
Indaqua Santo Tirso – Gestão de Águas de Santo Tirso, S.A. ("Indaqua Sto. Tirso") Através da Indaqua	Portugal (Santo Tirso)	50,06 50,06	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Dez-98	-
Indaqua Vila do Conde - Gestão de Águas de Vila do Conde, S.A. ("Indaqua Conde") Através da Indaqua Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Vila do Conde)	49,92 49,06 0,86	Distribuição de Água	Dez-07	-
InvestAmbiente - Recolha de Resíduos e Gestão de Sistemas de Saneamento Básico, S.A. ("Investambiente") Através da Novaflex	Portugal (Lisboa)	31,98 31,98	Recolha de resíduos não perigosos	Fev-00	Dez-07
Liscont - Operadores de Contentores, S.A. ("Liscont") Através da Tertir SGPS	Portugal (Lisboa)	82,01 82,01	Operadores de contentores	Nov-83	Out-06
Lokemark - Soluções de Marketing ("Lokemark") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Setúbal)	70,00 70,00	Outras Actividades de Apoio e Serviços	Jun-03	Set-07
Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A. ("Manvia") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Lisboa)	90,00 90,00	Manutenção e exploração de instalações	Jul-94	Jun-98
Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, S.A. ("MEAS II") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de projectos	Dez-03	-
Mota-Engil Ireland Services Ltd. ("MEIS") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Irlanda (Ballinasloe)	70,00 70,00	Tratamento de resíduos, exploração e gestão de sistemas de água	Jan-08	-
Mota-Engil Srodowisko, Sp. z.o.o. ("MES") Através da Suma	Polónia (Cracóvia)	61,50 61,50	Resíduos sólidos urbanos	Dez-05	-
Multiterminal - Soc. De Estiva e Tráfego, S.A. ("Multiterminal") Através da Tertir	Portugal (Lisboa)	98,88 98,88	Exploração de Terminais	Mai-79	Out-06
Nova Beira - Gestão de Resíduos, S.A. ("Nova Beira") Através da Novaflex	Portugal (Lisboa)	30,85 20,30 10,55	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	Dez-07
Novaflex - Técnicas do Ambiente, S.A. ("Novaflex") Através da Suma	Portugal (Lisboa)	61,50 61,50	Recolha de outros resíduos não perigosos	-	Dez-07
Proempar - Promoção e Gestão de Parques Empresariais e Tecnológicos, S.A. ("Proempar") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal (Porto)	52,00 26,00 26,00	Promoção gestão e exploração de parques empresariais tecnológicos e industriais	Out-06	-
PTT - Parque Tecnológico do Tâmega ("PTT") Através da Proempar	Portugal (Felgueiras)	51,20 31,20 10,00 10,00	Promoção e gestão de acolhimento empresarial tecnológico	Dez-06	-
Real Verde - Técnicas de Ambiente, S.A. ("Real Verde") Através da Novaflex	Portugal (Vila Real)	58,43 58,43	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	Dez-07	-
Resiges - Gestão de Resíduos Hospitalares, Lda. ("Resiges") Através da Novaflex	Portugal (Setúbal)	61,50 61,50	Recolha de resíduos perigosos	Mai-98	Dez-07
Resilei – Tratamento de Resíduos Industriais, Lda ("Resilei") Através da Suma	Portugal (Leiria)	30,75 30,75	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	Jun-03
Rima – Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. ("Rima") Através da Suma	Portugal (Silvares)	59,12 59,12	Tratamento de resíduos industriais	Ago-01	-
Sealine - Navegação e Afretamentos ("Sealine") Através da Socarpor SGPS Através da Socarpor Aveiro	Portugal (Aveiro)	60,14 50,54 9,60	Agentes de navegação	-	Out-06
SIGA - Serviço Integrado Gestão Ambiental ("Siga") Através da Suma	Portugal (S. Roque)	43,05 43,05	Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	Out-08	-
Socarpor - Soc. Cargas Port. (Aveiro), S.A. ("Socarpor Aveiro") Através da Socarpor SGPS Através da Tertir SGPS	Portugal (Aveiro)	63,98 52,37 11,61	Serviços Portuários	-	Out-06
Socarpor - Soc. Gestora de Participações Sociais (Douro e Leixões), S.A. ("Socarpor SGPS") Através da Tertir SGPS	Portugal (Matosinhos)	59,46 59,46	Gestão de participações financeiras	-	Out-06
Sol-S Internacional, Tecnologias de Informação, S.A. ("Sol-S Internacional") Através da Suma	Portugal (Funchal)	61,50 61,50	Actividades de programação informática	Jun-00	-

DESIGNAÇÃO	SEDE	PERCENTAGEM EFFECTIVA DA PARTICIPAÇÃO	ACTIVIDADE	DATA DE CONSTITUIÇÃO	DATA DE AQUISIÇÃO
Sonauta - Sociedade de Navegação, Lda. ("Sonauta") Através da Mota Internacional	Angola (Luanda)	100,00 100,00	Tranportes Marítimos c/exclusão dos Costeiros	Nov-94	-
Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, S.A. ("Sotagus") Através da Tertir SGPS	Portugal (Lisboa)	98,88 98,88	Terminal de contentores	-	Out-06
SRI - Gestão de Resíduos, Lda ("SRI") Através da Correia & Correia	Portugal (Sertã)	45,45 45,45	Recolha de resíduos perigosos	Jul-08	-
Suma (Douro) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Douro") Através da Suma	Portugal (Murça)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Jul-00	-
Suma (Esposende) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Esposende") Através da Suma	Portugal (Esposende)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Dez-99	-
Suma (Matosinhos) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Matosinhos") Através da Suma	Portugal (Matosinhos)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Dez-00	-
Suma (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Porto") Através da Suma	Portugal (Porto)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Nov-08	-
Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Lisboa)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Jun-94	-
Takargo-Transporte de Mercadorias, S.A. ("Takargo") Através da Tertir SGPS	Portugal (Linda-a-Velha)	99,21 69,21	Transportes Ferroviários de mercadorias	Set-06	-
TCL - Terminal de Contentores de Leixões, S.A. ("TCL") Através da Tertir SGPS	Portugal (Matosinhos)	54,50 30,85	Manuseamento de Carga	Jan-96	-
Terminais Portuários Euroandinos ("TPE Paíta") Através da Tertir	Peru (Paíta)	49,55 39,55	Exploração de terminais	-	-
Temor - Sociedade de Exploração de Terminais, S.A. ("Temor") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Matosinhos)	98,00 94,16	Armazenagem não frigorífica	Fev-74	Out-06
Tertir - Concessões Portuárias, SGPS, S.A. ("Tertir SGPS") Através da Tertir	Portugal (Lisboa)	98,88 68,12	SGPS	Out-07	-
Tertir - Terminais de Portugal, S.A. ("Tertir") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Lisboa)	98,88 64,67	Exploração de terminais	-	Out-06
Transitex do Brasil Serviços e Logística, Ltda. ("Transitex Brasil") Através da Transitex Espanha	Brasil (São Paulo)	84,04 83,20	Organização de Transporte	Mai-10	-
Transitex México, S.A. de C.V. ("Transitex México") Através da Transitex Espanha	México (Cidade do México)	84,04 84,04	Organização de Transporte	Fev-09	-
Transitex Moçambique, Lda ("Transitex Moçambique") Através da Transitex Portugal	Moçambique (Maputo)	84,04 79,84	Operadores de contentores	Nov-08	-
Transitex - Trânsitos de Extremadura, S.A. ("Transitex Portugal") Através da Transitex Espanha	Portugal (Lisboa)	84,04 84,04	Organização de Transporte	Mai-08	-
Transitex - Trânsitos de Extremadura, S.L. ("Transitex Espanha") Através da Tertir SGPS	Espanha (Badajoz)	84,04 84,04	Operadores de contentores	Nov-02	-
Transitex de Extremadura S.L. Transitex Lietuvos filialas ("Transitex Lituânia") Através da Transitex Espanha	Espanha (Badajoz)	84,04 84,04	Operadores de contentores	Abr-08	-
Tratofoz - Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A. ("Tratofoz") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Maiorca)	99,62 99,00	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Out-02	-
Triu - Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. ("Triu") Através da Suma	Portugal (Prior Velho)	61,50 61,50	Recolha de resíduos não perigosos	Abr-91	Set-08
VBT - Projectos e Obras de Arquitectura Paisagística, Lda ("VBT") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Angola (Luanda)	43,34 10,00	Actividades de Plantação e Manutenção de Jardins	Set-08	-
Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas, S.A. ("Vibeiras") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Torres Novas)	66,67 66,67	Actividades de Plantação e Manutenção de Jardins	Jul-88	Out-98
Vista Waste Management, Lda ("Vista Waste") Através da Suma	Angola (Luanda)	50,64 30,14	Recolha de resíduos	Dez-09	-
Vista Water, Lda. ("Vista Water") Através da Indaqua	Angola (Luanda)	43,78 22,53	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Mai-09	-
Através da Vista SA		21,25			

Empresas registadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

As empresas do GRUPO e associadas incluídas na consolidação pela aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, suas respectivas sedes e proporção do capital detido em 31 de Março de 2011, são as seguintes:

DESIGNAÇÃO	SEDE	PERCENTAGEM EFECTIVA DA PARTICIPAÇÃO
EMPRESA - MÃE DO GRUPO E ACTIVIDADES CONEXAS		
HEPP - Hidroenergia de Penacova e Poiares, Lda. ("HEPP")	Portugal	50,00
Pentele-Alisca Autópálya - Uzemeleto Kft. ("Pentele-Alisca")	Hungria	45,00
ÁREA DE NEGÓCIO - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO		
Asinter - Comércio Internacional, Lda. ("Asinter")	Portugal	30,00
Auto Sueco Angola, S.A. ("Auto Sueco Angola")	Angola	25,50
Bay 6.3 Kft. ("Bay 6.3")	Hungria	29,70
Bay Office Kft. ("Bay Office")	Hungria	29,70
Bay Park Kft. ("Bay Park")	Hungria	29,70
Bay Tower Kft. ("Bay Tower")	Hungria	29,70
Bay Wellness Kft. ("Bay Wellness")	Hungria	29,70
Berd - Projecto Investigação e Engenharia de Pontes, SA ("Berd")	Portugal	24,79
Cimertex & Companhia- Comércio Equip. e Ser. Técnicos, Lda. ("Cimertex & Companhia")	Portugal	50,00
Cimertex Angola - Sociedade de Máquinas e Equipamentos, Lda. ("Cimertex Angola")	Angola	50,00
Construcciones Crespo, SA ("Crespo")	Espanha	50,00
Engber Kft. ("Engber")	Hungria	29,70
Icer - Indústria de Cerâmica, Lda. ("Icer")	Angola	25,50
Mamaia Investments, SRL ("Mamaia")	Roménia	24,00
M-Invest Slovakia Mierova , s.r.o. ("Mierova")	Eslováquia	50,00
M-Invest Slovakia Trnavska, s.r.o. ("Trnavska")	Eslováquia	50,00
Mota-Engil-Opway Mexicana, S.A. De C.V. ("Mota-Engil-Opway Mexicana")	México	50,00
Nádor Öböl Kft. ("Nádor Öbol")	Hungria	29,70
Novicer-Cerâmicas de Angola, Lda. ("Novicer")	Angola	20,40
Öböl Invest Kft. ("Öbol Invest")	Hungria	30,00
Öböl XI Kft. ("Öbol XI")	Hungria	29,70
Probigalp Ligantes Betuminosos, S.A. ("Probigalp")	Portugal	40,00
Sampaio Kft. ("Sampaio")	Hungria	29,70
Soltysowska Project Development Sp. z o.o. ("Soltysowska")	Polónia	34,00
Turalgo-Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, S.A. ("Turalgo")	Portugal	51,00
ÁREA DE NEGÓCIO - AMBIENTE E SERVIÇOS		
Águas de S. João, E.M., S.A. ("Águas de S. João")	Portugal	24,53
Ambigere, S.A. ("Ambigere")	Portugal	30,75
Ambilital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM. ("Ambilital")	Portugal	30,14
Chinalog - Serviços Logísticos e Consultadoria, Lda. ("Chinalog")	Portugal	49,44
Citrupe - Centro Integrado de Resíduos, Lda. ("Citrupe")	Portugal	18,45
Ecolezíria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, E. I. M. ("Ecolezíria")	Portugal	15,07
Haçor, Conc. Edifício do hospital da ilha terceira, SA ("Haçor")	Portugal	40,00
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. ("HL - Sociedade Gestora do Edifício")	Portugal	50,00
Ibercargo Rail, S.A. ("Ibercargo")	Espanha	49,61
Logz - Atlantic Hub, S.A. ("Logz")	Portugal	29,66
Manvia II Conduatas, Lda. ("Manvia II Conduatas")	Portugal	45,00
Operestiva - Empresa de Trabalho Portuário de Setúbal, Lda. ("Operestiva")	Portugal	29,66
Parquegil - Planeamento e Gestão de Estacionamento, S.A. ("Parquegil")	Portugal	50,00
Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, S.A. ("Sadoport")	Portugal	49,44
SLPP - Serviços Logísticos de Portos Portugueses, S.A. ("SLPP")	Portugal	49,44
Sociedade de Terminais de Moçambique, Lda. ("STM")	Moçambique	49,44
Tersado - Terminais Portuários do Sado, S.A. ("Tersado")	Portugal	24,72
Vista Energy Environment & Services ("Vista SA")	Angola	50,00
Vortal - Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A. ("Vortal")	Portugal	24,98
GRUPO ASCENDI	PORTUGAL	60,00
GRUPO MARTIFER	PORTUGAL	37,50



RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADAS
2011

3. RELATÓRIO SOBRE AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO



o. Declaração de cumprimento

o.1 O presente relatório obedece ao modelo constante do anexo ao Regulamento CMVM nº 1/2010 e tem por referência o Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2010 divulgado pela CMVM no seu endereço electrónico www.cmvm.pt.

o.2 Indicação discriminada das recomendações incluídas no Código de Governo das Sociedades da CMVM adoptadas e não adoptadas pela MOTA-ENGIL, SGPS, SA:

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
I. Assembleia Geral		
I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
I.1.1 O presidente da mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da Sociedade.	Cumprida	I.1
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	I.3
I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1 A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Não aplicável	I.4
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a Sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Não aplicável	I.5
I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO		
I.3.1 As Sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adoptado e admissível, ao voto por correspondência electrónico.	Cumprida	I.9 e I.12
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Cumprida	I.11
I.3.3 As Sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada acção. Não cumprem a proporcionalidade as Sociedades que, designadamente: i) tenham acções que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.	Cumprida	I.6
I.4 QUÓRUM DELIBERATIVO		
I.4.1 As Sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Não cumprida	o.4 e I.8
I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS		
I.5.1 Extractos de acta das reuniões da Assembleia Geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no sítio na internet da Sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da Assembleia Geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na internet da Sociedade durante pelo menos três anos.	Cumprida	I.13 e I.14
I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES		
I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da Sociedade e dos seus accionistas. Os estatutos das Sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Cumprida	I.19
I.6.2 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Cumprida	I.20

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1.1 TEMAS GERAIS – ESTRUTURA E COMPETÊNCIA		
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Cumprida	II.3
II.1.1.2 As Sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da Sociedade em matéria de assumpção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da Sociedade quanto à assumpção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias.	Não cumprida	0.4, II.5, II.6 e II.9
II.1.1.3 O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da Sociedade.	Cumprida	II.6
II.1.1.4 As Sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a Sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Cumprida	II.5 e II.9
II.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da Sociedade.	Não cumprida	0.4 e II.7
II.1.2 TEMAS GERAIS – INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA		
II.1.2.1 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não-executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.	Cumprida	II.14
II.1.2.2 De entre os administradores não-executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da Sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Não cumprida	0.4 e II.14
II.1.2.3 A avaliação da independência dos membros não-executivos pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a Sociedade. Não deve ser considerado independente um administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Cumprida	II.15
II.1.3 TEMAS GERAIS – ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO		
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Cumprida	II.22
II.1.3.2 O processo de selecção de candidatos a administradores não-executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	Não Cumprida	0.4 e II.16
II.1.4 TEMAS GERAIS – POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES		
II.1.4.1 A Sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Cumprida	II.35
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	II.35
II.1.5 TEMAS GERAIS – REMUNERAÇÃO		
II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da Sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assumpção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: (i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente	Não Cumprida	0.4, II.31, II.32 e II.33

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
<p>variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da Sociedade, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa.</p> <p>(ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.</p> <p>(iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo desse período.</p> <p>(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.</p> <p>(v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as acções da Sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.</p> <p>(vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.</p> <p>(vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador.</p> <p>(viii) A remuneração dos membros não-executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da Sociedade.</p>		
II.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de Sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.	Cumprida	II.30
II.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2º da Lei nº 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	Não cumprida	0.4 e II.29
II.1.5.4 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Não aplicável	
II.1.5.6 Pelo menos um representante da Comissão de Remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de accionistas.	Cumprida	I.15
II.1.5.7 Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do Grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Cumprida	II.31

II.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da Sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da Sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	II.3
II.2.2 O Conselho de Administração deve assegurar que a Sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da Sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do Grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Cumprida	II.3
II.2.3 Caso o presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de	Não aplicável	-

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não-executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.		
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não-executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Cumprida	II.3
II.2.5 A Sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não cumprida	0.4, II.3 e II.11

II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Cumprida	II.3
II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao presidente da Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Cumprida	II.3 e II.13
II.3.3 O presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Não aplicável	-

II.4 CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL

II.4.1 O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da Sociedade por parte do Conselho de Administração Executivo. Entre as matérias sobre as quais o Conselho Geral e de Supervisão deve pronunciar-se, incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da Sociedade; ii) a estrutura empresarial do Grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	-
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da internet da Sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Cumprida	II.4 e II.21
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos com que se depararam.	Cumprida	II.4 e II.21
II.4.4 O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a Sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	Cumprida	II.24 e III.17
II.4.5 O conselho geral de supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Cumprida	II.24
II.4.6 Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à Sociedade (serviços de “compliance”) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das Sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da Sociedade.	Não Cumprida	0.4 e II.3

II.5 COMISSÕES ESPECIALIZADAS

II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da Sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	Não cumprida	0.4 e II.3
II.5.2 Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Não cumprida	0.4 e II.3, II.38 e II.39

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
II.5.3 Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da Sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Cumprida	II.39
II.5.4 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Cumprida	II.3

III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO

III.1.1 As Sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a Sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Cumprida	III.16
III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da internet da Sociedade deve ser divulgada em inglês: a) a firma, a qualidade de Sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) estatutos; c) identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) documentos de prestação de contas; f) calendário semestral de eventos societários g) propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral; h) convocatórias para a realização de Assembleia Geral.	Cumprida	-
III.1.3 As Sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Cumprida	III.18
III.1.4 O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade.	Cumprida	-
III.1.5 A Sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovadas pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – estes não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à Sociedade.	Não Cumprida	o.4 e III.17

IV. CONFLITOS DE INTERESSES

IV.1 RELAÇÕES COM ACCIONISTAS

IV.1.1 Os negócios da Sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Cumprida	III.11 e III.12
IV.1.2 Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Não Cumprida	o.4 e III.13

o.3 Avaliação global sobre o grau de adopção de grupos de recomendações entre si relacionadas pelo seu tema.

A MOTA-ENGIL considera que, não obstante o não cumprimento integral das recomendações da CMVM, tal como detalhadamente justificado nos capítulos seguintes, o grau de adopção das recomendações é bastante amplo e completo.

o.4 Explicitação das divergências entre as práticas de governo da Sociedade e as recomendações da CMVM:

1.4.1 As Sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.

Os estatutos da MOTA-ENGIL prevêem que, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira

convocação, seja indispensável a presença ou representação de accionistas que detenham pelo menos metade do capital. Uma vez que o art. 383º do Código das Sociedades Comerciais é menos restritivo, esta recomendação não se encontra cumprida. A MOTA-ENGIL entende que este é o modelo que melhor defende os interesses societários.

***II.1.1.2** As Sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da Sociedade em matéria de assumpção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da Sociedade quanto à assumpção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias.*

O actual modelo de gestão de riscos e de controlo interno da MOTA-ENGIL ainda não permite responder integralmente aos requisitos previstos na recomendação II.1.1.2., nomeadamente no que respeita à análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais. Não obstante este facto, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e, portanto, tentam promover as condições humanas e tecnológicas susceptíveis de propiciar um ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da actividade. Neste âmbito, e com vista a serem adoptadas as melhores práticas nesta matéria, encontra-se em curso um processo de revisão do actual modelo de controlo interno e gestão de risco do GRUPO MOTA-ENGIL.

***II.1.1.5** Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da Sociedade.*

Os órgãos de Administração e de Fiscalização da MOTA-ENGIL, SGPS, SA têm regulamentos internos de funcionamento, no entanto, não se encontram publicados no sítio de internet da Sociedade e não se encontram disponíveis para consulta. A MOTA-ENGIL entende que os regulamentos vão para além dos aspectos de mero funcionamento dos órgãos, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não os disponibiliza ao público.

***II.1.2.2** De entre os administradores não-executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da Sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.*

Dos oito administradores não-executivos do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, apenas três são qualificados como administradores independentes, representando estes 20% do total do órgão de administração. Embora não esteja a ser cumprida esta recomendação, a MOTA-ENGIL, tendo em conta a dimensão da Sociedade e a sua estrutura accionista, considera adequado o número de administradores independentes.

***II.1.3.2** O processo de selecção de candidatos a administradores não-executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.*

Tendo em conta a dimensão da Sociedade e a sua estrutura accionista, entende-se não ser necessária a existência de um processo formal de selecção de candidatos a administradores não-executivos. Os candidatos aos cargos de administração não-executiva são eleitos pela Assembleia-Geral. Nas Assembleias Gerais electivas que vêm sendo realizadas, os nomes integrados nas listas para efeitos de eleição de órgãos sociais, em particular no que se refere ao órgão de administração e aos seus membros não-executivos, têm sido propostos pelos accionistas signatários da proposta em causa, não participando os administradores

executivos no processo de escolha.

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da Sociedade.

A recomendação não é cumprida no que respeita às seguintes alíneas. Não obstante estes incumprimentos, a MOTA-ENGIL considera que não está posto em causa o objectivo do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os da Sociedade.

(iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo desse período.

Embora não exista qualquer diferimento no pagamento das referidas remunerações variáveis a Comissão de Vencimentos procura estruturar a remuneração dos membros do órgão de administração de forma a poder haver uma continuação do desempenho positivo da Sociedade no longo prazo.

(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

Não se encontram formalmente previstos quaisquer mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável. No entanto, a Comissão de Vencimentos tem sempre em consideração este factor nos critérios utilizados para a determinação da remuneração variável.

(viii) A remuneração dos membros não-executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da Sociedade.

A remuneração dos administradores não-executivos do órgão de administração integra componentes variáveis. A MOTA-ENGIL entende que, para além de dever premiar a estratégia de longo prazo levada a cabo por todo o Conselho de Administração, incluindo os administradores não-executivos, esta situação não desvirtua a sua função não-executiva.

II.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2º da Lei nº 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.

Ainda que a declaração sobre a política de remunerações apresentada em Assembleia Geral não tivesse abrangido as remunerações dos dirigentes, no presente relatório encontra-se amplamente aborda a referida política quanto aos dirigentes (ver ponto II.29).

II.2.5 A Sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.

Não se encontra prevista qualquer política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração (Comissão Executiva), designadamente do responsável pelo pelouro financeiro. A MOTA-ENGIL entende que uma política rígida e abstracta de rotação de pelouros não permite servir os seus interesses, pelo que, os pelouros são decididos e atribuídos pela Comissão Executiva no início do seu mandato, de acordo com as capacidades,

habilitações e experiência profissional de cada membro, não sendo de admitir que todos os administradores possam exercer todas as funções com igual capacidade e grau de desempenho.

II.4.6 Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à Sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das Sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da Sociedade.

Os serviços de auditoria interna (Gabinete de Auditoria e Risco) reportam funcionalmente à Comissão de Investimento, Auditoria e Risco. Esta comissão é composta, normalmente, por três membros permanentes (um administrador não executivo, que preside, um administrador independente não-executivo e o “CFO”). Apesar de não reportar funcionalmente a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, considera-se garantida a independência deste gabinete face ao órgão de administração executivo.

II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da Sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.

Não foram criadas as comissões recomendadas, uma vez que não se revelaram necessárias.

II.5.2 Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

O Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente e membro não-executivo do Conselho de Administração) e a Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (membro não-executivo do Conselho de Administração) integram a Comissão de Vencimentos, tendo sido eleitos para essas funções pela Assembleia Geral, sob proposta da accionista maioritária Mota Gestão e Participações, SGPS, SA. As suas participações na Comissão de Vencimentos correspondem exclusivamente à representação do interesse accionista, ali intervindo nessa qualidade e não na de membros do órgão de administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, estes membros não tomam parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista ou possa existir conflito de interesses, designadamente no que se refere à fixação das suas próprias remunerações enquanto membros do órgão de administração. Considera-se que, em virtude dos respectivos currículos e percursos profissionais (constantes do ponto II.18), os três membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração. Adicionalmente e quando se revela necessário, a Comissão de Vencimentos é auxiliada por recursos especializados, internos ou externos à Empresa, para suportar as suas deliberações em matéria de política de remunerações.

III.1.5 A Sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovadas pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à Sociedade.

Ainda que tivessem sido contratados, ao auditor externo, serviços diversos dos de auditoria, em valor superior a 30% do valor total dos serviços prestados à Sociedade, tal como se poderá constatar no ponto III.17 deste relatório, a MOTA-ENGIL entende que, face aos mecanismos existentes, está assegurada a sua independência.

IV.1.2 Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.

Os negócios entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas, ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objecto de apreciação exclusiva pela Comissão Executiva, suportada em análises e pareceres técnicos emitidos pela Comissão de Investimento, Auditoria e Risco (comissão especializada). Não estão estabelecidos quaisquer procedimentos ou critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização. É de referir, no entanto, que as transacções com administradores da MOTA-ENGIL, ou com Sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com aquela de que o contraente é administrador, independentemente do valor, estão sujeitas à prévia autorização do Conselho de Administração relevante, com parecer favorável do órgão de fiscalização respectivo, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

I. Assembleia Geral

I.1 Identificação dos membros da mesa da Assembleia Geral.

Presidente: Dr. Luís Neiva Santos
Secretário: Dr. Rodrigo Neiva Santos

São facultados os recursos humanos e logísticos adequados às necessidades do presidente da Mesa da Assembleia Geral, nomeadamente através do apoio dado pelos serviços da Direcção Jurídica da MOTA-ENGIL, SGPS, SA. Este apoio é considerado adequado à dimensão e situação económica da Sociedade.

Estão disponíveis no sítio da Internet da Sociedade as actas das reuniões da Assembleia Geral, assim como um acervo das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas nos últimos três anos.

I.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos.

As datas de início e termo dos mandatos dos membros da Mesa da Assembleia Geral são, respectivamente, 2010 e 2013.

I.3 Indicação da remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral.

Durante o ano de 2011, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu 4.500 Euros.

I.4 Indicação da antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral.

Face à publicação do Decreto-Lei nº 49/2010, de 19 de Maio, esta recomendação deixou de ser aplicável.

I.5 Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral.

Face à publicação do Decreto-Lei nº 49/2010, de 19 de Maio, esta recomendação deixou de ser aplicável.

I.6 Número de acções a que corresponde um voto.

De acordo com os estatutos da MOTA-ENGIL, a cada acção corresponde um voto, estando assegurada, deste modo, a necessária proporcionalidade entre detenção de capital e direito de voto.

I.7 Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionado.

Ainda que o contrato social da MOTA-ENGIL preveja a possibilidade da Sociedade emitir acções preferenciais sem voto, não existe actualmente esta categoria de acções.

I.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De acordo com o artigo 23º dos estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação, é indispensável a presença ou representação de accionistas que detenham acções correspondentes a mais de 50% do capital social.

I.9 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência estão previstas no artigo 22º dos estatutos da Sociedade. De acordo com aquele artigo, os accionistas poderão votar por correspondência relativamente a todo e qualquer tema, não estando prevista qualquer restrição a este nível.

I.10 Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

A Sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo pode ser obtido através dos serviços da Direcção de Relações com o Mercado de Capitais (Dr. João Vermelho – e-mail: jvermelho@mota-engil.pt).

I.11 Exigência de prazo que medeie entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da Assembleia Geral.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que as declarações de voto por correspondência sejam recebidas na sede da Sociedade com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral.

I.12 Exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Não é ainda possível o exercício do direito de voto por meios electrónicos. Até à presente data, a Sociedade não teve qualquer solicitação ou manifestação de interesse por parte de accionistas ou investidores na disponibilização desta funcionalidade.

I.13 Possibilidade de os accionistas acederem aos extractos da actas das reuniões das assembleias gerais no sítio internet da Sociedade nos cinco dias após a realização da Assembleia Geral.

Os accionistas da Sociedade podem aceder, no sítio de internet (www.mota-engil.pt) aos extractos das actas das reuniões das assembleias gerais, sendo as mesmas divulgadas dentro do prazo de cinco dias após a sua realização.

I.14 Existência de um acervo histórico, no sítio internet da Sociedade, com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos três anos antecedentes.

A Sociedade disponibiliza, no seu sítio de internet (www.mota-engil.pt) informação relativa às deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade referentes aos três últimos exercícios, bem como o capital social representado e os resultados das votações.

I.15 Indicação do(s) representante(s) da Comissão de Remunerações presentes nas assembleias gerais.

Nas assembleias gerais anuais da Sociedade, a Comissão de Remunerações tem sido representada por todos os seus membros.

I.16 Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração da Sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e outros dirigentes.

Compete à Assembleia Geral de Accionistas nomear uma Comissão de Vencimentos, a qual terá de definir uma política de remunerações dos órgãos sociais e outros dirigentes que promova, numa perspectiva de médio e longo prazos, o alinhamento dos respectivos interesses com os da Sociedade. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização é submetida à Assembleia Geral, tal como previsto na Lei nº 28/2009, de 19 de Junho.

I.17 Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à proposta relativa a planos de atribuição de acções e, ou, de opções de aquisição de acções, ou com base nas variações de preços das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, bem como sobre os elementos dispensados à Assembleia Geral com vista a uma avaliação correcta desses planos.

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções em vigor.

I.18 Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários.

Com excepção dos accionistas-fundadores, a Sociedade não tem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores. Os administradores accionistas-fundadores são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos, que lhes permitirá obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da reforma. De referir que este plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de entrada em bolsa da MOTA-ENGIL, SGPS, SA.

I.19 Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da Assembleia Geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

O Contrato de Sociedade não prevê a limitação de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

I.20 Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não existem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

I.21 Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, excepto se a Sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

Não existem acordos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade.

I.22 Acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

II. Órgãos de Administração e Fiscalização

II.1 Identificação e composição dos órgãos da Sociedade.

Conselho de Administração (2010-2013):

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)
Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho (Vice-Presidente) (CEO)
Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-Presidente)
Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vice-Presidente) ⁽⁴⁾
Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)
Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)
Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)
Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)
Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves (Vogal) ⁽¹⁾
Eng. José Luís Catela Rangel de Lima (Vogal) ⁽²⁾
Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva (Vogal) (CFO) ⁽⁴⁾
Eng. Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal) ⁽³⁾
Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres (Vogal)
Dr. Pedro Manuel Teixeira Rocha Antelo (Vogal) ⁽³⁾
Professor Doutor Eng. Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)
Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal Independente)
Dr. António Manuel da Silva Vila Cova (Vogal Independente)

(1) Em Dezembro de 2011, o Sr. Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves renunciou ao cargo de vogal não executivo do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA.

(2) Em Setembro de 2011, o Sr. Eng.º José Luís Catela Rangel de Lima renunciou ao cargo de vogal não executivo do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA.

(3) Em Fevereiro de 2012, na sequência das renúncias apresentadas pelos ex-administradores Sr. Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves e Sr. Eng. José Luís Catela Rangel de Lima, foram cooptados para o mandato em curso (2010-2013) os seguintes novos

- membros: Sr. Eng.º Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos e o Sr. Dr. Pedro Manuel Teixeira Rocha Antelo.
- (4) Em Fevereiro de 2012, na sequência de deliberação do Conselho de Administração, o CFO passou a ser o Sr. Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins.

Ainda que a composição do Conselho de Administração tenha alterado em Fevereiro de 2012, toda a informação do presente relatório referir-se-á à composição existente em 31 de Dezembro de 2011.

Comissão Executiva (2010-2013):

Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho (Presidente)
 Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
 Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
 Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles ⁽¹⁾
 Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar
 Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva ⁽¹⁾
 Eng.º Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos ⁽²⁾
 Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres

- (1) Em Fevereiro de 2012, na sequência de deliberação do Conselho de Administração, a Sra. Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles e o Sr. Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva deixaram de pertencer à Comissão Executiva
- (2) Em Fevereiro de 2012, na sequência de deliberação do Conselho de Administração, o Sr. Eng.º Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos passou a pertencer à Comissão Executiva

Ainda que a composição da Comissão Executiva tenha alterado em Fevereiro de 2012, toda a informação do presente relatório referir-se-á à composição existente em 31 de Dezembro de 2011.

Conselho Fiscal (2011-2014):

Professor Doutor Alberto João Coraceiro de Castro (Presidente)
 Dr. José Rodrigues de Jesus (Efectivo)
 Dr. Horácio Fernando Reis e Sá (Efectivo)
 Dr. Pedro Manuel Seara Cardoso Perez (Suplente)

Revisor Oficial de Contas (2011-2014):

António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC

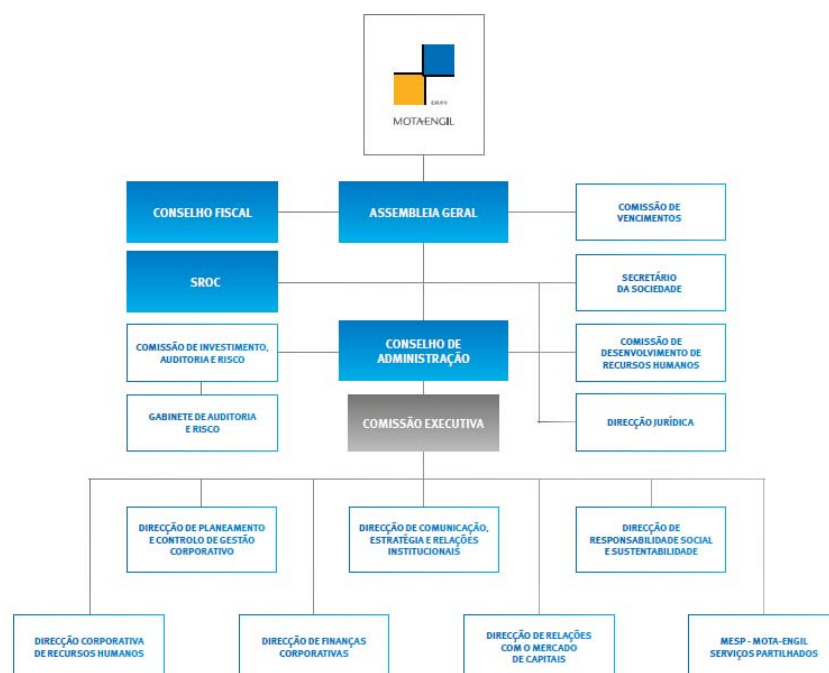
Auditor Externo Registado na CMVM:

Deloitte & Associados, SROC, SA, representada por Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

II.2 Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da Sociedade

Para além das comissões referidas no ponto a seguir, não foram constituídas outras comissões com competências em matéria de administração ou fiscalização da Sociedade.

II.3 Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade, ou à distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização, e lista de matérias indelegáveis e das competências efectivamente delegadas.



Órgãos de Administração

Em 31 de Dezembro de 2011, a MOTA-ENGIL, SGPS, SA tem um Conselho de Administração composto por 13 membros: um presidente, três vice-presidentes e nove vogais. Sete dos seus membros exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, que foi eleita e cujos poderes foram delegados pelo Conselho de Administração, e outros 6 administradores exercem funções não executivas.

À Comissão Executiva foram delegados, pelo Conselho de Administração, todos os poderes relacionados com a gestão das actividades da MOTA-ENGIL, SGPS, SA e de todas as suas participadas, na sua aceção mais estrita de tomada de opções táticas e controlo das linhas concretas de desenvolvimento das várias actividades, assumindo as responsabilidades de gestão executiva dos negócios do GRUPO em linha com as orientações e políticas definidas pelo Conselho de Administração. A Comissão Executiva pode discutir todos os assuntos da competência do Conselho de Administração, sem prejuízo de só poder deliberar nas matérias que lhe estão delegadas. Todos os assuntos tratados na Comissão Executiva, mesmo que incluídos na sua competência delegada, são dados a conhecer aos administradores não executivos, que têm acesso às respectivas actas e documentos de suporte.

As reuniões da Comissão Executiva realizam-se com uma periodicidade quinzenal, sendo, no início de cada exercício económico, calendarizadas as reuniões a realizar ao longo desse mesmo exercício. O presidente da Comissão Executiva, através do Gabinete de Coordenação da Comissão Executiva, remete ao presidente do Conselho de Administração e ao presidente do Conselho Fiscal, com a antecedência necessária, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.

Todas as decisões respeitantes à definição da estratégia da EMPRESA, bem como às políticas gerais da Sociedade e à estrutura empresarial do GRUPO, são matéria da competência exclusiva do Conselho de Administração, não tendo a Comissão Executiva competências delegadas nesse sentido.

O presidente do Conselho de Administração tem as competências que lhe são atribuídas por lei e pelos estatutos.

No que concerne à distribuição de pelouros entre os titulares do Conselho de Administração, nomeadamente, no âmbito da Comissão Executiva, destaca-se o seguinte:

- Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho
 - Coordenação da Comissão Executiva
 - Coordenação da Área Internacional
 - Direcção Jurídica
 - Comunicação e Imagem
 - Novos Negócios
 - Serviços Partilhados
- Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
 - Projecto Novo Aeroporto de Lisboa
 - Rede de Alta Velocidade
 - Representante do GRUPO no Conselho de Administração da Martifer SGPS, SA
 - Presidência da Mota-Engil Indústria e Inovação SGPS, SA
- Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
 - Negócios Ambiente e Serviços
 - Negócios Concessões de Transportes
- Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
 - Negócios Turismo
- Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar
 - Negócios Engenharia e Construção
 - Unidade Operacional de Mineração
- Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva
 - Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo
 - Direcção de Finanças Corporativas
 - Direcção de Relações com o Mercado de Capitais
 - Representante do GRUPO no Conselho de Administração da Martifer SGPS, SA
- Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres
 - Direcção Corporativa de Recursos Humanos;
 - Direcção de Responsabilidade Social e Sustentabilidade;
 - Interlocutora da Comissão Executiva na Fundação Manuel António Mota.

O Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho, na qualidade de Presidente da Comissão Executiva, é considerado o “Chief Executive Officer” (CEO) da MOTA-ENGIL, SGPS, SA. O Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva, na qualidade de responsável pelas áreas financeiras da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, é considerado o “Chief Financial Officer” (CFO).

Não se encontra prevista qualquer política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração (Comissão Executiva), designadamente do responsável pelo pelouro financeiro. A MOTA-ENGIL entende que uma política rígida e abstracta de rotação de pelouros não permite servir da melhor forma os seus interesses, pelo que, os pelouros são decididos e atribuídos pela Comissão Executiva no início do seu mandato, de acordo com as

capacidades, habilitações e experiência profissional de cada membro, não sendo de admitir que todos os administradores possam exercer todas as funções com igual capacidade e grau de desempenho.

Os administradores não-executivos acompanham a actividade desenvolvida pela Sociedade, garantindo-se a efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade, nomeadamente através das reuniões periódicas do Conselho de Administração, sem prejuízo do acesso a qualquer informação ou documentação que venha a ser solicitada a qualquer momento. No exercício das suas funções não-executivas, os administradores não se depararam, no exercício de 2011, com quaisquer constrangimentos. O relatório anual de gestão inclui uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não-executivos.

Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da Sociedade é exercida por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, os quais exercem as funções que resultam da legislação aplicável e dos estatutos.

Compete à Assembleia Geral eleger o Conselho Fiscal, bem como designar, sob proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL, SGPS, SA é composto por quatro membros, um presidente, dois membros efectivos e um suplente.

Comissões Especializadas

Comissão de Vencimentos

De acordo com os estatutos, a Comissão de Vencimentos, eleita pelos accionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função definir a política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade. Neste contexto, a Comissão de Vencimentos acompanha e avalia, numa base constante, o desempenho dos administradores, verificando em que medida foram atingidos os objectivos propostos, e reúne sempre que for necessário. A remuneração dos administradores integra uma componente baseada no desempenho.

A comissão eleita para o quadriénio 2010-2013 é composta pelos seguintes membros: Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, ambos membros do órgão de administração, e Eng. Manuel Teixeira Mendes. São elaboradas actas de todas as reuniões realizadas.

Comissão de Investimento, Auditoria e Risco

A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco é composta, normalmente, por três membros permanentes (um administrador não-executivo, que preside, um administrador independente não executivo e o CFO), e poderá convidar outros responsáveis do GRUPO ligados aos projectos em avaliação. Esta comissão tem como principais funções e responsabilidades apreciar e sugerir políticas de investimento e risco de negócios e projectos ao Conselho de Administração, examinar e emitir parecer sobre projectos de investimento ou desinvestimento, emitir parecer sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio, e monitorizar operações financeiras e societárias relevantes. São elaboradas actas de todas as reuniões realizadas. Actualmente, são membros desta comissão a Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (administradora não-executiva), o Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva (CFO) e o Dr. António Manuel da Silva Vila Cova (administrador independente não-executivo).

Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos

A Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos tem como principais funções: a monitorização dos níveis de produtividade, remuneração e igualdade de oportunidades; a avaliação dos programas de captura e desenvolvimento de quadros de elevado valor; a definição das orientações dos sistemas de avaliação e incentivos, planos de carreiras, plano de formação e plano de recrutamento e selecção; a avaliação regular da motivação dos colaboradores; e a definição da cultura e valores-chave, coordenando esforços para a sua implementação no GRUPO. São elaboradas actas de todas as reuniões realizadas. Actualmente, são membros desta comissão a Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Presidente), o Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho, o Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo, o Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar, o Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins, o Eng. Carlos Manuel Marques Martins e a Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres.

Avaliação do Órgão de Administração sobre o modelo de governo adoptado

O Conselho de Administração declara que o modelo de governo da Sociedade adoptado se tem revelado adequado ao bom funcionamento interno e externo da Sociedade. Na avaliação feita em 2011, não foram encontrados constrangimentos relevantes relativamente ao modelo de governo seguido, o qual se baseia no modelo de governo “Latino” / Clássico Reforçado, composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, que não faz parte do Conselho Fiscal.

II.4 Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detectados, e divulgação no sítio da internet da Sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

Os Relatórios Anuais do Conselho Fiscal incluem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detectados (se existentes) e são objecto de divulgação no sítio de internet da Sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas. A Sociedade não dispõe de Conselho Geral e de Supervisão, de Comissão para as Matérias Financeiras ou de Comissão de Auditoria.

II.5 Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade, designadamente quanto ao processo de divulgação de informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia.

O GRUPO MOTA-ENGIL encontra-se sujeito a um conjunto diversificado de riscos que podem ter um impacto negativo na sua actividade. Todos estes riscos são devidamente identificados, avaliados e monitorizados, cabendo a diferentes estruturas dentro da Sociedade a sua gestão e/ou mitigação, com especial destaque para o papel da Comissão de Investimento, Auditoria e Risco neste domínio. As análises de sensibilidade efectuadas aos principais riscos financeiros, tendo em conta a sua elevada probabilidade de ocorrência, encontram-se descritas na Nota 11 do Relatório e Contas Consolidado de 2011.

A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco, com a missão de apoiar a gestão do GRUPO MOTA-ENGIL no reforço dos meios e métodos de actuação ao nível do controlo interno e de antecipação do risco de negócio, dispõe do Gabinete de Auditoria e Risco, com uma estrutura de recursos especificamente alocados às seguintes funções:

- identificação e avaliação de riscos, sugerindo o estabelecimento de níveis aceitáveis de risco em função dos objectivos de gestão definidos;
- emissão de pareceres sobre alterações do grau de risco existente nos negócios do GRUPO MOTA-ENGIL;
- minimização de ineficiências operacionais e perdas, reforçando a capacidade do GRUPO MOTA-ENGIL na identificação de eventos potencialmente danosos, na avaliação de riscos e na proposição de respostas, reduzindo, desta forma, custos ou perdas imprevistas;

- identificação de riscos transversais dentro do GRUPO, auditando a implementação de políticas corporativas e de boas práticas do GRUPO MOTA-ENGIL;
- emissão de pareceres prévios sobre riscos inerentes às aquisições ou alienações definidas pelo GRUPO MOTA-ENGIL;
- auditoria da conformidade no desenvolvimento dos processos ou actividades em todas as áreas e empresas materialmente relevantes do GRUPO MOTA-ENGIL.

O processo de gestão de riscos da MOTA-ENGIL é apoiado na metodologia COSO (*Enterprise Risk Management – Integrated Framework*), que compreende, nomeadamente, a avaliação e atribuição de graus de criticidade e prioridade aos riscos em função dos impactos nos objectivos dos negócios e probabilidade de ocorrência. Em termos genéricos, o modo de funcionamento do sistema de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade é o seguinte:

- Âmbito do processo: São monitorizados os principais riscos a que o GRUPO está sujeito, nomeadamente riscos de mercado dos segmentos de actividade, riscos financeiros (de câmbio e de taxa de juro) e outros riscos de negócio (operacionais, de integridade, de sistemas de informação e comunicação), através dos reportes internos da Comissão de Investimento, Risco e Auditoria, em conjugação com os relatórios ou comunicações emitidos pelos titulares das funções corporativas (com destaque para a Direcção Jurídica, a Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativa, a Direcção de Finanças Corporativas e a Direcção Corporativa de Recursos Humanos).
- Caracterização do Processo Operacional: a Gestão de Risco é da responsabilidade de cada uma das Administrações das áreas de negócio do GRUPO, concretizando-se, genericamente, no seguinte conjunto cíclico sequencial de fases:
 - Identificação do risco: determinação dos riscos a que a organização está exposta e do nível de tolerância de exposição a esses riscos;
 - Mensuração do risco: quantificação das exposições ao risco e produção de relatórios de base à tomada de decisão;
 - Controlo e gestão do risco: definição de acções a empreender para fazer face ao risco;
 - Implementação das medidas de gestão de risco definidas;
 - Monitorização: avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégia.

Adicionalmente, todos os investimentos ou novos negócios são analisados quanto aos riscos pelas diversas áreas corporativas, sendo objecto de um parecer prévio da Comissão de Auditoria, Investimentos e Risco antes de serem submetidos à aprovação em Conselho de Administração.

A avaliação do sistema de controlo interno e de gestão de risco permitiu aferir sobre a sua eficácia, sem contudo deixar de apontar medidas de melhoria a implementar a curto e médio prazo.

De referir também que, em 2011 e em conjunto com uma empresa de consultoria especializada, a MOTA-ENGIL levou a cabo um conjunto de testes de sensibilidade de impacto extremo (*stress tests*) relativamente a algumas variáveis exógenas importantes para o negócio do GRUPO, como as taxas de juro, os índices de crédito e as taxas de câmbio.

Quanto ao controlo de riscos no processo de divulgação de informação financeira, apenas um número muito restrito de colaboradores da MOTA-ENGIL, SGPS, SA está envolvido no processo de divulgação de informação financeira. A este propósito, e por imposição legal (nº 6 do artigo 248º do Código dos Valores Mobiliários), a MOTA-ENGIL, SGPS, SA elaborou uma lista dos seus colaboradores, com ou sem vínculo laboral, que têm acesso, regular ou ocasional, a informação privilegiada. Esta lista foi dada a conhecer a cada um dos colaboradores que a engloba, explicando-lhes: (i) os motivos que originaram a inclusão do seu nome na referida lista; (ii) os deveres e obrigações previstos na lei;

(iii) as consequências decorrentes da divulgação ou utilização abusivas de informação privilegiada.

II.6 Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da Sociedade.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, promovendo as condições humanas e tecnológicas susceptíveis de propiciar um ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da actividade.

Compete ao Conselho de Administração assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, sendo que ao Conselho Fiscal é-lhe atribuída, entre outras, a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e de propor o respectivo ajustamento às necessidades da Sociedade. Sobre esta matéria, convém ainda referir que, tal como estipulado na alínea i) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, é da competência do Conselho Fiscal verificar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.

O Órgão de Fiscalização acompanha todos os assuntos relevantes da Sociedade, assistindo a todas as reuniões do Conselho de Administração. Quer o órgão de administração, quer o órgão de fiscalização acedem aos relatórios e pareceres emitidos pela Comissão de Auditoria, Investimento e Risco referidos no ponto anterior, efectuando a avaliação do funcionamento e do ajustamento às necessidades da Sociedade, dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos implementados.

II.7 Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da Sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e ao número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

Tal como é referido no capítulo zero, relativamente ao não-cumprimento da recomendação II.1.1.5, os órgãos de administração e fiscalização da Sociedade têm regulamentos internos de funcionamento que não se encontram publicados no sítio de Internet da Sociedade e que não se encontram disponíveis para consulta. A MOTA-ENGIL entende que os regulamentos vão para além dos aspectos de mero funcionamento dos órgãos, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não os disponibiliza ao público.

II.8 Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões.

O presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas.

II.9 Identificação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a Sociedade se expõe no exercício da actividade.

O mapeamento de risco das empresas materialmente relevantes do GRUPO MOTA-ENGIL permitiu aferir que os principais riscos a que a Sociedade se expõe são a sua dependência de clientes, comportamento da concorrência, liquidez, nível de endividamento, taxa de juro, assim como a diversidade dos enquadramentos jurídicos e fiscais a que a Sociedade se expõe, fruto das várias geografias em que está presente.

II.10 Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

Os poderes do órgão de administração são os atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais e aqueles que constam dos artigos 13º e 14º dos estatutos da Sociedade. Os estatutos não conferem poderes ao órgão de administração quanto a deliberações de aumento de capital.

II.11 Informação sobre a política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.

As regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização são as previstas no Código das Sociedades Comerciais e nos estatutos da Sociedade:

- Conselho de Administração: Compete à Assembleia Geral eleger os administradores (nº1 do art. 391º do Código das Sociedades Comerciais). O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no nº 3 do artigo 393º do Código das Sociedades Comerciais. Não se encontra prevista qualquer política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração (Comissão Executiva), designadamente do responsável pelo pelouro financeiro. A MOTA-ENGIL entende que uma política rígida e abstracta de rotação de pelouros não permite servir da melhor forma os seus interesses, pelo que os pelouros são decididos e atribuídos pela Comissão Executiva no início do seu mandato, de acordo com as capacidades, habilitações e experiência profissional de cada membro, não sendo de admitir que todos os administradores possam exercer todas as funções com igual capacidade e grau de desempenho.

- Conselho Fiscal: Compete à Assembleia Geral eleger o Conselho Fiscal, bem como o suplente ou os suplentes deste (nº2 do art. 16º dos Estatutos). O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho Fiscal, pelo que esta se processa nos termos previstos no artigo 415º do Código das Sociedades Comerciais.

- SROC: Compete à Assembleia Geral designar, sob proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº3 do art. 16º dos estatutos).

II.12 Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, bem como referência à realização das actas dessas reuniões.

Órgão	Nº de reuniões 2011
Conselho de Administração	7
Comissão Executiva	23
Conselho Fiscal	4

Relativamente a cada uma das referidas reuniões foi elaborada a respectiva acta.

II.13 Indicação sobre o número de reuniões da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração Executivo, bem como referência à realização de actas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias, conforme aplicável, ao presidente do Conselho de Administração, ao presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, ao presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao presidente da Comissão para as Matérias Financeiras.

Durante o exercício de 2011, a Comissão Executiva reuniu 23 vezes. As convocatórias com as ordens de trabalhos e documentação de apoio, incluindo minutas de actas de reuniões anteriores para aprovação, são remetidas pelo Gabinete de Coordenação da Comissão Executiva, com a antecedência necessária, aos membros da Comissão Executiva. De igual forma, e depois de aprovadas pelos membros da Comissão Executiva, são remetidas as actas das reuniões, acompanhadas das respectivas convocatórias, ao presidente do Conselho de Administração e ao presidente do Conselho Fiscal.

II.14 Distinção dos membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminação dos membros que cumpririam, se lhes fossem aplicáveis as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e os critérios de independência previstos no nº 5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Administrador ⁽¹⁾	Executivo / Não-executivo	Independente / Não-independente
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	Não-executivo	Não-independente
Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho	Executivo	Não-independente
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	Executivo	Não-independente
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Executivo	Não-independente
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	Não-executivo	Não-independente
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	Não executivo	Não-independente
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	Executivo	Não-independente
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Executivo	Não-independente
Luís Filipe Cardoso da Silva	Executivo	Não-independente
Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres	Executivo	Não-independente
Luís Valente de Oliveira	Não-executivo	Independente
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	Não-executivo	Independente
António Manuel da Silva Vila Cova	Não-executivo	Independente

(1) Em 31 de Dezembro de 2011

Os três administradores não-executivos independentes acima referidos não estão abrangidos por quaisquer incompatibilidades referidas no nº 1 do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Conselho de Administração era composto por 13 membros, dos quais sete eram executivos e seis não-executivos, composição esta que a MOTA-ENGIL considera garantir uma efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros da Comissão Executiva.

Dos seis administradores não-executivos, apenas três são qualificados como administradores independentes, representando estes 23% do total do órgão de administração. Embora não esteja a ser cumprida a recomendação prevista no Código de Governo das Sociedades, no que respeita ao limite mínimo de administradores independentes, a MOTA-ENGIL, tendo em conta a dimensão da Sociedade e a sua estrutura accionista, considera adequado o número de administradores independentes.

Os administradores independentes participam na maioria das reuniões do Conselho de Administração, acompanhando, por essa via, a actividade da MOTA-ENGIL, podendo formular questões a quaisquer outros órgãos sociais ou estruturas internas do GRUPO MOTA-ENGIL.

A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco é composta por três administradores, sendo um deles independente não-executivo.

II.15 Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração.

Para a avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração foi utilizado, única e exclusivamente, o referencial previsto no nº 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais, tendo sido igualmente tomadas em consideração, com as devidas adaptações, as regras aplicáveis em termos de incompatibilidades previstas no nº 1 do artigo 414º-A do mesmo Código. Não se encontram definidos internamente outros critérios de avaliação.

II.16 Indicação das regras do processo de selecção de candidatos a administradores não executivos e forma como asseguram a não interferência nesse processo dos administradores executivos.

Tendo em conta a dimensão da Sociedade e a sua estrutura accionista, entende-se não ser necessária a existência de um processo formal de selecção de candidatos a administradores não executivos. Os candidatos aos cargos de administração não-executiva são eleitos pela Assembleia Geral. Nas Assembleias Gerais electivas que vêm sendo realizadas, os nomes integrados nas listas para efeitos de eleição de órgãos sociais, em particular no que se refere ao órgão de administração e aos seus membros não-executivos, têm sido propostos pelos accionistas signatários da proposta em causa, não participando os administradores executivos no processo de escolha.

II.17 Referência ao facto de o relatório anual de gestão da Sociedade incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos e eventuais constrangimentos detectados.

O relatório de gestão consolidado de 2011 do GRUPO MOTA-ENGIL inclui, no seu ponto 7, uma descrição da actividade desenvolvida pelos administradores não-executivos e eventuais constrangimentos detectados.

II.18 e II.19 Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da Sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras Sociedades, discriminando-se as exercidas em outras Sociedades do mesmo grupo.

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil (Vias de Comunicação) pela Faculdade de Engenharia Civil da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Actualmente, e desde há sete anos, para além de ser presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Nº de acções em 31/12/2011

5.257.005 acções

1ª Designação

31 de Março de 2000

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da ÁreaGolfe – Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Aurimove, Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construções, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da ME Real Estate – Mota-Engil Real Estate Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mesp – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Energia, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Nortedomus – Sociedade imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Planinova – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sedengil – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sol-S International, Tecnologias de Informação, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tertir – Concessões Portuárias, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tertir – Terminais de Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Angola, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Vogal do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA
- Presidente do Conselho Superior da Tertir – Terminais de Portugal, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.
- Vogal do Conselho Administração da Algosi – Gestão e Participações Sociais, SGPS, SA
- Vogal do Conselho Administração da Auto Sueco (Angola) SARL
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sunviauto – Indústria de Componentes de Automóveis, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da António de Lago Cerqueira, SA
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota
- Membro do Conselho Consultivo da Escola de Engenharia da Universidade do Minho
- Membro do Conselho Geral da AEP, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação AIP
- Membro do Conselho da EIC – European International Contractors
- Vice – Presidente do Conselho Geral da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, em representação da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA

Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho (Vice-Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG (Universidade Técnica de Lisboa)

Percursos profissionais nos últimos cinco anos

- Entre 2001 e 2006, deputado a tempo parcial e presidente da Comissão de Poder Local e Ordenamento do Território na Assembleia da República
- Entre 2004 e 2008, membro do Conselho de Estado
- Entre 2001 e 2008, administrador da Congetmark – Consultoria, Estudos e Management, Lda.
- Entre 2001 e 2008, Professor Convidado e membro do Conselho Científico do Instituto Superior de Comunicação Empresarial (ISCEM) e presidente do Conselho Consultivo da Escola de Estudos Avançados das Beiras
- Actualmente, para além de vice-Presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, é presidente do Conselho de Administração da MESP - MOTA-ENGIL, SERVIÇOS PARTILHADOS ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO, SA.

Nº de acções em 31/12/2011

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS,SA

1ª Designação

26 de Maio de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Presidente do Conselho de Administração da MESP – MOTA- ENGIL, SERVIÇOS PARTILHADOS DOS ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO, SA;
- Vogal do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Egil, Angola, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota
- Membro do Conselho Consultivo do Banco de Investimento Global (BIG);
- Presidente da Assembleia Geral da Sociedade das Águas da Cúria;
- Presidente da AG da APDC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações.

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Percursos profissionais nos últimos cinco anos

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Presidente do Conselho de Administração da MEITS - Mota-Engil, Imobiliária e Turismo, SA
- Gerente da Mota Internacional, Lda.
- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da Aurimove – Sociedade Imobiliária, SA
- Actualmente, para além de Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

Nº de acções em 31/12/2011

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS,SA

1ª Designação

26 de Maio de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Administrador não executivo da MARTIFER, SGPS, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, INDÚSTRIA E INOVAÇÃO, SGPS, SA;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mercado Urbano – Gestão Imobiliária, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Membro do Conselho Geral da Asterion – Consórcio Português de Aeroportos
- Membro do Conselho Geral da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vice-Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Desde Março de 2006 que exerce a presidência do Conselho de Administração da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Desde Janeiro de 2009 que exerce a presidência do Conselho de Administração da ASCENDI GROUP, SGPS, SA
- Actualmente, para além de Vice-presidente do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo Mota-Engil

N de acções em 31/12/2011

12.435 acções

1 Designação

28 de Março de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA;
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Terner – Sociedade de Exploração de Terminais, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Tertir – Concessões Portuárias, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ASCENDI GROUP, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Norte, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Beiras Litoral e Alta, Auto Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Costa de Prata, Auto Estradas da Costa de Prata, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Grande Porto - Auto Estradas do Grande Porto, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Grande Lisboa, Auto Estradas da Grande Lisboa, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Pinhal Interior, Estradas do Pinhal Interior, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora NT - Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora BLA - Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora CP, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora CP, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora GL - Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora DI, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora PI, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi, Serviços de Assessoria, Gestão e Operação, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi O&M, SA
- Presidente do Conselho de Administração da GT- Investimentos Internacionais ,SGPS,SA
- Membro do Conselho de Administração da EMSA - Empreendimentos e Exploração de Estacionamento, SA
- Membro do Conselho de Administração da COPEXA - Concessionaria Autopista Perote-Xalapa, SA de C.V. (Mxico)
- Membro do Conselho de Administração da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo SA
- Membro do Conselho de Administração da Gestiponte – Operação e Manutenção das Travessias do Tejo, SA
- Membro do Conselho de Administração da LOGZ – Atlantic Hub, SA
- Membro do Conselho de Administração da Ascendi Mxico S.A. de C.V. (Mxico)
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Multiterminal – Sociedade de Estiva e Tráfego, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Lokemark - Solues de Marketing, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Liscont – Operadores de Contentores, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Transix – Transitos da Extremadura, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Multiterminal – sociedade de Estiva e tráfego, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sadoport- Terminal Marítimo do Sado, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SLPP- serviços Logísticos de Portos Portugueses, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SOL – S Internacional, Tecnologias de Informação, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Grande Lisboa, Auto Estradas da Grande Lisboa, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Operadora BLA – Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Operadora CP, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Operadora GP – Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Operadora NT- Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Membro do Conselho Geral da Asterium, ACE
- Membro do Conselho Superior da Suma
- Membro do Conselho Superior da Tertir – Terminais de Portugal, SA
- Membro do Conselho de Supervisão da Indaqua – Indústria de Gestão de guas, SA
- Representante da Ascendi Group, SGPS, S.A na Comissão de Fixação de Vencimentos da LUSOPONTE – Concessionária para a Travessia do Tejo
- Vogal do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Gerente da COGERA - Sociedade de Produção de Energia por Cogeração, Lda.
- Gerente da COVELAS – Energia, Lda

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Actualmente, e desde há cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo.

Nº de acções em 31/12/2011

3.675.066 acções

1ª Designação

31 de Março de 2000

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Indaqua – Indústria e Gestão de Águas, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Liscont – Operadores de Contentores, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Lokemark – Soluções de Marketing, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mesp – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Nortedomus – Sociedade Imobiliária, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tertir – Concessões Portuárias, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tertir – Terminais de Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TransiteX- Transitos da Extremadura, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Areagolfe – Gestão Construção e Manutenção e campos de Golf, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Aurimove – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota Engil Energia, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Planinova – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da RTA – Rio Tâmega, turismo e Recreio, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SGA – Sociedade de Golf de Amarante, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construções, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da TERNOR – Sociedade de Exploração de Terminais, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Real Estate Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Ambiente e Serviços, SGPS, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Presidente do Conselho de Administração da Algosi – Gestão de Participações Sociais SGPS, SA
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda.
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.
- Gerente da Cerâmica de Boialvo, Lda.
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda.
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda.
- Gerente da Socomagra, Lda
- Vogal do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Vogal do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Vogal do Conselho de Administração da Agrimota – Sociedade Agrícola e Florestal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da António de Lago Cerqueira, SA
- Vogal do Conselho de Administração da Empresa Agrícola Florestal Portuguesa, SA
- Membro do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração da Fundação Manuel António da Mota

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Actualmente, e desde há cinco anos atrás, para além de ser membro do Conselho de Administração e da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Nº de acções em 31/12/2011

3.746.836 acções

1ª Designação

31 de Março de 2000

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Membro da Comissão de Vencimentos da EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Liscont – Operadores de Contentores, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mesp – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sedengil – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Transixex – Trânsitos de Extremadura, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos Sadoport – Terminal Marítimo do Sado, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos SLPP – Serviços Logísticos de Portos Portugueses, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Membro do Conselho de Administração da Navarras Supermercados, SA
- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda.
- Gerente da Imobiliária Toca do Lobo, Lda.
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda.;
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda.
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda;
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Voga)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP)

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Actualmente, e desde há cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Nº de acções em 31/12/2011

4.231.630 acções

1ª Designação

31 de Março de 2000

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Presidente do Conselho de Administração da RTA – Rio Tâmega, Turismo e Recreio, SA
- Presidente do Conselho de Administração da SGA – Sociedade do Golfe de Amarante, SA
- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda.
- Gerente da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamento, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da RTA – Rio Tâmega, Turismo e Recreio, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SGA – Sociedade do Golfe de Amarante, SA.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda.
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda.
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda.
- Gerente da Predimarão – Sociedade de Construções, Lda.
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.
- Gerente da Verotâmega – Sociedade Imobiliárias, Lda.
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota
- Membro da Comissão de Vencimentos da António de Lago Cerqueira, SA.

Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)**Qualificações Profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil (ISEL)

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Vice-presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA (com o pelouro da Europa Central)
- Actualmente, e desde há cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Nº de acções em 31/12/2011

1.000 acções

1ª Designação

28 de Março de 2008

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da ME Real Estate – Mota-Engil, Real Estate Portugal, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, África, SGPS, SA
- Vogal do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da ME Real Estate – Mota-Engil, Real Estate Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Nortedomus – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Aurimove – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Planinova – Sociedade Imobiliária, SA
- Gerente da Mota-Internacional, Comércio e Consultadoria Económica, Lda.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SEDENGIL – Sociedade Imobiliária, SA.
- Administrador da Mota-Engil Minerals & Mining Investments, BV
- Administrador da Mota-Engil Mining Management (Proprietary) Limited
- Administrador da Tabella Holding, B.V
- Administrador da Mota-Engil-Opway Mexicana, S.A. de CV

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Vogal do Conselho Fiscal do FUNDCIC – Fundo para o Desenvolvimento das Ciências da Construção
- Vice-Presidente do Conselho Fundador do CRP (Centro Rodoviário Português), em representação da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Representante da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA na CCAP – Câmara de Comércio Americana em Portugal
- Representante da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA na CCLH – Câmara de Comércio Luso Húngara

Luís Filipe Cardoso da Silva (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Administrador da MESP, Mota-Engil Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão SA;
- Administrador da MESP CENTRAL EUROPE SP. Z.O.O.;
- Administrador da MOTA-ENGIL BRAND MANAGEMENT B.V.;
- Membro Conselho Geral e de Supervisão da Vortal - COMÉRCIO ELECTRÓNICO, CONSULTADORIA E MULTIMÉDIA, SA;
- Membro Conselho Superior da ASCENDI GROUP, SGPS, SA;
- Administrador da MARTIFER, SGPS, SA
- Foi membro do conselho Fiscal de várias sociedades do GRUPO ASCENDI;
- Actualmente, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo Mota-Engil.

Nº de acções em 31/12/2011

12.500 acções

1ª Designação

31 de Março de 2010

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da MESP, Mota-Engil Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão SA;
- Membro Conselho Geral e de Supervisão da Vortal - COMÉRCIO ELECTRÓNICO, CONSULTADORIA E MULTIMÉDIA, SA;
- Membro Conselho Geral e de Supervisão da Vortal, SGPS, SA
- Vogal do Conselho de Administração da Martifer, SGPS, S.A.
- Administrador da Mota-Engil Brand Management, B.V

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vallis, SGPS, SA

Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres (Vogal)

Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa – Porto
- Curso de Pós-Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, pela AEP
- XVIII PDE – Programa de Direcção de Empresas, pela AESE

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Directora de Desenvolvimento de Recursos Humanos na MESP – MOTA-ENGIL SERVIÇOS PARTILHADOS, SA
- Directora Corporativa de Recursos Humanos na MOTA-ENGIL SGPS, SA
- Actualmente, membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA

Nº de acções em 31/12/2011

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS,SA

1ª Designação

31 de Março de 2010

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Vogal do Conselho de Administração da MESP – MOTA-ENGIL SERVIÇOS PARTILHADOS, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Vogal do Conselho de Administração da Fundação Manuel António da Mota
- Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA
- Membro do Conselho Geral da E.G.P.- Escola de Gestão do Porto, em representação da MOTA-ENGIL SGPS, SA

Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)**Qualificações Profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil (UO)
- Doutor em Engenharia Civil
- Professor catedrático aposentado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Percorso profissional nos últimos cinco anos

- Administrador da Associação Empresarial de Portugal
- Coordenador Europeu das Auto-Estradas do Mar
- Administrador da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)
- Vogal e Presidente da Comissão de Auditoria e Risco do Millenium BCP
- Presidente do Conselho Fiscal da EFACEC
- Desde 2006, vogal independente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA

Nº de acções em 31/12/2011

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS,SA

1ª Designação

31 de Março de 2006

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Vogal do Conselho de Administração da Fundação AEP
- Coordenador Europeu das Auto-Estradas do Mar
- Administrador da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)
- Presidente do Conselho Fiscal da EFACEC

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal Independente)**Qualificações Profissionais**

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Mestre em Ciências Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Percorso profissional nos últimos cinco anos

- Desde 1999 e até à presente data, é consultor da comissão executiva da SonaeCom, encontrando-se encarregado de dirigir os departamentos legal, fiscal, de relações públicas e o de regulação
- Desde 1985, tem exercido de forma independente funções de juriconsulto nas áreas do Direito Financeiro e do Direito Fiscal
- Desde 2006, vogal independente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA

Nº de acções em 31/12/2011

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS,SA

1ª Designação

31 de Março de 2006

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Membro executivo da SonaeCom, SGPS, SA
- Membro não executivo do Banco BPI, SA
- Membro do Conselho de Administração da EPM, SGPS, SA;
- Membro não-executivo do Conselho de Administração da Riopele, SA
- Membro não-executivo do Conselho de Administração do PÚBLICO, SA;
- Membro não-executivo do Conselho de Administração da Vallis Capital Partners
- Presidente da Assembleia Geral da Têxtil Manuel Gonçalves, SA

António Manuel da Silva Vila Cova (Vogal Independente)**Qualificações Profissionais**

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Em 2006 e 2007, membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, como vogal não-executivo independente
- Em 2007 e até Junho de 2008, membro do Conselho de Administração do Banco Finantia, também como vogal não-executivo independente.
- De Junho a Dezembro de 2008, membro do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios
- De Junho de 2008 a Agosto de 2009, membro do Conselho de Administração da Sociedade Lusa de Negócios, tendo, enquanto tal, funções de presidente do Conselho de Administração e administrador de empresas do referido Grupo
- Actualmente, vogal não-executivo independente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA e vogal do Conselho Fiscal do Banco Finantia e Finantipar, SGPS

Nº de acções em 31/12/2011

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS,SA

1ª Designação

15 de Abril de 2009

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2013

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Vogal do Conselho Fiscal do Banco Finantia
- Vogal do Conselho Fiscal do Finantipar, SGPS

II.21 Identificação dos membros do Conselho Fiscal, declarando-se que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414º-A e se cumprem os critérios de independência previstos no nº 5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o Conselho Fiscal procede à respectiva auto-avaliação.

Membro	Critério incompatibilidade	Critério independência
Alberto João Coraceiro de Castro	Cumprido	Cumprido
José Rodrigues de Jesus (ROC)	Cumprido	Cumprido
Horácio Fernando Reis e Sá	Cumprido	Cumprido

O Conselho Fiscal reúne, com a periodicidade que considera adequada, com o Revisor Oficial de Contas e com Auditor Externo, acompanhando os trabalhos de revisão/auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. As decisões de escolha dos prestadores destes serviços e das respectivas remunerações são da responsabilidade do Conselho de Administração, sob propostas previamente apresentadas pelo Conselho Fiscal.

O relatório anual emitido pelo Conselho Fiscal sobre a actividade desenvolvida é publicado conjuntamente com o Relatório e Contas, estando disponível no sítio de internet da MOTA-ENGIL. Quaisquer constrangimentos deparados pelo Conselho Fiscal no âmbito da sua actividade desenvolvida durante o ano são comunicados no seu relatório.

Embora seja o Conselho Fiscal o interlocutor privilegiado nas relações com o Revisor Oficial de Contas e com o Auditor Externo e o primeiro destinatário dos relatórios desenvolvidos por estes, o Conselho de Administração assiste estas tarefas através de algumas reuniões conjuntas entre o Conselho Fiscal e um membro do Conselho de Administração com os auditores e revisores.

O Auditor Externo é avaliado pelo Conselho Fiscal de forma permanente.

Aos membros do Conselho Fiscal, designadamente ao seu presidente, é dado conhecimento das reuniões do

Conselho de Administração às quais assistem regularmente, permitindo-lhes um acompanhamento da actividade global do GRUPO.

II.22 e II.23 Qualificações profissionais dos membros do Conselho Fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da Sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato. Funções que os membros do Conselho Fiscal exercem em outras Sociedades, discriminando-se as exercidas em outras Sociedades do mesmo grupo.

Alberto João Coraceiro de Castro (Presidente)

Qualificações Profissionais

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto
- Doutor em Economia pela Universidade da Carolina do Sul

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Professor na Universidade Católica Portuguesa (Porto)
- Vice-presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP (desde 2006)
- Presidente do Conselho Fiscal da Unicer (desde 2007)
- Provedor do Cliente do Porto de Leixões
- Presidente do Conselho de Administração da Ciencinvest – Valorização Económica da Ciência, SA (2005-2008)
- Membro, não executivo, do Conselho de Administração da Douro Azul, SA (até 2008)

Nº de acções em 31/12/2011

2.200 acções

1ª Designação

30 de Março de 2007

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2014

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP – Energias de Portugal, S.A.
- Presidente dos Conselhos Fiscais da Unicer - Bebidas de Portugal SGPS, S.A. (desde 2007);
- Vice-presidente da mesa da Assembleia Geral da Metro do Porto, S.A.;
- Vogal da mesa da Assembleia-Geral da CGC – Centro de Genética Clínica e Patologia, SA

José Rodrigues de Jesus (Efectivo)

Qualificações Profissionais

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto
- Revisor Oficial de Contas (ROC)

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Docente universitário
- Revisor Oficial de Contas

Nº de acções em 31/12/2011

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL SGPS SA

1ª Designação

30 de Março de 2007

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2014

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Membro do Conselho Fiscal das seguintes sociedades:
 - Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.
 - Finibanco, S. A.
 - Millenniumbcp Fortis, Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.
 - Germen – Moagem de Cereais, S.A.
 - Fundação Cidade de Guimarães
 - Um Porto para o Mundo – Associação para o Congresso OIV 2011
- Fiscal Único das seguintes sociedades:
 - Calfor - Indústrias Metálicas, S.A.
 - Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.
 - Edemi Gardens – Promoção Imobiliária, S.A.
 - Lankhorst Euronete Ropes, S.A.
 - Arsopi – Holding, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.
 - Arsopi – Indústrias Metalúrgicas Arlindo S. Pinho, S.A.
 - Arlindo Soares de Pinho, Lda.
 - Farmácia Ribeiro, S.A.
 - Camilo dos Santos Mota, S.A.
 - Divinvest – Promoção Imobiliária, S.A.
 - DIMO – Desenvolvimento Imobiliário e Construção, S.A.
 - Toupronto – Imobiliária, S.A.
 - Y2K – Imobiliária, S.A.
 - Evitu – Imobiliária, S.A.
 - Privado – Imobiliário, SGPS, S.A.
 - Imoseagle Sete – Gestão Mobiliária e Imobiliária, S.A.
 - PRVD – Consultoria e Serviços Imobiliários, S.A., de Oliveira Dias, S.A.
 - Sekiwi, SGPS, S.A.
 - Vacatio, S.A.
 - Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E.
 - Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto
- Membro da Comissão de Fiscalização do Instituto de Seguros de Portugal.

Horácio Fernando Reis e Sá (Efectivo)
Qualificações Profissionais

- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Advogado

Nº de acções em 31/12/2011

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL SGPS SA

1ª Designação

14 de Abril de 2011

Termo do mandato

31 de Dezembro de 2014

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

- Não exerce funções em outras sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

- Não exerce funções em outras sociedades fora do GRUPO MOTA-ENGIL

II.24 Referência ao facto de o Conselho Fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de proposta à Assembleia Geral de destituição do auditor com justa causa.

O Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo tendo a responsabilidade de fiscalização das suas habilitações e da sua independência. Apesar de não constituir competência específica ou exclusiva da Assembleia Geral, nada impede que a mesma seja chamada a pronunciar-se em caso de interpelação pelo Conselho Fiscal, para a destituição do auditor externo sempre que se verifique justa causa para o efeito. Em todo o caso, e até à presente data, o Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL não encontrou quaisquer razões para ponderar a tomada de diligências no sentido de destituir com justa causa uma entidade que tenha desempenhado as funções de auditor externo da Sociedade.

II.25 Identificação dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adoptado pela Sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador.

Não aplicável

II.26 Declaração de que os membros cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, incluindo a alínea f), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o Conselho Geral e de Supervisão procede à respectiva auto-avaliação.

Não aplicável

II.27 Qualificações profissionais dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da Sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Não aplicável

II.28 Funções que os membros do Conselho Geral e de Supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio exercem em outras Sociedades, discriminando-se as exercidas em outras Sociedades do mesmo grupo.

Não aplicável

II.29 Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, a dos dirigentes na acepção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, e a de outros trabalhadores cuja actividade profissional possa ter um impacto relevante no perfil de risco da empresa e cuja remuneração contenha uma componente variável importante.

A política de remunerações da MOTA-ENGIL encontra-se descrita na declaração sobre esta matéria submetida pela Comissão de Vencimentos à apreciação da Assembleia Geral, tal como estabelecido no art. 2º da Lei nº 28/2009 de 19 de Junho.

Ainda que a referida declaração não tivesse abrangido de forma explícita a remuneração dos dirigentes, na acepção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, a política retributiva do GRUPO está segmentada em grupos funcionais, abrangendo também os membros dirigentes, bem como todo universo de colaboradores da MOTA-ENGIL. Os grupos funcionais definidos no âmbito da política retributiva do GRUPO, agregam funções de acordo com parâmetros tais como o grau de conhecimento, complexidade, responsabilidade/autonomia exigidos, que são aferidos através da metodologia internacional Hay e encontram-se estruturados do seguinte modo:

- *Top Executives*
- *Executives*
- *Top Management*
- *Management*
- *Technicians*
- *Administrative and Operational*

Os grupos funcionais listados, constituem o suporte fundamental à definição das políticas de recursos humanos, nomeadamente a política retributiva, que estabelece, para cada grupo funcional, as componentes e condições retributivas, quer sejam de natureza fixa, variável e/ou benefícios.

II.30 Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho.

Tal como estipulado na Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, é submetida anualmente à apreciação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização. A actual política de remunerações da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, tal como aprovada na última Assembleia Geral, procura promover, numa perspectiva de médio e longo prazos, o alinhamento dos interesses dos administradores, demais órgãos sociais e dirigentes com os interesses da Sociedade, e assenta sobretudo numa base fixa, com uma componente variável (quando aplicável) em função dos resultados da actividade desenvolvida e da situação económica e financeira da Sociedade.

Os princípios gerais a observar na fixação das remunerações são, essencialmente, os seguintes:

a) Funções desempenhadas

Deverão ser tidas em conta as funções desempenhadas por cada um dos elementos, num sentido mais amplo da actividade efectivamente exercida e das responsabilidades que lhes estão associadas e não apenas num sentido formal. Não estarão na mesma posição todos os administradores entre si, nem mesmo os administradores executivos

entre si, ou os membros do Conselho Fiscal. A reflexão sobre as funções deve ser efectuada no seu sentido mais amplo, sendo exigível que se levem em linha de conta critérios tão diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo de dedicação ou o valor acrescentado para a Empresa que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional. Igualmente, não se poderá furtar a esta reflexão da existência de funções desempenhadas noutras Sociedades dominadas, significando isso tanto um aumento de responsabilidade como uma fonte cumulativa de rendimento.

Em alinhamento com o princípio enunciado, o GRUPO MOTA-ENGIL tem definida uma política retributiva cuja abrangência se estende, de forma segmentada, aos membros dirigentes e colaboradores, baseando-se no modelo internacional Hay, para a pontuação das funções.

De acordo com a metodologia em vigor, as funções são avaliadas de acordo com o conhecimento, complexidade, responsabilidade/autonomia exigidos e enquadradas, posteriormente, em Grupos Funcionais pré-definidos, constituindo este o vector para a determinação das condições em matéria retributiva.

b) A situação económica da Sociedade

Deve ser tida em consideração a situação económica da Sociedade, bem como os interesses desta numa perspectiva de longo prazo e do real crescimento da Empresa e da criação de valor para os seus accionistas.

Neste âmbito, o GRUPO MOTA-ENGIL desenvolveu, em 2008, um Plano Estratégico a 5 anos – “Plano Ambição 2013”, cuja execução é alvo de avaliação periódica através de um conjunto de KPI’s (*Key-Performance Indicators*) integrados na metodologia *Balanced Scorecard*, orientando a performance em torno de quatro perspectivas de valor: a sustentabilidade financeira do GRUPO e criação de valor para os accionistas; a satisfação das necessidades dos clientes; a eficiência e inovação ao nível dos processos internos e o desenvolvimento e capacitação do capital humano.

Sendo o “Plano Ambição 2013” o instrumento orientador da estratégia para o GRUPO, os KPI’s constituem um dos componentes chave para a avaliação dos membros dirigentes da MOTA-ENGIL e, respectivamente, para a determinação das respectivas compensações em matéria retributiva, direccionando os mecanismos de incentivo para uma efectiva criação de valor, num horizonte de longo prazo.

c) Condições gerais de mercado para situações equivalentes

A definição de qualquer remuneração não pode fugir à lei da oferta e da procura, não sendo o caso dos titulares dos Órgãos Sociais uma excepção. Apenas o respeito pelas práticas do mercado permite manter profissionais com um nível de desempenho adequado à complexidade das funções e responsabilidades. É importante que a remuneração esteja alinhada com o mercado e seja estimulante, permitindo servir como meio para atingir um elevado desempenho individual e colectivo, assegurando-se não só os interesses do próprio mas essencialmente os da Sociedade e a criação de valor para todos os seus accionistas.

Tendo em consideração o princípio supracitado, é âmbito da política retributiva do GRUPO MOTA-ENGIL, a auditoria periódica às práticas de compensação, bem como a comparação das mesmas com o mercado. Para esse efeito, é adoptada a metodologia internacional de pontuação de funções Hay, bem como estudos salariais Hay direccionados para os grupos funcionais de comparação, garantindo deste modo racionais de ajustamento competitivos à estratégia para o desenvolvimento do capital humano e à evolução do mercado salarial.

As opções concretas de política de remuneração submetidas e aprovadas foram as seguintes:

1. A remuneração dos membros executivos, bem como dos membros não-executivos não independentes, do Conselho de Administração será composta por uma parte fixa e por uma parte variável.

A política retributiva consagra dois aspectos fundamentais na compensação do universo de membros dirigentes e colaboradores do GRUPO: por um lado, a equidade/competitividade retributivas, salvaguardada através da análise interna e comparação externa da proporção da retribuição fixa em relação com a função exercida pelos titulares (utilizando como suporte a metodologia Hay); por outro a meritocracia, complementando a retribuição fixa com uma retribuição variável, dependente da avaliação do desempenho.

2. A remuneração dos membros não-executivos independentes do Conselho de Administração, dos membros do

Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma parte fixa.

3. A parte fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, bem como dos membros não-executivos não-independentes, consistirá num valor mensal pagável 14 vezes por ano.
4. A fixação do valor mensal para a parte fixa das remunerações dos membros do Conselho de Administração será feita para todos os que sejam membros da Comissão Executiva e para aqueles que, embora não pertencentes a esta comissão, não sejam considerados independentes.
5. A fixação de valor predeterminado por cada participação em reunião aos membros do Conselho de Administração será feita para aqueles que sejam considerados independentes e tenham funções essencialmente não-executivas.
6. As remunerações fixas dos membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral consistirão todas num valor fixo, pagável doze vezes por ano.
7. O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos do Conselho de Administração deverá seguir os critérios propostos pela Comissão de Fixação de Vencimentos, atenta a avaliação de desempenho efectuada, da sua posição hierárquica, de critérios de performance de longo prazo da Sociedade e crescimento real da mesma e das variáveis de desempenho escolhidas.

Ao abrigo da política retributiva definida para o GRUPO, a retribuição variável está dependente da avaliação de desempenho, cujos princípios gerais e respectivo modo de aplicação se encontram previstos no Modelo Corporativo de Gestão de Desempenho.

A avaliação do desempenho no GRUPO compreende dois componentes: a avaliação quantitativa, medida através do cumprimento de KPI's (*Key-Performance Indicators*) indexados ao Plano Estratégico 2013, e que são declinados em metas anuais, no início de cada ciclo de avaliação; a avaliação qualitativa, que resulta de uma avaliação individual incidindo sobre competências chave para o GRUPO (corporativas, de gestão e pessoais).

A determinação da retribuição variável do GRUPO MOTA-ENGIL, pressupõe a observância de duas condições, cumulativas: o atingimento das metas barreira, definidas no início de cada ciclo de avaliação anual, desdobradas a partir do Plano Estratégico de longo prazo; o atingimento médio de, pelo menos, 95% das metas quantitativas ponderadas com a avaliação qualitativa individual, podendo resultar num valor de payout que varia entre um percentual mínimo e máximo, pré-definidos.

Adicionalmente, estão estabelecidos mecanismos preventivos de inibição do pagamento de retribuição variável, de modo a minimizar o incentivo de resultados desalinhados com uma perspectiva de criação de valor sustentável, num horizonte de longo prazo.

Como tal, não haverá lugar à retribuição variável caso se verifique uma das seguintes condições:

- Uma das metas barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados no início de cada ciclo de avaliação anual;
 - O atingimento médio das metas definidas por KPI ponderado com a avaliação qualitativa individual ser inferior a 95%.
8. Na fixação de todas as remunerações, designadamente na distribuição do valor global da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração, serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da Sociedade e critérios de mercado.

A política retributiva do GRUPO MOTA-ENGIL, é extensível aos membros dirigentes e colaboradores, encontrando-se segmentada em grupos funcionais pré-definidos (inserindo-se os membros do Conselho de Administração em *Top Executives*), utilizando como base o modelo internacional Hay para pontuação das Funções. Salvaguarda-se na política retributiva da MOTA-ENGIL, que as retribuições fixadas a cada grupo

funcional (quer se trate da componente fixa, quer da variável) tenham como racional a equidade interna e o *benchmarking* salarial relativo ao mercado de referência, desenvolvido periodicamente.

Em relação aos grupos de Sociedades cuja política e práticas recomendatórias foram tomadas como elemento comparativo para fixação da remuneração, a Comissão de Vencimentos tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as Sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente dentro do PSI-20, e também Sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes ao GRUPO MOTA-ENGIL.

Não se encontram fixados pela Comissão de Vencimentos quaisquer acordos quanto a pagamentos pela MOTA-ENGIL relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

II.31 Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, parcela que se encontra diferida e parcela que já foi paga.

Membros	Empresa	Componente Fixa	Componente Variável		Senhas de Presença	Total
			Participação lucros	Outros Prêmios		
Conselho de Administração						
António Manuel Queirós V. da Mota	Mota-Engil SGPS	476.000	150.000	-	-	626.000
Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho	Mota-Engil SGPS	476.000	158.600	-	-	634.600
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	Mota-Engil SGPS	286.000	95.300	-	-	381.300
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Mota-Engil A&S, SGPS	276.000	-	92.000	-	368.000
Maria Manuela Q. V. Mota dos Santos	Mota-Engil SGPS	251.000	32.091	51.509	-	334.600
Maria Teresa Q. V. Mota Neves da Costa	Mota-Engil SGPS	251.000	32.092	51.508	-	334.600
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	Mota-Engil SGPS	251.000	32.092	51.508	-	334.600
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Mota-Engil E&C SA	286.000	95.300	-	-	381.300
Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves ⁽¹⁾	Mota-Engil SGPS	163.000	54.000	-	-	217.000
Luís Filipe Cardoso da Silva	Mota-Engil SGPS	238.000	50.000	-	-	288.000
Maria Isabel da Silva F. Rodrigues Peres	Mota-Engil SGPS	213.000	50.000	-	-	263.000
José Luís Catela Rangel de Lima ⁽²⁾	Mota-Engil SGPS	118.000	-	18.750	-	136.750
Luís Valente de Oliveira	Mota-Engil SGPS	-	-	-	35.000	35.000
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	Mota-Engil SGPS	-	-	-	30.000	30.000
António Manuel da Silva Vila Cova	Mota-Engil SGPS	-	-	-	40.000	40.000
						4.404.750
Conselho Fiscal						
Alberto João Coraceiro de Castro	Mota-Engil SGPS	30.000	-	-	-	30.000
José Rodrigues de Jesus	Mota-Engil SGPS	30.000	-	-	-	30.000
Horácio Fernando Reis Sá	Mota-Engil SGPS	4.283	-	-	-	4.283
						64.283

(1) Em Dezembro de 2011, o Sr. Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves renunciou ao cargo de vogal não executivo do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA.

(2) Em Setembro de 2011, o Sr. Eng.º José Luís Catela Rangel de Lima renunciou ao cargo de vogal não executivo do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA.

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções ou de direitos de adquirir opções sobre acções ou de qualquer outro sistema de incentivos com acções, sendo que os critérios relativos às componentes variáveis da remuneração dos órgãos de administração são aqueles que constam da política de remuneração descrita no ponto II.30.

A informação sobre a ligação entre a remuneração e o desempenho dos órgãos de administração é aquela que consta da política de remunerações descrita no ponto II.30.

A informação sobre os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais é aquela que consta da política de remunerações descrita no ponto II.30. Não existem outros benefícios não-pecuniários.

Durante o ano de 2011, não foram pagos nem devidos quaisquer montantes a título de indemnização por cessação de funções de ex-administradores executivos.

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras Sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Alguns dos administradores (accionistas-fundadores) são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos, que lhes permitirá obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da reforma. De referir que este plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de entrada em bolsa da MOTA-ENGIL, SGPS, SA.

De acordo com a nota 31 do Anexo às contas consolidadas, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com pensionistas e as responsabilidades com o pessoal no activo bem como as respectivas coberturas são como segue:

	2011	2010
Responsabilidades com pensionistas	1.644.900	1.458.253
Responsabilidades com actuais activos	7.984.012	7.478.245
Provisões constituídas	9.628.911	8.936.770
% de cobertura	100%	100%

Estas responsabilidades foram actualizadas em 2011, em resultado do último estudo actuarial disponível reportado a 31 de Dezembro de 2011, o qual assume os seguintes pressupostos (sem alterações face a 2010):

	2011	2010
Tabela de Mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tabela de Invalidez	EKV80	EKV80
Tabela de Turnover	PCRTurnOver	PCRTurnOver
Taxa de Rendimento do Fundo	4,5%	4,5%
Taxa de Crescimento Salarial	2%	2%
Taxa de Actualização das Pensões	4%	4%
Taxa de Crescimento das Pensões	0%	0%
Idade de passagem à reforma	65	65
Número de pagamentos do benefício	14	14

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos são apuradas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos actuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

II.32 Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, bem como sobre a forma como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assumpção excessiva de riscos.

Conforme descrito no ponto II.30, a política retributiva do GRUPO MOTA-ENGIL, tem subjacente instrumentos de retribuição variável estruturados de modo a promover o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, desincentivando a assumpção excessiva de riscos. Para tal, estão definidos na política retributiva mecanismos de indexação da retribuição variável à avaliação de desempenho, que, por seu turno, se baseia em KPI's (Key-Performance Indicators) declinados a partir do Plano Estratégico “Ambição 2013”, definido para um horizonte de longo prazo.

Ao abrigo da componente quantitativa da avaliação de desempenho, são definidas, no início do ciclo de avaliação, as metas a atingir para cada um dos KPI's.

A determinação da retribuição variável no GRUPO pressupõe um atingimento médio mínimo de 95% das metas fixadas,

ponderadas com a avaliação qualitativa individual (podendo resultar num valor de payout que varia entre um percentual mínimo e máximo, pré-definidos).

Adicionalmente, estão estabelecidos mecanismos preventivos de inibição do pagamento de retribuição variável, caso se verifique uma das seguintes condições:

- Uma das metas barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados no início de cada ciclo de avaliação anual;
- O atingimento médio das metas definidas por KPI, ponderado com a avaliação qualitativa individual ser inferior a 95%.

II.33 Relativamente à remuneração dos administradores executivos:

a) Referência ao facto de a remuneração dos administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho.

A política de remuneração e compensação dos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade obedece a um plano composto por: (i) uma componente fixa definida de acordo com a função, respectivo enquadramento nos grupos funcionais pré-definidos para o GRUPO MOTA-ENGIL e *benchmarking* de mercado (suportados na metodologia internacional Hay de pontuação de funções), e que engloba a remuneração bruta base paga por referência ao período de um ano; e (ii) uma componente variável paga a título de prémio de performance tendo em consideração a evolução do seu desempenho, baseada em critérios definidos e revistos anualmente pela Comissão de Vencimentos.

Os critérios de atribuição da retribuição variável aos membros dos órgãos de Administração do GRUPO estão indexados à avaliação de desempenho, da responsabilidade da Comissão de Vencimentos.

A avaliação do desempenho compreende dois componentes: a avaliação quantitativa, medida através do cumprimento de KPI's (*Key-Performance Indicators*) indexados ao Plano Estratégico 2013 e que são declinados em metas anuais, fixadas no início de cada ciclo de avaliação; a avaliação qualitativa, que resulta de uma avaliação individual discricionária.

A determinação da retribuição variável aplicável aos membros dirigentes do GRUPO MOTA-ENGIL, pressupõe a observância de duas condições, cumulativas: o atingimento das metas barreira, definidas no início de cada ciclo de avaliação anual, desdobradas a partir do Plano Estratégico de longo prazo; o atingimento médio de, pelo menos, 95% das metas quantitativas ponderadas com a avaliação qualitativa individual, podendo resultar num valor de payout que varia entre um percentual mínimo e máximo, pré-definidos.

b) Indicação dos órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A avaliação dos membros do Conselho de Administração Executivo é feita pela Comissão de Vencimentos.

c) Indicação dos critérios predeterminados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A componente quantitativa da avaliação do desempenho, compreende um conjunto de KPI's (*Key-Performance Indicators*), indexados ao Plano Estratégico "Ambição 2013", de acordo com a metodologia *Balanced Scorecard*, orientando a performance em quatro perspectivas de valor: a sustentabilidade financeira do GRUPO e criação de valor para os accionistas; a satisfação das necessidades dos clientes; a eficiência e inovação ao nível dos processos internos e o desenvolvimento e capacitação do capital humano.

Apresentamos seguidamente uma síntese exemplificativa da matriz de KPI's adoptada na ferramenta *Balanced Scorecard* em vigor no GRUPO.

Perspectiva Financeira	<ul style="list-style-type: none"> • ROCE • EBITDA • Volume de negócios
Clientes	<ul style="list-style-type: none"> • % do VN internacional gerado em mercados seleccionados
Processos Internos	<ul style="list-style-type: none"> • Peso do investimento na geração de VN futuro
Aprendizagem e Crescimento	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de Quadros na ME Active School

A avaliação quantitativa é, posteriormente, ponderada com a avaliação qualitativa individual, de natureza discricionária, podendo resultar num valor de payout que varia entre um percentual mínimo e máximo, pré-definidos.

d) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores e indicação acerca dos limites máximos para cada componente.

A importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, encontra-se descrita no ponto II.30.

Para além dos estatutos determinarem que, em termos totais, a remuneração variável do Conselho de Administração não pode exceder 5% dos lucros do exercício, estão previstos mecanismos na política retributiva que visam, por um lado, premiar a criação de valor efectiva, numa perspectiva de longo prazo e, por outro, desincentivar a assunção de riscos excessivos e de comportamentos desalinhados da estratégia preconizada para o GRUPO.

Assim, a retribuição fixa e variável encontra-se balizada por posicionamentos retributivos que têm como racional a função, o respectivo grupo funcional e o *benchmarking* no mercado de referência. A retribuição fixa tem subjacente um valor mínimo e máximo pré-definido por grupo funcional e a retribuição variável, encontra-se indexada à avaliação de desempenho, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, pré-definidos. Em termos agregados, o mix de retribuição fixa e variável encontra-se balanceado, através da fixação de limites mínimos e máximos, previstos no âmbito da política retributiva.

e) Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Não existe qualquer diferimento no pagamento das referidas remunerações variáveis.

f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo do período de diferimento.

Nos termos descritos no ponto II.30, o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da Sociedade.

Ex-ante, a monitorização do desempenho positivo é realizada através da avaliação periódica dos KPI's desdobrados do Plano Estratégico "Ambição 2013" e integrados na metodologia *Balanced Scorecard*, permitindo acompanhar a evolução do desempenho da Sociedade. *Ex-post* encontram-se definidos mecanismos na política retributiva que visam prevenir o pagamento de retribuição variável caso não seja verificada uma das seguintes condições:

- Uma das metas barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados no início de cada ciclo de avaliação anual;
- O atingimento médio das metas definidas por KPI ponderado com a avaliação qualitativa individual ser inferior a 95%.

g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, das acções da Sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (“hedging”) ou de transferência de risco, respectivo limite e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de acções e, ou, qualquer outro sistema de incentivos com acções.

h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de direitos a adquirir opções sobre acções.

i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não-pecuniários.

A Sociedade não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não-pecuniários.

j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.

As remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e, ou, de pagamento de prémios encontram-se demonstradas no ponto II.31 e integram a componente variável, a título de prémio de performance tendo em consideração os critérios enunciados.

l) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Durante o ano de 2011, não foram pagos nem devidos quaisquer montantes a título de indemnização por cessação de funções de ex-administradores executivos.

m) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não se encontram fixados contratualmente quaisquer limites para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador para além do previsto na lei. A MOTA-ENGIL recorre aos instrumentos jurídicos disponíveis na lei adequados para esta situação, nomeadamente quando existe desempenho desadequado do administrador.

n) Montantes a qualquer título pagos por outras Sociedades em relação de domínio ou de grupo.

No exercício de 2011 não foram pagos quaisquer montantes aos administradores executivos (nem a administradores não-executivos) da MOTA-ENGIL por Sociedades em relação de domínio ou de grupo.

o) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral.

Alguns dos administradores (sócios-fundadores) são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos, que lhes permitirá obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da reforma. De referir que este plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de entrada em bolsa da MOTA-ENGIL, SGPS, SA.

p) Estimativa do valor dos benefícios não-pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

A Sociedade não atribui quaisquer benefícios não-pecuniários relevantes a título de remuneração.

q) Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

Não se encontram formalmente previstos quaisquer mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável. No entanto, a Comissão de Vencimentos tem sempre em consideração este factor nos critérios utilizados para a determinação da remuneração variável.

II.34 Referência ao facto de a remuneração dos administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis.

A remuneração dos administradores não-executivos do órgão de administração integra componentes variáveis. A MOTA-ENGIL entende que, para além de dever premiar a estratégia de longo prazo levada a cabo por todo o Conselho de Administração, incluindo os administradores não-executivos, esta situação não desvirtua a sua função não executiva.

II.35 Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na Sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respectiva intervenção no procedimento).

Foi aprovado, no final de 2008, o “Regulamento do Conselho Fiscal sobre procedimentos a adoptar em matéria de comunicação de irregularidades”, divulgado a todo o GRUPO através de uma ordem de serviço interna.

O Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, com a aprovação deste regulamento, pretendeu ver estimuladas as comunicações internas de práticas irregulares, de forma a prevenir ou reprimir irregularidades, evitando danos agravados pela continuidade da prática irregular, e dando cumprimento ao recomendado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sobre esta matéria.

O regulamento considera que constituem práticas irregulares todos os actos ou omissões, dolosos ou negligentes, praticados no âmbito da actividade das Sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL, que possam ter reflexo nas demonstrações financeiras, ou outras, e que causem dano ao património e ao bom nome do GRUPO, nomeadamente violação de qualquer lei, norma ou regulamento, prática de fraudes, abuso de autoridade, má gestão, desperdício de fundos, danos para a saúde, segurança dos trabalhadores e danos para o ambiente.

É garantida pelo Conselho Fiscal a confidencialidade das participações, assim como o anonimato da sua autoria, a quem comunique indícios da prática de irregularidades, sem prejuízo do conhecimento por parte do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA. Quando os indícios de irregularidades forem comunicados por trabalhadores de empresas do GRUPO MOTA-ENGIL, estes nunca poderão ser prejudicados nos seus direitos por aquele facto. A quem denuncie indícios de práticas irregulares com manifesta falsidade ou má fé, assim como àqueles que infringem o dever de confidencialidade, poderão ser instaurados processos penais, bem como processos disciplinares no caso de se tratar de trabalhadores de Sociedades do GRUPO MOTA-ENGIL.

As fases processuais do sistema de comunicação de irregularidades, da responsabilidade do Conselho Fiscal, são as seguintes:

- a) Recepção e registo;
- b) Análise preliminar e avaliação da consistência da comunicação recebida;
- c) Investigação;

d) Relatório final, com comunicação ao presidente do Conselho de Administração.

O processo de investigação é promovido pelo Conselho Fiscal, sendo assistido pela Comissão de Investimento, Auditoria e Risco, que terá competência para se ocupar das questões não-decisórias. A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco poderá propor a contratação de auditores externos ou outros peritos para auxiliarem na investigação, quando a especialidade das matérias em causa assim o justificarem.

Até ao dia 31 de Janeiro de cada ano, o Conselho Fiscal avalia a actividade desenvolvida no ano imediatamente anterior e propõe as alterações que considera necessárias para a melhoria e aperfeiçoamento do sistema de comunicação de práticas irregulares.

II.36 Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adoptado pela Sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador.

Não estão constituídas, no âmbito dos órgãos de administração ou fiscalização, quaisquer comissões com competências específicas nessas matérias.

II.37 Número de reuniões das comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das actas dessas reuniões.

Não aplicável, face ao explicitado no ponto anterior.

II.38 Referência ao facto de um membro da Comissão de Remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração.

Considera-se que, em virtude dos respectivos currículos e percursos profissionais (constantes do ponto II.18), os três membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração. Adicionalmente e quando se revela necessário, a Comissão de Vencimentos é auxiliada por recursos especializados, internos ou externos à Empresa, para suportar as suas deliberações em matéria de política de remunerações.

II.39 Referência à independência das pessoas singulares ou colectivas contratadas para a Comissão de Remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao Conselho de Administração bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação actual com consultora da empresa.

O Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (presidente e membro não-executivo do Conselho de Administração) e a Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (membro não-executivo do Conselho de Administração) integram a Comissão de Vencimentos, tendo sido eleitos para essas funções pela Assembleia Geral, sob proposta da accionista maioritária Mota Gestão e Participações, SGPS, SA. As suas participações na Comissão de Vencimentos correspondem exclusivamente à representação do interesse accionista, ali intervindo nessa qualidade e não na de membros do órgão de administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, estes membros não tomam parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista ou possa existir conflito de interesses, designadamente no que se refere à fixação das suas próprias remunerações enquanto membros do órgão de administração. Não foi contratada qualquer empresa para apoiar a Comissão de Vencimentos,

III. Informação

III.1 Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

O capital social da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2011, ascendia a 204.635.695 Euros, totalmente realizado e representado por 204.635.695 acções ordinárias ao portador com valor nominal de 1 Euro cada, que, com excepção das acções próprias, conferem direito a dividendos. Encontra-se admitida à negociação na Euronext Lisbon a totalidade das acções que compõem o capital social.

III.2 Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

Accionistas	Nº de acções	% Capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA	85.229.078	41,65%
ALGOSI - Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA	30.538.198	14,92%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	5.257.005	2,57%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	3.675.066	1,80%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	3.746.836	1,83%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	4.231.630	2,07%
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	29.300	0,01%
Atribuível à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA⁽ⁱ⁾	132.707.113	64,85%
Kendall II, SA	9.472.764	4,63%
Investment Opportunities, SA	620.510	0,30%
Banco Privado Português, SA	271.243	0,13%
Atribuível à Privado Holding SGPS, SA	10.364.517	5,06%
QMC Development Capital Fund Plc	4.190.954	2,05%
Atribuível à Nmás 1 Agencia de Valores SA	4.190.954	2,05%

- (i) A empresa FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA é detida a 100% por: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (38,23%), Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (20,59%) Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (20,59%) e Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (20,59%).

III.3 Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não existem accionistas, ou categoria de accionistas, titulares de direitos especiais.

III.4 Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

Não existem restrições de qualquer natureza quanto à transmissibilidade das acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou quanto a limitações à titularidade das acções.

III.5 Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

A Sociedade não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

III.6 Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade.

Não existem quaisquer regras especiais relativas à alteração dos estatutos, para além das que resultam da aplicação do regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais.

III.7 Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

Não se encontram previstos mecanismos para participação dos trabalhadores no capital da MOTA-ENGIL, SGPS, SA.

III.8 Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente: a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções; b) o anúncio de resultados; c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

A crise financeira no espaço do Euro que já havia marcado o ano de 2010, agravou-se de forma notória, exigindo que a União Europeia e o FMI concedessem apoios financeiros à Grécia, Irlanda e Portugal. Neste contexto, os mercados obrigacionistas gregos e portugueses evoluíram de forma muito negativa, apesar do esforço do Banco Central Europeu para conter a subida de taxas, que se materializou na compra massiva de títulos de dívida pública desses países. O contágio a outros mercados europeus, designadamente o espanhol e o italiano, uma realidade que marcou o 1º semestre do ano, acabou por se dissipar no último trimestre do ano. Simultaneamente, avolumaram-se riscos de instabilidade no Médio Oriente, primeiro com as revoltas populares no Norte de África e depois com a crescente tensão entre os Estados Unidos da América, a Síria e o Irão. Durante o ano, foram igualmente significativas as revisões em baixa do crescimento económico das principais economias mundiais, com especial destaque para as da zona Euro.

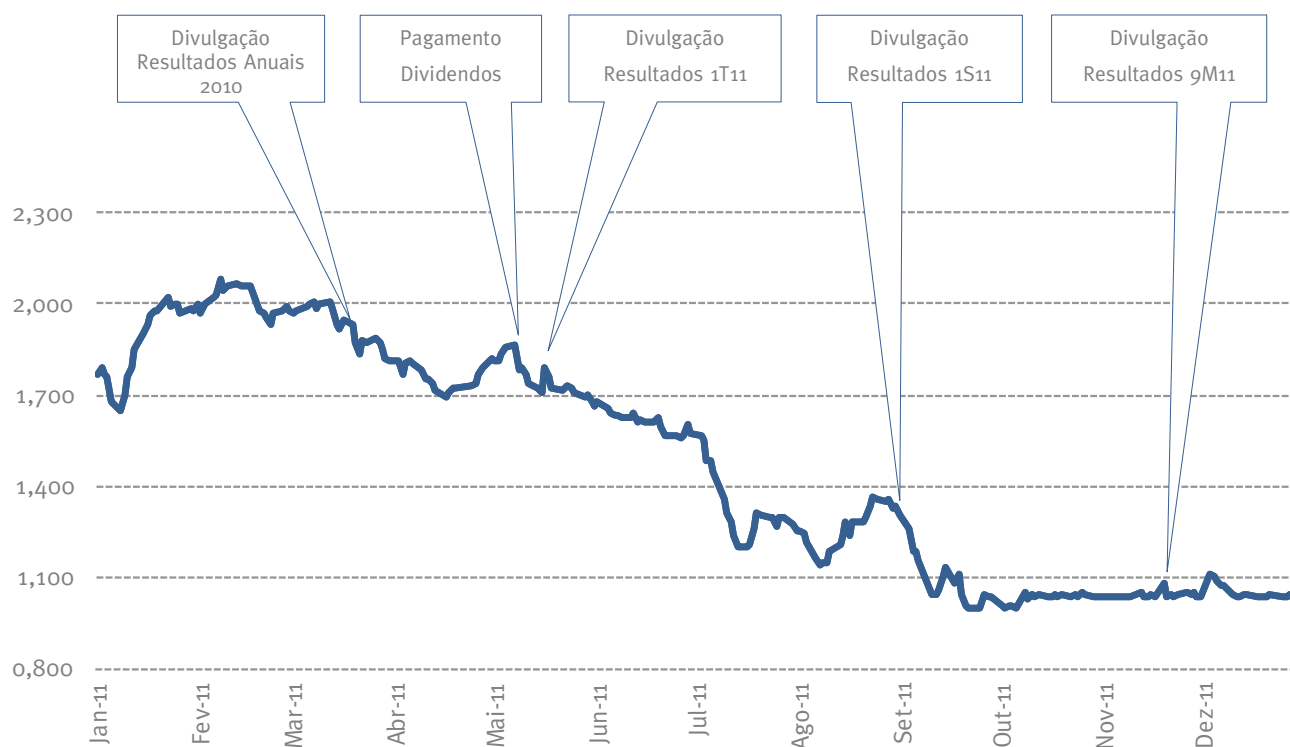
Neste contexto extremamente desfavorável em que os investidores mostraram pouco interesse por acções de países da “periferia da Europa” e se revelaram particularmente avessos a investir em empresas do sector de construção e obras públicas, as acções da MOTA-ENGIL registaram um comportamento anual negativo de 41% face ao ano anterior, ano em que já haviam registado uma queda de 56%.

O comportamento anual do título pode ser analisado como se segue:

	1º semestre 2011	2º semestre 2011	Performance total 2011	1º semestre 2010	2º semestre 2010	Performance total 2010
Acção Mota-Engil	-59%	19%	-41%	-46%	-10%	-56%
PSI-20	-128%	100%	-28%	-17%	6%	-10%
EURONEXT 100	-114%	100%	-14%	-9%	10%	1%

A evolução da cotação pode ser analisada no gráfico seguinte:

Evolução da Cotação das acções da Mota-Engil



Com excepção das acções próprias, todas as acções que compõem o capital social da MOTA-ENGIL, SGPS, SA conferem direito a dividendos. Em 13 de Maio de 2011 foi colocado à disposição dos accionistas o dividendo relativo ao exercício de 2010, com um valor líquido por acção de 0,08635 Euros.

Durante 2011 não foram emitidas acções ou outros valores mobiliários que tivessem dado direito à subscrição ou aquisição de acções.

III.9 Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela Sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

A política de dividendos adoptada pela Sociedade consiste na atribuição de um dividendo que materialize, em cada ano económico, um “Pay-Out Ratio” mínimo de 50% e máximo de 75%, dependendo da avaliação pelo Conselho de Administração de um conjunto de condições temporais, mas onde pontifica o objectivo de atingir uma adequada remuneração do capital accionista por essa via. Nos últimos três exercícios o dividendo ilíquido por acção ascendeu a 11 cêntimos.

III.10 Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e, ou, o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e, ou modificação do plano. Indicação: a) do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano; b) do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano; c) da apreciação em assembleia-geral das características dos planos adoptados ou vigentes no exercício em causa.

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções em vigor.

III.11 Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização ou Sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da Sociedade.

Não foram efectuados negócios ou operações significativos em termos económicos entre membros dos órgãos de administração e fiscalização ou Sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, excepto os negócios que, fazendo parte da actividade corrente, foram realizados em condições normais de mercado.

III.12 Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizados entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

Não foram efectuados negócios ou operações significativos em termos económicos entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

III.13 Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliário.

Os negócios entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas, ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objecto de apreciação exclusiva pela Comissão Executiva, suportada em análises e pareceres técnicos emitidos pela Comissão de Investimento, Auditoria e Risco (comissão especializada). Não estão estabelecidos quaisquer procedimentos ou critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização. É de referir, no entanto, que as transacções com administradores da MOTA-ENGIL, ou com Sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com aquela de que o contraente é administrador, independentemente do valor, estão sujeitas à prévia autorização do Conselho de Administração relevante, com parecer favorável do órgão de fiscalização respectivo, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

III.14 Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.

Não aplicável

III.15 Indicação da disponibilização, no sítio de internet da Sociedade, dos relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, pela Comissão para as Matérias Financeiras, pela Comissão de Auditoria e pelo Conselho Fiscal, incluindo indicação de eventuais constrangimentos com que se depararam, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal são objecto de divulgação no sítio de Internet da Sociedade (www.mota-engil.pt), em conjunto com os documentos de prestação de contas.

III.16 Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a: a) funções do Gabinete; b) tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete; c) vias de acesso ao Gabinete; d) sítio da Sociedade na internet; e) identificação do representante para as relações com o mercado.

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA mantém um contacto permanente com investidores e analistas, através da Direcção de Relações com o Mercado, que disponibiliza informação actualizada relevante e fidedigna, além de prestar esclarecimentos relativos aos negócios do GRUPO, com o objectivo de melhorar o conhecimento e a compreensão destes em relação ao GRUPO.

A Direcção de Relações com o Mercado de Capitais, em articulação com a Direcção de Planeamento e Controlo de Corporativo, prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a evolução da cotação das acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA. Adicionalmente, e quando solicitada, fornece esclarecimentos sobre as actividades do GRUPO, respondendo às questões colocadas através de e-mail ou por telefone.

Toda a informação divulgada é disponibilizada na página de internet da CMVM (www.cmvm.pt) e na página de internet da MOTA-ENGIL (www.mota-engil.pt).

O representante para as Relações com o Mercado é o Dr. Luis Filipe Cardoso da Silva, cujos contactos são:

Luís Silva
Edifício Mota
Rua do Rego Lameiro, N.º38
4300-454 Porto
Tel: +351 225 190 300
Fax: +351 225 190 303
e-mail: investor.relations@mota-engil.pt

O responsável pela Direcção de Relações com o Mercado é o Dr. João Vermelho, cujos contactos são:

João Vermelho
Rua Mário Dionísio n.º2
2796-957 Linda-a-Velha
Tel: 351 214 158 200
Fax: +351 214 158 688
e-mail: jvermelho@mota-engil.pt

III.17 Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo bem como, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: a) serviços de revisão legal de contas; b) outros serviços de garantia de fiabilidade; c) serviços de consultoria fiscal; d) outros serviços que não de revisão legal de contas. Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da sua independência. Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia Nº C (2002) 1873, de 16 de Maio.

Durante o exercício de 2011, a remuneração anual suportada pela MOTA-ENGIL, SGPS, SA, e por outras Sociedades em relação de domínio ou de grupo, com os Auditores Externos da Sociedade (Deloitte & Associados, SROC, SA), incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, foi de 4.146.220 Euros, tendo esse pagamento sido repartido pela prestação dos seguintes serviços (valores arredondados):

Natureza do Serviço	Valor	%
Auditoria e revisão legal de contas	1.017.122	25%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	72.400	2%
Consultoria fiscal	61.940	1%
Outros serviços de consultoria	2.994.757	72%
TOTAL	4.146.220	100%

Os “Outros serviços de consultoria” do quadro acima referem-se, essencialmente, a serviços de apoio prestados em Angola nas áreas de Equipamentos (1.683.000 Euros), de Integração de Activos (444.000 Euros) e de Compras (365.000 Euros).

Os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que se considera que a independência do auditor é reforçada. Em 2011, os honorários suportados pela MOTA-ENGIL, em Portugal, às empresas da rede Deloitte em Portugal representaram menos de 3% do total da facturação anual da Deloitte, em Portugal. O sistema de qualidade do Auditor Externo controla e monitoriza os riscos potenciais de perda de independência ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a MOTA-ENGIL. Adicionalmente, é obtida uma “Carta de Independência”, na qual a Deloitte garante o cumprimento com as orientações internacionais do IFAC (International Federation of Accountants) em matéria de independência do auditor.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal recebe anualmente, nos termos do Artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro), a declaração de independência do Auditor, na qual são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respectivos honorários pagos, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas. Todas as ameaças à independência do Auditor são avaliadas e discutidas com este, assim como as respectivas medidas de salvaguarda.

O Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo tendo a responsabilidade de fiscalização das suas habilitações e da sua independência. Apesar de não constituir competência específica ou exclusiva da Assembleia Geral, nada impede que a mesma seja chamada a pronunciar-se em caso de interpelação pelo Conselho Fiscal, para a destituição do auditor externo sempre que se verifique justa causa para o efeito. Em todo o caso, e até à presente data, o Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL não encontrou quaisquer razões para ponderar a tomada de diligências no sentido de destituir com justa causa uma entidade que tenha desempenhado as funções de auditor externo da Sociedade.

III.18 Referência ao período de rotatividade do auditor externo.

A Deloitte & Associados, SROC, SA presta serviços de auditoria externa à MOTA-ENGIL, ao abrigo de contratos de prestação de serviços com a duração de 1 ano, desde 1992, sendo que em 2009 foi designado um novo sócio responsável pela orientação ou execução directa dos referidos serviços (sete anos após a última substituição).

A MOTA-ENGIL não definiu nem implementou qualquer política de rotação do auditor externo. O Conselho de Administração considera que a substituição do sócio responsável pelos serviços de auditoria a cada sete anos (em conformidade com a prática adoptada pela Deloitte quer através da Deloitte & Associados, SROC, SA, quer através da rede internacional da Deloitte) em combinação com os poderes atribuídos ao Conselho Fiscal, é suficiente para garantir a independência do auditor externo.

A manutenção do auditor está fundamentada num parecer do órgão de fiscalização que ponderou expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e custos da sua substituição.

Anexos

Declaração nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários

Nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante deste relatório e contas foi elaborada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Mota-Engil, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Mota-Engil, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 12 de Março de 2012

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho
Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Presidente da Comissão Executiva (*Chief Executive Officer*)

Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (*Chief Financial Officer*)

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Vogal do Conselho de Administração

Eng.^a Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Vogal do Conselho de Administração

Eng.^o Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva
Vogal do Conselho de Administração

Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres
Vogal do Conselho de Administração

Eng.^o Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Dr. Pedro Manuel Teixeira Rocha Antelo
Vogal do Conselho de Administração

Professor Doutor Eng.^o Luís Valente de Oliveira
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Dr. António Manuel da Silva Vila Cova
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Artigos 324.º nº 2 e 66.º nº5 alínea c) do Código das Sociedades Comerciais

No âmbito da deliberação aprovada em Assembleia-Geral no dia 14 de Abril de 2011, a MOTA-ENGIL SGPS, SA adquiriu em bolsa 33.128 acções próprias durante o exercício de 2011, com o detalhe que se segue:

Data	Nº de acções	Preço médio	Montante (Euro)
05/Set/2011	77.923	1,29	100.392,83
06/Set/2011	18.000	1,24	22.251,00

Em 31 de Dezembro de 2011, a MOTA-ENGIL SGPS, SA detinha 11.101.379 acções próprias representativas de 5,42% do seu capital social. As aquisições de acções próprias ocorridas durante o exercício de 2011 foram levadas a cabo pelo Conselho de Administração do Grupo, que ao entender que o mercado de capitais se encontrava àquelas datas a subavaliar o título da Mota-Engil SGPS, decidiu reforçar a carteira de acções próprias da qual a empresa era já detentora, sinalizando ao mercado de capitais, também por essa via, a confiança que o Conselho de Administração deposita no futuro do GRUPO. As referidas aquisições respeitaram, em todas as ocasiões, os limites legalmente impostos, bem como foram comunicadas ao mercado, na medida do regulamentarmente exigido e em conformidade com os prazos estabelecidos pelo regulador do mercado de capitais (CMVM).

Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14.º nº 7 do Regulamento da CMVM nº 5/2008

Divulgação de acções e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, e de transacções sobre os mesmos efectuados no decurso do exercício.

Anexo a que se refere o Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e o nº 7 do Artigo 14.º do Regulamento da CMVM nº 5/2008:

Dirigentes / Pessoas estreitamente relacionadas	Data	Detendo acções de										
		MOTA-ENGIL, SGPS, SA					ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Eng.) e cónjuge	Saldo Inicial	4.914.617				2,40%	1.666	12,6%	517.500	7,1%	19.115	23,6%
	07-01-2011	103.030										
	14-01-2011	2.000	1,769	Compra	Bolsa							
	17-01-2011	2.000	1,842	Compra	Bolsa							
	18-01-2011	1.000	1,928	Compra	Bolsa							
	13-04-2011	8.000	1,751	Compra	Bolsa							
	15-04-2011	20.000	1,714	Compra	Bolsa							
	03-06-2011	2.500	1,676	Compra	Bolsa							
	06-06-2011	24.593	1,664	Compra	Bolsa							
	07-06-2011	22.907	1,643	Compra	Bolsa							
	08-06-2011	25.000	1,637	Compra	Bolsa							
	20-06-2011	1.000	1,600	Compra	Bolsa							
	22-06-2011	3.657	1,597	Compra	Bolsa							
	23-06-2011	12.506	1,580	Compra	Bolsa							
	24-06-2011	1.356	1,569	Compra	Bolsa							
	27-06-2011	9.644	1,563	Compra	Bolsa							
	06-07-2011	10.000	1,489	Compra	Bolsa							
	08-07-2011	20.000	1,455	Compra	Bolsa							
	11-07-2011	20.000	1,436	Compra	Bolsa							
	13-07-2011	11.000	1,441	Compra	Bolsa							
	14-07-2011	20.000	1,261	Compra	Bolsa							
	15-07-2011	8.000	1,204	Compra	Bolsa							
	18-07-2011	7.000	1,197	Compra	Bolsa							
	08-08-2011	30.583	1,156	Compra	Bolsa							
	09-08-2011	11.677	1,132	Compra	Bolsa							
	13-10-2011	-35.065										
	Saldo Final		5.257.005					1.666	16,7%	517.500	8,6%	19.115
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Dra.) e cónjuge	Saldo Inicial	3.665.066				1,79%	1.078	10,8%	427.500	7,1%	10.295	20,6%
	12-09-2011	10.000	1,067	Compra	Bolsa							
Saldo Final		3.675.066				1,80%	1.078	10,8%	427.500	7,1%	10.295	20,6%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Dra.) e cónjuge	Saldo Inicial	3.736.836				1,83%	1.078	10,8%	427.500	7,1%	10.295	20,6%
	13-09-2011	5.000	1,020	Compra	Bolsa							
	30-09-2011	5.000	1,042	Compra	Bolsa							
Saldo Final		3.746.836				1,83%	1.078	10,8%	427.500	7,1%	10.295	20,6%

RELATÓRIO SOBRE AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO



Dirigentes / Pessoas estreitamente relacionadas	Data	Detendo acções de										
		MOTA-ENGIL, SGPS, SA					ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Eng.) e cônjuge	Saldo Inicial	3.943.051				1,93%	1.078	8,1%	427.500	5,9%	10.295	12,7%
	04-01-2011	5.000	1,780	Compra	Bolsa							
	07-01-2011	10.000	1,695	Compra	Bolsa							
	11-01-2011	10.000	1,688	Compra	Bolsa							
	17-01-2011	10.000	1,849	Compra	Bolsa							
	08-02-2011	5.000	2,018	Compra	Bolsa							
	22-02-2011	5.000	1,971	Compra	Bolsa							
	21-04-2011	10.000	1,730	Compra	Bolsa							
	27-04-2011	10.000	1,728	Compra	Bolsa							
	03-06-2011	21.900	1,680	Compra	Bolsa							
	06-06-2011	40.000	1,668	Compra	Bolsa							
	07-06-2011	15.000	1,644	Compra	Bolsa							
	06-07-2011	2.000	1,488	Compra	Bolsa							
	07-07-2011	4.000	1,482	Compra	Bolsa							
	08-07-2011	10.000	1,456	Compra	Bolsa							
	12-07-2011	18.000	1,303	Compra	Bolsa							
	13-07-2011	2.810	1,289	Compra	Bolsa							
	14-07-2011	3.869	1,251	Compra	Bolsa							
	15-07-2011	8.000	1,210	Compra	Bolsa							
	09-08-2011	8.000	1,117	Compra	Bolsa							
	16-08-2011	60.000	1,228	Compra	Bolsa							
	12-09-2011	10.000	1,060	Compra	Bolsa							
	14-09-2011	10.000	1,065	Compra	Bolsa							
	23-09-2011	10.000	1,000	Compra	Bolsa							
	Saldo Final	4.231.630				2,07%	1078	0,1078	427500	0,07125	10295	0,2059
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	Saldo Inicial	5.300										
	12-09-2011	14.000	1,07	Compra	Bolsa							
	14-09-2011	10.000	1,08	Compra	Bolsa							
	Saldo Final	29.300				0,01%						
Maria Inês Fonseca Vasconcelos Mota Sá	Saldo Final	33.775				0,02%	-	-	-	-	-	-
Luís Filipe Cardoso da Silva (Dr.)	Saldo Final	12.500				0,01%	-	-	-	-	-	-
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Dr.)	Saldo Final	12.435				0,01%	-	-	-	-	-	-
Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Eng.)	Saldo Final	1.000				0,00%	-	-	-	-	-	-
José Luís Catela Rangel de Lima (Eng.)	Saldo Final	1.000				0,00%	-	-	-	-	-	-
Alberto João Coraceiro de Castro (Prof. Dr.)	Saldo Final	2.200				0,00%	-	-	-	-	-	-
Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA	Saldo Inicial	30.538.198				14,92%	-	-	-	-	-	-
F.M. - Sociedade de controlo, SGPS, SA	Saldo Final	-				-	-	-	4.200.000	70,0%	-	-
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA	Saldo Inicial	80.406.957				39,29%	5.100	38,5%	-	-	-	-
	03-01-2011	28.120	1,763	Compra	Bolsa							
	04-01-2011	3.372	1,794	Compra	Bolsa							
	05-01-2011	25.453	1,765	Compra	Bolsa							
	06-01-2011	16.651	1,755	Compra	Bolsa							
	07-01-2011	5.026	1,723	Compra	Bolsa							
	10-01-2011	3.000	1,670	Compra	Bolsa							
	11-01-2011	4.524	1,690	Compra	Bolsa							
	12-01-2011	1.500	1,690	Compra	Bolsa							
	13-01-2011	2.500	1,776	Compra	Bolsa							
	21-01-2011	2.000	1,975	Compra	Bolsa							
	25-01-2011	5.000	1,996	Compra	Bolsa							
	31-01-2011	1.550	1,973	Compra	Bolsa							
	01-02-2011	1.000	1,986	Compra	Bolsa							
	08-04-2011	22.192	1,805	Compra	Bolsa							
	11-04-2011	450	1,839	Compra	Bolsa							
	18-04-2011	13.630	1,686	Compra	Bolsa							
	26-04-2011	5.000	1,729	Compra	Bolsa							
	31-05-2011	52.718	1,700	Compra	Bolsa							
	01-06-2011	37.086	1,679	Compra	Bolsa							
	03-06-2011	4.344	1,667	Compra	Bolsa							
	23-06-2011	22.213	1,577	Compra	Bolsa							
	27-06-2011	9.239	1,565	Compra	Bolsa							
	28-06-2011	40.355	1,561	Compra	Bolsa							
	29-06-2011	32.020	1,560	Compra	Bolsa							
	30-06-2011	15.497	1,555	Compra	Bolsa							
	01-07-2011	20.000	1,591	Compra	Bolsa							
	04-07-2011	298	1,570	Compra	Bolsa							
	05-07-2011	1.459	1,555	Compra	Bolsa							
	06-07-2011	16.500	1,504	Compra	Bolsa							
	07-07-2011	20.000	1,482	Compra	Bolsa							

Dirigentes / Pessoas estreitamente relacionadas	Data	Detendo acções de										
		MOTA-ENGIL, SGPS, SA					ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
	08-07-2011	8.000	1,469	Compra	Bolsa							
	11-07-2011	37-500	1,401	Compra	Bolsa							
	12-07-2011	15-500	1,319	Compra	Bolsa							
	13-07-2011	2-500	1,303	Compra	Bolsa							
	14-07-2011	6-500	1,251	Compra	Bolsa							
	15-07-2011	11.000	1,218	Compra	Bolsa							
	18-07-2011	2.000	1,197	Compra	Bolsa							
	29-07-2011	15.000	1,300	Compra	Bolsa							
	01-08-2011	6.000	1,275	Compra	Bolsa							
	02-08-2011	5-500	1,252	Compra	Bolsa							
	03-08-2011	12-433	1,252	Compra	Bolsa							
	04-08-2011	9-089	1,200	Compra	Bolsa							
	05-08-2011	16-500	1,174	Compra	Bolsa							
	08-08-2011	5-669	1,145	Compra	Bolsa							
	09-08-2011	152-535	1,130	Compra	Bolsa							
	10-08-2011	50-000	1,164	Compra	Bolsa							
	11-08-2011	67-658	1,143	Compra	Bolsa							
	12-08-2011	3-500	1,184	Compra	Bolsa							
	18-08-2011	1-378	1,230	Compra	Bolsa							
	19-08-2011	14-636	1,218	Compra	Bolsa							
	26-08-2011	1-000	1,310	Compra	Bolsa							
	29-08-2011	4-000	1,346	Compra	Bolsa							
	02-09-2011	13-618	1,308	Compra	Bolsa							
	05-09-2011	11-382	1,303	Compra	Bolsa							
	22-09-2011	40-215	1,001	Compra	Bolsa							
	23-09-2011	188-394	0,998	Compra	Bolsa							
	26-09-2011	2-521	1,000	Compra	Bolsa							
	03-10-2011	122-059	0,997	Compra	Bolsa							
	04-10-2011	86-546	0,995	Compra	Bolsa							
	05-10-2011	4-949	0,998	Compra	Bolsa							
	06-10-2011	700	1,012	Compra	Bolsa							
	07-10-2011	37-146	0,995	Compra	Bolsa							
	10-10-2011	88-537	1,018	Compra	Bolsa							
	11-10-2011	64-795	1,030	Compra	Bolsa							
	12-10-2011	2-094	1,035	Compra	Bolsa							
	13-10-2011	47-860	1,035	Compra	Bolsa							
	14-10-2011	5-000	1,035	Compra	Bolsa							
	17-10-2011	48-006	1,035	Compra	Bolsa							
	18-10-2011	65-084	1,035	Compra	Bolsa							
	19-10-2011	43-700	1,035	Compra	Bolsa							
	20-10-2011	19-345	1,035	Compra	Bolsa							
	21-10-2011	13-403	1,035	Compra	Bolsa							
	24-10-2011	38-080	1,035	Compra	Bolsa							
	25-10-2011	300	1,035	Compra	Bolsa							
	26-10-2011	60-696	1,035	Compra	Bolsa							
	27-10-2011	34-246	1,035	Compra	Bolsa							
	31-10-2011	21-453	1,035	Compra	Bolsa							
	01-11-2011	225-483	1,035	Compra	Bolsa							
	02-11-2011	32-572	1,035	Compra	Bolsa							
	03-11-2011	12-678	1,035	Compra	Bolsa							
	04-11-2011	376-330	1,035	Compra	Bolsa							
	07-11-2011	478-290	1,035	Compra	Bolsa							
	08-11-2011	41-660	1,035	Compra	Bolsa							
	09-11-2011	106-879	1,035	Compra	Bolsa							
	10-11-2011	42-285	1,035	Compra	Bolsa							
	11-11-2011	237-885	1,035	Compra	Bolsa							
	14-11-2011	13-170	1,035	Compra	Bolsa							
	15-11-2011	33-804	1,035	Compra	Bolsa							
	16-11-2011	6-992	1,035	Compra	Bolsa							
	17-11-2011	78-830	1,035	Compra	Bolsa							
	18-11-2011	8-794	1,035	Compra	Bolsa							
	21-11-2011	7-350	1,035	Compra	Bolsa							
	22-11-2011	10-921	1,035	Compra	Bolsa							
	23-11-2011	377-596	1,035	Compra	Bolsa							
	24-11-2011	72-371	1,035	Compra	Bolsa							
	25-11-2011	29-973	1,035	Compra	Bolsa							
	28-11-2011	3-489	1,035	Compra	Bolsa							
	30-11-2011	9-469	1,035	Compra	Bolsa							
	01-12-2011	225	1,035	Compra	Bolsa							
	02-12-2011	955	1,035	Compra	Bolsa							
	13-12-2011	104-524	1,035	Compra	Bolsa							
	14-12-2011	140-993	1,035	Compra	Bolsa							
	15-12-2011	25-569	1,035	Compra	Bolsa							
	16-12-2011	24-445	1,035	Compra	Bolsa							
	19-12-2011	6-069	1,035	Compra	Bolsa							
	20-12-2011	49-679	1,035	Compra	Bolsa							
	21-12-2011	53-478	1,035	Compra	Bolsa							
	22-12-2011	7-484	1,035	Compra	Bolsa							
	23-12-2011	192-780	1,035	Compra	Bolsa							
	29-12-2011	4-273	1,035	Compra	Bolsa							
	30-12-2011	84-102	1,035	Compra	Bolsa							
Saldo Final		85.229.078				41.65%	5.100	51.0%	-	-	-	-

Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao estipulado no nº 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se de seguida a lista dos accionistas que, em 31 de Dezembro de 2011, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social da MOTA-ENGIL, SGPS, SA:

Accionista	Nº de acções	% capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA	85.229.078	41,65%
Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA (1)	30.538.198	14,92%

(1) A Mota Gestão e Participações, SGPS, SA detém 51% do capital social da Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA

Durante o ano de 2011, não houve accionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas fracções de capital.

Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro

Nos termos e para os efeitos do artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, declara-se que o GRUPO MOTA-ENGIL não apresenta dívidas em mora à Segurança Social.

Artigo 66.º nº 5 alínea g) do Código das Sociedades Comerciais

O GRUPO MOTA-ENGIL detém sucursais nos seguintes países:

Empresa	País
Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA	Angola
	Cabo Verde
	Chade
	Colômbia
	Eslováquia
	Espanha
	Estados Unidos
	Hungria
	Irlanda
	Malawi
	Moçambique
	Peru
	Polónia
	Republica Checa
	Roménia
Ferrovias e Construções, SA	Argélia
Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, SA	Cabo Verde
Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA	Irlanda
Trânsitos de Extremadura, SL	Lituânia
Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas, S.A.	Marrocos

Empresa	País
MESP Central Europe Sp. z.o.o.	Eslováquia
	Hungria
	República Checa

Participações qualificadas

Dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 2.º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, apresenta-se de seguida uma lista dos titulares de participações qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em 31 de Dezembro de 2011:

Accionistas	Nº de acções	% Capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA	85.229.078	41,65%
ALGOSI - Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA	30.538.198	14,92%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	5.257.005	2,57%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	3.675.066	1,80%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	3.746.836	1,83%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	4.231.630	2,07%
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	29.300	0,01%
Atribuível à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA⁽¹⁾	132.707.113	64,85%
Kendall II, SA	9.472.764	4,63%
Investment Opportunities, SA	620.510	0,30%
Banco Privado Português, SA	271.243	0,13%
Atribuível à Privado Holding SGPS, SA	10.364.517	5,06%
QMC Development Capital Fund Plc	4.190.954	2,05%
Atribuível à Nmás 1 Agencia de Valores SA	4.190.954	2,05%

(1) A empresa FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA é detida a 100% por: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (38,23%), Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (20,59%), Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (20,59%) e Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (20,59%).



MOTAENGIL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADAS
2011

4.
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da “MOTA – ENGIL, SGPS, S.A.” e subsidiárias (Grupo), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 3.524.296.928 Euros e um total de capital próprio de 414.824.586 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 33.432.054 Euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

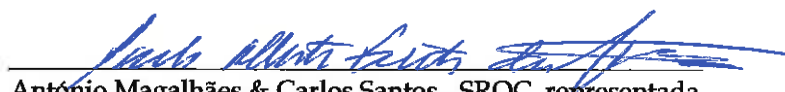
OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da "MOTA - ENGIL, SGPS, S.A." e subsidiárias, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório Consolidado de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório sobre as práticas do Governo Societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 13 de Março de 2012


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177



MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas da
MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de 2011, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu, como é habitual, com a regularidade necessária e acompanhou a evolução da Sociedade, em especial mediante os contactos com o Conselho de Administração e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias.

O Conselho Fiscal acompanhou, na forma usual, a actividade da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo, deste modo, recolhido elementos úteis ao desenvolvimento das funções de fiscalização.

Como oportunamente foi comunicado às entidades competentes, durante o exercício de 2011 ocorreu uma alteração na composição do Conselho Fiscal, tendo o membro Pedro Manuel Seara Cardoso Pérez sido substituído por Horácio Fernando Reis e Sá.

O Conselho Fiscal analisou os referidos documentos de prestação de contas consolidadas, a Certificação Legal das Contas Consolidadas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Relatório de Auditoria do Auditor inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Nos termos do artigo 245.º, número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do relatório e contas consolidado de 2011 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MOTA-



MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

ENGIL, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração.

Porto, 13 de Março de 2012

O Conselho Fiscal


Alberto João Coraceiro de Castro


José Rodrigues de Jesus


Horácio Fernando Reis e Sá

RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. e subsidiárias ("Sociedade"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um activo total de 3.524.296.928 Euros e um capital próprio de 414.824.586 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado no montante de 33.432.054 Euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, os seus resultados ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Página 2 de 2

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2011, os resultados e o rendimento integral consolidado das suas operações, a alteração no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 13 de Março de 2012


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves